

Universidade Federal do Rio de Janeiro

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: O PROGRAMA DE
ESCOLHA DA ESCOLA PELA FAMÍLIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO
DE JANEIRO

Ana Lorena de Oliveira Briel

2014

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: O PROGRAMA DE
ESCOLHA DA ESCOLA PELA FAMÍLIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO
DE JANEIRO

Ana Lorena de Oliveira Bruel

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e instituições
educacionais

Orientador: Prof. Dr. Márcio da Costa

Rio de Janeiro

Abril de 2014



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Tese “**Distribuição de Oportunidades Educacionais: O Programa de Escolha da Escola pela Família na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**”

Doutorando(a): **Ana Lorena de Oliveira Bruel**

Orientado(a) pelo(a): **Prof. Dr. Marcio da Costa**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Presidente:



Prof. Dr. Marcio da Costa



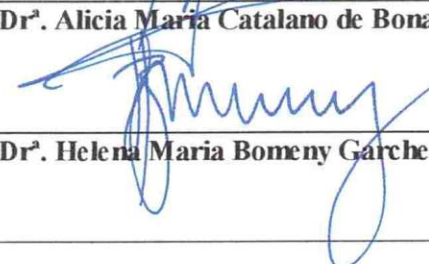
Prof. Dr. Ana Maria Villela Cavaliere



Prof. Dr. Mariane Campelo Koslinski



Prof. Dr. Alicia Maria Catalano de Bonamino



Prof. Dr. Helena Maria Bomeny Garchet

B889

Bruel, Ana Lorena de Oliveira.

Distribuição de oportunidades educacionais: o programa de escolha da escola pela família na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro / Ana Lorena de Oliveira Bruel. Rio de Janeiro, 2014.

202f.

Orientador: Márcio da Costa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013.

1. Educação e Estado – Rio de Janeiro (RJ). 2. Política educacional. 3. Democratização da educação. 4. Informatização das matrículas. 5. Educação de base. I. Costa, Márcio da. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

CDD: 379.8153

AGRADECIMENTOS

Há tanto a agradecer e a tantas pessoas, que este deveria ser o capítulo mais extenso da tese...

Antes e sempre, agradeço a meus pais, Jean e Vera. Sem eles nada disso seria possível – quem ler os resultados da pesquisa concordará comigo. Meu pai e minha mãe sempre me apoiaram incondicionalmente, acreditaram, incentivaram, ofereceram suporte de todos os tipos: emocional, cultural, afetivo, financeiro. Já escrevi antes e repito: devo a vocês tudo o que sou.

Agradeço imensamente ao meu marido, Renato, que foi muito mais do que um companheiro nesses anos de viagens, ausências, presenças silenciosas, longos períodos de relacionamento com o computador, livros, dados... Obrigada por todo o apoio, dedicação, amor. Obrigada por compreender que, parafraseando um amigo, ter uma esposa em tese é, muitas vezes, não tê-la...

Agradeço ao meu irmão Edson e aos amigos Bruno e Carlos, por terem me recebido em sua casa antes mesmo do início de toda essa trajetória. Obrigada pelo carinho, pelo incentivo, por toda a ajuda.

Um agradecimento mais do que especial ao meu orientador, Prof. Dr. Marcio da Costa, que aceitou me orientar e me recebeu como integrante do grupo de pesquisa, desde o primeiro dia, como se fôssemos velhos amigos. Sou grata por tudo o que você me ensinou, por tudo o que aprendi. Pelas possibilidades, antes absolutamente desconhecidas, que tive a oportunidade de conhecer. Obrigada por todas as muitas horas de orientação, sempre muito produtivas. Meus agradecimentos se estendem à Márcia também, por todos os momentos compartilhados.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Mariane Campelo Koslinski, integrante das bancas de avaliação do Projeto de Tese, Qualificação e Defesa. Suas contribuições a este trabalho foram inestimáveis, em todos os aspectos. Agradeço por ter aberto seu coração e sua casa, por ter me acolhido de todas as formas possíveis, como professora, amiga, companhia privilegiada de longas conversas e deliciosos chás à beira da mesa da cozinha. Levo para sempre esta amizade que extrapolou em muito os muros da Universidade.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Ana Maria Cavaliere, integrante das bancas de avaliação do Projeto de Tese, Qualificação e Defesa. Foi um grande prazer e honra poder conhecê-la, ser

sua aluna e receber suas sempre cuidadosas sugestões. Obrigada por todas as suas contribuições.

Agradeço igualmente aos demais membros da banca de Defesa, Prof.^a Dr.^a Alicia Maria Catalano de Bonamino, Prof.^a Dr.^a Helena Maria Bomeny Garchet, Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato e Prof. Dr. José Ignácio Cano Gestoso, que gentilmente aceitaram participar desse momento de submissão do trabalho de pesquisa.

Registro também meu agradecimento aos professores do PPGE/UFRJ, com quem tive o prazer de estudar e participar do desenvolvimento de projetos de pesquisa, e de outros programas que me receberam como aluna, em especial à Prof. Dra. Maria Lígia de Oliveira Barbosa e ao Prof. Dr. Nelson do Valle Silva, grandes mestres.

Aos queridos amigos e amigas, colegas do grupo de pesquisa, agradeço a acolhida, as gentilezas, o carinho com que sempre me receberam a cada nova chegada ao Rio de Janeiro. Agradecimentos especiais a Amanda, Karina, Julia, Carol, Iris Medeiros e Iris Lacava, Thaila, Felipe, Guilherme, Diana, Andréa... Agradeço também ao querido amigo, companheiro de disciplinas, estudo e produções, Tiago. Obrigada por todas as caronas, as dicas, os momentos compartilhados.

Agradeço às amigas Glauria e Vânia, companheiras desde o início, amizades que ficarão para sempre gravadas na memória e no coração. Foram ótimos momentos compartilhados, mesmo os de angústia, e espero que possamos manter essa amizade eternamente.

Agradeço aos professores, colegas da Universidade Federal do Paraná, amigos do Núcleo de Políticas Educacionais, do Departamento de Planejamento e Administração Escolar, do Setor de Educação, pelo apoio, pela acolhida no meio deste processo de qualificação, pela garantia do tempo necessário para a sua finalização, pela generosidade acadêmica.

Agradeço às grandes amigas Andréa, Márcia e Waldirene. Vocês são exemplos de vida. Obrigada por fazerem parte da minha existência, obrigada pela paciência histórica, obrigada por todas as contribuições, sempre muito maiores do que vocês possam imaginar.

Agradeço à Solange e à equipe do PPGE/UFRJ por toda a ajuda, pela disponibilidade e pela alegria contagiante.

Agradeço também ao PPGE da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela oportunidade de realização do Curso de Doutorado, à CAPES pela concessão de bolsa de estudos que tornou esta pesquisa possível, à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro que disponibilizou os dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e à Universidade Federal do Paraná pelo período de licença para realização do Curso.

isso de querer
ser exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além

Paulo Leminski. In: *Distraídos
venceremos*. São Paulo: Brasiliense,
1987, p. 93.

Resumo

Os objetivos desta tese se concentraram em estudar a política de distribuição de oportunidades educacionais na rede municipal do Rio de Janeiro e as mudanças estabelecidas pelo programa de escolha informatizada implantado a partir de 2010 para solicitações de matrículas novas e transferências. Ao longo da pesquisa procurou-se conhecer as regras de atribuição de vagas aos estudantes, o perfil dos candidatos e famílias que se inscrevem no procedimento *online*, as características dos estabelecimentos escolares que concentram a demanda, bem como compreender em que medida diferentes perfis de candidatos estão associados a escolhas diferenciadas. Os resultados da pesquisa sugerem que a reflexão sobre a democratização do acesso à Educação Básica não se esgota na existência de vagas e atendimento à demanda manifesta, tendo em vista a diversificação de oportunidades e a segmentação das escolas e das famílias que a elas acessam, mesmo nas redes públicas de ensino. Para compreender essa dinâmica de interação entre oferta e demanda, a pesquisa exigiu a construção de uma análise sobre a normatização municipal que regulamenta a matrícula dos estudantes na educação infantil e no ensino fundamental e as alterações provocadas pela política implementada. Para análise da distribuição das oportunidades educacionais no município, construída a partir dos dados empíricos, o trabalho apresenta o seguinte desenho de pesquisa: 1. Construção de uma hierarquização dos estabelecimentos de ensino baseada nas características de concentração de demanda, desempenho na Prova Brasil, infraestrutura e funcionamento interno, que possibilitou uma comparação entre os perfis das instituições e a demanda manifesta por meio da matrícula informatizada; 2. Análise do perfil dos estudantes e famílias que participaram do procedimento informatizado, comparando os perfis identificados com as escolhas das escolas que oferecem Educação Básica nas etapas de Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental, com destaque para este último; 3. Análise dos procedimentos de alocação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino e confirmação de matrícula nas escolas que lhes foram atribuídas. O estudo, com caráter predominantemente quantitativo e descritivo, utiliza bases de dados construídas a partir de informações sobre os procedimentos de escolha das famílias, o cadastro dos estudantes e a movimentação dos mesmos entre as escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, disponibilizadas pela SME/RJ. Os dados empíricos foram cotejados com teorias e estudos realizados em outros contextos. O primeiro capítulo do trabalho apresenta uma revisão da literatura que orienta as reflexões acerca da distribuição de oportunidades, analisa políticas e experiências de organização de quase mercados educacionais, de *school choice* e seus impactos sobre a produção de desigualdades. (YAIR, 1999; GORARD, 2003; GLENN, 2009; VAN ZANTEN, 2009; POUPEAU e FRANÇOIS, 2008; entre outros) As conclusões provisórias sugeridas pelas análises dos dados indicam a existência de uma oferta escolar hierarquizada e uma demanda estruturada pela desigualdade de capitais possuídos pelas famílias. Considerando o indicador de grau de escolaridade como uma *proxy* de nível socioeconômico dos candidatos e suas famílias, é possível afirmar que a estratificação social está associada à estratificação das escolhas, pois as famílias com melhores condições sociais elegem os estabelecimentos com melhores condições de qualidade.

Palavras-chave: educação; distribuição de oportunidades educacionais; política de acesso à Educação Básica; escolha da escola pela família.

Abstract

The objectives of this thesis focused on studying the educational opportunities' distribution policy in the public schools located in the municipality of Rio de Janeiro and the changes established by the computerized selection program implemented from 2010 to organize requests for new registrations and transfers. Throughout the study it was sought to know the rules of vacancy allocation, the profile of candidates and families who enroll in the online procedure, the characteristics of schools that concentrate demand, and to understand how different profiles of candidates are associated with different choices. The research results suggest that the reflection on the democratization of access to basic education does not end with the existence of vacancies and the compliance with the manifested demand, since there is diversification of opportunities and school and family segmentation even in the public school system. To understand this dynamic interaction between supply and demand, the research required the construction of an analysis of the municipal regulation that governs the registration of students in kindergarten and elementary school and the changes caused by the implemented policy. To analyze the distribution of educational opportunities in the city, based on empirical data, the work presents the following research scheme: 1. Building of a hierarchy of educational establishments based on the characteristics of concentration of demand, on the performance in Prova Brasil, on the infrastructure and on the inner operations, which allowed a comparison between the profiles of the institutions and the manifested demand through the computerized registration; 2. Analysis of the profile of students and families who enrolled in the computerized procedure, comparing the profiles identified with the choices of schools offering basic education in the stages of Early Childhood Education (preschool) and Elementary Education, with emphasis on the latter; 3. Analysis of the allocation procedures of students in schools and confirmation of registration in the schools assigned to them. The study, predominantly quantitative and descriptive, uses databases built from information about the families' choice procedures, students' cadastre and the school changes made by them amongst the institutions belonging to the public establishments of the Rio de Janeiro municipality, information made available by Rio de Janeiro's Department of Education. The empirical data were compared with theories and studies conducted in other contexts. The first chapter of the work presents a literature review that guides the reflections on the opportunities' distribution, analyzes policies and experiences of the organization of educational quasi-markets, *school choice* and their impact on the production of inequalities. (YAIR, 1999; GORARD, 2003; GLENN, 2009; VAN ZANTEN, 2009; POUPEAU and FRANÇOIS, 2008; among others) The provisional conclusions suggested by the data analyzes indicate the existence of a hierarchical school supply and a demand that is structured by the inequality of capital owned by the families. Considering the school degree as a proxy for socioeconomic status of applicants and their families, it can be said that social stratification is associated with stratification of choices. Families with better social conditions elect establishments with better quality.

Key-words: education; educational opportunities' distribution; access to basic education policy; *school choice*.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, DE 2009 A 2013, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	54
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, DE 2009 A 2013, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	55
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, DE 2009 A 2013, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	55
GRÁFICO 4 – CRESCIMENTO DE INSCRIÇÕES DE ACORDO COM A ORIGEM DOS CANDIDATOS, 2010 A 2013.	81
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA DEMANDA MANIFESTA POR MATRÍCULA POR MEIO DO PROCEDIMENTO INFORMATIZADO, RIO DE JANEIRO, 2010 A 2013.....	83
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM A FORMA DE ACESSO, EM 2010.....	84
GRÁFICO 7 – DISPERSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DE DEMANDA EM 2010 E 2013.....	88
GRÁFICO 8 – DISPERSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DE DEMANDA EM 2010 E 2013, CONSIDERANDO APENAS OS CASOS VÁLIDOS.	89
GRÁFICO 9 – DISPERSÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DE DEMANDA POR VAGA NO 1.º ANO, EM 2010 E 2013.....	91
GRÁFICO 10 – DISPERSÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DE DEMANDA POR VAGA NO 6.º ANO, EM 2010 E 2013.....	93
GRÁFICO 11 – MÉDIA E DISPERSÃO DA NOTA DAS ESCOLAS DE 5.º ANO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA PROVA BRASIL DE 2011, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE DEMANDA.	103
GRÁFICO 12 – MÉDIA E DISPERSÃO DA NOTA DAS ESCOLAS DE 5.º ANO EM MATEMÁTICA NA PROVA BRASIL DE 2011, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE DEMANDA.	104
GRÁFICO 13 – PERCENTUAL MÉDIO E DISPERSÃO DE ESTUDANTES DE 5.º ANO COM PROFICIÊNCIA ABAIXO DO ADEQUADO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA PROVA BRASIL DE 2011, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE DEMANDA.	105
GRÁFICO 14 – PERCENTUAL MÉDIO E DISPERSÃO DE ESTUDANTES DE 5.º ANO COM PROFICIÊNCIA ABAIXO DO ADEQUADO EM MATEMÁTICA NA PROVA BRASIL DE 2011, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE DEMANDA.	106
GRÁFICO 15 – MÉDIA E DISPERSÃO DA QUANTIDADE DE VAGAS OFERECIDAS PELAS ESCOLAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES FÍSICAS, 2013.....	109
GRÁFICO 16 – MÉDIA E DISPERSÃO DA DEMANDA PONDERADA POR MATRÍCULA PARA O 1.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2013, DE ACORDO COM A DURAÇÃO DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO ESCOLAR.....	112
GRÁFICO 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACORDO COM O TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO E SÉRIE/ANO QUE FREQUENTAVA EM 2010.	122
GRÁFICO 18 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL* EM SITUAÇÃO DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE MUNICIPAL E ENTRE OS CANDIDATOS INSCRITOS PELA MATRÍCULA ONLINE, 2010.....	130
GRÁFICO 19 – NOTA MÉDIA E DISPERSÃO NA PROVA BRASIL (2011), 5.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS CANDIDATOS À MATRÍCULA EM 2010.....	136
GRÁFICO 20 – NOTA MÉDIA E DISPERSÃO NA PROVA BRASIL (2011), 9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS CANDIDATOS À MATRÍCULA EM 2010.....	137
GRÁFICO 21 – PERCENTUAL MÉDIO E DISPERSÃO DE ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA ABAIXO DO ADEQUADO, PROVA BRASIL (2011), 5.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS CANDIDATOS À MATRÍCULA EM 2010.	138
GRÁFICO 22 – PERCENTUAL MÉDIO E DISPERSÃO DE ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA ABAIXO DO ADEQUADO, PROVA BRASIL (2011), 9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS CANDIDATOS À MATRÍCULA EM 2010.	139
GRÁFICO 23 – CANDIDATOS ALOCADOS NO PRIMEIRO MOMENTO DE INSCRIÇÃO, E QUE CONFIRMARAM A MATRÍCULA, DE ACORDO COM A ORDEM DE ESCOLHA DA ESCOLA, DE 2010 A 2013.....	148

GRÁFICO 24 – PERCENTUAL DE CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA ENTRE CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA E VOLUNTÁRIA NO PROCEDIMENTO <i>ONLINE</i> , 2010 A 2013.	150
GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS PELO PROCEDIMENTO INFORMATIZADO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO UTILIZADOS, DE 2010 A 2012.	151
GRÁFICO 26 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS DE ACORDO COM O CRITÉRIO DE ALOCAÇÃO E A SÉRIE/ANO SOLICITADA PARA A MATRÍCULA, PRIMEIRO MOMENTO DE INSCRIÇÃO, 2010 A 2012.	153
GRÁFICO 27 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ALOCADOS, SEM CONFIRMAÇÃO E COM MATRÍCULA NA REDE MUNICIPAL, EM 2010.	157
GRÁFICO 28 - REGRESSÃO LOGÍSTICA ESTIMANDO A MATRÍCULA EM ESCOLA ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA (PERCENTUAL DE CHANCE), AMOSTRA, 2010.	173

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS DE ACORDO COM A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DA ESCOLA PELAS FAMÍLIAS E INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO.....	16
QUADRO 2 – QUADRO GERAL DE DEMANDA POR SÉRIE/ANO PARA PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR, APRESENTADA NA MATRÍCULA INFORMATIZADA, DE 2010 A 2013.	79
QUADRO 3 – CRITÉRIO PARA CONSTRUÇÃO DO INDICADOR DE DISTORÇÃO ENTRE IDADE E SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA 2010.	129
QUADRO 4 – REGRESSÃO LOGÍSTICA ESTIMANDO A MATRÍCULA EM ESCOLA ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, AMOSTRA, 2010.	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ENSINO FUNDAMENTAL – MATRÍCULA INICIAL DE 1.ª A 4.ª E DE 5.ª A 8.ª SÉRIES.....	47
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, CONSIDERANDO ANOS INICIAIS E FINAIS, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, DE 2000 A 2013.	47
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, RIO DE JANEIRO, 2009 E 2013.....	56
TABELA 4 – PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE MATRÍCULA POR SÉRIE/ANO PARA PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR, DE 2010 A 2013.	80
TABELA 5 – CORRELAÇÃO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL POR DEMANDA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DE 2010 A 2013.	90
TABELA 6 – CORRELAÇÃO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DAS ESCOLAS POR DEMANDA PARA O 1.º ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 2010 A 2013.....	92
TABELA 7 – CORRELAÇÃO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO ORDINAL DAS ESCOLAS POR DEMANDA PARA O 6.º ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 2010 A 2013.....	94
TABELA 8 – CORRELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE VAGAS E A DEMANDA MANIFESTA PARA MATRÍCULA EM TURMAS DE PRÉ-ESCOLA, EM 2013.	95
TABELA 9 – CORRELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE VAGAS E A DEMANDA MANIFESTA PARA MATRÍCULA EM TURMAS DE 1.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM 2013.	96
TABELA 10 – CORRELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE VAGAS E A DEMANDA MANIFESTA PARA MATRÍCULA EM TURMAS DE 6.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM 2013.	96
TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) DE ACORDO COM A RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA OFERECIDA EM 2013.	97
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ACORDO COM A RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA O 1.º ANO POR VAGA OFERECIDA EM 2013.	98
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ACORDO COM A RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA O 6.º ANO POR VAGA OFERECIDA EM 2013.	99
TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DE CASOS VÁLIDOS E AUSENTES ENTRE AS ESCOLAS QUE OFERECEM OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE ACORDO COM A FAIXA DE CANDIDATOS POR VAGA, 2013.....	101
TABELA 15 – MÉDIAS DAS ESCOLAS NA PROVA BRASIL PARA O 5.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E PERCENTUAL DE ESTUDANTES ABAIXO DO NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE CANDIDATOS POR VAGA.	102
TABELA 16 – CORRELAÇÃO ENTRE DEMANDA PONDERADA, NOTA E PERCENTUAL DE ESTUDANTES ABAIXO DO ADEQUADO, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2011/2013.	107
TABELA 17 – CONDIÇÕES FÍSICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, POR FAIXAS, E QUANTIDADE DE CANDIDATOS POR VAGA NA INSCRIÇÃO INFORMATIZADA DE 2013, POR FAIXAS, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. .	108
TABELA 18 – MÉDIAS DA VARIÁVEL SEGURANÇA INTERNA DAS ESCOLAS, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE CANDIDATOS POR VAGA, PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2013.....	111
TABELA 19 – MÉDIA DE CANDIDATOS POR VAGA PARA O 1.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2013, CONSIDERANDO O TEMPO DE EXERCÍCIO DO DIRETOR NA INSTITUIÇÃO.	112
TABELA 20 – MÉDIAS DAS ESCOLAS NA PROVA BRASIL (9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL) E PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM PROFICIÊNCIA ABAIXO DO ADEQUADO, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE CANDIDATOS POR VAGA	114
TABELA 21 – CORRELAÇÕES ENTRE NOTA NA PROVA BRASIL DE 9.º ANO, PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM DESEMPENHO ABAIXO DO ADEQUADO E RAZÃO ENTRE DEMANDA E QUANTIDADE DE VAGAS.	115
TABELA 22 – CORRELAÇÕES ENTRE NOTA NA PROVA BRASIL DE 9.º ANO, PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM DESEMPENHO ABAIXO DO ADEQUADO E DEMANDA PONDERADA EM 2013.....	116
TABELA 23 – MÉDIAS DA VARIÁVEL “CARÊNCIAS DE CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS, PROFISSIONAIS E FINANCEIRAS” DAS ESCOLAS, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE CANDIDATOS POR VAGA, PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	119
TABELA 24 – TEMPO DE DESLOCAMENTO DO ESTUDANTE ATÉ A ESCOLA, 2010.	120

TABELA 25 – TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO ESTUDANTE, 2010.	121
TABELA 26 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E CANDIDATOS INSCRITOS PELA INTERNET DE ACORDO COM A COR INDICADA NO MOMENTO DE MATRÍCULA, 2010.	125
TABELA 27 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO SOBRE MORARCOM A MÃE, 2010.	126
TABELA 28 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS E ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ACORDO COM A ESCOLARIDADE DOS PAIS, 2010.....	127
TABELA 29 – DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES E RESPONSÁVEIS QUE APRESENTAM NÚMERO DE INSCRIÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS, 2010.	128
TABELA 30 – TEMPO DE DESLOCAMENTO DA RESIDÊNCIA ATÉ A ESCOLA POR FAIXA DE CONCENTRAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2010.....	131
TABELA 31 – TIPO DE TRANSPORTE POR FAIXA DE CONCENTRAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2010.	132
TABELA 32 – TIPO DE TRANSPORTE POR FAIXA DE CONCENTRAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA, EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010.	133
TABELA 33 – INSCRIÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS POR FAIXA DE CONCENTRAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2010.	134
TABELA 34 – COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS E O DESEMPENHO DAS ESCOLAS INDICADAS PELAS FAMÍLIAS NO PROCEDIMENTO DE MATRÍCULA <i>ONLINE</i> , 2010.	139
TABELA 35 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS RELACIONADAS A CONDIÇÕES FÍSICAS E ORGANIZACIONAIS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2011..	140
TABELA 36 – CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLHIDAS COMO PRIMEIRA OPÇÃO EM RELAÇÃO AO GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS CANDIDATOS, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2010.....	143
TABELA 37 – NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCEDIMENTO INFORMATIZADO, ALOCAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA, 1.º E 6.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE 2010 A 2013.	146
TABELA 38 – TOTAL E PERCENTUAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM SÉRIE/ANO DIFERENTE DA SOLICITADA EM 2010.	147
TABELA 39 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PELO PROCEDIMENTO INFORMATIZADO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO UTILIZADOS, DE 2010 A 2012.....	152
TABELA 40 - PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NOS MOMENTOS 1 E 2 DE INSCRIÇÃO EM 2011.....	155
TABELA 41 - CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA NA ESCOLA ONDE O CANDIDATO FOI ALOCADO, 2010.	156
TABELA 42 – ALOCAÇÃO E MATRÍCULA DOS ESTUDANTES, 2010.	157
TABELA 43 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES DE ACORDO COM A SÉRIE SOLICITADA E MATRICULADA, AMOSTRA, 2010.....	159
TABELA 44 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS, AMOSTRA, 2010.....	159
TABELA 45 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA E ESCOLA EM QUE FOI ALOCADO, AMOSTRA, 2010.	160
TABELA 46 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA DE ACORDO COM A DIFERENÇA DE NOTA ENTRE A ESCOLA DE ALOCAÇÃO E DE MATRÍCULA, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AMOSTRA, 2010.	162
TABELA 47 – TESTE DE HIPÓTESE QUI QUADRADO (ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA DE ACORDO COM A DIFERENÇA DE NOTA ENTRE A ESCOLA DE ALOCAÇÃO E DE MATRÍCULA), AMOSTRA, 2010.	162
TABELA 48 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA DE ACORDO COM A DIFERENÇA DE NOTA ENTRE A ESCOLA DE ALOCAÇÃO E DE MATRÍCULA, ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AMOSTRA, 2010.	163
TABELA 49 – TESTE DE HIPÓTESE QUI QUADRADO (ESTUDANTES MATRICULADOS NA SÉRIE SOLICITADA DE ACORDO COM A DIFERENÇA DE NOTA ENTRE A ESCOLA DE ALOCAÇÃO E DE MATRÍCULA, ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL), AMOSTRA, 2010.....	163

TABELA 50 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS VOLUNTARIAMENTE OU NÃO, DE ACORDO COM A DIFERENÇA DE NOTA ENTRE A ESCOLA DE ALOCAÇÃO E DE MATRÍCULA, AMOSTRA, 2010.	164
TABELA 51 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS DE ACORDO COM A OPÇÃO DE ESCOLA NA QUAL FOI ALOCADO E NA QUAL FOI MATRICULADO, AMOSTRA, 2010.....	166
TABELA 52 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS QUE ESTAVAM ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, POR SÉRIE, AMOSTRA, 2010.....	167
TABELA 53 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS QUE ESTAVAM ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, DE ACORDO COM A ESCOLA DE ORIGEM, AMOSTRA, 2010.....	168
TABELA 54 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS QUE ESTAVAM ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, DE ACORDO COM O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS, AMOSTRA, 2010.	169
TABELA 55 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS QUE ESTAVAM ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, DE ACORDO COM O SEXO, AMOSTRA, 2010.....	169
TABELA 56 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS QUE ESTAVAM ACIMA NA LISTA DE PREFERÊNCIA, DE ACORDO COM A MATRÍCULA NA SÉRIE SOLICITADA, AMOSTRA, 2010.	170

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
LISTA DE QUADROS	xiv
LISTA DE TABELAS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
Questões metodológicas	4
CAPÍTULO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES	7
1.1 Políticas de distribuição de oportunidades, estratégias de escolha e produção de desigualdades	15
1.2 Perspectivas de análise sobre as escolhas das escolas pelas famílias	31
CAPÍTULO 2 – ACESSO DOS ALUNOS À EDUCAÇÃO INFANTIL E AO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS QUE MOLDAM AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES	41
2.1 A recente democratização do acesso à educação no Brasil e as normas nacionais para o acesso ao Ensino Fundamental.....	41
2.2 Aspectos legais e normativos que moldam as estruturas de oportunidades de acesso ao Ensino Fundamental na rede pública municipal do Rio de Janeiro	52
CAPÍTULO 3 – ESCOLHA DA ESCOLA PELA FAMÍLIA E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO	75
3.1 Análise da demanda por estabelecimentos de ensino na rede municipal.....	85
3.2 Perfil dos estudantes que participam das escolhas pela internet	123
3.3 Alocação dos estudantes e confirmação das matrículas.....	145
3.4 O sistema de atribuição de vagas e mecanismos seletivos não formais.....	158
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	184

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é compreender a política e as práticas do que pode ser chamado de cultura institucional da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro para a distribuição de oportunidades escolares entre a população que apresenta demanda por vagas para o Ensino Fundamental. Assim, pretende-se conhecer os processos e procedimentos adotados pelo poder público para organizar a oferta de educação escolar para o Ensino Fundamental regular, as características dos estabelecimentos que concentram demanda e o perfil dos candidatos às vagas disponíveis, considerando a estrutura de oportunidades consolidada.

O trabalho se propõe a estudar uma política específica de distribuição de vagas, implantada a partir de 2010 na rede pública municipal de ensino, que adota um dispositivo de distribuição aleatória para a primeira matrícula e transferências, em convivência com os formatos tradicionais de acesso a vagas escolares. Esta pesquisa se constitui como parte de um projeto integrado de estudos sobre oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvido por uma equipe interinstitucional, envolvendo pesquisadores da UFRJ (Faculdade de Educação e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano) e do Departamento de Educação da PUC-Rio, intitulado “Estudos sobre os Determinantes Socioeconômicos, Raciais e Geográficos das Desigualdades no Sistema de Ensino”.

O projeto interinstitucional prevê a realização de estudos em quatro dimensões: 1. Segregação Residencial, Geografia de Oportunidades Educacionais e Segmentação Escolar; 2. O Funcionamento de Quase-Mercados Educacionais e a Segmentação Escolar; 3. Escola e Efeito-vizinhança o impacto da segregação residencial sobre o desempenho escolar de alunos do ensino fundamental; e 4. Desigualdades de Cor ou Raça nos Indicadores Educacionais Brasileiros: um levantamento geral das bases de dados disponíveis para o estudo do comportamento das tendências de curto e médio prazo e a formulação de políticas públicas pró-equidade. Esta tese se articula aos estudos que procuram desenvolver reflexões sobre o funcionamento de quase-mercados educacionais e segmentação escolar.

Compreender a política, a partir dessa perspectiva, extrapola a análise da regulamentação das ações do poder público sem prescindir dela, pois ainda que os procedimentos de atribuição de vagas aos estudantes sejam normatizados pela administração municipal, sua efetivação sofre influências de todos os atores sociais

envolvidos no processo, de seus valores e da cultura cívica. O estudo pretende conhecer as relações entre oferta e demanda por educação no município do Rio de Janeiro, considerando que os mecanismos oficiais de distribuição de vagas e as ações das famílias em busca de escolas configuram dois aspectos imprescindíveis para compreensão das políticas de distribuição de oportunidades escolares.

A rede municipal de ensino (RME) implementou uma política de distribuição de vagas baseada na escolha dos pais e num processo informatizado de distribuição aleatória¹, que foi incorporado aos procedimentos já existentes² para o acesso inicial e a transferência dos estudantes entre instituições escolares da rede, introduzindo mudanças no processo de alocação dos mesmos nas escolas. A principal alteração, incorporada a partir do ano de 2009, para a matrícula no ano letivo de 2010, consiste na realização de um procedimento informatizado³ por meio do qual as famílias ou os próprios estudantes indicam no mínimo uma e no máximo cinco opções de escolas nas quais gostariam de matricular seus filhos em turmas de Pré-Escola e Ensino Fundamental. Pequenas alterações foram incorporadas aos procedimentos ao longo do período analisado, que se estende de 2010 até a matrícula para o ano letivo de 2013.

O estudo procura analisar as condições de acesso às oportunidades educacionais oferecidas pelo conjunto de estabelecimentos que compõem a rede municipal de ensino. Tradicionalmente, no campo das políticas educacionais, a reflexão sobre acesso à educação escolar trata essencialmente da inclusão dos estudantes nos sistemas de ensino, pautando o debate na existência de vagas para o atendimento à demanda. Com a tendência à universalização do atendimento escolar, sobretudo no Ensino Fundamental, o debate se desloca e a preocupação com o acesso passa a incorporar aspectos relacionados à diversidade de oportunidades e à segmentação no interior das redes públicas.

¹ “A ordem da inscrição efetuada pela internet não será considerada na alocação do aluno. Atendidas as prioridades legais, o Sistema processará um sorteio aleatório, visando o preenchimento das vagas restantes.” (Portaria E/SUBG/CP n.º 24 de 2010, parágrafo único do art. 7.º)

² O acesso às vagas se realizava diretamente nas escolas e Coordenadorias Regionais de Ensino.

³ A matrícula pela internet é um mecanismo utilizado pela SME do Rio de Janeiro no momento da matrícula inicial na rede municipal de ensino ou para transferência de alunos que já estudam em escolas municipais. As famílias realizam a inscrição preenchendo um formulário, pela internet, no qual fornecem informações sobre a criança, a família, o local de moradia e suas intenções em relação às escolas em que pretendem matricular a criança. A Secretaria Municipal de Educação distribui as crianças nas escolas que possuem vagas considerando as opções indicadas pelas famílias e respeitando um rol de prioridades estabelecidas pela legislação e normatização municipal. Depois de realizada a distribuição, os pais são informados a respeito da escola em que devem matricular seus filhos.

Para compreender essa dinâmica, a pesquisa exigiu a construção de uma análise sobre a normatização municipal que regulamenta a matrícula inicial dos estudantes no Ensino Fundamental e as alterações provocadas pela política implementada. Foram apreciadas Deliberações e Indicações exaradas pelo Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME/RJ) entre 2001 e 2012, as quais tratam sobre procedimentos de matrícula e acesso às escolas da rede municipal de ensino; além do conjunto de Portarias e Resoluções publicadas por diferentes departamentos e setores da Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) entre 2007 e 2012, o qual envolve a definição de regras para realização de matrículas em instituições da rede pública de ensino municipal.

Para análise da distribuição das oportunidades educacionais no município, construída a partir dos dados empíricos, o trabalho apresenta o seguinte desenho de pesquisa: 1. Construção de uma hierarquização dos estabelecimentos de ensino baseada nas características de concentração de demanda, desempenho na Prova Brasil, infraestrutura e funcionamento interno, que possibilitou uma comparação entre os perfis das instituições e a demanda manifesta por meio da matrícula informatizada; 2. Análise do perfil dos estudantes e famílias que participaram do procedimento informatizado, comparando os perfis identificados com as escolhas das escolas que oferecem Educação Básica nas etapas de Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental, com destaque para este último; 3. Análise dos procedimentos de alocação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino e confirmação de matrícula nas escolas que lhes foram atribuídas.

O estudo, com caráter predominantemente quantitativo, lança mão de bases de dados com informações sobre os procedimentos de escolha das famílias, o cadastro dos estudantes e a movimentação dos mesmos entre as escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. Também foram realizadas entrevistas com funcionários da Secretaria Municipal de Educação, responsáveis pelos procedimentos de matrícula informatizada, que contribuíram no processo de reflexão sobre os dados coletados.

A análise sobre a distribuição dos estudantes entre as escolas da rede municipal de ensino considera as características dos estudantes e das instituições de ensino a fim de observar padrões de distribuição de oportunidades educacionais. É possível que as modificações instituídas por meio da matrícula informatizada indiquem uma mudança no centro de poder em relação às decisões sobre a alocação dos estudantes nos estabelecimentos escolares.

Tão importante quanto a análise sobre as ações que movem a demanda⁴ é a reflexão sobre os procedimentos e as políticas que orientam as ações do poder público, responsável pela garantia da oferta educacional. Desta forma, considera-se que o estudo sobre distribuição de oportunidades exige a análise das intersecções entre as estratégias adotadas pela oferta (Secretaria Municipal de Educação e agentes escolares) e pela demanda (estudantes e suas famílias).

Questões metodológicas

A pesquisa aqui proposta pode ser identificada como um estudo de caso sobre a política de distribuição de oportunidades educacionais na rede pública municipal de Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro (RME), considerando as escolhas das escolas pelas famílias frente à estrutura de oportunidades oferecida. Uma característica a ser salientada é o caráter híbrido da pesquisa, pois apesar de ser predominantemente quantitativa, com a apresentação de análises dos dados empíricos acerca dos candidatos, estudantes e estabelecimentos de ensino, recorre também a métodos qualitativos, sobretudo para a análise da normatização que regulamenta a matrícula na rede municipal de ensino. A articulação das duas perspectivas deve-se à intenção de aprofundar a compreensão sobre as relações entre a oferta educacional pelo sistema municipal de ensino e o atendimento à demanda das famílias que procuram os estabelecimentos públicos de Ensino Fundamental.

Com caráter descritivo, a pesquisa empírica procurou identificar e coletar variáveis relevantes para a compreensão do objeto em estudo da forma como se manifestam na realidade. Os dados empíricos foram cotejados com teorias e estudos realizados em outros contextos. A pesquisa utilizou como fontes primárias bancos de dados construídos a partir de informações disponibilizadas pela SME em relação às escolhas dos pais indicadas no momento da matrícula informatizada nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013; às vagas existentes nos estabelecimentos de ensino e disponibilizadas para distribuição pelo procedimento informatizado em 2013; ao cadastro de matrícula dos estudantes de escolas da RME no ano letivo de 2010; o

⁴Considera-se que famílias educógenas procuram realizar ações deliberadas para buscar vagas nas escolas que consideram melhores para seus filhos e filhas, bem como para incentivá-los a estudar e para acompanhar seu desempenho escolar, valorizando os processos educativos formais. Compreende-se o conceito de famílias educógenas como aquelas “(...)que reúnem características que favorecem o desempenho escolar dos filhos e são mais propensas a levá-los a uma longevidade escolar maior.” (Alves, 2006: 116)

conjunto da legislação e normatização municipal destinada a estabelecer as regras de matrícula nos estabelecimentos oficiais da RME; entrevistas com servidores da SME responsáveis pela organização e realização dos processos de matrícula.

Os bancos de dados foram construídos a partir de informações gentilmente disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação. Os dados brutos disponibilizados foram organizados de forma a tornar possível a comparação entre informações de origens distintas, como os dados sobre inscrição no procedimento de matrícula informatizada e cadastro dos estudantes, ou ainda com bancos de dados disponibilizados pelo INEP com informações sobre a Prova Brasil (2011) e o Censo Escolar (2011).

Algumas dificuldades encontradas no processo de limpeza e organização dos bancos, como a multiplicidade de informações sobre o mesmo candidato ou estudante, a ausência de informações consideradas relevantes, os equívocos de digitação, a falta de correspondência entre o conteúdo e o nome atribuído à informação, entre outras, tornaram esse procedimento bastante moroso, exigiram atenção redobrada e, muitas vezes, determinaram a necessidade de reelaboração dos bancos.

Ao final do processo, foi possível trabalhar com os bancos de inscrição no procedimento informatizado de matrícula, articulando as informações sobre o primeiro e o segundo momento em cada um dos anos analisados (2010 a 2013). As informações sobre as escolhas dos candidatos deram origem à construção de um banco de dados sobre os estabelecimentos de ensino, a partir do qual foi possível relacionar as informações sobre demanda (de 2010 a 2013) com as características das instituições (Prova Brasil e Censo Escolar, 2011). Outro banco de dados construído a partir das informações disponíveis permitiu a associação das informações sobre o cadastro dos estudantes, a matrícula no ano letivo de 2010 e a inscrição no procedimento *online* para o mesmo ano.

Ao longo deste trabalho, os gráficos e tabelas construídos indicam sempre a fonte, considerando quais destes bancos de dados foram utilizados como base para a sua elaboração, procurando situar o leitor em relação à origem das informações apresentadas. Muitos deles foram elaborados a partir da associação de informações presentes em diferentes bancos. A associação de informações sobre os estudantes ou candidatos foi construída a partir de variáveis que indicam o número de matrícula na rede municipal ou o número de inscrição no procedimento informatizado de solicitação de matrícula. Já a associação de informações sobre os estabelecimentos de ensino foi

construída a partir do código da escola junto ao MEC/INEP ou o código utilizado pela SME para identificar internamente a instituição.

Algumas técnicas estatísticas de análise de dados foram utilizadas com o intuito de construir variáveis sintéticas e verificar a existência de associações entre diferentes variáveis, indicadores e modelos passíveis de análise. O intuito deste trabalho não é encontrar ou provar causalidades e sim conhecer relações e padrões que possam contribuir para explicar variações identificadas entre os grupos sociais e as escolas.

Esta tese está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta uma revisão da literatura que orienta as reflexões acerca da distribuição de oportunidades educacionais, analisa políticas e experiências de organização de quase-mercados e seus impactos sobre a produção de desigualdades. Neste capítulo também são apresentadas algumas perspectivas de análise sobre escolha das escolas pelas famílias.

O segundo capítulo constrói uma reflexão sobre o acesso à educação escolar como condição para realização do direito à educação e democratização do ensino. E, a partir dessa compreensão, analisa a normatização municipal que estabelece as regras para a organização das matrículas na rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, moldando as estruturas de oportunidades frente às quais a demanda se organiza para solicitar o acesso à Educação Infantil (Pré-Escola) e ao Ensino Fundamental.

O terceiro capítulo, organizado em três tópicos, descreve, a partir de dados empíricos, as características dos estabelecimentos públicos municipais de ensino do Rio de Janeiro, as características dos estudantes que se candidatam a vagas nas escolas municipais por meio do procedimento informatizado de matrícula, e os processos de distribuição das oportunidades e alocação dos estudantes nas instituições escolares.

As conclusões provisórias sugeridas pelas análises dos dados ao longo deste estudo estão organizadas nas considerações finais, que apresentam também elementos que explicitam os limites da pesquisa realizada, bem como novas hipóteses, decorrentes dos resultados obtidos. Considera-se fundamental a continuidade dos estudos a fim de aprofundar as reflexões aqui apresentadas.

CAPÍTULO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES

A reflexão sobre as relações entre desigualdade social e educacional exige algumas análises acerca da organização da sociedade em que se encontra o modelo educativo que se pretende estudar. A organização da sociedade não explica sozinha a constituição dos sistemas educacionais, mas contribui para um olhar sobre os contextos a partir dos quais eles se desenvolvem. A análise histórica das sociedades humanas indica que a educação não é uma função imediata dos processos de estratificação social (COLLINS, 2000). De acordo com Collins (2000), historicamente, a organização do desenvolvimento educacional contribuiu mais para a consolidação das formas de estratificação dos grupos sociais do que o inverso. Assim, analisando os processos históricos de expansão dos sistemas de ensino em diferentes sociedades, o autor defende que *“we see that education does not merely reflect stratification but shapes it”*⁵ (COLLINS, 2000, p. 220).

A escola, na sua dinâmica de organização interna e relação com a sociedade, não apenas reproduz discursos, culturas, modos de ser e pensar já consolidados, mas também os reelabora, conferindo novos sentidos ao trabalho pedagógico, num processo muitas vezes contraditório, eivado de continuidades e rupturas. Nessa perspectiva, é preciso considerar também que as políticas educacionais nos diferentes momentos históricos não se realizam plenamente da forma como foram concebidas.

E, neste processo, a dinâmica da realidade dá origem a consequências não intencionais, ou seja, muitos dos resultados produzidos pelas políticas públicas não são inicialmente previstos e muitas vezes não são desejáveis pelos grupos que as definiram. Consequências não intencionais são construídas no movimento das dinâmicas sociais que abrangem a reordenação e a intervenção direta dos atores sociais sobre a realidade a partir de seus propósitos e interesses específicos.

O conceito de consequências não intencionais refere-se à tentativa de compreender como as combinações de ações e intenções dos atores, diante da inevitável impossibilidade de conhecimento de todos os aspectos e articulações de uma determinada realidade, resultam em situações que parecem não corresponder às intenções apreendidas dos atores sociais.

⁵ “vemos que a educação não se limita a refletir a estratificação, mas a constitui.” (Collins, 2000: 220, tradução da autora)

Portanto, compreende-se que a educação é, por excelência, espaço de tradição e transmissão cultural, mas ela não reproduz as intenções políticas, sociais e pedagógicas exatamente da forma como estas foram planejadas, porque se constrói num contexto social dinâmico onde a própria realização do trabalho escolar pelo conjunto dos agentes sociais implicados na ação educativa produz novos determinantes, possibilidades e limites para a sua efetivação. Considera-se que há diferentes tipos de educação em diferentes sociedades e não se verifica um processo evolutivo linear e sistemático nas transformações pelas quais esses tipos educativos passam. Assim, é possível afirmar que as mudanças na organização dos sistemas educacionais não se efetivam de maneira linear, contínua ou em função de um único fator condicionante.

A análise de redes e sistemas educacionais remete à reflexão sobre a distribuição de oportunidades educativas e sociais. Nessa perspectiva, considera-se que os estudos sociológicos podem oferecer uma contribuição importante ao debate, na medida em que tomam como objeto os conflitos e os fenômenos de diferenciação entre grupos sociais, conferindo especial atenção à questão das desigualdades.

A estrutura escolar e a ideia de escolarização das massas, forma predominante de educação⁶ nos dias atuais, são relativamente recentes. Sua consolidação está relacionada ao processo de modernização da sociedade, com o fim da era medieval, a disseminação dos ideais iluministas, a constituição dos Estados-nação e o fortalecimento de sua soberania, com a afirmação da importância da esfera pública e o estabelecimento de direitos e deveres concernentes a parcelas crescentes de pessoas adultas consideradas cidadãs. Ao mesmo tempo, a consolidação do capitalismo, a urbanização e a industrialização também contribuíram para essa modernização, além da substituição do direito hereditário pelo contrato social.

Collins (2000, p. 220) analisa ciclos de expansão e contração educacional⁷, identificando que a organização e o desenvolvimento dos sistemas de ensino contribuíram mais para a definição das formas de estratificação social do que o contrário. Para ele, o modelo estabelecido pela escola, bem como alguns de seus

⁶ É importante diferenciar o conceito de educação como relação social – ação que se realiza em múltiplos tempos e espaços que possibilita interação entre diferentes agentes sociais, apropriação de cultura, etc.; – e o conceito de educação escolar como forma específica de educação das sociedades modernas, que se realiza em instituições formais especializadas.

⁷ O estudo de Collins (2000) abrange tanto sociedades antigas quanto medievais e modernas, com incursões pelo Ocidente e Oriente; as sociedades modernas não indicam sinais de retração dos sistemas educacionais.

rituais, se estenderam para a estrutura social e contribuíram para os processos de distinção entre os indivíduos.

A expansão educacional traz consigo, também, o aumento da importância das credenciais outorgadas pela escola na forma de diplomas e certificações. Collins (*op. cit.*) procura explicar como essas credenciais são utilizadas, em diferentes situações sociais, para selecionar os indivíduos, bem como para lhes atribuir distintos graus de *status*. O autor identifica um processo de “inflação” das credenciais, que pode ser explicado como um movimento acelerado de busca por e produção de novos diplomas:

O aumento da oferta de pessoas escolarizadas (...) fez da educação um requisito cada vez maior nos empregos (...). Conduzidos pelas maiores e mais prestigiadas organizações, os empregadores aumentaram seus requisitos educacionais para manter tanto o prestígio relativo de sua própria posição gerencial quanto a relativa respeitabilidade das posições medianas. A educação se torna um padrão legítimo, em termos, através dos quais empregadores selecionam empregados, e os empregados competem entre si por oportunidades de promoção ou para aumentar o prestígio nas suas posições. Com o efeito do sistema escolar altamente massificado (agora quase universalizado) na América do Norte moderna, o ideal ou a imagem das habilidades técnicas se tornou a cultura legitimada, ao passo que a luta por posições continua.

Os elevados requisitos educacionais, e o nível elevado das credenciais oferecidas pelos indivíduos competindo por posições nas organizações têm, por sua vez, aumentado a demanda da população por educação. A interação entre requisitos formais para empregos e culturas de *status* informais resultou em uma espiral no qual os requisitos e feitos educacionais se tornaram cada vez maiores. (COLLINS, 1971, p. 131-2)⁸

Os efeitos desse fenômeno de inflação das credenciais, como a formação de grande quantidade de profissionais com qualificação acima da que seria necessária em países que não possuem nível de desenvolvimento econômico (ou demanda) suficiente para absorver toda a oferta, indicam que a dimensão econômica não explica por si só o desenvolvimento dos sistemas educacionais. Muitas vezes, a expansão das credenciais se realiza em contraposição ou apesar das necessidades econômicas explícitas, e as relações constatadas entre educação e desenvolvimento podem ser explicadas pelas demandas políticas de acesso à educação como um bem social e canal de acesso a posições restritas.

Assim, a trajetória e os resultados da escolarização são muitas vezes utilizados para selecionar os indivíduos e definir o acesso deles aos empregos.

⁸ Texto traduzido do original “*Functional and Conflict Theories of Educational Stratification*” por Carolina Portela da Cunha (2010).

Nas sociedades democráticas, a educação se manifesta como um instrumento de democracia e a expansão da escolaridade leva a práticas sociais mais democráticas; nelas, a própria educação é concebida como um direito e requisito para a cidadania. Chabbott e Ramirez (2000, p. 166) indicam que, quanto mais fechada é uma sociedade, mais forte e rígido é o processo de reprodução social e, nestes casos, as elites mostram-se mais hábeis na garantia de manutenção de vantagens para seus filhos. O inverso também se mostra verdadeiro; quanto mais aberta é a sociedade, as situações de competição e de alianças entre classes sociais, grupos étnicos e religiosos, homens e mulheres, se colocam de forma mais intensa, o que possibilita maior mobilidade.

Dentre os estudos que buscam compreender as dinâmicas de manutenção das desigualdades apesar da expansão dos sistemas educacionais, é possível identificar duas importantes hipóteses explicativas: da Desigualdade Maximamente Mantida e da Desigualdade Efetivamente Mantida.

A hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida, elaborada por Raftery e Hout (1993), conduz à compreensão de que a expansão do acesso à educação escolar é condição necessária para a redução das desigualdades, mas não suficiente, na medida em que esta expansão permanece limitada pelos interesses dos grupos sociais que compõem as elites. A expansão, assim, fica condicionada ao acesso prioritário das camadas privilegiadas, inclusive como forma de manter as vantagens destas classes sobre as demais, perpetuando as desigualdades existentes.

As reivindicações das camadas populares no sentido de democratização do acesso à escola são atendidas na medida em que as elites abrem espaço nos níveis mais elementares de ensino por ampliar seu acesso aos níveis mais elevados da estrutura educacional. Cria-se desta forma um movimento de pressão social pela ampliação do acesso de grupos distintos a níveis diferenciados de ensino. Isso acontece porque o acesso a um nível de escolaridade antes restrito aos grupos de elite tende a deslocar a restrição para um novo nível mais elevado e que confere vantagens competitivas antes associadas ao nível que foi franqueado a um contingente maior de pessoas. As desigualdades se mantêm, portanto, porque a ampliação do acesso se dá a partir dos níveis mais baixos de escolarização e, aos níveis mais elevados, preservam-se barreiras.

Como crítica à hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida, Lucas (2001) propõe a hipótese da Desigualdade Efetivamente Mantida, que implica observar aspectos qualitativos dos sistemas educacionais. Para o autor, as classes favorecidas garantem a manutenção de suas vantagens educacionais mesmo quando determinado

nível de ensino passa por um processo de massificação, criando distinções entre tipos de escola, estabelecendo processos de seleção e trajetórias diferenciadas entre os grupos sociais.

O olhar indicado por Lucas (2001) remete a análise para dentro dos sistemas educacionais a fim de captar a diferenciação entre estabelecimentos de ensino. Considera-se que as desigualdades são mantidas não apenas pelas restrições de acesso a determinados níveis mais elevados de ensino, mas também por meio de processos seletivos que restringem o acesso às melhores instituições educativas.

Além da seleção no momento do acesso, é possível perceber mecanismos seletivos e excludentes ao longo do processo de escolaridade que levam à não aprendizagem, à reprovação escolar, evasão e abandono, que culminam em trajetórias acadêmicas fragmentadas, descontinuadas e não concluídas ou concluídas sem êxito. As duas teorias se complementam e contribuem para um olhar mais abrangente sobre as complexas relações que se estabelecem entre desigualdades sociais e escolares.

Dubet (2008) toma a relação entre estratificação social e escolar como ponto de partida para refletir acerca dos processos de produção de desigualdades e, sobretudo, dos efeitos das desigualdades sociais sobre desigualdades escolares e vice-versa. Seus estudos indicam a existência de uma causalidade circular entre a origem socioeconômica do aluno, suas chances de ter acesso a um ensino de qualidade, se formar como bom aluno e ocupar posições na hierarquia social. Para ele,

(...) todas as disciplinas e todas as habilitações escolares são hierarquizadas e todas as diferenças escolares refletem claramente diferenças sociais. Em função de suas políticas e de suas tradições, cada sistema escolar pode estar mais ou menos próximo de um ideal puro de igualdade das oportunidades, mas nenhum consegue verdadeiramente se proteger da influência das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares. (DUBET, 2008, p. 31)

De forma análoga, também as desigualdades escolares produzem efeitos sobre as desigualdades sociais. O autor questiona, então, a justiça da adoção de um sistema pautado no mérito individual que se manifesta de forma cruel em relação aos “vencidos”, aos que não demonstraram as melhores performances individuais. Para Dubet (2008), a escola possui pouca tolerância com trajetórias atípicas, fazendo com que uma situação de fracasso leve a outras e se torne, muitas vezes, insuperável.

Ao defender a igualdade distributiva das oportunidades educacionais, ou seja, a equidade na oferta de escolarização, e as possibilidades de organização de sistemas

escolares fundados em princípios de justiça social, o autor demonstra uma importante preocupação com os alunos que não são selecionados como excelentes. Há o reconhecimento da inevitabilidade da lógica competitiva, mas é fundamental que isso não leve à degradação da condição dos menos favorecidos. Igualdade de oportunidades, neste caso, não significa desconsiderar a existência de grande diversidade entre os estabelecimentos escolares.

Para Alves *et al.* (2010, p. 67), em estudo realizado sobre a cidade do Rio de Janeiro, dentre os principais mecanismos de segregação escolar encontram-se: “(a) a alocação de alunos nas redes pública ou privada; (b) a alocação de alunos em escolas da mesma rede, mas em condições desiguais.” A pesquisa indica que há forte segmentação entre escolas que compõem a rede municipal de ensino, que se soma a um processo de homogeneização dos grupos sociais que frequentam essas escolas. Para os autores, mesmo que as escolas façam parte da mesma rede de ensino, há grande diferenciação entre elas, o que faz com que os alunos matriculados em diferentes instituições de ensino tenham acesso a condições de aprendizagem igualmente distintas. As evidências empíricas indicam que

Entre alunos pobres, os mais pobres frequentam as piores escolas, o que geralmente é determinado pela localização do domicílio e do próprio estabelecimento de ensino. Esse *tracking* involuntário reforça as desigualdades já existentes, de forma que aqueles com prejuízo nas características de origem sejam agrupados em escolas igualmente deficientes, mesmo em relação às vizinhas sob a mesma administração. (ALVES *et al.*, 2010, p. 68)

O horizonte de construção de desigualdades justas proposto por Dubet (2008), a partir da ideia de igualdade distributiva de oportunidades, está diretamente relacionado ao problema da eficácia escolar, na medida em que aposta no trabalho da instituição de ensino para produzir efeitos sobre os alunos. Embora inicialmente muitos estudos tenham confirmado que as diferenças socioeconômicas dos alunos são responsáveis pelo seu desempenho escolar⁹, muitas pesquisas indicam a relevância do trabalho realizado pela escola, sobretudo em relação às atividades pedagógicas, tanto no desempenho quanto no progresso dos alunos. Para Rutter *et al.* (2008), já está superada a ideia de que a escola não produza efeitos sobre as pessoas ou de que apenas reproduza o *status* familiar.

⁹ Ainda que não seja o objetivo deste texto, é importante ressaltar a relevância dos primeiros estudos sobre eficácia escolar, como o Relatório Coleman (1966).

Na mesma perspectiva, Mortimore *et al.* (2008), em estudo publicado originalmente em 1988 que procurou demonstrar a importância da escola e a necessidade de considerar as características dos alunos para a pesquisa sobre eficácia, constataram que alunos com condições socioeconômicas e características de sexo e idade iguais alcançam resultados diferentes a depender da instituição de ensino que frequentam e do trabalho pedagógico realizado por essas instituições.

Nossos resultados indicaram que a escola que o aluno frequenta durante o primário pode ter um efeito benéfico ou negativo no seu progresso e desenvolvimento. A importância da escola na explicação das variações no progresso dos alunos é uma descoberta importante desse estudo. Está claro que a escola dá uma contribuição bem maior para a explicação do progresso do que as características de *background*, sexo e idade dos alunos. (MORTIMORE *et al.*, 2008, p. 214)

Esse estudo indicou ainda que o *background* dos alunos faz mais diferença do que a escola quando se procura mensurar o desempenho dos alunos (avaliação em um dado momento específico) e que a escola produz mais impacto do que o *background* quando se procura avaliar o progresso do aluno (diferença entre desempenhos do mesmo aluno em momentos diferentes): “(...) a escola era aproximadamente 10 vezes mais importante em determinar o progresso em escrita do que fatores de *background*.” (MORTIMORE *et al.*, 2008, p. 200). Os elementos apresentados aqui para reflexão e muitos outros achados dos estudos sobre eficácia escolar justificam as conclusões de Torrecilla (2008) ao afirmar que

Não resta dúvida de que a pesquisa (...) pode aportar interessantes informações que auxiliem nas deliberações por parte das administrações escolares, assim como na colocação em funcionamento de programas que possam contribuir para aumentar os níveis de qualidade e equidade dos sistemas educativos (...). (TORRECILLA, 2008, p. 480)

Considera-se que as teorias se apresentam como aproximações sucessivas da realidade, que podem nos ajudar a entendê-la e a agir sobre ela. As políticas públicas educacionais que se proponham a melhorar a qualidade do ensino e buscar uma distribuição de oportunidades com vistas à equidade não podem se furtar a este debate. Ainda que reconheçamos que “a escola não é uma ilha deserta (...) isso não nos livra do dever de construir a melhor escola possível, apesar do mundo ser o que é (...)” (DUBET, 2008, p. 119). Portanto, o reconhecimento de que a reforma educacional mais eficaz talvez fosse uma reforma social que modificasse a distribuição de oportunidades

na sociedade não pode ser uma justificativa para a falta de ação no sentido de políticas que produzam mudanças significativas na distribuição de oportunidades educacionais.

1.1 Políticas de distribuição de oportunidades, estratégias de escolha e produção de desigualdades

Há grande diversidade entre as formas de atribuição das escolas aos estudantes, ou de distribuição dos estudantes entre as instituições escolares em diferentes países e em regiões ou municípios dentro de um mesmo país. De acordo com Van Zanten (2009, p. 6-7), na maior parte dos países a escolha da escola é objeto de controle do Estado. A autora identifica quatro formas típico-ideais: 1) inexistência total de escolha; 2) atribuição oficial com possibilidade oficial de troca; 3) modelo de quotas, quando há escolha, mas a burocracia estatal garante proporcionalidade entre etnias; 4) livre escolha.

Analisando um conjunto de pesquisas sobre os procedimentos adotados em diferentes regiões foi possível verificar a presença, ao mesmo tempo, de intervenção estatal e de algum grau de escolha das famílias em todos os casos. Esses dois elementos se combinam criando formas bastante diversificadas de distribuição de escolas e estudantes.

Este trabalho assume a hipótese de que as estratégias de distribuição das oportunidades escolares variam entre dois polos opostos: em um extremo estão os procedimentos que apostam na definição organizada pelos sistemas educacionais com pequena possibilidade ou restrição de escolha pelas famílias; e em outro extremo encontram-se aqueles que investem na escolha das famílias com impedimento ou restrição de seleção por parte dos sistemas educacionais.

Entre esses extremos, encontram-se múltiplas alternativas para a organização dos procedimentos formais de distribuição dos estudantes entre as escolas em um sistema de ensino, que misturam, em diferentes graus, possibilidades de seleção das escolas pelas famílias e de seleção das famílias pelas escolas ou outros níveis da burocracia estatal. Percebe-se que essa gradação está relacionada à adoção de políticas com presença mais forte de características de mercado ou com presença mais marcante do Estado.

De um lado, as políticas de distribuição de oportunidades que conferem à administração pública o poder de atribuir o estabelecimento de ensino ao estudante com restrição de escolha das famílias estão fundamentadas em perspectivas de fortalecimento do papel do Estado. De outro lado, as políticas que conferem às famílias

o poder de escolher as instituições de ensino baseiam-se em concepções que defendem o fortalecimento do indivíduo e redução do poder de intervenção do Estado.

Os estudos sobre distribuição de oportunidades educacionais que tomam como referência a análise dos processos de seleção das escolas pelos pais e de seleção dos estudantes pelos estabelecimentos de ensino, em espaços onde há políticas explícitas de *school choice* e quase-mercado ou não, reconhecem grande variedade de procedimentos, que não se concentram nos polos extremos identificados acima. Para uma representação gráfica dessa variação, propõe-se o seguinte quadro:

Quadro 1 – Variação das políticas de distribuição de oportunidades educacionais de acordo com a possibilidade de escolha da escola pelas famílias e intervenção do poder público

Relação entre escolha das famílias e seleção	Incentivo à escolha	Possibilidade de escolha	Restriçã o à escolha
Restrição à seleção			
Possibilidade de seleção			
Incentivo à seleção			

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 procura associar visualmente graus diferenciados de procedimentos que incentivam, possibilitam ou restringem a escolha do estabelecimento escolar pelas famílias, a graus diferenciados de ações que restringem, possibilitam ou incentivam a intervenção do poder público, das próprias escolas ou de diferentes níveis da burocracia estatal, independentemente dos critérios adotados, para seleção e atribuição de vagas aos estudantes.

As políticas que se situam nas áreas da tabela marcadas em verde mais claro são aquelas que se orientam pela atribuição da escola ao estudante. Os alunos podem ser selecionados por diferentes critérios, como: localização geográfica de sua moradia e do estabelecimento de ensino, resultados em testes de rendimento escolar, histórico acadêmico do estudante, avaliação vocacional, etc. Muitas dessas políticas se

fundamentam na defesa de uma perspectiva republicana de compreensão do Estado como provedor de bens sociais, entre os quais a educação, e responsável pelo controle sobre sua distribuição, oferta e garantia. A França, a Alemanha, a Inglaterra (no período anterior à Reforma de 1988) são exemplos de países que adotam ou adotaram estratégias como essas.

Já nas áreas da tabela marcadas em verde mais escuro estariam as políticas que estabelecem modelos de organização de quase-mercados escolares e introduzem a possibilidade de escolha da escola pelos pais dos alunos, tratada na literatura como *school choice*. Diferentes países optaram por estratégias distintas para realização dessas escolhas e para a distribuição das oportunidades escolares entre as famílias, mas é possível distinguir características recorrentes: a mudança do centro de decisão em relação à distribuição, transferindo-o das burocracias educacionais para a família, muitas vezes aliando a escolha das famílias ao impedimento de processos de seleção dos alunos pelas escolas. Dentre as políticas de *school choice*, que habitualmente são acompanhadas de políticas de disseminação de informações, descentralização de decisões e avaliação externa, algumas estabelecem processos de aleatorização da distribuição, procurando proporcionar chances iguais de acesso de alunos de diferentes estratos sociais às escolas.

Há experiências de instituição de políticas de quase-mercado em países como a Inglaterra, o Chile, a Austrália e a Nova Zelândia, bem como em alguns estados e cidades dos Estados Unidos da América, como Boston. (Gorard, 2003; Glenn, 2009; Maroy, 2006) Algumas dessas experiências serão analisadas neste capítulo.

As políticas de distribuição de oportunidades educacionais geram muitas polêmicas e deram origem a vários debates, tanto acadêmicos quanto ideológicos, que procuram evidenciar positivities e problemas relacionados à restrição de escolha e atribuição das escolas aos estudantes pela burocracia estatal, bem como relacionados à organização de quase-mercados e escolha da escola pela família.

Para o desenvolvimento deste trabalho, interessa conhecer os debates que envolvem as políticas de quase-mercado e escolha. Portanto, dar-se-á ênfase às reflexões construídas em torno dessas perspectivas. De um lado, é possível citar a ideia de livre escolha como um arauto da democracia e da regulação do quase-mercado como uma forma racional de distribuição das oportunidades escolares; de outro, encontram-se as críticas relacionadas à redução do papel do Estado, à manutenção das distâncias sociais, à falta de justiça social e equidade na oferta de educação com qualidade para

todos. É importante ressaltar a existência de dissensos na medida em que eles fomentam o debate.

Este capítulo apresentará resultados de pesquisas que analisaram a distribuição de oportunidades educacionais e seus impactos sobre os processos de produção de desigualdades a partir de diferentes experiências que incentivam as escolhas das escolas pelos pais e que incentivam a intervenção da burocracia estatal na atribuição de escolas aos estudantes. Pretende-se construir um panorama sobre as diferentes políticas, suas perspectivas e possíveis resultados.

Estudos sobre a distribuição de oportunidades educacionais na França conferem destaque à relação entre espaço e sociedade. A definição das escolas em que os estudantes devem se matricular na França é feita pelo mecanismo chamado “Mapa Escolar”¹⁰, por meio da qual o poder público atribui a escola ao aluno de acordo com a região de sua residência, ou seja, de forma setORIZADA. A família pode solicitar uma “isenção” da definição de escola para obter o direito de matricular seu filho em outra instituição. Isso deve ser feito por meio de uma solicitação oficial. Há também famílias que buscam estratégias informais para realizar a matrícula em outros estabelecimentos.

As análises sobre as formas de organização geográfica da sociedade indicam situações de discriminação, de exclusão, e incorporam a noção de distância espacial nas reflexões sobre desigualdades sociais. Ben Ayed e Poupeau (2009) afirmam que, partindo do pressuposto de que as desigualdades geográficas são fundamentalmente da mesma natureza que as desigualdades sociais, as pesquisas sobre o tema permitem identificar polos geográficos que concentram situações de sucesso ou não sucesso escolar e conseguem relacioná-los às morfologias sócio-residenciais e à intensidade das formas de segregação (BEN AYED E POUPEAU, 2009:7).

Outra pesquisa, sobre os determinantes socioespaciais da mobilidade dos alunos entre escolas parisienses de centro e periferia e a diferenciação social das práticas de definição de instituição de ensino, realizada por Franck Poupeau e Jean-Christophe François (2008), oferece interessantes elementos de reflexão sobre a movimentação dos estudantes no interior do sistema de ensino público e a produção de desigualdades, bem como sobre relações entre segregação residencial e escolar.

O estudo concebe o espaço como uma construção social e, ao mesmo tempo, como princípio estruturante das práticas sociais. As escolas se situam em espaços de

¹⁰Tradução livre do francês “*Carte Scolaire*”.

concorrência, caracterizados como hierárquicos e desigualmente acessíveis, na medida em que escolas consideradas de prestígio se situam habitualmente em bairros “aburguesados” e, portanto, valorizados em termos imobiliários. A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa procura identificar as diferentes estratégias de escolarização adotadas pelas famílias nesse espaço de concorrência.

Para analisar a movimentação dos estudantes, Poupeau e François (2008) adotam dois conceitos fundamentais: “evaporação” e “condensação” dos alunos. A evaporação se refere à situação de esquiva dos alunos das escolas locais de origem, definidas por meio do Mapa Escolar. “(...) *est considéré en situation d’évitement tout élève don’t l’adresse se situe en dehors du secteur de l’établissement dans lequel il est inscrit, quel que soit le moyen, licite ou illicite, qu’il a pu utiliser.*” (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 123). Assim, todos os estudantes matriculados em escolas fora da região de moradia foram considerados em situação de esquiva, independentemente de terem obtido a vaga de forma legal ou por estratégias consideradas irregulares. Os estabelecimentos de ensino que concentram situações de recusa pelas famílias foram considerados exemplos da situação de “evaporação”.

E a condensação se refere à concentração de alunos em escolas públicas consideradas atrativas, habitualmente diferentes das definidas pelo Mapa Escolar. Foram utilizados dados de matrícula em comparação com o número de crianças residentes na região.

L’*évaporation*” des élèves désigne le cas où les élèves scolarisés sont moins nombreux que les enfants résidents, tandis que la “*condensation*” désigne le phénomène inverse – et il peut y avoir, en certains lieux, beaucoup plus d’élèves qu’il n’y a d’enfants résidents. (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 38)

Os resultados indicam que não há uniformidade nas práticas assumidas pelas famílias em relação à definição de escola para matricular os filhos, no caso de procurarem a isenção do Mapa Escolar. Tampouco há consenso entre as avaliações que as famílias fazem das instituições de ensino. A visão da família sobre a escola local é diferente se ela decidiu procurar outra escola fora do bairro ou não, pois seu posicionamento reflete a racionalidade embutida e os critérios utilizados para a sua tomada de decisão.

Há múltiplas variáveis que contribuem para a compreensão sobre a movimentação dos alunos, as quais foram inseridas em uma modelagem estatística a fim

de avaliar a importância relativa de cada uma para a explicação do fenômeno. Cabe ressaltar que as mesmas variáveis e relações não são igualmente significativas para todos os grupos e situações (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008). Contudo, os autores não apresentam um detalhamento da modelagem estatística construída para a pesquisa, o que pode provocar dúvidas em relação à validade dos resultados obtidos. Em todo caso, considerou-se relevante a apresentação das reflexões construídas pelos autores.

Os pesquisadores verificaram que há impacto relevante do contexto socioespacial nas oportunidades escolares – ainda que as variáveis sociais sejam mais significativas do que as espaciais, estas produzem impactos importantes nos resultados. Isso implica reconhecer que *“la localisation des élèves influence non seulement l’accessibilité physique aux établissements mais aussi l’accès à l’information, redoublant ainsi la distance sociale avec le système scolaire.”* (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 109). Essa influência sobre as condições de acesso físico e às informações é tão significativa que mesmo famílias pertencentes ao mesmo grupo socioeconômico (à classe média, por exemplo) apresentam práticas diferentes de definição das escolas quando estão em configurações espaciais distintas. O estudo verificou que há uma propensão desigual entre os diferentes grupos sociais tanto na decisão de buscar outra escola quanto na solicitação de isenção oficial em relação ao Mapa.

Para os autores, a troca de escola muitas vezes é mais o resultado da percepção de que outras famílias que buscam escolas consideradas de prestígio ficam em situação de vantagem frente às demais do que de uma análise de dados objetivos sobre as condições e os resultados das escolas. Por meio de questionários submetidos às famílias, os pesquisadores concluíram que *“la population en situation d’évitement se préoccupe d’avantage de la ‘carrière scolaire’ de l’enfant.”* (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 77).

Nos bairros mais desfavorecidos e socialmente mais homogêneos esse fenômeno de evaporação é mais fraco, ou seja, as famílias evitam menos matricular seus filhos nas escolas locais. As famílias desfavorecidas demonstram consciência sobre a existência de um mercado escolar e do valor desigual das escolas, mas não se sentem capazes de seguir os procedimentos necessários para receber a autorização de isenção do Mapa Escolar.

A análise dos mecanismos de recusa da matrícula na escola atribuída, construída por Poupeau e François (2008) parece exprimir uma recomposição dos

grupos sociais dotados de maior capital cultural e de suas estratégias de reprodução na sua relação com a escola, uma vez que esses grupos são também os mais aptos a converter o investimento das famílias no processo de escolarização dos filhos, em busca das escolas mais valorizadas.

Foi possível perceber uma revalorização também do capital econômico como princípio de diferenciação socioespacial das práticas de definição da escola, o que confirma a ideia de que o efeito da posição da família em um entorno específico varia segundo a categoria social de pertencimento. Assim, famílias pertencentes a diferentes grupos e residentes nos mesmos espaços tendem a agir de forma distinta em relação à escolha da escola – considerando-se que as famílias mais favorecidas demonstram maior tendência de esquivar-se das escolas locais e buscar vagas em escolas de maior prestígio do que as demais famílias.

Dans le cas spécifiquement étudié des collèges parisiens, le sens du placement renvoie à plusieurs types de mobilité selon les configurations de secteurs de recrutement et de voisinages dans lesquels se trouvent les différentes catégories d'élèves. Si la mobilité constitue une forme de capital [Kaufman, Bergman et Joye, 2004], il s'agit donc d'un capital inégalement repartí (...). (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 151-2)

Nesse caso, a mobilidade pode ser entendida como capital na medida em que abre oportunidades que não estariam presentes sem ela. A mobilidade analisada é aquela que possibilita o acesso a escolas de prestígio, às quais o aluno cuja família aceita a Mapa Escolar e a matrícula na escola local não tem acesso. Tendo em vista que seria impossível garantir que todos os alunos pudessem se matricular em escolas de prestígio, para Poupeau e François (2008) essa prática contribui para o acirramento das desigualdades de oportunidade de acesso à educação de qualidade, já que é um comportamento mais presente nos grupos sociais favorecidos.

Ainda que todos os elementos de análise dos dados da pesquisa indiquem o acirramento das desigualdades, os autores assumem a defesa do modelo de Mapa Escolar como princípio do direito à igualdade, ao mesmo tempo em que rechaçam a ideia de mercado e escolha aberta das famílias. Para eles, com a instituição de uma lógica de “mercado escolar” os alunos desfavorecidos continuariam excluídos das escolas favorecidas pelos mecanismos mais simples de concorrência econômica e cultural.

Poupeau e François (2008) defendem que o mercado é incapaz de garantir a liberdade de escolha e que a supressão da setorialização significaria maior liberdade de

escolha das famílias pelas escolas (e, portanto, de segregação e exclusão de alunos considerados indesejados pelas instituições) do que a livre escolha das escolas pelas famílias.

Os estudos sobre a constituição de quase-mercados escolares na Inglaterra identificam uma situação oposta ao caso francês, no que se refere à distribuição de oportunidades educacionais. Gorard *et al.* (2003) afirmam que o Reino Unido se consolidou como um laboratório social pela extensão das políticas que promovem competição entre escolas e escolha dos pais. A Reforma Educacional instituída em 1988 substituiu a alocação dos estudantes nas escolas pela burocracia estatal, de acordo com a residência da família, pela escolha da escola pelos pais em um quase-mercado com diversidade de escolas.

Antes da aprovação do “*School Standards and Framework Act 1988*”, foi observada uma grande variedade nos processos de distribuição de oportunidades escolares entre estudantes em estudos sobre a alocação de alunos nas escolas do sistema educacional inglês. A Reforma procurou substituir a distribuição dos alunos nas escolas realizada pelas autoridades educacionais locais pela escolha dos pais num mercado que apresentasse diversidade de opções. Contudo, mesmo com o estabelecimento de critérios explícitos, estudos demonstraram a permanência de considerável variação na aplicação desses critérios. (GORARD *et al.*, 2003, p. 8)

A Reforma, baseada no princípio de transparência dos processos de distribuição de oportunidades educacionais, estabeleceu uma mudança de legislação que concedeu às famílias o direito de expressarem suas preferências por qualquer escola (independentemente de região geográfica ou proximidade entre a moradia e a escola) e negou o direito da escola de recusar a matrícula de qualquer pessoa. Essa mudança é significativa na medida em que transfere o poder de seleção antes nas mãos das escolas e autoridades educacionais locais para as mãos das famílias.

Na Inglaterra foram criados, ao mesmo tempo, três espaços para a discussão e solução de situações criadas pela nova forma de escolha das escolas: *appeal panels* (com o objetivo de estabelecer arbítrio entre as autoridades locais e os pais), *admissions forums* (veículo de consulta e discussão de questões suscitadas durante a distribuição das vagas) e *adjudicators* (juízes designados para resolver as questões pendentes nos fóruns), na perspectiva de que seria possível a criação de um sistema aberto, justo e efetivo.

Os princípios de defesa do modelo de quase-mercado escolar se sustentam sobre as noções de liberdade de escolha, equidade (ao estender a escolha para todos, sem restringir às famílias que podem pagar por moradias em áreas mais abastadas) e competição entre escolas, a fim de se tornarem populares e bem-sucedidas. Um dos principais contra-argumentos apresentados à lógica do quase-mercado se refere à possibilidade de desconstrução da estrutura do Estado de Bem-Estar, cuja ação é concebida como necessária para alcançar alguma forma de justiça social numa economia capitalista.

Para Gorard *et al.* (2003), as políticas de *school choice* e participação das famílias se justificam como um antídoto para a estratificação social e escolar, pois procuram estender o privilégio de escolha a membros da sociedade que não o possuíam antes. Os pesquisadores compreendem segregação ou estratificação escolar como uma crescente separação entre grupos socioeconômicos, com uma concentração das camadas mais desfavorecidas da sociedade em algumas escolas, e dos grupos mais favorecidos em outras. A política de escolha do estabelecimento escolar pela família poderia criar uma heterogeneidade maior entre os estudantes da mesma instituição, reduzindo a estratificação entre escolas.

Os resultados obtidos pelos pesquisadores em estudo de larga escala envolvendo escolas e estudantes da Inglaterra e País de Gales indicam que houve redução progressiva de segregação entre as escolas depois da instauração das políticas de quase-mercado, bem como não se observou redução dos índices de equidade associado à escolha dos pais, o que leva Gorard *et al.* (2003, p. 72) a questionarem a afirmação simplista de que “*markets lead to segregation.*”

A pesquisa revelou que as escolas consideradas mais “populares”, no sentido de mais procuradas pelas famílias, tiveram aumento do número de estudantes matriculados, até o limite de vagas disponíveis para atender a demanda. Eventualmente, essas escolas recebem maior demanda do que a capacidade de atendimento e, em alguns casos, os estabelecimentos passaram por processos de expansão de vagas em face desse crescimento da demanda. Ao mesmo tempo, as escolas menos procuradas tiveram um decréscimo no número de matrículas iniciais e no número total de alunos atendidos, até o limite de existência de vagas em outras escolas para atender os alunos que procuram transferência.

Gorard *et al.* (2003) indicam também que há correlação positiva entre a implantação de políticas de escolha da escola pelos pais e melhorias nos resultados de

rendimento escolar dos estudantes, ainda que não exista uma relação de causalidade entre as duas variáveis. Não seria mesmo de se esperar que a introdução da escolha provocasse qualquer tipo de impacto significativo sobre o padrão de rendimento escolar. A explicação dos pesquisadores para essa correlação se sustenta sobre a hipótese de que a política de reforma do ensino instaurou uma tendência de longo prazo que tem levado à redução das desigualdades entre os estabelecimentos escolares, o que pode gerar uma aproximação dos resultados obtidos pelo sistema como um todo.

As schools became more similar in composition in the early 1990s, their overall results converged, and the results within schools continue to converge (apparently as part of a longer term trend). An argument can also be constructed that the increase in public examination scores post-1988 in the maintained sector relative to independent schools means that market forces have been effective in driving up standards. However, the limits on improvement imposed by the 100 per cent limit for any indicator and the complex nature of policy changes post-1988 mean that this argument must be tentative. In any case, there is no evidence that this improvement (if that is what it is) has reduced the link between socio-economic background and school attainment. The relative composition of schools continues to play a key role in understanding the nature of the school system in England and Wales. (GORARD *et al.*, 2003, p. 93)

Os modelos de análise hierárquica utilizados na pesquisa, de caráter longitudinal, reforçam a constatação de que a composição relativa do corpo discente das escolas continua desempenhando um papel fundamental na compreensão da natureza do sistema de ensino e dos próprios processos de segregação escolar na Inglaterra e no País de Gales. As variáveis de *background* continuam sendo as que exercem maior impacto sobre os resultados dos alunos e o desempenho das escolas.

Sobre as escolhas das famílias, Gorard *et al.* (2003, p. 167) descobriram que geralmente os pais não escolhem as escolas de acordo com as hipóteses elaboradas pelas teorias econômicas clássicas. As famílias habitualmente não consideram muitas alternativas e fazem suas escolhas com base mais em questões relacionadas, por exemplo, à segurança de seus filhos do que em aspectos acadêmicos. A maioria das famílias indica como primeira opção a escola do bairro e muitos pais se mostram felizes com esta escolha.

Quando os estudantes não conseguem vaga nas escolas para as quais se inscreveram e são alocados em outras instituições, os pais podem apelar formalmente contra a alocação indesejada. Entre 1993 e 1999 o número de apelações mais que dobrou, passando de 4,2% das solicitações de matrícula para 9,6%, e em 2000 chegou a

10%. Os outros 90% conseguiram vaga para seus filhos na escola que indicaram como primeira opção. Embora seja significativamente alto o percentual de famílias atendidas satisfatoriamente pela política de escolha, o aumento no número de apelações contra a definição da escola pode indicar uma situação de frustração em relação ao quase-mercado educacional.

Nos Estados Unidos da América também há grande diversidade entre as políticas de distribuição de oportunidades educacionais, tendo em vista o modelo de organização federativa que confere alto grau de autonomia aos estados. Em estudo realizado a partir da experiência da cidade de Boston (Massachusetts) sobre a constituição de quase-mercados escolares regulamentados pelo poder público, Glenn (2009) indica os programas de escolha controlada como possibilidade de distribuição das vagas das escolas atendendo ao máximo possível os desejos indicados pelas famílias e a necessidade de equilíbrio (racial e social) em cada escola.

O autor avalia que o mercado, por si só, pode se tornar mais uma causa para a segregação e a desigualdade escolar, aumentando os desequilíbrios já existentes nos sistemas escolares. Para ele, a mão invisível do mercado não é suficiente. Uma boa estratégia de mercado deve prever: procedimentos para assegurar igualdade de acesso, manter a confiança no processo e promover a integração; divulgação eficaz e aconselhamento individual para que os pais possam tomar decisões conscientes e informadas sobre as escolas; medidas para assegurar que a escolha seja real.

Nas análises apresentadas, Glenn (*op. cit.*) indica que é possível verificar que as famílias de classe média se beneficiam com os processos de escolha, em detrimento das famílias mais pobres, que demonstram menor potencial para dominar e manipular o sistema de “consumidores de escolas”. O estudo desenvolvido por ele analisa experiências de constituição de mercados escolares em Boston, cuja intenção, de acordo com o pesquisador, não é instalar um capitalismo selvagem, com competição desenfreada, mas uma abordagem de “mercado justo”, equitativo, procurando oferecer a possibilidade de comparação entre os benefícios e aumentar a participação dos pais.

Para o autor, o processo de escolha, como apoio adequado – sobretudo em relação às informações sobre as escolas – pode fortalecer os pais, além de levá-los a assumir a responsabilidade pelas decisões de escolarização de seus filhos. Suas críticas em relação à setorização das escolas são bastante duras, pois para ele a decisão sobre a matrícula das crianças não pode estar baseada em definições feitas a partir de uma linha

impessoal em um mapa, num procedimento por meio do qual as políticas públicas substituem o julgamento dos pais pelo de um funcionário.

Verifica-se que as estratégias de escolarização implicadas tanto nas práticas de setorização e atribuição de escolas aos alunos quanto nas experiências de escolha familiar pela constituição de mercados escolares podem desenvolver modelos de reprodução e acirramento das desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, com o objetivo de superar os procedimentos de segregação escolar e acirramento das desigualdades pela ação da escolarização, Glenn defende a experiência de “Escolha Controlada”, realizada em Boston a partir dos anos 1980, que procurou unificar as ideias de escolha dos pais com a atribuição dos alunos para as escolas com base na distribuição geográfica, como possibilidade de respeitar as escolhas das famílias utilizando estratégias informatizadas para a distribuição das vagas entre os que as demandam. Este sistema se baseia no princípio de universalidade, pois abrange todas as famílias envolvidas na definição de matrícula para seus filhos, e na aleatoriedade, pois as famílias que não conseguem as vagas nas escolas que solicitam são definidas aleatoriamente.

Glenn (*op. cit.*) indica que não é possível atender as crianças apenas nas escolas de bairro, pois há lugares que possuem mais crianças do que se espera e do que o tamanho das escolas possibilita matricular. A escolha controlada passou a ser vista como possibilidade de minimizar o impacto da mudança da população local para escolas de outros bairros. Este sistema possibilitou também uma melhor distribuição do número de alunos por escola e por turma.

Os procedimentos para a realização da escolha controlada envolvem os pais de novos estudantes ou daqueles que estão em transição para o próximo nível. As famílias são chamadas para visitar os centros de informação a fim de receber aconselhamento, com materiais explicativos em várias línguas, antes de apresentar suas escolhas. Um programa de computador passou a fazer a distribuição das vagas, atendendo ao máximo possível as escolhas e a necessidade de equilíbrio racial em cada escola.

A escolha controlada possui quatro objetivos: Igualdade de acesso a todos os alunos, independente da região em que cada família pode viver; Envolvimento dos pais com informação sobre as escolas; Eliminação da garantia de vaga de acordo com a residência; Melhorar o equilíbrio racial de cada escola (GLENN, 2009, p. 22).

As estratégias adotadas pelas políticas de distribuição de oportunidades em Boston podem ser identificadas como políticas que incentivam a escolha das famílias e

ao mesmo tempo incentivam a intervenção da burocracia estatal, na medida em que essa escolha se realiza de forma controlada pelo poder público.

Essa política diz respeito essencialmente à distribuição de vagas em escolas que oferecem Ensino Médio, chamadas de *magnet schools*. A política descrita conjuga a ideia de escolha com uma oferta de cursos distintos das escolas consideradas regulares, com caráter “vocacional”, que se beneficia da possibilidade de diferenciação curricular existente nos USA. Esta oferta diferenciada produz impactos sobre as escolhas, pois a mobilização não está relacionada, apenas, às escolas consideradas “melhores” ou “piores”, ou bairros “melhores” ou “piores”, mas também às inclinações dos estudantes e outros aspectos individuais típicos de uma sociedade que não imagina as pessoas como essencialmente ou substantivamente iguais, mas como seres diferentes, para além de suas diferenças socialmente condicionadas. Seria possível localizar este modelo na região em branco do Quadro 1, no canto inferior esquerdo.

Em pesquisas sobre a distribuição de oportunidades escolares em Israel, Yair (1996) desenvolveu uma análise procurando compreender o funcionamento de quase-mercados educacionais no âmbito local, considerando a existência de “*schools in specific market niches*” (Yair, 1996, p. 454), a possibilidade de mobilidade dos estudantes entre tipos diferentes de escola e a estrutura hierárquica criada pela situação de competição entre os estabelecimentos escolares. O autor construiu o conceito de ecologia de mercado para indicar como esses aspectos interagem. Para ele, não se pode considerar as ações dos indivíduos ou das escolas isoladamente, uma vez que a opção do sujeito por determinada escola limita a escolha dos demais, da mesma forma que a existência de escolas muito procuradas só é possível se houver escolas com menor procura para atender a demanda excedente.

Para o autor, a escolha se baseia na forma como as vagas estão distribuídas entre as escolas e na ecologia do mercado educacional caracterizada pela existência de uma estrutura de oportunidades diferenciadas, estabelecidas entre um conjunto de escolas circunscrito territorialmente. Os quase-mercados educacionais são organizados como um mercado com “*closed-positions*” (Yair, 1996, p. 456), o que significa que há um número fixo e predeterminado de vagas em cada instituição escolar, que limita as oportunidades de acesso a cada uma das escolas.

Em sistemas de posições fechadas, como analisado por Yair (*op. cit.*), novas pessoas só podem ocupar espaços dentro do sistema se uma posição se torna “vaga” e esta vaga só existe se alguém sai do sistema e deixa de ocupá-la. Nesse sentido, a

escolha não depende apenas de motivações individuais na medida em que a infraestrutura do quase-mercado educacional, ou estrutura de oportunidades, produz o palco para a realização das escolhas.

As escolhas dependem das posições disponíveis e da própria ecologia do quase-mercado. Portanto, a competição de alunos pelas melhores oportunidades e de escolas pelos melhores estudantes é inerente ao quase-mercado educacional, uma vez que o acesso às melhores escolas pode ser considerado um bem escasso. Do lado da oferta, as escolas proporcionam, em diferentes graus, quantidade e qualidade de instrução, chances de vida, credenciais e prestígio, etc. Do lado da demanda, os estudantes oferecem, também em diferentes graus, habilidades intelectuais e técnicas, caráter e motivação, etc.

Estabelecem-se negociações e transações entre escolas e estudantes que resultam na distribuição das oportunidades existentes entre os alunos demandantes. Pode-se afirmar que escolas competem por alunos e alunos competem por escolas, mas estas transações são assimétricas, pois os estudos indicam que as escolas possuem mais poder de decisão do que as famílias e os estudantes. Isso implica considerar que escolas selecionam alunos mais do que alunos selecionam escolas. Essa assimetria nas relações de poder constitui mais um elemento importante para a análise sobre as escolhas das famílias, no sentido de indicar a impossibilidade de reduzir a reflexão às preferências individuais. Para Yair (1996, p. 464), “the act of deciding and the rate of decisions are predetermined by the organization of schools and the ecology of the market”.

Os achados do estudo promovido por Yair (*op. cit.*) mostram que, embora não exista regulamentação oficial específica e tampouco políticas de escolha ou de estabelecimento de quase-mercado escolar em Israel, o quase-mercado educacional é hierarquicamente estruturado e muito bem regulado, ainda que não explicitamente. Ou seja, embora não exista uma regulação específica aprovada de forma democrática, o quase-mercado escolar é regulado pelo monopólio que as burocracias possuem sobre a distribuição das oportunidades educacionais e certificações.

Assim, os conceitos relacionados à constituição de quase-mercados escolares são utilizados para estudar contextos em que não há políticas explícitas de escolha ou disputa entre instituições, mas se percebe a existência de uma ecologia de mercado, ou seja, relações entre oferta e demanda que mantém um quase-mercado em funcionamento, ainda que sem uma regulamentação explícita do poder público. No

Brasil¹¹, que não possui uma política nacional de organização de mercados ou escolha da escola pelos pais, essa perspectiva de análise foi assumida como uma possibilidade por vários pesquisadores, como Souza e Oliveira (2003) ao estudar as políticas de avaliação nacional, e por Costa e Koslinski (2009) em pesquisa sobre acesso dos estudantes a escolas públicas no município do Rio de Janeiro, apenas para citar alguns exemplos. Estes últimos propõem o conceito de quase-mercado escolar oculto para estudar casos em que quase-mercados se estabelecem sem que haja uma publicização das regras estabelecidas para o seu funcionamento.

O debate sobre as desigualdades escolares retoma, ainda que sobre novas bases, as reflexões dos trabalhos sociológicos clássicos sobre a reprodução social. Estas questões tomam outro caráter em vista da forte segmentação dos sistemas de ensino e do desenvolvimento de quase-mercados escolares, que conferem novos contornos para o movimento da realidade educacional.

As famílias envolvidas nas situações de escolha oficial ou oficiosa presentes nas políticas analisadas não podem ser concebidas como simples receptoras de políticas ou determinações frente às quais se tornam impotentes. Os indivíduos não são vítimas incapazes de modificar seus destinos. Ao contrário, são agentes sociais ativos e relativamente autônomos, que interferem em seus contextos socioespaciais, produzem novas práticas e criam estratégias distintas a fim de atingir os objetivos que estabelecem para si e suas famílias.

As evidências empíricas dos diferentes estudos apresentados neste capítulo indicam que há sempre espaço para a intervenção das famílias e algum grau de liberdade para a escolha da escola. Mesmo em lugares onde se verifica a restrição formal e legal à escolha, as pesquisas indicam a existência de procedimentos e estratégias assumidas pelas famílias a fim de procurar e obter a vaga para seus filhos nas escolas que preferem. Por outro lado, a existência de políticas de escolha não significa que todas as famílias serão atendidas em relação às suas demandas, tendo em vista que os quase-mercados escolares se caracterizam por possuírem posições fechadas, o que pode gerar um descompasso entre a oferta e a demanda, sobretudo em estabelecimentos de ensino considerados de prestígio.

Ao mesmo tempo, também foi possível verificar a presença do poder público regulamentando os procedimentos de distribuição de oportunidades, mesmo onde há

¹¹Os dispositivos presentes na legislação nacional (Lei n.º 8.069/90 e Lei n.º 9.394/96) preveem o direito à vaga em escola pública e gratuita próxima da residência do estudante.

políticas de quase-mercado escolar instituídas. Não se trata, portanto, de aniquilar o poder de escolha das famílias e tampouco de impedir a intervenção do poder público. O que se verificou, em cada caso em particular, foram políticas que combinam diferentes graus de escolha das escolas pelas famílias e procedimentos de intervenção da burocracia estatal sobre a distribuição das oportunidades educacionais. As ações das famílias e as ações realizadas por pessoas que ocupam diferentes cargos nos níveis da burocracia estatal podem ser oficiais e estar previstas nas normas que conduzem os processos de atribuição das escolas aos estudantes ou podem ser oficiosas e se realizar entre brechas construídas por dentro do próprio sistema.

O conjunto dos estudos analisados demonstra que as oportunidades sociais criam chances diferenciadas no que se refere ao acesso às consideradas melhores escolas e às vantagens que isso cria para os grupos favorecidos. Nesse contexto, os resultados dos processos de escolarização podem ser relacionados às oportunidades criadas pelas famílias de origem, o que indica a existência de vantagens para os indivíduos de famílias favorecidas.

As estratégias adotadas pelas famílias para buscar vagas nos estabelecimentos de ensino que escolhem, bem como os procedimentos adotados pelo poder público para controlar as escolhas, não são independentes do mundo que os cerca, mas seguramente interferem na construção da realidade na qual se inserem. Assim, supera-se qualquer perspectiva de defesa da educação como redentora da sociedade e como solução imediata para os problemas de desigualdade social. Em grande medida, a educação contribui para os processos de distinção e de consolidação das desigualdades. Há, contudo, margem para que políticas atentas à problemática mitiguem ou acentuem tal característica.

Essa percepção se acentua à medida que se começa a colecionar evidências acerca do que seria o efeito da composição do alunado (*school-mix effect*) sobre indicadores de desempenho médio das escolas em testes padronizados. Tal efeito permitiria compreender parte da diferença entre escolas que se supunha ser fruto do assim chamado “efeito escola”, agregando capacidade explicativa ao esforço por conhecer e interpretar as diferenças entre escolas. Por essa abordagem, a composição do alunado, algo na intersecção entre um fator externo (a origem social dos alunos, a escolha escolar, o capital social) e um fator interno (os procedimentos seletivos da escola) seria responsável por parte da variação observada no fenômeno, reduzindo um

pouco o genuíno efeito escola, atribuível a dispositivos organizativos e pedagógicos *tout-court*.¹²

1.2 Perspectivas de análise sobre as escolhas das escolas pelas famílias

Para Van Zanten (2009), o caráter social da escolha se assenta no fato de os outros constituírem grupos de referência para a pessoa que a realiza, na medida em que as práticas são imitadas a fim de possibilitar a inserção em grupos sociais. A escolha possui, também, um caráter deliberado. Os indivíduos utilizam dispositivos de julgamento, por meio dos quais recolhem informações de outras pessoas. Há que se considerar ainda que as escolhas dependem de oportunidades que escapam ao controle individual. As escolhas refletem também a estrutura de oportunidades, que resulta de valores, regras e posições herdadas do passado e das ações realizadas no presente, sobretudo em relação à estratificação e diferenciação dos grupos sociais. Portanto, há uma multiplicidade de elementos sociais que guiam e interferem na realização de escolhas.

Ainda que a possibilidade de escolha possa ser compreendida como expressão de uma liberdade individual, não há como negar seu caráter social e histórico. Escolhas são sempre individuais, mas há influência de outros agentes sociais sobre o indivíduo que as realiza, por meio, por exemplo, de constrangimentos e condicionamentos. Em muitas situações a escolha se configura como um exercício de poder ou prestígio, na medida em que implica mobilização de recursos desigualmente repartidos entre as pessoas.

As escolhas têm sido objeto de estudo em pesquisas com diferentes orientações teórico-metodológicas e mereceram atenção especial no campo da sociologia, como a escolha da escola, tendo em vista a importância da escolarização das crianças, tanto para seus pais quanto para a sociedade em geral. Considera-se que a escolha da escola tem efeitos de longo prazo sobre a vida dos indivíduos, influi sobre o tipo de diploma e certificação que será possível alcançar, gera consequências sobre a vida profissional e a possibilidade de mobilidade social, etc.

Berends e Zottola (2009) apresentam algumas reflexões sobre teorias que tomam perspectivas sociais para analisar as escolhas, como a teoria da escolha racional,

¹²Para discussão detalhada dessa questão, ver a tese de Tiago Lisboa Bartholo, “*Clustering Potentially Disadvantaged Pupils in Rio de Janeiro Public Schools: Causes and Consequences*”, desenvolvida também em nosso grupo de pesquisa, em paralelo à presente tese, para defesa igualmente em 2014.

teoria institucional, teoria do capital social e teoria da escola como organização social. A teoria da escolha racional postula que os indivíduos agem por interesse próprio, segundo suas preferências pessoais, estabelecendo cálculos que orientam suas decisões. Os autores indicam a necessidade de cautela no uso dos resultados destas pesquisas, pois há muita controvérsia em relação à aplicação da teoria de escolha racional nas análises de escolha da escola. Há críticas também em relação ao método de pesquisa proposto, que pode levar a resultados meramente técnicos e abstratos (BERENDS e ZOTTOLA, 2009, p. 39).

Os estudos consideram que os pais que escolhem a escola são consumidores diferentes dos demais, pois não consomem diretamente o produto e, quando conseguem mobilizar os recursos necessários, escolhem a melhor educação para seus filhos. O conceito de melhor educação e melhor escolha pode ser objeto de contestação, na medida em que pode variar dependendo dos critérios utilizados para definir o que seria melhor ou pior. Dentre as razões que orientam a tomada de decisão dos pais podem ser elencados os seguintes elementos: altos padrões acadêmicos, currículo forte, bom ensino, resultados de testes de avaliação, entre outros. Estes elementos incidem de forma diferenciada sobre as escolhas de pais de classes sociais distintas. As famílias das classes médias estão mais expostas a possibilidades de exercício da escolha e de um processo mais rigoroso de seleção do que as famílias desfavorecidas.

Mas a perspectiva da escolha racional não consegue explicar uma grande variedade de situações. Análises sobre procedimentos de escolha dos pais indicaram que muitos deles optam por matricular seus filhos em instituições de ensino onde possuem grupos de contato ou onde se sentem mais confortáveis, seja por razões étnico-raciais ou econômicas (BERENDS e ZOTTOLA, 2009). Os grupos de contato ou redes sociais são fatores relevantes no processo de escolha, seja pelo acesso à informação, seja pelo papel desempenhado pelo *status* das famílias e das redes.

Outra linha teórica de análise que se apresenta como alternativa à primeira é a perspectiva institucional, que concebe a escola como instituição social que estabelece padrões a serem seguidos pelos indivíduos, adotando rituais de classificação por meio de certificação, organização do tempo e do currículo, relação entre idade dos estudantes e série adequada, etc. Os rituais, normas e mitos adotados pelas escolas sustentam sua validade social. Assim, estas teorias indicam que a escolha da escola não resulta em inovação e diferentes formas de organização escolar em toda a rede de ensino; procuram

predizer quais mecanismos de escolha e competição entre escolas autônomas encorajam inovações organizacionais e institucionais.

De acordo com Berends e Zottola (2009), a teoria do capital social fornece elementos para analisar o quanto os laços sociais entre indivíduos e grupos podem contribuir na realização de determinados resultados. A importância do conceito de capital social reside na relevância das relações sociais que provêm recursos para alcançar certos objetivos. A partir do conceito de comunidades escolares não funcionais, disfuncionais e funcionais construído por Coleman, muitas pesquisas indicam que comunidades escolares organizadas em redes integradas à sociedade mais ampla, com laços sociais interativos, possibilitam uma situação de proximidade intergeracional que leva as instituições de ensino a funcionarem melhor.

Os estudos realizados sob essa perspectiva de análise consideram que a escolha da escola pelos pais pode aumentar o envolvimento das famílias nas atividades não obrigatórias e eventos promovidos pelas instituições, a confiança entre pais e professores e o nível de interação entre os pais. Considerando que estes comportamentos geram capital social, a escolha poderia contribuir para o crescimento deste e ajudaria a construir escolas e comunidades mais fortes.

A última perspectiva analisada pelos autores é a teoria da escola como organização social. O foco central destes estudos está no que acontece no interior das escolas, a fim de conhecer o quanto a estrutura e os processos escolares estão relacionados aos resultados estudantis, bem como de que forma os fatores escolares contribuem para acirrar ou reduzir desigualdades. De toda forma, grande parte das pesquisas nesta área analisou casos de instituições privadas e confessionais, que não podem ser generalizados para as escolas públicas comuns.

The rationale for school choice is that providing autonomy, innovation, and accountability will allow schools of choice to operate more effectively vis-à-vis regular public schools. However, from existing research, we don't know that is the case. (...) In any case, because the research on the effects of school choice on achievement is mixed, we know that some schools are likely to be more effective than others. For learning why this is so, the social organization of schools (informed by ideas of social capital theory) provides a promising perspective. (BERENDS e ZOTTOLA, 2009, p. 49)

Ainda que não seja possível, a partir do conjunto de pesquisas existentes hoje sobre as políticas de escolha da escola pelas famílias, constatar se essas políticas atingem os objetivos de fomentar inovação, autonomia, responsabilização das

instituições de ensino, Berends e Zottola (2009) apostam nos estudos sustentados pela perspectiva da escola como organização social para construir reflexões que se aproximem da variedade de formas de organização, de estruturas e dos processos escolares. Pesquisas que seguem essa tendência são identificadas como a segunda geração de estudos sobre efeito-escola e se diferenciam da primeira geração pela utilização de metodologias e abordagens que procuram conhecer a escola por dentro e apreender os fatores que produzem diferença sobre a aprendizagem dos estudantes (BROOKE e SOARES, 2008).

Muitos estudos articulam de forma indistinta teorias que procuram analisar e explicar as escolhas e teorias que tratam de consequências e implicações da implantação de políticas de escolha da escola. Seria importante um tratamento analítico da questão que possibilitasse maior diferenciação entre as duas faces das escolhas. Ainda que existam diferenças e divergências teóricas e metodológicas, os pesquisadores da área consideram que é necessário o aprofundamento dos estudos a fim de expandir as reflexões e buscar novas evidências empíricas que contribuam para analisar o que acontece nos processos internos das escolas, salas de aula e famílias. O estudo sobre as escolhas realizadas pelas famílias exige, dessa forma, um olhar mais atento sobre as pesquisas que procuraram entender como as mesmas se organizam para tomar suas decisões, que recursos mobilizam e que estratégias adotam.

Uma das questões centrais do estudo de Van Zanten (2009) sobre escolha da escola entre famílias de classe média que vivem no entorno de Paris é a reflexão sobre quais são as famílias que de fato possuem o poder de escolher a escola onde pretendem matricular os filhos e que estratégias estas famílias mobilizam para alcançar seus objetivos. Sua pesquisa indica que a população francesa defende o direito de escolher a escola (55% da população se manifesta favorável à escolha das famílias), mas apenas 20% dos pais de fato escolhem, ou seja, tomam uma atitude concreta. Há, portanto, uma diferença entre o princípio da livre escolha e a escolha efetiva. Por outro lado, seria possível contestar tal diferenciação na medida em que a aceitação da escola designada pela burocracia pode não significar necessariamente ausência de escolha. As famílias podem escolher e considerar adequada a escola indicada pelo Mapa Escolar.

A autora demonstra como diferentes grupos sociais mobilizam recursos distintos para realizar suas escolhas, bem como as justificam a partir de pressupostos diferenciados. Seu estudo sobre as escolhas de famílias de classe média, residentes nos arredores de Paris, apresenta uma tipologia das escolhas a partir de especificidades dos

grupos sociais analisados. Dois elementos são fundamentais nas análises de Van Zanten (2009): as motivações e razões que geram e justificam as opções das famílias e os recursos mobilizados pelas famílias para desenvolver estratégias adequadas às escolhas.

Ao longo do estudo, a autora desenvolve uma análise das convergências e divergências entre os pais das classes médias em torno de três orientações de tipo-ideal: 1. Desenvolvimento reflexivo; 2. Instrumentalismo; 3. Moratória expressiva. O primeiro grupo se caracteriza pela influência Iluminista, defende que a função da escola é ampliar o horizonte cultural dos adolescentes, numa perspectiva emancipatória, e compreende que a educação é uma responsabilidade social. O segundo grupo entende a educação como um bem posicional a serviço de cada indivíduo; os pais agem de maneira racional em relação à estrutura da relação formação-emprego e consideram prioritário que a escola produza bons resultados. Já o terceiro grupo considera que o mais importante é o bem-estar de seus filhos e da família, valoriza os processos de socialização presentes na escola e a convivência com a comunidade local (VAN ZANTEN, 2009, p. 32-48).

O estudo de Van Zanten (*op. cit.*) indica que distintas visões de mundo e perspectivas levam a diferentes escolhas, bem como as razões que justificam essas escolhas orientam também as estratégias estabelecidas pelas famílias para o sucesso dessas escolhas. A autora observa ainda que o horizonte das famílias em relação às suas escolhas e estratégias está relacionado aos recursos que estão ao alcance das famílias e que podem ser mobilizados para efetivá-las.

A pesquisadora indica também que as escolhas em relação às escolas se tornam mais ativas na entrada das crianças no ensino secundário, que corresponde às séries finais do Ensino Fundamental. Há também diferença nas razões indicadas como motivadoras das escolhas, pois quando as crianças são pequenas as famílias tomam decisões considerando, sobretudo, o local de residência, evidenciando que neste período inicial de escolaridade as definições se orientam mais pela busca pela qualidade global das condições de vida do que por razões propriamente acadêmicas (VAN ZANTEN, 2009, p.120).

Ao mesmo tempo, a autora verificou que as famílias que buscam outras escolas fora do bairro onde vivem tendem a construir estratégias para garantir uma “trajetória protegida”. O conceito de trajetória escolar protegida se refere à tentativa de construir um caminho que torne “natural” o acesso às escolas que as famílias consideram boas. Algumas escolas ofertam atividades específicas na área de música e língua estrangeira, por exemplo, e os alunos que já estudam por incentivo da família têm prioridade no

acesso a essas escolas. Muitas vezes estratégias como essas levam a uma escolha com caráter segregacionista, tanto por parte da família quanto do estabelecimento escolar.

É possível afirmar que as escolhas das diferentes famílias, em diferentes circunstâncias, não obedecem a uma racionalidade única, pois as escolhas se inscrevem em lógicas sociais mais abrangentes, que muitas vezes refletem estilos de vida diferentes de grupos sociais distintos. E, ainda, que as escolhas e estratégias com caráter mais subjetivo são, em certa medida, estimuladas e limitadas pela geografia objetiva de oportunidades e pelas opções que se encontram disponíveis e que estão ao alcance do horizonte das famílias.

Poupeau e François (2008) ressaltam que o sentido da definição da escola não consiste apenas em se “colocar bem” nos melhores estabelecimentos, mas em se colocar em seu “nível social suposto” e seu “futuro escolar provável”, numa lógica clássica de autosseleção. Assim, as lógicas de escolarização não corrigiriam as formas sociais de segregação, ao contrário, poderiam reforçá-las.

As lógicas socioespaciais diferenciadas reafirmam a hipótese de Poupeau e François (2008) da existência de um sentido da definição da escola produzido pela incorporação de condições de vida e gerador de práticas duplamente ajustadas à estrutura do “capital possuído” pelas famílias e à estrutura de oferta escolar possível no espaço residencial correspondente. Por exemplo, constatou-se que nas situações de mobilidade a burguesia intelectual é a menos dependente da sua posição espacial, mas habitualmente essa é a categoria que mora mais próxima das escolas mais procuradas.

(...) os alunos que têm mais chances de estar em situação de mobilidade descendente são aqueles que já estão tendencialmente e majoritariamente nas condições mais desfavoráveis, enquanto aqueles que têm mais chance de estar em situação de mobilidade ascendente estão em situação mais favorável. (POUPEAU e FRANÇOIS, 2008, p. 154, traduzido do original)¹³

Ao promover mobilidade para os alunos de famílias favorecidas e imobilidade aos alunos de famílias desfavorecidas, conforme as tendências indicadas pela análise das chances de mobilidade dos alunos de acordo com suas condições atuais de vida, as dinâmicas estabelecidas pelo Mapa Escolar reproduzem um movimento de promoção da desigualdade escolar e social.

¹³(...) les élèves qui ont le plus de chances d’être en situation de mobilité descendente sont ceux qui sont déjà tendanciellement et majoritairement dans les conditions les plus défavorisées, tandis que ceux qui ont le plus de chances d’être en situation de mobilité ascendente le sont dans les situations les plus favorisées. (Poupeau e François, 2008: 154)

Para Poupeau e François (2008), as desigualdades escolares, em termos de definição das escolas, não são produto de uma mistura de escolhas individuais mais ou menos racionais, mas o efeito de lógicas coletivas que se estabelecem nos circuitos de escolarização diferenciados, produtos do encontro entre uma oferta escolar hierarquizada e uma demanda estruturada pela desigualdade de capitais possuídos pelas famílias. A capacidade de se orientar nesses espaços escolares revela a força dos processos de decisão sobre a escola, desigualmente distribuída pelos grupos sociais.

Pais que não podem fazer essas escolhas em relação à habitação empregam outras estratégias, como a seleção de grupos de amigos no interior da escola. Famílias mais envolvidas e ativas em relação às estratégias de escolarização dos filhos mostram-se mais preocupadas com a melhoria da posição relativa da escola do que com o sistema como um todo. Essas estratégias mantêm as segregações existentes e criam novas, tanto no interior das escolas como entre elas. A segregação afeta mais as famílias desfavorecidas, que demonstram menor poder para a seleção de estabelecimentos escolares. Ao mesmo tempo, Glenn (2009) avalia que a manutenção da existência de escolas “privilegiadas” pode ser também resultado de interesses de prefeitos das cidades em sustentar escolas de alto desempenho para manter a classe média na cidade, criando estratégias para atrair bons estudantes. Os dados coletados pelo pesquisador evidenciam que a escolha privilegia as famílias de classe média, o que o leva a concluir que o efeito, nesse caso, é individualmente vantajoso, mas socialmente prejudicial.

Por mais que existam consequências sociais negativas, pode-se considerar que a atitude dos pais, ao procurar matricular seus filhos em escolas com altas expectativas acadêmicas e com uma cultura similar aos seus pares, indica uma lógica racional. Isso se explica principalmente pela compreensão das famílias em relação à importância dos amigos para os adolescentes.

Um dos argumentos apresentados por críticos às políticas de escolha da escola utiliza essas constatações para demonstrar que as estratégias adotadas pelas famílias não mantêm relação com a qualidade acadêmica, mas com outros aspectos considerados secundários. Mas Glenn (2009) ressalta que questões como o clima escolar e a relação com os pares estão ligadas e produzem efeitos sobre a aprendizagem.

A pesquisa indica que uma das limitações na implantação da escolha controlada em Massachusetts deve-se à necessidade de atribuição aos estudantes de escolas que possuíam vagas ociosas, mesmo contra a escolha de seus pais, desapontando o efeito das “forças do mercado” e frustrando a escolha de algumas famílias. Foram implantadas

políticas para melhorar a situação dessas escolas, reduzindo o índice de rejeição dos pais a esses estabelecimentos. Pela distribuição aleatória, a frustração de estar em uma escola contra a escolha da família foi vivenciada diversificadamente, ou seja, não apenas por pessoas com menor capacidade de ser um “consumidor eficaz”.

Glenn (2009) se pergunta: “Os pais fazem boas escolhas?” “Claro que não”, ele responde. De qualquer forma, o papel das políticas públicas não é o de substituir o julgamento dos pais pelo de um funcionário ou por uma decisão baseada em uma linha num mapa. A existência de pais que provavelmente não conseguem fazer escolhas informadas para seus filhos é mais uma razão para criar sistemas de escolha universal. Não basta oferecer escolas com perfil diferenciado para satisfazer os interesses dos pais da classe média; é necessário pensar na melhoria global do sistema de ensino.

A questão da frustração no processo de escolha entre famílias alocadas em escolas que não eram de sua preferência é tema de outros estudos, como o de Gorard *et al.* (2003) sobre políticas de quase-mercado e escolha na Inglaterra. Em relação às escolhas, os autores afirmam que as famílias não agem de acordo com os preceitos das teorias econômicas clássicas. As questões mais relevantes para a decisão sobre a escola envolvem a segurança das crianças e a proximidade de casa e não as questões acadêmicas.

The key findings are that families generally do not report choosing schools according to classical economic theory. They do not consider many alternatives, and they select schools largely on the basis of the safety of their 10-year-old child rather than exclusively for academic reasons. Most parents are happy to use their local school. Most of others would not have been happy to do so whether the ERA88 was in force or not. (GORARD *et al.*, 2003, p. 165)

Os autores relatam que mais de 90% dos pais conseguem matricular seus filhos na escola que indicaram como primeira opção. Os pais que não conseguiram vaga na escola que solicitaram podem apelar para a administração local, mecanismo já explicado neste capítulo. Entre 1993 e 1999 o número de apelações subiu de 4,21% para 9,62% do número de estudantes matriculados. É possível que esse crescimento se deva à ampliação do acesso às informações sobre os procedimentos de escolha e aos mecanismos formais de apelação, ou ainda ao aumento efetivo da não aceitação da frustração.

Os autores tomam a apelação como um indicador de competitividade do quase-mercado local onde ela ocorre e da proporção de famílias dispostas e capazes de apelar.

Todos os dados sugerem que não há relação positiva entre o número de apelações e as mudanças observadas nas taxas de segregação social (GORARD *et al.*, 2003, p. 175). Não está claro para os pesquisadores se as apelações são uma manifestação “natural” e um resultado esperado das forças de mercado, ou se são um sintoma de falha no sistema de mercado.

Uma das variáveis mais significativas na análise de regressão apresentada pelo estudo foi a densidade populacional de cada área administrativa. Áreas mais urbanizadas e mais populosas demonstraram uma tendência a apresentar índices mais elevados de apelação dos pais, o que sugere que estes se tornaram mais conscientes em relação ao direito de solicitar a revisão da atribuição da escola aos seus filhos à medida que mais pais decidiram apelar, encorajando um número maior de famílias. Talvez seja possível pensar num crescimento e fortalecimento do “comportamento de consumidor” desses pais. Também é possível que a maior concentração demográfica atrelada à maior concentração de estabelecimentos de ensino propicie maior possibilidade de oferta, o que estimula a escolha. A maior quantidade de apelações pode ser consequência, portanto, de uma proporção maior de escolhas frustradas num contexto em que mais famílias se dispõem a realizar essas escolhas.

Um aspecto diretamente relacionado à frustração da escolha é o número de vagas ociosas em cada região administrativa. O nível de apelações é inversamente correlacionado ao número de vagas excedentes; quanto menor o número de vagas, menor a possibilidade de o pai conseguir a vaga na escola que escolheu. Assim, a incidência de apelações também revela a pressão por vagas em determinadas escolas, refletindo seu grau de popularidade. Regiões que concentram escolas mais procuradas tendem a apresentar índices mais elevados de apelação das famílias. As regiões que concentram famílias com capital social e cultural mais elevado demonstram maior propensão a apresentar apelações ao processo de matrícula. Uma componente chave para determinar a extensão da frustração é o nível de atividade do quase-mercado escolar em cada área em particular, que apresenta relação direta com a geografia da região.

Em relação ao caso brasileiro, não é possível tratar de um tipo apenas de escolha, pois não há um sistema único. Diferentes municípios e estados adotam diferentes estratégias de distribuição de oportunidades escolares entre a população. Nos estados do Paraná e Minas Gerais, em geral, essa distribuição se faz por georreferenciamento, ao estilo do modelo francês, e uma correspondência é enviada para a residência dos alunos. Já no município do Rio de Janeiro as famílias podem

escolher a escola em que seus filhos serão matriculados pela primeira vez na rede municipal por meio de um mecanismo informatizado de escolha. Quando os estudantes já estão integrados à rede de ensino, a transição entre estabelecimentos escolares pode se realizar por meio de uma lista tríplice ou quádrupla que apresente as preferências dos pais, ou pode se realizar por indicação da burocracia estatal. A situação específica da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro será apresentada no próximo capítulo.

No caso do município do Rio de Janeiro, estudos recentes (Costa *et al.*, no prelo; Bruel e Bartholo, 2012) indicam que, nas escolas com melhores resultados nas avaliações externas de caráter nacional, há um percentual maior de alunos: 1) que se autodenominam brancos; 2) cujas mães possuem Ensino Médio e superior; 3) com a idade esperada para cursar o primeiro ano. Os resultados dessas pesquisas apontam também que antes da implantação da matrícula informatizada, o desempenho médio da escola de origem dos estudantes tinha grande poder de predição em relação ao acesso às vagas de 6.º ano do Ensino Fundamental em escolas com as melhores médias na Prova Brasil.

Pesquisa realizada por Costa *et al.* (2010) indica que o espaço geográfico de localização da moradia dos alunos também é um aspecto relevante para a análise sobre distribuição de oportunidades e produz impactos sobre as chances de acesso a escolas com melhor performance. Suas conclusões sugerem que “quando as famílias moram em favelas a chance de terem acesso a uma escola municipal de qualidade é 22% menor quando comparado com famílias que moram nos bairros” (COSTA *et al.*, 2010, p. 18). Ao mesmo tempo “o fato de os alunos morarem próximo ou dentro de uma favela reduz drasticamente a chance de saírem de uma escola com baixa performance: a redução é de 35%” (idem, 20).

CAPÍTULO 2 – ACESSO DOS ALUNOS À EDUCAÇÃO INFANTIL E AO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS QUE MOLDAM AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES

2.1 A recente democratização do acesso à educação no Brasil e as normas nacionais para o acesso ao Ensino Fundamental

A ideia de democratização do acesso ao Ensino Fundamental no Brasil começa a tomar forma no início do século XX. Embora o conceito de educação para todos já estivesse esboçado na Constituição Imperial de 1824, não foram realizadas ações no âmbito do poder público que levassem à efetiva escolarização da população, nem tal questão parece ter adquirido maior relevância na agenda política da época. Até meados do século XX, convivemos com o fortalecimento do debate acerca da importância da educação como um direito social sem políticas correspondentes. O atendimento escolar concentrava-se nas zonas urbanas enquanto a população era majoritariamente rural e a maior parte das matrículas era oferecida por instituições privadas mantidas por congregações religiosas. Dessa forma, o acesso à educação permaneceu bastante restrito.

O cenário nacional modifica-se substancialmente ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, com um processo de disseminação de escolas, ampliação de matrículas em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Fundamental, redução significativa das taxas de analfabetismo e ampliação gradativa do tempo médio de permanência da população na escola. Em geral, a ampliação do acesso à escolarização acompanhou a marcha da urbanização do país e não se realizou de forma homogênea em todo o território nacional. O Brasil se mantém como um país de grandes disparidades, com desigualdades significativas entre diferentes regiões, estados e municípios.

O tempo de duração da educação obrigatória foi ampliado ao longo do período republicano numa marcha gradativa e ascendente, iniciando com quatro anos de obrigatoriedade. Posteriormente, no período de ditadura militar, o ensino obrigatório foi elevado para oito anos de duração, com a criação do ensino de 1.º grau, que passou a abranger os níveis anteriormente chamados de primário e ginásio, aglutinando-os em um único nível.

Embora tenha se constituído em um único nível, por definição da Lei n.º 5.692/1971, as diferenças e especificidades das séries iniciais e séries finais mantiveram

as características historicamente definidas que, em alguma medida, se mantêm até os dias atuais. Dessa forma, a organização e a estrutura das séries finais do ensino de 1.º grau aproximavam-se do modelo de ensino de 2.º grau, tendo em vista que anteriormente esses períodos compunham o ensino secundário, e as diferenças entre as séries iniciais e finais provocaram uma fragmentação entre essas duas etapas, o que é atualmente um dos grandes problemas do Ensino Fundamental.

Embora o processo constituinte que deu origem à Constituição Federal aprovada em 1988 tenha se debruçado sobre discussões acerca da necessária ampliação do tempo de escolaridade obrigatória, o texto da lei manteve o período de oito anos sob a nomenclatura de Ensino Fundamental. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, passou a compreender o Ensino Fundamental, com no mínimo oito anos de duração, como etapa obrigatória da Educação Básica¹⁴. A inserção da expressão “no mínimo” indicava a intenção do legislativo em apontar para a necessidade de ampliação da obrigatoriedade ainda que, naquele momento, não houvesse um cenário político que possibilitasse a inclusão dessa ampliação no texto da lei. Esse debate foi retomado durante a tramitação da Lei n.º 10.172/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação e estabeleceu, como segunda meta do Ensino Fundamental, “ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos”. (Brasil, 2003: 51)

Com a aprovação da Lei n.º 11.114/2005 e da Lei n.º 11.274/2006, 35 anos depois da aprovação da Lei n.º 5.692 de 1971, houve a antecipação da entrada no Ensino Fundamental, tornando a matrícula obrigatória a partir de 6 anos de idade; e novo aumento do tempo de duração do ensino obrigatório, ampliando o Ensino Fundamental para nove anos. Em seguida, a Lei n.º 11.700/2008 estabeleceu como dever do Estado a garantia de vaga na Educação Infantil para toda criança a partir do dia em que completar 4 anos de idade. Essa mudança no Artigo 4.º da LDB n.º 9.394/96 não tornou a Educação Infantil obrigatória para a criança, mas estabeleceu a oferta obrigatória, no intuito de melhorar o atendimento à demanda.

Três anos depois da aprovação da Lei n.º 11.274/2006, a EC n.º 59/2009 ampliou a obrigatoriedade, que passa a atingir a educação básica para a população com faixa

¹⁴ A educação escolar brasileira está organizada em dois níveis de ensino: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica abrange as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

etária de 4 a 17 anos de idade¹⁵. Ou seja, a educação obrigatória no Brasil passa a ser “organizada da seguinte forma: a) Pré-escola; b) Ensino Fundamental; c) Ensino Médio” (Lei n.º 12.796/2013, Art. 1.º). E a alteração da LDB realizada pela Lei n.º 12.796/2013, entre outros aspectos, determina que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (Lei n.º 9394/96, Art. 6.º, redação dada pela Lei n.º 12.796/2013).

Tal Emenda Constitucional e demais leis que a sucederam elevam a obrigatoriedade, em tese, para 13 anos de escolarização. Isso será verdadeiro nos casos em que as trajetórias escolares forem regulares, ou seja, quando não houver situações de reprovação, evasão e abandono escolar. Portanto, o estabelecimento do corte etário aos 17 anos, como definido pela EC n.º 59/2009, pode ser um fator de restrição de direitos, posto que os estudantes que concluem o Ensino Médio com essa idade são os que tiveram uma trajetória escolar com adequação entre idade e série. Os alunos que porventura apresentarem trajetórias descontínuas, perpassadas por reprovações ou períodos de evasão e abandono escolar, chegarão aos 17 anos sem concluir a educação básica e não estarão sujeitos à obrigatoriedade.

Os avanços registrados na legislação nacional em relação à ampliação do direito à educação e, sobretudo, em relação à definição dos deveres do poder público na oferta da escolaridade, mostraram-se historicamente como indutores de políticas. Isso significa que a ampliação do acesso e da oferta educacional se realizou em grande parte como sua consequência da ampliação legal e formal de direitos. Não se pretende afirmar que o texto legal seja garantia de realização do direito à educação, pois não seria verdadeiro ou adequado, mas que a inclusão do direito na legislação induz à sua efetivação.

Ao mesmo tempo, observa-se que as últimas ampliações do tempo de escolaridade obrigatória foram aprovadas apenas depois do acesso ao Ensino Fundamental estar praticamente universalizado e da consolidação da perspectiva de diminuição da taxa de natalidade da população, o que criou uma expectativa de atendimento da demanda, de regularização do fluxo de alunos e abertura de espaço para ampliação da oferta.

Dados do censo educacional demonstram que o acesso ao Ensino Fundamental atingiu 97% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade no início do século XXI e há uma tendência à sua universalização, contudo esta ainda não foi atingida

¹⁵A EC 59/09 prevê uma implementação gradativa, com prazo até 2016.

efetivamente. Há ainda aproximadamente 3% de crianças que não têm garantido seu direito de acesso e permanência no Ensino Fundamental, posto que, por inúmeros motivos, tais como inserção precoce no mercado de trabalho, moradia distante de instituições escolares e outros fatores sociais que as colocam em situação de risco e vulnerabilidade, não frequentam o Ensino Fundamental e, portanto, permanecem excluídas dos processos de escolarização formal. Os dados demonstram, dessa forma, que o direito estabelecido pela legislação ainda não se consubstancia como direito real para toda a população.

Uma análise construída por técnicos do IBGE acerca do Censo realizado em 2010 indica que

(...) 966 mil jovens de 6 a 14 anos de idade (3,3% da população nessa faixa etária) não frequentavam escola em 2010. A Região Norte tinha o maior percentual de crianças que não frequentavam escola nesse grupo (6,1%), mais que o dobro da Sudeste (2,8%) e da Sul (2,5%). Os maiores percentuais ficaram com o Amazonas (8,8%), Roraima (8,3%) e Acre (8,2%), seguidos pelo Pará (5,5%). No outro extremo, o menor percentual desse indicador foi registrado em Santa Catarina (2,2%).¹⁶

Dados do Censo apontam ainda que as crianças em idade escolar que estão fora da escola se concentram entre os grupos populacionais que apresentam condições mais precárias de vida e vivem em grupos familiares que sobrevivem com as faixas mais baixas de renda *per capita* do país. Esses dados demonstram a manutenção de situações de exclusão no sistema de ensino brasileiro, que não podem ser superadas apenas por mudanças na legislação, mas que dependeriam de um processo sustentado de investimento em ampliação do acesso, da permanência e de condições para a conclusão da Educação Básica com qualidade.

Embora haja manutenção de situações que provocam exclusão, esta se manifesta em um novo *lócus*, pois a expansão do acesso ao Ensino Fundamental tem garantido o atendimento a quase toda a demanda e inseriu a população no sistema educacional, contudo, o fez de forma diferenciada, acentuando a segmentação do próprio sistema. Nesse sentido, se por um lado o acesso à educação formal deixou de ser um privilégio, por outro, o acesso à educação de qualidade se mantém como tal. Esse duplo movimento de expansão do acesso e mudança do *lócus* de exclusão pode ser interpretado à luz dos conceitos de Desigualdade Maximamente e Efetivamente Mantida, explorados no primeiro capítulo desta tese.

¹⁶ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1

Ainda que o acesso à Educação Básica e sua conclusão tenham deixado de se configurar como marca de distinção social, tendo em vista a democratização do ingresso e a perspectiva de melhoria dos índices de conclusão, o aspecto da qualidade do ensino oferecido por diferentes instituições mantém a distinção entre os grupos sociais que tiveram acesso a oportunidades qualitativamente desiguais. Essa segregação se explicita na diferenciação entre instituições escolares que, mesmo fazendo parte de uma mesma rede de ensino e atendendo a população com condições de vida mais precárias, oferece condições de qualidade e produz resultados muito distintos.

Essa perspectiva explica a necessidade de estudos como o apresentado nesta tese, na qual se procura analisar o acesso a etapas da Educação Básica (Pré-Escola e Ensino Fundamental) em uma rede municipal de ensino que oferta vagas em quantidade suficiente para atender à demanda da população, distribuídas entre instituições que compõem uma estrutura de oportunidades segmentada e hierarquizada. A questão do acesso, portanto, transcende a preocupação com a existência de vagas, uma vez que essa situação se encontra tendencialmente resolvida, e voltam-se os olhares para as características dos estabelecimentos escolares e as condições de qualidade da oferta escolar à qual os estudantes têm acesso.

Para Oliveira,

(...) a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado. Setores mais pobres reprovam mais, evadem mais, concluem menos, o mesmo ocorre com negros e meninos, mas, mais importante que isso, aprovam mais, permanecem mais e concluem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional, ainda que permaneçam como os setores mais excluídos. Só que não são excluídos da mesma maneira que no passado! O ponto é que, se não se enfatizar a positividade que a universalização do Ensino Fundamental representa, não conseguiremos compreender porque os desafios passam a ser outros. Ao se enfatizar a exclusão de sempre, não se têm elementos para perceber que ela já não é a mesma de duas ou três décadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 682)

Além dos elementos apontados por Oliveira (*op. cit.*), cabe ressaltar que as parcelas mais pobres da população têm acesso a estabelecimentos de ensino que apresentam condições de qualidade mais precárias, que enfrentam mais problemas e trabalham com níveis maiores de carências tanto pedagógicas como administrativas e financeiras.

Outro aspecto que pode contribuir para a análise sobre o deslocamento das desigualdades educacionais é o olhar histórico sobre o fluxo dos estudantes brasileiros ao longo do Ensino Fundamental nas últimas décadas. A Tabela 1, apresentada por

Oliveira (2007, p. 673), demonstra como, nas décadas de 1970 e 1980, havia ainda grande concentração das matrículas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o que pode indicar um alto grau de seletividade dos sistemas de ensino que resultava em reprovação, evasão e abandono por parte dos estudantes.

Essa concentração poderia ser resultante, também, de um afunilamento causado pelos altos índices de repetência, que faziam com que os estudantes permanecessem estagnados, principalmente nas séries iniciais. Ribeiro (1991) indica que as taxas de evasão e abandono eram quase insignificantes (2,5%) em relação às de repetência, que chegavam a 52% dos estudantes matriculados, na passagem da primeira para a segunda série, nos anos de 1980.

Ao longo das décadas analisadas percebe-se uma regularização do fluxo de alunos entre os segmentos do Ensino Fundamental ao mesmo tempo em que há ampliação do acesso pela expansão do número de matrículas nas séries iniciais e manutenção dos alunos no interior do sistema, garantindo a continuidade dos estudos nas séries finais.

O crescimento das matrículas permanece contínuo nos dois segmentos até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o país alcança a quase universalização do Ensino Fundamental. A queda observada posteriormente pode ser explicada também pela redução dos índices de reprovação, evasão e abandono, que faziam com que os alunos permanecessem mais tempo em cada série ou etapa de ensino, pela redução da taxa de natalidade da população, e ainda pela chamada “virada demográfica” ou mudança na distribuição demográfica provocada pela inversão da pirâmide etária, com concentração da população na faixa etária adulta e menor quantidade de crianças e idosos.

Tabela 1 – Ensino Fundamental – Matrícula inicial de 1.^a a 4.^a e de 5.^a a 8.^a séries.

Ano	Matrícula por série				
	Total	1 ^a a 4 ^a série	%	5 ^a a 8 ^a série	%
1975	19.549.249	13.924.849	71,2	5.624.400	28,8
1980	22.598.254	16.089.731	71,2	6.508.523	28,8
1985	24.769.359	17.347.314	70,0	7.422.045	30,0
1989	27.557.542	18.851.075	68,4	8.706.467	31,6
1993	30.548.879	19.783.273	64,8	10.765.606	35,2
1996	33.131.270	20.027.240	60,4	13.104.030	39,6
1999	36.170.643	21.013.899	58,1	15.156.744	41,9
2000	35.717.948	20.201.506	56,5	15.516.442	43,5
2003	34.438.749	18.919.122	54,9	15.519.627	45,1
2005	33.534.561	18.465.505	55,1	15.069.056	44,9

Fonte: Oliveira, 2007, p. 673.

Os dois fenômenos verificados por Oliveira (2007), relacionados à redução do número absoluto de matrículas e à regularização do fluxo escolar, podem ser observados também a partir dos dados sobre a matrícula no município do Rio de Janeiro. A Tabela 2 indica que o município apresenta a mesma tendência nacional, embora exista uma pequena elevação das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos anos de 2010 e 2011, muito provavelmente por influência da ampliação do tempo de duração deste nível de ensino para 9 anos, como será analisado mais à frente.

A pequena vantagem percentual dos anos iniciais em relação aos anos finais do Ensino Fundamental também precisa ser observada à luz dessa ampliação, pois a educação regular passa a ter cinco séries no primeiro segmento do Ensino Fundamental e continua com quatro séries no segundo segmento.

Tabela 2 – Distribuição da matrícula inicial no Ensino Fundamental, considerando anos iniciais e finais, no município do Rio de Janeiro, de 2000 a 2013.

	Total	Anos iniciais	%	Anos finais	%
2000	874.437	475.559	54,4	398.878	45,6
2009	806.480	426.935	52,9	379.545	47,1
2010	810.854	440.585	54,3	370.269	45,7
2011	812.397	441.516	54,3	370.881	45,7
2012	797.554	430.262	53,9	367.292	46,1
2013	782.437	427.342	54,6	355.095	45,4

Fonte: Censo Escolar (2000, 2009 a 2013).

A regularização do fluxo escolar permite uma aproximação entre o número de matrículas nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, tornando mais equilibrada a distribuição dos estudantes entre essas etapas, pois reflete trajetórias escolares mais regulares de alunos que entram no sistema de ensino, permanecem nele e alcançam patamares mais elevados de conclusão. É possível afirmar que os sistemas de ensino, atualmente, promovem melhores condições para acesso, permanência e conclusão do Ensino Fundamental do que no passado. Há, portanto, uma redução nos processos de exclusão dos estudantes e uma alteração no sentido e nos mecanismos de seletividade.

A seleção não se realiza mais tão fortemente pela exclusão do sistema educacional formal, mas assume um novo caráter, relacionado ao tipo de estabelecimento de ensino ao qual os alunos têm acesso e onde conseguem manter suas matrículas. A seleção, assim, passa a se realizar por dentro do sistema.

Há que se registrar que, ao analisar o atendimento educacional no Brasil por dependência administrativa, verifica-se que este se realiza, sobretudo, por meio da oferta pública, que responde por mais de 80% do total de matrículas no Ensino Fundamental, com variações dependendo da região do país. Atualmente, os municípios são responsáveis pela maior parte das matrículas no Ensino Fundamental regular, efetivando o processo de municipalização do atendimento escolar.

Em decorrência desse processo, os municípios assumem novas atribuições e desafios relacionados à organização de suas redes ou sistemas, à garantia dos direitos da população quanto ao acesso, permanência e qualidade do ensino, à valorização dos trabalhadores em educação, à necessária ampliação do atendimento para acolher toda a demanda, principalmente na Educação Infantil, à definição e garantia de padrão e condições de qualidade da educação, que implica enfrentar a situação de estratificação e segmentação interna das redes, entre outros.

Um desses desafios é a organização de Conselhos Municipais de Educação autônomos em relação às administrações municipais, democraticamente constituídos, com caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, que assumam a responsabilidade estratégica de discutir, propor e aprovar políticas públicas municipais para a educação, articuladas aos sistemas estadual e federal. Nessa perspectiva, a municipalização pode ter resultados positivos na busca pela democratização da educação e do ensino, superando os limites impostos pela simples transposição de responsabilidades.

Do ponto de vista do estabelecimento de normas para a organização do ensino, é possível afirmar que o princípio de descentralização acompanhou todo o processo de consolidação e ampliação das redes públicas de ensino, com exceção de algumas poucas políticas gestadas no interior do Governo Federal¹⁷. O princípio de descentralização, que perpassa a história e a política educacional brasileira, levou à criação de sistemas estaduais e municipais de ensino com relativa autonomia em relação ao poder central e total autonomia entre si. Após as mudanças instituídas pela Constituição Federal de 1988, que retirou os municípios da condição de subsistemas dos estados e conferiu-lhes certo grau de autonomia na relação com os demais entes federados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/96, estabeleceu a possibilidade de criação dos sistemas municipais de ensino¹⁸.

A LDB apresenta a possibilidade de os municípios optarem por assumir sua condição como sistema, integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único¹⁹. A autonomia presente na relação entre os sistemas de ensino municipais, estaduais e federal gera concomitância entre normas bastante diferenciadas entre os sistemas. E, como os sistemas convivem no mesmo espaço geográfico, isso implica coexistência de normatização, muitas vezes divergente, que regula estabelecimentos de ensino fixados em um mesmo município, mas que compõem sistemas distintos.

Embora o regime de colaboração ou detalhamento do pacto federativo entre União, estados e municípios não tenha sido regulamentado, o próprio texto da Constituição Federal indica que há responsabilidade compartilhada entre os entes federados no que tange à oferta de educação escolar, sobretudo na Educação Básica. A distribuição de competências definida pela Constituição Federal e a LDB atribuiu aos municípios a responsabilidade pela oferta de educação infantil e, com prioridade, do Ensino Fundamental, ressaltando o caráter colaborativo e cooperativo da atuação dos estados e da União. Os estados são responsáveis, portanto, por assegurar o Ensino Fundamental em colaboração com os municípios, e pela oferta de Ensino Médio a todos que o demandarem. Dessa forma, compreende-se que a educação nacional não é

¹⁷ Dentre elas, é possível citar o MOBRL (1970-1977) e, mais recentemente, as políticas de fundos para o financiamento da educação. Cabe ressaltar que, em ambos os exemplos, a execução se manteve descentralizada.

¹⁸ Sobre os sistemas municipais de ensino, ver Parecer CEB/CNE n.º 30/2000, relatado pelo Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury.

¹⁹ LDB n.º 9.394/96, art. 11, Parágrafo Único.

formada por um sistema único de ensino, mas pela articulação entre os sistemas federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Nessa distribuição de competências, a União assumiu responsabilidades indiretas com a educação básica, tais como a elaboração de normas gerais, a coordenação da avaliação nacional, o desenvolvimento de ações de cooperação técnica e financeira. Portanto, os dispositivos presentes na legislação e normatização nacionais relacionados aos processos de matrícula dos alunos no Ensino Fundamental são bastante sutis, deixando aos sistemas estaduais e municipais as definições mais específicas sobre procedimentos de ingresso na escola.

As regras gerais estabelecidas pela legislação federal em vigor para o ingresso na Educação Básica²⁰ definem critérios diferenciados para cada etapa, de acordo com as especificidades dos níveis de ensino. A matrícula na Educação Infantil destina-se a crianças até 5 (cinco) anos de idade, e até 2016 todas as crianças a partir de 4 anos de idade deverão estar matriculadas. Nessa etapa, o ingresso independe de frequência anterior e a organização das turmas deve respeitar a faixa etária dos grupos de crianças.

Como o atendimento à infância na Educação Infantil ainda não está universalizado, percebe-se a existência de uma demanda reprimida que provoca o crescimento das matrículas nessa etapa da Educação Básica, mesmo com a redução da taxa de natalidade. Ainda que o percentual de atendimento das crianças de 4 e 5 anos de idade seja elevado no município do Rio de Janeiro, a expansão da oferta se mantém como uma necessidade.

O texto do inciso X do Artigo 4.º da LDB define como dever do poder público a oferta de “vaga na escola pública de educação infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade”. Essa redação desconsidera que as matrículas habitualmente são organizadas e efetivadas pelos sistemas de ensino antes do início do ano letivo e não à medida que as crianças fazem aniversário. Ainda que não seja interdita a matrícula ao longo do período letivo, ela se manifesta como exceção à regra.

²⁰A legislação em vigor define que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, o que significa que a educação infantil na fase de pré-escola (a partir de 4 anos de idade), o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (até 17 anos de idade) são os níveis que compõem o ensino obrigatório no Brasil. O prazo para a implementação progressiva da obrigatoriedade e gratuidade nesses níveis da educação básica se encerra em 2016. (Cf. EC n.º 59/09)

O direito à vaga em escola próxima da residência do estudante, independentemente do nível e modalidade de ensino no qual ele esteja matriculado, já estava presente no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), aprovado antes mesmo da LDB. Esse dispositivo procura garantir que existam vagas nas proximidades da residência de todos os estudantes e implica dever do Poder Público no sentido de garantir o acesso à Educação Básica.

Com a ampliação do tempo de escolaridade obrigatória, as crianças com 6 anos de idade, que antes estavam na etapa correspondente à pré-escola, passaram a frequentar o Ensino Fundamental com 9 anos de duração, o que gerou a necessidade de absorver maior número de matrículas, tendo em vista a permanência dos alunos durante mais um ano de escolaridade. Como a tendência histórica e demográfica já indicava redução no número de crianças de idade escolar e o processo de implantação foi gradativo, essa demanda foi rapidamente absorvida pelos estabelecimentos de ensino já existentes.

A idade adequada para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental com nove anos de duração, definida pela LDB²¹, é seis anos de idade²². Desde a alteração da lei instaurou-se uma grande polêmica em relação à idade de corte para a matrícula de ingresso, que envolveu os órgãos normativos dos diferentes sistemas de ensino, mantenedoras de instituições públicas e privadas, segmentos da sociedade civil envolvidos ou interessados nas políticas educacionais, e ainda o Ministério Público e o Poder Legislativo.

Desde a aprovação da legislação que ampliou o tempo de duração do Ensino Fundamental, muitos debates se estabeleceram e por vezes foram aprovadas normas e políticas divergentes em diferentes níveis da administração pública. O Conselho Nacional de Educação definiu, por meio do Parecer CNE/CEB n.º 6/2005, normas a serem respeitadas pelos sistemas de ensino para a implantação progressiva do Ensino Fundamental com 9 anos de duração. Entre elas, estabeleceu que “os sistemas de ensino deverão fixar as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos no Ensino Fundamental quanto à idade cronológica: que tenham 6 (seis anos) completos ou que

²¹Além desta questão mais diretamente relacionada à organização da matrícula inicial no Ensino Fundamental, a LDB estabelece, ainda que de forma tímida, normas para a classificação dos alunos no Ensino Fundamental e médio, por promoção, transferência e independentemente de escolarização anterior. (Cf. LDB, art. 24, inciso II, alíneas *a*, *b* e *c*) A classificação é o processo de definição da série ou ano em que o estudante será matriculado.

²² LDB nº 9.394/96, art. 32 (Redação dada pela Lei nº 11.274/06).

venham a completar seis anos no início do ano letivo” (PARECER CNE/CEB n.º 6, 2005, p. 10).

Para o primeiro acesso ao Ensino Fundamental a legislação coíbe a realização de avaliações, provas ou exames com o objetivo de classificação dos estudantes. A matrícula não pode estar vinculada à frequência na Educação Infantil e à verificação do processo de aquisição da linguagem pela criança, bem como foram extintas as antigas classes de alfabetização.

2.2 Aspectos legais e normativos que moldam as estruturas de oportunidades de acesso ao Ensino Fundamental na rede pública municipal do Rio de Janeiro

A rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro foi construída a partir da rede pública de ensino do Estado da Guanabara, herdando a estrutura e a dinâmica de atendimento da população consolidada pelo antigo Distrito Federal, o que lhe confere certa peculiaridade em relação às demais redes públicas municipais do país. O município do Rio de Janeiro foi criado em 1975, quando a cidade tornou-se capital do novo Estado do Rio de Janeiro e passou a contar com uma rede de ensino organizada no âmbito municipal.

Esta origem explica por que o atendimento público à população, em relação ao Ensino Fundamental, é realizado quase exclusivamente pela rede municipal, e assim já o era antes mesmo das políticas de incentivo à municipalização da oferta. Um olhar sobre a evolução das matrículas por dependência administrativa no município indica que a maior quantidade de oferta nos níveis de Educação Infantil, na Pré-escola e Ensino Fundamental concentra-se na rede municipal de ensino.

Percebe-se também que é grande a presença do setor privado no município do Rio de Janeiro. Em 2013, 51% das matrículas das crianças de 0 a 3 anos de idade e 44% das matrículas das crianças de 4 e 5 anos estavam concentradas em escolas privadas do município, enquanto o percentual de matrículas no Estado do Rio de Janeiro para as mesmas etapas da Educação Infantil eram de 43% e 42%.

O Gráfico 1 apresenta a evolução das matrículas para esta etapa da Educação Básica no período de 2009 a 2013. De 2009 para 2010 há um decréscimo das matrículas na etapa de pré-escola, o que pode ser consequência das adaptações da rede municipal à implantação do Ensino Fundamental com 9 anos de duração, que antecipou a entrada das crianças no primeiro ano, reduzindo dessa forma a quantidade de crianças na pré-escola.

Para a matrícula de primeiro acesso ao Ensino Fundamental com nove anos de duração, o sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro, inicialmente, acatou a regra estabelecida pela Portaria CNE/CEB n.º 6/2005, analisada anteriormente. A Portaria E/DGED n.º 36/2007, exarada pelo Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação, manteve a orientação para que a matrícula no período inicial do 1.º Ciclo de Formação²³ fosse permitida para crianças a partir dos 6 anos completos. No ano seguinte, a Portaria E/ATP n.º 20/2008 definiu que a matrícula inicial na rede municipal de ensino deveria conferir prioridade aos “candidatos a partir de 6 anos de idade, completos ou a completar, até 28/02/2009” (Portaria E/ATP n.º 20/2008, Anexo Único), estabelecendo assim uma data de corte específica.

O Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro²⁴ explicitou a preocupação com a idade da criança para a matrícula inicial em escolas da rede municipal de ensino na Deliberação n.º 20/2009, definindo que para a matrícula de ingresso no Ensino Fundamental o aluno deverá ter “a idade de 6 anos completos ou a completar até o dia 30 de junho do ano letivo a ser cursado” (Deliberação E/CME n.º 20/09, art. 1.º, Parágrafo Único).

As deliberações anteriores do CME (aprovas em 2001 e 2008), que trataram das normas para matrícula, não haviam estabelecido regra em relação à data de corte para matrícula inicial no 1.º ano do Ensino Fundamental, por isso a definição ficava ao encargo da própria Secretaria Municipal de Educação manter órgão executivo do sistema. A partir da aprovação da Deliberação n.º 20/2009, do CME do Rio de Janeiro, as normas da Secretaria passaram a considerar a data de 30 de junho como data de corte para definir a matrícula.

Portanto, em 2009, com a aprovação da Deliberação E/CME n.º 20/09 e a publicação da Portaria E/SUB/CED n.º 2/2009, foi modificada a data máxima para que as crianças que completassem 6 anos pudessem ser matriculadas no 1.º ano do Ensino Fundamental. A data passou de 1.º de março para 28 de fevereiro e, por fim, para 30 de junho e as crianças que já estavam matriculadas na Educação Infantil em escolas da rede municipal de ensino poderiam ser reclassificadas para o 1.º ano.

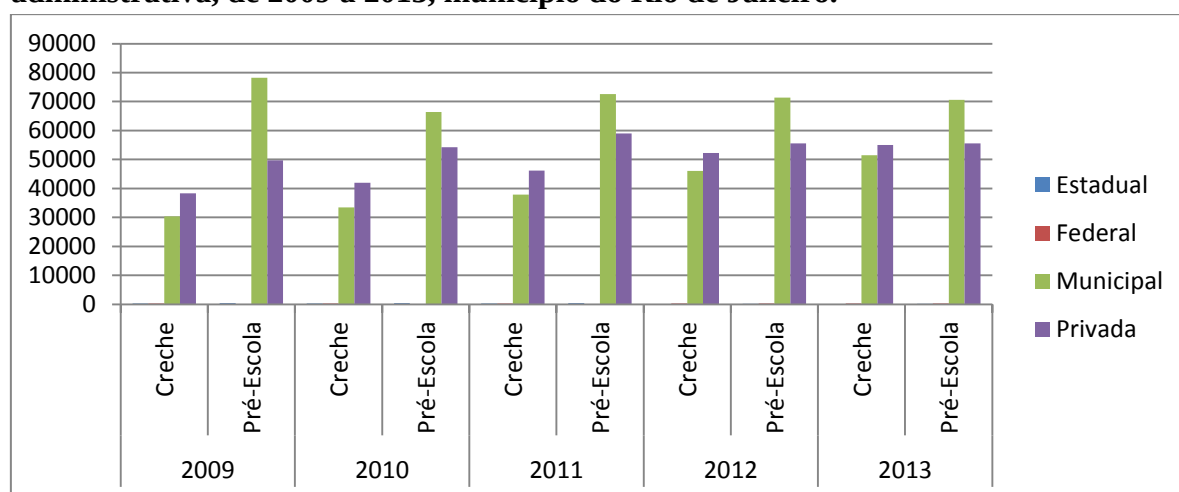
Essa mudança na normatização municipal pode explicar tanto a queda das matrículas na pré-escola de 2009 para 2010 quanto o crescimento das matrículas nos

²³ O período inicial do 1.º Ciclo de Formação corresponde ao 1.º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, de acordo com a Indicação n.º 3/2007 do Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro, aprovada em 29/05/07.

²⁴ Criado em 1986 e regulamentado em 1998.

anos iniciais do Ensino Fundamental, essencialmente no 1.º ano, no mesmo período, conforme o Gráfico 2 indica. Pode-se concluir que houve um deslocamento dos estudantes de uma etapa para a outra. Ao final de 2012 o CME aprovou nova deliberação que alterou a data de corte para a matrícula no 1.º ano, estabelecendo que para o “ingresso no Ensino Fundamental, levar-se-á em consideração a idade de 6 anos completos ou a completar até 31 de março do ano letivo a ser cursado” (Art. 1.º da Deliberação E/CME n.º 20, de 28/04/2012). Talvez seja possível verificar algum impacto desta última alteração nos anos subsequentes.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa, de 2009 a 2013, município do Rio de Janeiro.



Fonte: Censo Escolar (2009 a 2013).

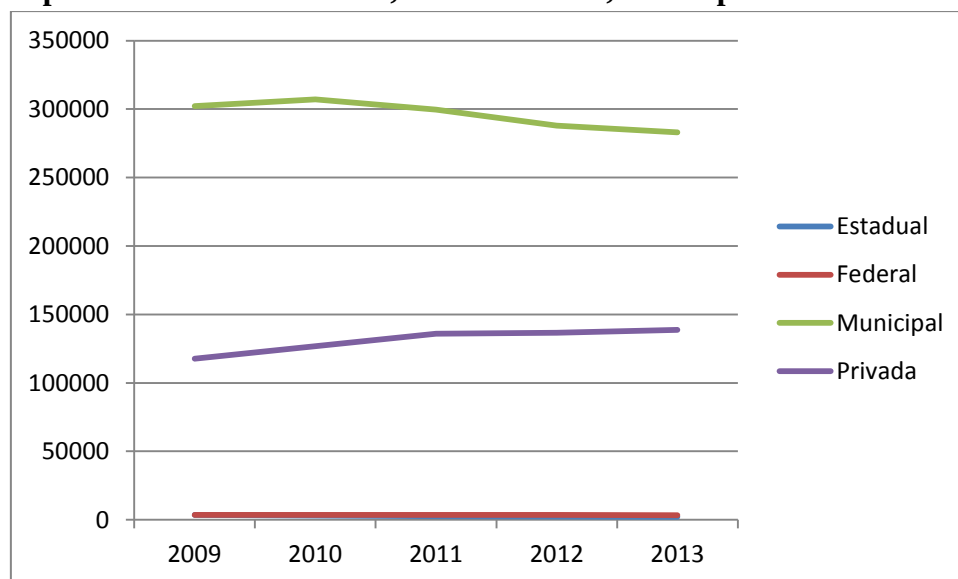
O Gráfico indica que, após esse momento de adaptação às regras definidas pela normatização municipal, as matrículas na pré-escola voltam a crescer. Já para a etapa de creche, o crescimento é contínuo durante todo o período observado, o que se explica, sobretudo, pelo atendimento institucional deficitário das crianças nessa faixa etária.

Os Gráficos 2 e 3 indicam duas tendências concomitantes: ao mesmo tempo em que há um decréscimo das matrículas no Ensino Fundamental público, municipal e estadual, verifica-se um crescimento significativo das matrículas nas escolas e redes privadas e um crescimento tímido nas escolas federais. A oferta de vagas públicas nas redes estaduais e federais é bastante reduzida e tem pouco impacto sobre o montante geral. Observa-se também que a queda na rede estadual é mais acentuada nos anos finais do que nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Essa queda na demanda por Ensino Fundamental nas redes públicas é um fenômeno esperado, tendo em vista o movimento demográfico de redução das taxas de

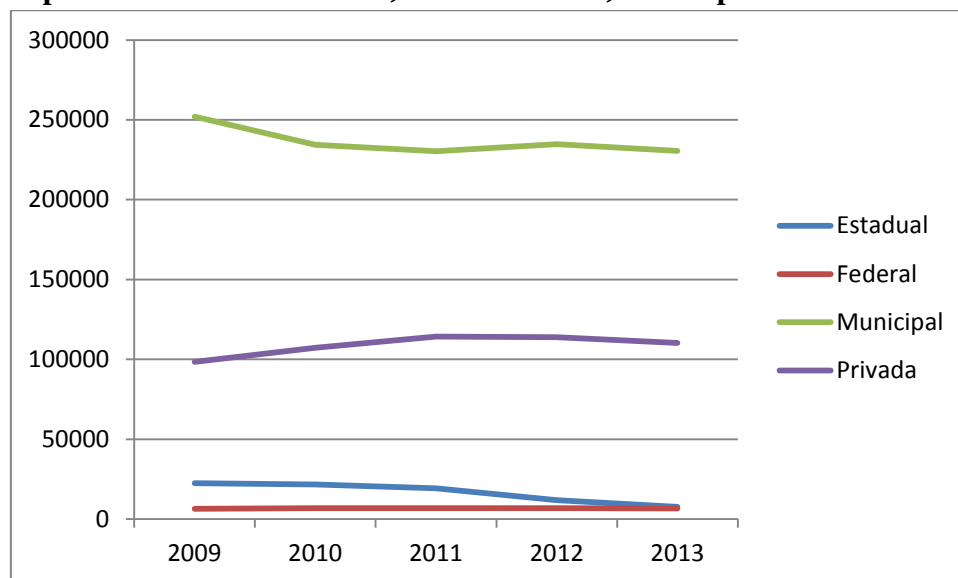
natalidade, bem como os programas educacionais que visam atenuar a distorção idade-série por meio de ações que promovem a correção do fluxo dos estudantes ao longo da vida escolar. A outra tendência, de ampliação da demanda para as instituições privadas, pode ser consequência de um momento de crescimento econômico e elevação do poder aquisitivo das famílias, que optam por buscar vagas em instituições privadas de ensino.

Gráfico 2 – Evolução das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por dependência administrativa, de 2009 a 2013, município do Rio de Janeiro.



Fonte: Censo Escolar (2009 a 2013).

Gráfico 3 – Evolução das matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental, por dependência administrativa, de 2009 a 2013, município do Rio de Janeiro.



Fonte: Censo Escolar (2009 a 2013).

Em 2009 as redes e escolas privadas de ensino eram responsáveis por 27% das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 26% nos anos finais. Em 2013 esse percentual chegou a 32,5% e 31%, respectivamente, como indica a Tabela 3; no Estado do Rio de Janeiro, o percentual é de 30% para os anos iniciais e 25% para os anos finais. O crescimento das matrículas nas escolas privadas entre 2009 e 2013 foi de quase 18% no primeiro segmento do Ensino Fundamental e quase 12% no segundo segmento.

Tabela 3 – Distribuição percentual da matrícula no Ensino Fundamental, por dependência administrativa, Rio de Janeiro, 2009 e 2013.

	Anos iniciais		Anos finais	
	2009	2013	2009	2013
Estadual	0.8	0.5	5.9	2.2
Federal	0.8	0.8	1.7	1.9
Municipal	70.8	66.2	66.4	64.9
Privada	27.6	32.5	26.0	31
Total %	100	100	100	100
Total	426.935	427.342	379.545	355.095

Nota: Resultados preliminares do Censo Escolar 2013.

Fonte: Censo Escolar (2009 e 2013).

No mesmo período, a rede municipal de ensino passa a responder por um percentual menor das matrículas no Ensino Fundamental na cidade do Rio de Janeiro, tanto nos anos iniciais quanto finais. No período, há um discreto aumento do número absoluto de matrículas nos anos iniciais, provavelmente em decorrência da ampliação desta etapa de ensino, que passa a oferecer cinco anos de escolaridade.

Além das mudanças na legislação nacional, que provocam impacto sobre a forma como o município organiza a oferta escolar, é importante uma análise mais detalhada sobre as regras estabelecidas pela normatização municipal em relação ao acesso, sobretudo à matrícula. Para tanto, serão analisados aspectos das normas aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação – órgão normativo do Sistema – e das produzidas pela própria Secretaria Municipal de Educação, órgão executivo.

A Deliberação E/CME n.º 20/2009²⁵, em vigor, define a matrícula como “o ato de inscrever pessoa na listagem de estudantes das Unidades Escolares da Rede Pública

²⁵ A norma exarada pelo Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro apresenta orientações para os procedimentos de matrícula na rede pública do sistema de ensino e também trata de questões relacionadas à documentação escolar, como formato e prazos para expedição de histórico escolar; aos procedimentos de adaptação de estudos para alunos classificados; às situações em que a escola deve promover tarefas

do Sistema de Ensino do Município do Rio de Janeiro” (DELIBERAÇÃO E/CME n.º 20/2009, art. 1.º). Assim, as regras estabelecidas para realização das matrículas referem-se apenas às instituições públicas municipais, não abrangendo as instituições privadas de Educação Infantil²⁶ que compõem o Sistema Municipal.

A referida deliberação classifica a matrícula de alunos no sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro em três tipos: inicial, renovada e por transferência²⁷. A matrícula inicial é descrita como aquela que se dá pela primeira vez na vida escolar da pessoa ou que se realiza por classificação, quando é impossível a comprovação de escolaridade anterior. A matrícula por classificação, neste caso, segue a orientação estabelecida pela LDB n.º 9.394/96, em seu art. 24.

A matrícula renovada pode acontecer em três situações: quando o aluno cursou o período letivo anterior na mesma escola em que permanecerá no período seguinte; quando o aluno passa por processo avaliativo específico que recomenda avanço de período; quando o aluno retoma os estudos na mesma escola depois de um período de interrupção. A matrícula por transferência se realiza quando o aluno cursou o período anterior em outra instituição de ensino do próprio sistema municipal, de outro sistema do país ou do exterior.

Em relação à transferência de alunos, a normatização define, entre outros aspectos, que “a matrícula de alunos transferidos pode ocorrer após o penúltimo Conselho de Classe, desde que por motivos de mudança de residência ou situação de risco, excluídos os casos de baixo rendimento escolar” (DELIBERAÇÃO E/CME n.º 20/09, art. 13). Por um lado, pode ser que a intenção do legislador seja a de criar mecanismos para a permanência dos alunos nas escolas em que se encontram matriculados, contudo, o artigo 13 impede a matrícula desses alunos em outras escolas, mas não impede o pedido de transferência da escola original, o que pode criar hiato entre a saída de uma escola e a entrada em outra. Em entrevista com funcionário que atua na Coordenação de Planejamento da SME/RJ, foi esclarecido que a transferência, nesse período do ano letivo, é autorizada sempre que se trata de mudança de endereço da família.

domiciliares aos alunos; bem como à comunicação de faltas dos alunos ao Conselho Tutelar. Para fins deste trabalho de tese, serão analisadas apenas que questões diretamente afetas à matrícula.

²⁶ Algumas normas abrangem as instituições conveniadas de Educação Infantil.

²⁷ Esta nomenclatura já estava estabelecida desde a Deliberação nº 08/01 do CME do RJ, primeira a tratar do tema.

Uma análise comparativa da deliberação em vigor com as demais deliberações²⁸ aprovadas pelo CME em 2001 e 2008 sobre o mesmo tema e já revogadas mostrou que apenas a de 2001 proibia a exigência de “declaração de vaga da instituição receptora, para fins de expedição dos documentos de transferência” (Deliberação n.º 08/01, § 3.º do art. 5.º). Em entrevista com a coordenadora pedagógica de uma escola pública municipal foi possível compreender que atualmente essa declaração de matrícula é solicitada pela instituição que concede a transferência, embora não seja condição para tal.

Outra diferença é a existência, na Deliberação aprovada em 2001, da figura do regime de dependência, que era admitido “de 5.ª para 6.ª, de 6.ª para 7.ª e de 7.ª para 8.ª séries em, no máximo, dois componentes curriculares” (Deliberação n.º 08/01, art. 16); as disciplinas de Educação Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna não admitiam reprovação. A dependência poderia acontecer por meio de atendimento presencial ou por módulos de estudos. O aluno ficaria regularmente matriculado na série seguinte e em regime de dependência nos componentes curriculares da série anterior.

Há também mudanças relevantes em relação à organização do tempo escolar, pois a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro adotou, de forma gradativa, a organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação, a partir do ano de 2000, integrada a outras políticas de correção de fluxo, como classes de progressão e aceleração da aprendizagem. Não cabe neste trabalho uma análise mais detalhada da política de organização da escolaridade em Ciclos, mas parece importante destacar que, durante o período analisado, as escolas retomaram a organização em séries anuais.

Além das alterações instituídas pelo Conselho Municipal de Educação, órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino, é importante apresentar as modificações introduzidas pela Secretaria Municipal de Educação, na condição de órgão executivo do sistema. Para compreender as regras de organização das matrículas nas escolas da rede municipal de ensino, é necessário conhecer a estrutura que a envolve. Há regras gerais para o processo de acesso às vagas existentes, mas várias decisões ficam ao encargo das Coordenarias Regionais de Educação (CREs).

Essas coordenadorias são órgãos administrativos intermediários entre a Secretaria Municipal de Educação e os estabelecimentos de ensino. A SME está organizada em 11 CREs, distribuídas geograficamente pela cidade. Cada CRE realiza a

²⁸ Deliberação E/CME n.º 08/01 e Deliberação E/CME n.º 17/08.

administração de um conjunto de escolas que ficam sob a sua jurisdição. No caso das matrículas, cada CRE é responsável por planejar e organizar os polos de matrícula, bem como acompanhar a definição do número de vagas nas unidades escolares, considerando o tamanho das salas, a preservação de espaços de leitura e laboratórios, bem como a oferta de dois turnos (Art. 1.º, Portaria E/SUB/CP n.º 21/2009).

Os polos de matrícula são organizações internas das CREs e podem sofrer modificações a cada ano. Polos são conjuntos pequenos de escolas para as quais os estudantes que precisam passar pelo remanejamento podem ser encaminhados pela própria escola de origem ou pela CRE. As matrículas de alunos novos também se realizavam nesses polos, com a presença dos responsáveis para solicitar a inscrição dos estudantes.

Em entrevista com funcionário da Coordenação de Planejamento da SME verificou-se que as CREs possuem autonomia para organizar os procedimentos de matrícula, criar os polos e definir regras para transferência por remanejamento. Como exemplo dessa autonomia, verificou-se que as CREs podem optar entre realizar a distribuição das vagas de maneira mais centralizada ou transferir para as escolas essa tarefa; podem incentivar formas para que os pais e responsáveis indiquem as escolas de sua preferência para o remanejamento dos estudantes ou incentivar que as próprias instituições de origem indiquem a escola de destino²⁹.

Ao final do ano letivo, as escolas realizam os procedimentos de renovação de matrícula para os alunos que permanecerem na mesma instituição em que estão matriculados, e de remanejamento, no caso dos alunos que seguem para uma etapa que a escola atual não oferece, a fim de organizar a distribuição dos alunos para o ano subsequente. A Portaria E/SUBG/CP n.º 24, de 22 de outubro de 2010 – que estabelece normas para realização das matrículas na rede para o ano letivo de 2011 – define que os alunos que já estudam nas escolas da rede municipal terão suas matrículas renovadas automaticamente e os alunos que estudam em unidades escolares que não oferecem o “segmento subsequente ou classe pretendida terão suas matrículas garantidas, por meio de remanejamento, para a unidade escolar mais próxima de sua residência ou para a unidade escolar de opção do responsável” (Portaria E/SUBG/CP n.º 24, de 22 de outubro de 2010, § 1.º do art. 3.º).

²⁹ No grupo de pesquisa, há trabalhos que tratam especialmente desta questão (BRUEL, CARVALHO e MOREIRA, 2013).

Essa orientação, por ser flexível, permite que cada Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) estabeleça regras e estratégias diferenciadas para a efetivação do remanejamento dos alunos que concluíram a Educação Infantil, o 5.º ano do Ensino Fundamental ou outra etapa de escolarização em escolas que não oferecem a continuidade dos estudos, para outras escolas da rede. De acordo com o funcionário da SME/RJ entrevistado em 2013, cada CRE possui autonomia para definir se as escolas vão pedir que as famílias indiquem os estabelecimentos de ensino para os quais gostariam que seu filho fosse transferido por meio do remanejamento ou se as próprias instituições (escolas e CREs) definirão as escolas de destino dos estudantes.

Estudos anteriores (BRUEL e BARTHOLO, 2012) indicam a existência de padrões de transferência não aleatórios entre as escolas no processo de remanejamento, sendo a escola de origem a variável com maior impacto sobre a definição da escola de destino, mesmo quando controlado pelo grau de escolaridade dos pais, morar com família biparental e estar em situação de atraso escolar. A análise sugere ainda que as trajetórias escolares dos alunos são definidas precocemente, pois a instituição à qual o estudante tem acesso já no início da vida escolar condiciona o acesso às melhores escolas de segundo segmento do Ensino Fundamental, bem como é condicionada pelas características socioeconômicas das famílias.

Entrevistas realizadas com pais de alunos indicam que não só as CREs possuem autonomia para definir regras relacionadas ao remanejamento, mas também as instituições de ensino agem de forma discricionária. Há escolas que oferecem a oportunidade para os pais indicarem as escolas para as quais gostariam que seus filhos fossem remanejados ao mesmo tempo em que há escolas que indicam a instituição para a qual eles serão encaminhados, estabelecendo-se certo convênio entre essas escolas. Ambas as situações são adequadas às normas acima descritas e estão amparadas pela Portaria E/SUBG/CP n.º 24, de 22 de outubro de 2010.

Embora sejam igualmente corretas, do ponto de vista da normatização municipal, é importante salientar que produzem efeitos muito distintos, pois em uma das situações os pais têm maior poder de interferência e decisão sobre a vida escolar dos filhos, constituindo-se mais claramente como corresponsáveis por sua trajetória escolar, enquanto na outra situação as escolas e as CREs assumem maior poder de interferência e decisão sobre a continuidade da escolarização dos alunos.

A regulamentação da matrícula na rede municipal de ensino pelo Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro não estabelece uma política explícita de

escolha da escola pelos pais e tampouco determina que ela deva ser circunscrita à região de moradia do estudante, o que garante certa flexibilidade à atuação da administração executiva do sistema no sentido de elaboração de políticas para a distribuição das oportunidades educacionais entre a população.

As políticas estabelecidas pela SME/RJ desde 2009, para a Educação Infantil na etapa de creche, e de 2010, para a Pré-escola e o Ensino Fundamental, procuram incentivar a escolha dos pais e a aleatorização da distribuição dos estudantes, por meio de procedimentos informatizados utilizados, principalmente, para a matrícula inicial, mas também em alguns casos de transferências internas (estudantes provenientes de escolas da rede municipal de ensino) ou externas (estudantes oriundos de escolas de outras redes de ensino).

Do ponto de vista administrativo, ao final de cada letivo, para a organização das matrículas para o ano seguinte, primeiramente são realizadas as renovações de matrícula dos estudantes que já estão matriculados em estabelecimentos da rede municipal de ensino que ofertam o ano/série subsequente. Depois da renovação das matrículas, abre-se o período para transferência por remanejamento dos estudantes matriculados em escolas públicas municipais ou conveniadas que não oferecem o ano/série subsequente. Posteriormente ao remanejamento, são abertas as inscrições para matrícula inicial nas próprias creches, para as crianças de 6 meses a 3 anos de idade, e pela internet para os candidatos a vagas de pré-escola e Ensino Fundamental. A partir de 2011 passaram a existir dois momentos de inscrição pelo sistema informatizado: o primeiro, no final do ano letivo e o segundo no início do ano seguinte, antes do início das aulas. Depois de encerradas as confirmações das matrículas solicitadas pela internet, abre-se novamente a possibilidade de realização de matrículas novas ou por transferência diretamente nas escolas, o que se mantém por todo o ano letivo até o último Conselho de Classe.

A cada ano a SME/RJ estabelece um cronograma específico para organizar todos esses procedimentos, que devem ser seguidos por todos os estabelecimentos de ensino e CREs, independentemente das peculiaridades promovidas pela autonomia relativa das coordenadorias.

Como há diferenças entre os procedimentos de matrícula para a creche e as outras etapas da Educação Básica oferecidas pela SME, optou-se por apresentar primeiro o detalhamento do processo de matrícula que envolve as crianças pequenas e, posteriormente, os demais estudantes.

A matrícula inicial para turmas de Educação Infantil, na creche – para crianças de 0 a 3 anos de idade – continua se realizando diretamente na instituição onde os pais pretendem matricular a criança. Até 2007 a matrícula para esta etapa dependia de um conjunto de prioridades e a própria instituição organizava a seleção dos candidatos que seriam atendidos, a partir dos critérios estabelecidos pelo Art. 5.º da Portaria E/ATP n.º 17/2007.

Art. 5.º O ingresso nas classes de Educação Infantil, modalidade creche, obedecerá aos seguintes critérios:

I - Necessidade do responsável que depende da matrícula do aluno para trabalhar;

II - Crianças em situação de risco ou oriundas de situações familiares de risco:

- a) portadores de vírus HIV;
- b) desnutrição infantil;
- c) vítima de violência doméstica;
- d) acometidas por doenças crônicas;
- e) uso abusivo de drogas;
- f) presidiários ou ex-presidiários e
- g) portadoras de deficiência.

III - Renda Familiar de até 02 salários mínimos. (Art. 5.º da Portaria E/ATP n.º 17/2007)

A mesma Portaria definia também que a listagem com os nomes das crianças não atendidas em cada unidade de Educação Infantil deveria ser enviada para a respectiva CRE sem, contudo, indicar objetivos ou usos para a listagem. A partir de 2008, com efeito para as matrículas no ano de 2009, a SME instituiu várias mudanças nesse procedimento, com a alteração dos critérios de prioridade³⁰ para a concessão da vaga e inserção de um procedimento de “sorteio público utilizando um aplicativo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA” (§ 2.º do Art. 5.º da Portaria E/ATP n.º 19/2008). Em 2010, passou a ser utilizado um novo aplicativo desenvolvido pela GTIL-2 (Art. 4.º, Inciso II, da Portaria E/SUBG/CP n.º 23/2010) e houve novas mudanças nos critérios.

Os novos critérios, estabelecidos pela Portaria E/SUBG/CP n.º 23/2010, que se mantêm em vigor, são:

- a) crianças cuja família seja beneficiária do Cartão Carioca;

³⁰As prioridades estabelecidas em 2008 incluíam: Crianças ou familiares vítimas de violência doméstica; Crianças com desnutrição infantil; Responsável dependente da matrícula da criança, para trabalhar; Crianças ou alguém do núcleo familiar acometidos por doenças crônicas; Crianças com alguém do núcleo familiar que faz uso abusivo de drogas; Crianças com alguém do núcleo familiar que seja presidiário ou ex-presidiário; Renda familiar per capita até R\$ 200,00; Ter irmão (ã) que já é aluno (a) da creche; Ter irmão sorteado na creche; Morar na comunidade; Ser filho de mãe adolescente; Ser filho de funcionário da creche.

- b) crianças cuja família esteja inscrita no Programa Bolsa Família;
- c) crianças que estejam relacionadas na lista de espera da creche, elaborada para 2010;
- d) crianças com deficiência;
- e) crianças ou familiares vítimas de violência doméstica;
- f) crianças ou alguém do núcleo familiar acometidos por doenças crônicas;
- g) crianças com alguém do núcleo familiar que faz uso abusivo de drogas;
- h) crianças com alguém do núcleo familiar que seja presidiário ou ex-presidiário;
- i) ter irmão (ã) gêmeo (a) que esta também sendo inscrito (a);
- j) ser filho de mãe adolescente. (Art. 4.º, Inciso II, da Portaria E/SUBG/CP n.º 23/2010)

Ainda que o conjunto de prioridades tenha sofrido modificações ao longo do período analisado, percebe-se que há uma tendência ao estabelecimento de critérios que priorizam as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, em situação de risco social. É possível observar que o critério que condicionava a vaga à necessidade de trabalho do adulto responsável, presente nas Portarias de 2007 e 2008, deixa de compor o rol de prioridades em 2010, o que pode significar um avanço na compreensão da Educação Infantil como direito da criança e não do adulto que a tutela. É possível que sua supressão seja devida à dificuldade de exigir documentos que possam comprovar objetivamente essa necessidade ou, ainda, à pouca eficiência desse critério, uma vez que, em tese, é uma situação verdadeira para todas as famílias atendidas pela rede pública de ensino.

Muitas vezes a complexidade das condições de vida das crianças pequenas torna difícil a criação de critérios que garantam o direito de todas as crianças à Educação Infantil, sem que outros aspectos da vida cotidiana interfiram na realização desse direito. Como essa é uma etapa que ainda sofre com maior demanda do que oferta de vagas, a definição desses critérios muitas vezes determina a oportunidade de acesso ou não aos anos iniciais da Educação Infantil.

O procedimento para matrícula na creche envolve três etapas: 1) a inscrição da criança junto ao estabelecimento de ensino de preferência da família; 2) o sorteio público realizado na CRE à qual a instituição pertence; 3) a efetivação da matrícula nas creches públicas municipais mantidas pelo município. A ordem de inscrição não interfere no sorteio para a alocação do candidato e a listagem das crianças não atendidas permanece na CRE para “encaminhamento das crianças às creches conveniadas, de acordo com a disponibilidade de vagas, respeitando-se a ordem estabelecida [pelo sorteio]” (Art. 6.º da Portaria E/SUBG/CP n.º 23/2010).

A experiência de sorteio das vagas existentes nas creches teve início um ano antes da implementação da distribuição das vagas de Pré-Escola e Ensino Fundamental pela internet, que foi realizada pela primeira vez para organizar as matrículas do ano letivo de 2010. No primeiro ano, houve apenas um momento de inscrição pela internet. De acordo com o servidor da SME/RJ responsável pelo procedimento informatizado de matrícula, em 2010 houve um grande número de estudantes não alocados e solicitações não confirmadas pelas famílias, o que levou a SME a definir pela realização de dois momentos de inscrição a partir de 2011, com a manutenção do primeiro momento ao final do ano anterior e a criação de um segundo momento de inscrição no início do ano (Resolução SME n.º 1.108/2010).

Devem fazer a inscrição pela internet todos os candidatos novos que pleiteiam a matrícula em turmas de Pré-Escola e Ensino Fundamental, incluindo as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, ou estudantes da rede municipal e escolas conveniadas que queiram optar por instituição diferente da indicada pelo remanejamento ou ainda que queiram solicitar transferência para outro estabelecimento mesmo que a escola de origem ofereça o ano/série subsequente.

A SME/RJ divulga as datas para que os pais e responsáveis, ou o próprio candidato, possam acessar o endereço eletrônico e fazer a inscrição. Em 2009, para a matrícula em 2010, a SME utilizou o endereço eletrônico <http://www.matriculafacil.rj.gov.br>, compartilhando com o governo estadual. A partir de 2010, para matrícula em 2011, passou a utilizar o endereço eletrônico <https://matriculadigital.rioeduca.rio.gov.br/>. Ao acessar o site, em uso desde 2010, é possível encontrar o calendário com as datas para realização da inscrição; uma cartilha com explicações sobre como proceder para preencher os formulários; uma lista das escolas onde é possível ter acesso gratuito à internet para fazer a inscrição; um sistema de busca dos estabelecimentos municipais de ensino por série, bairro e nome da instituição; o acesso ao formulário de inscrição; um sistema de busca para acompanhar o resultado da distribuição de vagas pelo número de inscrição do candidato³¹. O acesso ao formulário de inscrição e ao resultado do procedimento depende do período em que estes itens ficam disponíveis, de acordo com o cronograma estabelecido.

O processo relativo ao primeiro momento de inscrição envolve quatro etapas: 1) pré-matrícula realizada por meio da internet; 2) alocação dos candidatos, considerando

³¹Fonte: <https://matriculadigital.rioeduca.rio.gov.br>, acessada em 14/11/2013, 05/12/2013, 03/01/2014.

as prioridades estabelecidas pela normatização municipal e a distribuição por meio de um sorteio aleatório; 3) confirmação da vaga solicitada; 4) confirmação da matrícula junto à Unidade Escolar.

Os pais ou responsáveis inscrevem os filhos no procedimento chamado de pré-matrícula, cadastrando no site da SME no mínimo três e no máximo cinco opções de escola, por ordem de preferência, além de indicar um conjunto de informações sobre endereço, documentação pessoal, escola de origem, série/ano que deverá frequentar, etc. Para os anos de 2010 e 2013, no primeiro momento de matrícula, os pais poderiam escolher qualquer um dos estabelecimentos de ensino da rede municipal, pois todos estavam disponíveis para receber solicitações de matrícula. Nos demais anos (2011 e 2012), as opções apresentadas restringiram-se às instituições que possuíam vaga na série/ano para a qual a família solicitou a matrícula.

É preciso entender esse sistema a partir do conceito de ecologia de mercado baseado em posições fechadas, como sugere Yair (1996), pois a existência de uma estrutura de oportunidades diferenciadas, tendo em vista a hierarquização das instituições de ensino, aliada a uma quantidade fixa de vagas em cada escola, limita a possibilidade de acesso sobretudo aos estabelecimentos que concentram demanda.

Compreende-se que, na rede municipal de ensino, novos estudantes só podem ser matriculados se houver vaga disponível e isso só é possível se alguém sai do sistema ou deixa de ocupar a vaga por outro motivo, como um pedido de transferência, por exemplo. Assim, ressalta-se que a escolha não depende apenas de motivações individuais, pois a estrutura de oportunidades existente produz o campo para a realização dessas escolhas.

Em 2010 muitas famílias solicitaram matrícula em escolas onde não havia vaga e, portanto, não tiveram seus filhos alocados, por isso a partir de 2011 a SME definiu pela apresentação das instituições que poderiam de fato atender os estudantes. Mas, em 2013, a administração municipal considerou importante averiguar a distribuição da demanda no município e estabeleceu que todas as instituições de ensino deveriam apresentar pelo menos uma vaga para cada ano/série e turno que ofereciam na época, ainda que isso implicasse permanecer com alunos excedentes em algumas turmas.

Após a realização dos procedimentos de renovação de matrícula e remanejamento de estudantes, as escolas fazem uma previsão de fluxo e vagas para o ano seguinte, com o acompanhamento das CREs, e passam para a SME, que utiliza essas informações para a distribuição das vagas aos alunos inscritos pela internet. A

administração municipal cria um banco de vagas que alimenta o programa de alocação dos estudantes.

As vagas são distribuídas para os alunos inscritos pela internet considerando as prioridades estabelecidas pela normatização municipal, que pode passar por mudanças a cada ano, uma vez que é definida por meio de Portarias e Resoluções do Poder Executivo. De acordo com a Portaria E/SUBG/CP n.º 21/2009, que criou as regras para a matrícula pela internet, a Portaria E/SUBG/CP n.º 24/2010, e normas subsequentes, a alocação dos candidatos às vagas de Pré-Escola “atenderá o critério decrescente de faixa etária”, ou seja, para as solicitações de matrícula para a pré-escola não se realiza o sorteio de vagas e o único critério utilizado é a idade da criança, sendo que as mais velhas são atendidas com prioridade e aos candidatos nascidos na mesma data são garantidos os mesmos direitos.

Já a alocação dos candidatos a vagas no Ensino Fundamental, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atenderá às prioridades legalmente determinadas, independentemente da ordem de inscrição, e processará um sorteio aleatório a fim de preencher as demais vagas. Considera-se prioridade:

- a) Candidatos com deficiências;
- b) Candidatos que possuam irmãos frequentando a Unidade Escolar procurada;
- c) Filhos de servidores lotados na Unidade Escolar procurada;
- d) Filhos adotivos amparados pela Lei Municipal n.º 2.210 de 21/07/1994;
- e) Candidatos oriundos de orfanatos. (Portaria E/SUBG/CP n.º 24, de 22 de outubro de 2010, Art. 7.º)

Além dos critérios supracitados, as Portarias definem também que os candidatos que já são estudantes da rede e estavam matriculados na Pré-Escola, em regime de horário integral, terão prioridade na alocação em instituições de Ensino Fundamental que oferecem horário integral.

Em entrevista realizada com mães de estudantes da rede municipal foi possível observar que quando a família consegue matricular um dos filhos em uma escola bastante disputada, é mais fácil conseguir que os irmãos sejam matriculados na mesma escola. Isso se deve à prioridade estabelecida pela Portaria que define as regras para a matrícula.

Dependendo da idade do candidato, a SME pode alocá-lo em turmas de Projetos especiais destinados a estudantes com defasagem idade-série, como os programas de Realfabetização e Aceleração, ou em turmas de Educação de Jovens e Adultos, ainda que o estudante não tenha apresentado essa intenção no formulário disponível pela

internet. A Resolução SME n.º 1108/2010 estabelece que no caso de defasagem idade-série superior a 2 anos, o candidato deverá comparecer à CRE a fim de ser avaliado.

A rotina para a distribuição das vagas entre os alunos inscritos prevê, primeiro, o atendimento dos estudantes que se enquadram nas características definidas como prioritárias, e posteriormente a distribuição dos demais. A definição das vagas é realizada de forma randomizada por nível de opção, ou seja, primeiro todas as primeiras opções são verificadas, depois as segundas e assim sucessivamente. Em entrevista com servidor da SME responsável pelos procedimentos informatizados, verificou-se que, no caso das transferências internas, de alunos que já estudam em escolas da RME, além das prioridades estabelecidas, o sistema de randomização também considera a distância entre a residência do estudante, a escola atual e a escola para a qual a família solicita a vaga.

Com a distribuição feita, a SME confirma a vaga solicitada enviando o resultado da alocação para os pais por meio de carta, e-mail e torpedão (mensagem de texto para telefones móveis), além de disponibilizar o resultado da distribuição no site. A SME aguarda que os pais confirmem a matrícula presencialmente, na escola para a qual a criança foi designada. Para tanto, os pais devem comparecer pessoalmente à escola, munidos da documentação necessária. Caso a família não confirme a matrícula no período determinado, a vaga poderá ser destinada a outro estudante.

No caso dos estudantes que não tenham sido alocados em uma das escolas de sua escolha ou que não confirmem a matrícula, há possibilidade de fazer nova inscrição no segundo momento de matrícula, no início do ano. As vagas remanescentes são disponibilizadas para as famílias que não participaram do primeiro momento, que não confirmaram a matrícula na escola para a qual a criança foi alocada, ou que não conseguiram vaga em nenhuma das opções indicadas no primeiro momento.

Antes da reabertura do processo as escolas indicam quantas vagas ainda possuem e a SME constrói um novo banco de vagas para alimentar o processo de escolha. Nesse procedimento, são disponibilizadas como opção apenas as escolas que realmente possuem vagas. Diferentemente do primeiro momento, os pais indicam apenas uma opção, que imediatamente é retirada do banco de vagas e fica reservada para o estudante que a solicitou. Quando todas as vagas disponíveis forem reservadas, a escola deixa de aparecer no banco e não fica mais visível para novas solicitações. Nesse caso, não há distribuição aleatória e a ordem de inscrição faz diferença no processo de alocação, pois os primeiros inscritos terão mais oportunidades disponíveis para proceder

à escolha. As famílias devem confirmar a matrícula junto à instituição escolhida, apresentando a documentação necessária. Se a confirmação não for feita no prazo estipulado pela SME, com tolerância de alguns dias, a vaga volta a ficar disponível para ser escolhida por outra família.

Depois de encerrado esse procedimento, as escolas voltam a ter a possibilidade de realizar novas matrículas pelo sistema integrado da SME, permitindo que os pais busquem vagas para seus filhos diretamente nas unidades de ensino e CREs. As famílias que não conseguiram vaga para seu filho por meio da matrícula informatizada ou que não participaram da mesma por quaisquer motivos podem recorrer à Central de Atendimento da SME, por telefone, e podem ir diretamente à CRE ou estabelecimento de ensino para solicitar e efetivar a matrícula.

Em entrevista com pais de estudantes da rede municipal de ensino, uma das mães entrevistadas relatou que teve algumas dificuldades para realizar a matrícula pelo telefone ao final de 2010 para o ano letivo de 2011. A mãe, que estava acostumada a resolver quaisquer situações diretamente com a escola, considerou que “penou” para conseguir ser atendida pelo serviço de matrícula, mas conseguiu a vaga na escola que solicitou e ficou satisfeita com o procedimento.

Olha, eu já entrei numa situação... a Matrícula Fácil é pena, viu, é muita gente. Moça, eu fiquei um dia... pra mim que eu não ia conseguir. O interessante é que a gente vai lá no colégio e fala: “eu não estou conseguindo”. Eles falam assim: “fica tentando, mãe que tu consegue”. Aí tu fica... no telefone, mas pessoalmente tu vai lá na escola e diz: “poxa, eu não tô conseguindo falar”. Eles falam assim: “não é nossa função”. Antigamente a gente fazia na mão, que era muito mais rápido. Agora com esse negócio de matrícula fácil, você é obrigada a ficar no telefone, até conseguir. É... mas assim, consegui, entendeu? Mas, assim, você vai lá falar com elas [secretárias que trabalham na escola] porque não tá conseguindo, mas elas não podem fazer nada por você. Tem que ficar esperando você conseguir no telefone. Ela fala assim: “não posso fazer nada, não posso colocar teu nome nem na lista de espera. Primeiro você tem que conseguir por telefone”. (Entrevista realizada em 09/12/2010)

No depoimento da mãe, fica evidenciado que há uma alteração importante nesse processo no que se refere ao poder de decisão da escola em relação à efetivação da matrícula de alunos novos ou recebidos de transferência no período em que a matrícula informatizada está em funcionamento. Quando ela relata que a escola não pode interferir na solicitação da matrícula, como fazia antes, indica que há uma mudança no centro de poder, deslocado, ainda que por um período de tempo, da escola para outros níveis da burocracia estatal, seja a CRE, seja a própria SME.

A percepção de pessoas que atuam na direção e coordenação pedagógica de algumas escolas corrobora essa análise. Para uma diretora entrevistada³², depois da implementação da matrícula informatizada a escola tem menor possibilidade de intervenção sobre o processo de distribuição das crianças nas escolas. Ela relata que quando a matrícula era feita diretamente nas escolas ou nos polos organizados pelas CREs havia maior possibilidade dos estabelecimentos de ensino realizarem seleção dos estudantes ou reservarem vagas para determinadas famílias.

Uma coordenadora pedagógica³³ que atua em outra instituição da rede municipal de ensino explica que, depois que as famílias fazem as inscrições pela internet e as vagas são distribuídas, as escolas recebem uma listagem com os estudantes a serem matriculados em cada ano/série. Os pais ou responsáveis precisam comparecer na escola para confirmar a matrícula, que é garantida para a criança à que a vaga foi atribuída. O estabelecimento de ensino não pode negar a matrícula por quaisquer que sejam os motivos e não pode destinar a vaga a outra criança. Depois de encerrado todo o procedimento informatizado, as matrículas voltam a ser realizadas diretamente nas escolas, sob o controle da direção de cada estabelecimento de ensino.

Mudanças relevantes podem ser reconhecidas na política em análise, sobretudo com o deslocamento dos processos de matrícula (inicial e transferências) do âmbito das escolas e polos para um sistema informatizado, que pode conferir um caráter mais impessoal para o procedimento de alocação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino. Há, ainda que nesse período específico, uma intervenção da administração no sentido de criar barreiras aos processos de seleção dos estudantes pelas escolas.

Percebe-se a existência de características semelhantes entre aspectos do modelo de distribuição de vagas adotado pela SME/RJ a partir de 2010 e políticas apresentadas no Capítulo 1 desta tese. Ainda que não se possa afirmar que a política municipal seja uma política de *school choice*, é possível supor que seus formuladores buscaram inspiração em modelos que se encontram em vigor nos Estados Unidos e Inglaterra.

Em vários dos casos analisados há uma mudança na esfera de tomada de decisão, criando oportunidade para expressão de opção das famílias e transferindo o procedimento de alocação dos estudantes para níveis hierárquicos mais elevados do sistema de ensino. Mas há vários aspectos do modelo adotado pela rede municipal de ensino do Rio de Janeiro que o diferencia de outras políticas.

³²Entrevista realizada em 31/03/2011.

³³Entrevista realizada em 19/05/2011.

No que tange à aleatorização da distribuição das vagas entre os candidatos, é possível afirmar que as mudanças na normatização e nas práticas de alocação dos estudantes ainda são um pouco tímidas, na medida em que não abrangem todas as formas de acesso, tampouco todas as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, além de serem limitadas pelos critérios definidos como prioridade de atendimento.

Os sorteios das vagas, quando se trata de matrícula inicial, são realizados apenas para dois grupos específicos: para as turmas de creche, que atendem crianças de 6 meses e 3 anos de idade; e para turmas de Ensino Fundamental. Há diferenças importantes entre os dois procedimentos, pois no caso das creches as famílias fazem a inscrição da criança diretamente na instituição onde pleiteiam a vaga e o sorteio é realizado pela Coordenaria Regional de Ensino. As crianças que não são atendidas por falta de vaga são chamadas pela ordem do sorteio assim que novas vagas surjam nas instituições que escolheram. Para a creche, portanto, as CREs continuam monitorando a distribuição de vagas mesmo depois do momento inicial de matrícula, o que não ocorre nas demais etapas.

No caso do Ensino Fundamental, as famílias fazem a inscrição pela internet, indicando até cinco opções de escolas, e a SME gere todo o procedimento de distribuição, com a garantia de que a aleatorização respeitará os critérios de atendimento prioritário estabelecido na normatização municipal. São realizados dois momentos de inscrição pela internet: no primeiro, a distribuição é randômica; no segundo, a alocação segue a ordem de cadastro. Posteriormente, a SME repassa para as escolas as listagens de estudantes a serem matriculados.

Para as turmas de Pré-Escola, que atendem as crianças com 4 e 5 anos de idade, a inscrição é feita pela internet, mas não há sorteio de vagas, pois os candidatos são alocados de acordo com a data de nascimento, em ordem decrescente de idade. As famílias preenchem a inscrição e podem escolher até cinco opções de escola. Diferentemente da demanda por creche, as crianças que não forem alocadas nas turmas de Pré-Escola ou Ensino Fundamental devem buscar uma vaga diretamente na escola ou CRE, seguindo os mesmos procedimentos existentes antes da inscrição informatizada.

A descrição da normatização e das práticas relacionadas aos processos de matrícula dos alunos na rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro indica a coexistência de vários procedimentos para a realização de transferências de estudantes entre escolas, bem como para o acesso inicial às instituições da rede. Os procedimentos

tradicionalmente instituídos no âmbito da rede municipal de ensino convivem com as novas formas de distribuição dos estudantes nos estabelecimentos escolares.

Tanto as escolas quanto as famílias estão ainda passando por um período de transição e adaptação aos novos formatos de apresentação da demanda por vagas e de seu atendimento. É possível afirmar que a política municipal tem se pautado pelo incentivo à escolha dos pais e tentativa de restrição da seleção dos estudantes por parte dos estabelecimentos, mas verificam-se fragilidades em ambos os aspectos.

Em relação à escolha das famílias e estudantes, verifica-se que, embora a possibilidade de participação esteja formalmente estabelecida para todos, é pequeno o percentual de participação na matrícula informatizada. A maior parte dos estudantes que precisa ser transferido de escola utiliza o procedimento de remanejamento, organizado pelas escolas e CREs, e não a matrícula pela internet. Não é possível saber se essa opção se faz pela facilidade de contato direto com as escolas e aceitação da instituição atribuída, ou se é proveniente de desconhecimento dos novos procedimentos informatizados, da possibilidade de escolha de escolas fora do polo de matrícula ou do próprio uso da rede de computadores.

Foi possível perceber que há pouca divulgação a respeito dos momentos de escolha da escola pela internet e, principalmente, há pouca ou nenhuma informação sobre os estabelecimentos que compõem a rede municipal e oferecem vagas. Uma das grandes preocupações das políticas de *school choice* analisadas no primeiro capítulo deste trabalho é a garantia de divulgação de dados sobre as instituições de ensino a fim de informar as escolhas das famílias. Mas essa preocupação não se revelou presente na normatização, nas entrevistas realizadas com funcionários da SME ou nas visitas ao site oficial do Matrícula Fácil.

A SME produziu um caderno com explicações sobre os procedimentos de matrícula, indicando passo a passo as ações a serem realizadas para efetuar a inscrição pela internet. Mas a tiragem do caderno, em 2013, por exemplo, foi de 14.500 exemplares. Ao todo, anualmente, há mais de 90 mil inscrições realizadas. Ou seja, a tiragem do caderno explicativo não chega a 17% dos que se inscrevem e 3% da quantidade total de estudantes matriculados na rede municipal de ensino. De toda forma, os pais, responsáveis e estudantes podem ter acesso ao material diretamente pela internet.

Há dois tipos de informação sobre as escolas disponíveis no site. O primeiro tipo está relacionado à localização das escolas. Se o demandante busca o nome de uma

instituição para a qual não há vagas disponíveis, no momento de preencher o formulário *online*, o site indica outras escolas no entorno. Ou ainda é possível solicitar a lista de escolas de determinado bairro os quais oferecem determinado nível/etapa da Educação Básica.

O segundo tipo de informação está relacionado à criação dos Ginásios Experimentais, que possuem oferta diferenciada das demais instituições de ensino da rede municipal. São 30 escolas que oferecem ensino em horário integral e desenvolvem atividades específicas voltadas para artes visuais ou esportes. O material previne que os estudantes que optarem por essas escolas passarão por avaliação de aptidão para verificar a possibilidade de efetivar a matrícula. Caso não sejam aprovados nos testes de aptidão, os estudantes serão alocados em uma das outras escolas indicadas ou permanecerão na instituição de origem.

Não estão facilmente disponíveis informações sobre o desempenho dos estabelecimentos escolares nas avaliações externas; as condições de funcionamento e manutenção dos prédios; a proposta pedagógica e a organização curricular; formação dos docentes; espaços de aprendizagem disponíveis; ou outras que possam qualificar a escolha das famílias. Esse tipo de informação pode ser encontrado *online* nas páginas do INEP, por exemplo, mas que não são de fácil acesso à população em geral.

Todas as escolas da rede municipal de ensino possuem um cartaz que indica a nota da instituição no IDEB. Essa poderia ser uma informação a respeito do desempenho acadêmico do estabelecimento. Mas é preciso considerar que a nota no IDEB, sem a correspondente explicação sobre como ele é calculado, o desdobramento do índice na nota da Prova Brasil e taxa de aprovação dos estudantes, um indicador de nível socioeconômico da população atendida pela escola, informações a respeito de outros insumos que possam indicar as condições de qualidade da oferta educacional, sem, portanto, uma reflexão que ajude os pais a compreenderem o que este índice pode significar, pouco ou nada contribui de fato para a decisão sobre a escolha da escola na qual matricular os filhos.

Para Felouzis *et al.* (2013), o funcionamento de quase-mercados escolares é fortemente dependente da existência de informações sobre os estabelecimentos de ensino, sua disponibilização e lisura. Segundo os autores, “pour qu’un choix soit ‘libre’ et rationnel, encore faut-il qu’il soit informé” (FELOUZIS *et al.*, 2013, p. 24). No caso da educação, é preciso considerar que a informação pode estar desigualmente distribuída entre a população, em razão do capital escolar e social.

Considerando, ainda, que a rede municipal de ensino atende as famílias com baixa renda e baixa escolaridade, seria razoável supor que as pessoas nesta situação podem encontrar mais dificuldade para ter acesso às informações e, conseqüentemente, podem ter mais dificuldade também para participar dos procedimentos informatizados. A inscrição pela internet exige não apenas a disponibilidade de um computador com acesso à rede mundial, mas também exige conhecimentos sobre a forma de navegar, de preencher o formulário e enviá-lo. Outra dificuldade, portanto, se materializa junto às famílias que possuem pouca intimidade com a informática.

A SME disponibiliza espaços com microcomputadores e acesso gratuito à internet em unidades de todas as CREs. A maior CRE possui quinze e as menores dois locais com computadores e internet disponíveis para o preenchimento das inscrições. A listagem dessas unidades pode ser encontrada no caderno que explica os procedimentos de matrícula, bem como na página da SME.

As famílias também não são informadas sobre a quantidade de vagas disponíveis em cada estabelecimento de ensino. Ao realizar a inscrição no primeiro momento de matrícula, o candidato pode inferir, que se a escola está visível para ser escolhida³⁴, há vagas em aberto, mas não é possível saber quantas vagas. Como a escolha pela internet se realiza depois dos procedimentos de renovação de matrícula e remanejamento, grande parte das vagas já está distribuída.

Em entrevista com funcionário da SME/RJ, responsável pela organização técnica do procedimento informatizado, evidenciou-se que os processos de renovação de matrícula e remanejamento preenchem a maior parte das vagas existentes nas escolas da rede. Muitas delas atingem a lotação plena antes mesmo da matrícula pela internet ser aberta, por isso não é possível alocar mais alunos nessas instituições. Isso pode significar que os estudantes que já estão matriculados na rede municipal e optam pela renovação de matrícula ou pelo remanejamento têm prioridade de matrícula sobre alunos novos ou alunos que queiram transferência de uma escola para outra, porque realizam a matrícula antes dos demais.

É possível que isso produza conseqüências não previstas como a garantia de prioridade no atendimento à demanda das famílias que já se encontram em uma escola do polo onde pretendem matricular o estudante no ano letivo posterior, tendo em vista

³⁴Com exceção do procedimento realizado para matrícula em 2010, pois naquele ano todas as escolas estavam disponíveis para serem escolhidas, mesmo que não tivessem vagas em aberto.

que as vagas existentes são disponibilizadas para o remanejamento e as vagas ociosas depois disso são encaminhadas para o sorteio.

Portanto, é razoável supor que os procedimentos de renovação de matrícula e remanejamento produzam maior impacto sobre a composição das escolas do que o procedimento informatizado, tendo em vista que este atinge cerca de 10% a 15% do total dos estudantes matriculados na rede municipal de ensino, com diferenças entre séries/anos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, como analisado ao longo do Capítulo 3 desta tese. Tal suposição, contudo, não invalida o interesse deste estudo, que pretende conhecer os procedimentos, as características dos estabelecimentos e dos estudantes que participam da matrícula *online*.

As políticas de *school choice* analisadas no capítulo anterior usualmente adotam critérios baseados em origem étnico-racial, indicadores de pobreza ou de desigualdade para a distribuição dos estudantes nos estabelecimentos de ensino a fim de garantir algum equilíbrio entre as escolas e diminuir os índices de segregação no interior das redes (GORARD *et al.*, 2003; GLENN, 2009). Na política implementada no município do Rio de Janeiro não foi possível detectar a utilização de critérios de distribuição com esse objetivo.

Resumidamente, pode-se afirmar que os critérios estabelecidos pela normatização municipal preveem o atendimento prioritário a crianças em situação de risco, no caso das creches; crianças com maior idade, no caso da pré-escola; e estudantes com deficiência ou que tenham irmãos que estudem ou pais que trabalhem nas escolas solicitadas, para o Ensino Fundamental. Tais critérios incidem sobre a ordem de distribuição das vagas, mas não têm o objetivo de produzir efeito direto sobre a composição do alunado das instituições de educação e ensino.

CAPÍTULO 3 – ESCOLHA DA ESCOLA PELA FAMÍLIA E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

A análise sobre a distribuição de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro, apresentada neste capítulo, foi produzida a partir de reflexões construídas com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, principalmente os bancos de registro das escolhas dos pais e estudantes em relação às escolas para as quais se candidataram pela internet nos anos de 2010 a 2013; os bancos de dados com informações sobre o cadastro de matrícula e enturmação dos estudantes na rede municipal de ensino; além de bancos de dados disponibilizados pelo INEP, com os dados do Censo Escolar e com as informações coletadas por meio dos questionários e avaliações vinculadas à Prova Brasil de 2011.

O primeiro passo foi o trabalho de organização dos bancos de dados. Os registros são produzidos pela SME com objetivos administrativos, sem a intenção de utilização dos dados em análises estatísticas, portanto, foi necessário realizar uma reorganização e limpeza das informações recebidas para que fosse possível analisá-las utilizando *softwares* estatísticos. Os bancos foram verificados a fim de diagnosticar a existência de casos repetidos e inconsistências que pudessem ser resolvidas, com o objetivo de melhorar a qualidade das análises.

Os bancos de inscrição no procedimento de matrícula informatizada possuem dados provenientes de registros realizados pelos pais, responsáveis e pelos próprios estudantes, no momento em que preenchem os formulários de solicitação de matrícula pela internet. Esse preenchimento realizado pelo próprio usuário produz situações como: multiplicidade de inscrição do mesmo candidato; diversidade nas formas de escrita dos nomes dos candidatos e seus pais; ausência de informações sobre o candidato, como o número de cadastro na rede municipal de ensino; confusões em relação a informações como a série/ano em que o estudante se encontra ou data de nascimento; problemas ou erros causados por equívocos no momento de digitar as informações solicitadas no formulário.

Várias dessas situações puderam ser corrigidas, como a multiplicidade de inscrições do mesmo candidato. Por meio da comparação entre informações presentes em diferentes campos, como o nome do inscrito, dos pais, data de nascimento e número da certidão de nascimento, foi possível encontrar vários casos repetidos. Diante de diferentes registros de inscrição, optou-se pela manutenção da inscrição que gerou a

alocação do estudante em uma escola. No caso de estudantes que não foram alocados em qualquer escola, optou-se pela manutenção da última inscrição, por entender que, talvez, as famílias tenham realizado múltiplas inscrições por mudança de interesse nas escolas ou por verificarem erros nas inscrições precedentes.

Algumas ausências de informação puderam ser compensadas pela utilização de dados provenientes dos bancos de cadastro e do registro de turma/escola em que o estudante se encontra. Contudo, grande parte dos dados ausentes não pode ser recuperada durante a realização desse trabalho. O leitor poderá perceber, ao longo deste capítulo, que há informações que não estão disponíveis para todos os casos. Optamos por não imputar valores para os casos ausentes e trabalhar com a ausência como um indicador. Outros estudos (BARTHOLO, 2014) indicam que a ausência de informação nos bancos de dados utilizados não é aleatória e se concentra entre os estudantes de menor renda e em escolas que os atendem. Como as informações que deram origem aos bancos em análise neste trabalho foram fornecidas pela SME/RJ a partir dos dados brutos dos formulários preenchidos pelas próprias famílias, é razoável supor que a baixa escolaridade e pequena intimidade com a informática possam interferir no procedimento de inscrição.

Antes de expor as análises propriamente ditas, este texto apresenta informações de caráter mais descritivo a respeito dos bancos de dados utilizados. Os bancos de inscrição, assim chamados pela SME, apresentam informações sobre a solicitação de matrícula pela internet para as turmas de Pré-Escola e Ensino Fundamental, incluindo Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Programas de Aceleração e Realização. Tais bancos proporcionam acesso aos seguintes dados, por candidato: número de inscrição; nome; nome dos pais e responsável; parentesco do responsável; sexo; data de nascimento; certidão de nascimento; endereço e telefone; código de matrícula, se estudante da rede municipal de ensino; deficiência; rede de origem; série/ano para a qual pleiteia a matrícula; código da primeira opção de escola; se possui irmão que estuda ou responsável que trabalha na mesma escola; idem para as cinco opções de escola; indicação ordinal da posição em que o candidato ficou no processo de alocação; critério de alocação; código da escola na qual o candidato foi alocado; código de matrícula do estudante na rede municipal.

O banco de cadastro de estudantes da rede municipal do Rio de Janeiro foi utilizado para agregar informações aos bancos de inscrição de 2010 e 2013. Para esses dois anos, então, foram incluídas as seguintes variáveis: escola em que o estudante foi

matriculado em 2010 e 2013; resultado final (indisponível para 2013); turno; cor; religião; utilização de transporte para chegar à escola; tempo de deslocamento de casa à escola; nível de instrução dos pais; indicador de aluno ou responsável inscrito em Programa Social. O banco com as informações sobre alunos e turmas foi utilizado apenas para verificar a escola de matrícula do estudante a cada ano.

Foi utilizado também um banco de dados com informações sobre as instituições de ensino que compõem a rede municipal, com as seguintes variáveis: código da escola na rede municipal; código da escola no INEP; nome da instituição; endereço; níveis e modalidades de ensino oferecidas. E outro banco com a quantidade de vagas disponibilizadas para o procedimento de matrícula informatizada para o ano letivo de 2013.

Dos bancos de dados sobre os estabelecimentos escolares disponibilizados pelo INEP, tanto os produzidos a partir dos dados sobre o Censo Escolar quanto a Prova Brasil, foram selecionadas ou criadas as seguintes variáveis: informações sobre condições físicas; segurança interna; condições pedagógicas; condições financeiras; tempo de exercício do diretor; nota média nas avaliações externas de Matemática e Língua Portuguesa na Prova Brasil de 2011; percentual de estudantes que obtiveram nota equivalente aos níveis básico ou abaixo do básico.

Em relação às informações presentes nos questionários socioeconômicos e nos resultados de desempenho da Prova Brasil, cabe ressaltar que não há dados referentes aos estabelecimentos não oferecem 5.º e 9.º ano do Ensino Fundamental, mesmo que a instituição tenha oferta das demais séries/anos. Há também outros critérios para que a escola seja incluída no procedimento de avaliação externa, como o número mínimo de estudantes matriculados nas séries avaliadas. Dessa forma, algumas das análises construídas a partir desses dados podem ser limitadas pela não inclusão do universo dos estabelecimentos de ensino.

A partir dos dados disponibilizados, e depois da organização dos bancos para que eles se tornassem compatíveis, foi possível estabelecer vínculos entre as informações das diferentes fontes, construindo relacionamentos que deram origem às análises aqui apresentadas. Foram organizados dois tipos de bancos de dados: um deles foi organizado por escola, com dados sobre a demanda entre 2010 e 2013, número de vagas em 2013, características dos estabelecimentos; o outro tipo de banco foi organizado por estudante, com as informações sobre o procedimento de inscrição na matrícula informatizada, o cadastro e a matrícula individual.

Os bancos de inscrição fornecem um conjunto de informações sobre uma parte da demanda por vagas nos estabelecimentos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Como já foi explicado no Capítulo 2 deste trabalho, participam do procedimento informatizado de solicitação de matrícula os candidatos (ou seus responsáveis) que procuram pela primeira vez uma vaga em escola da rede municipal de ensino; ou aqueles que optam pela matrícula em outra instituição que não a indicada no remanejamento; ou ainda pais que pretendem transferir seu filho para outro estabelecimento quando a escola de origem oferece a etapa seguinte.

Essas situações não esgotam as possibilidades de acesso aos estabelecimentos municipais de ensino, pois é possível que a matrícula seja realizada em decorrência do procedimento de remanejamento e as famílias podem buscar vagas diretamente nas escolas e CREs, tanto para matrícula inicial quanto transferência, ao longo do ano letivo, quando o procedimento informatizado não está operando.

Em entrevista com um funcionário da SME responsável pela organização do procedimento informatizado de matrícula, ele explicou que “(...) na prática, a escolha pela internet é uma possibilidade de acesso às escolas, mas não é a única, nem mesmo a mais utilizada pelos pais” (Entrevista realizada em 23/08/2011). Ainda que não seja a forma mais utilizada para a realização de transferências entre escolas da rede municipal, verificou-se crescimento da demanda manifesta por meio desse procedimento ao longo do período analisado.

O Quadro 2 indica a quantidade de inscrições recebidas pela SME para matrícula por série/ano, para a Pré-Escola e o Ensino Fundamental regular, de 2010 a 2013. Vários candidatos solicitaram vagas no primeiro e segundo momentos de inscrição, seja porque não foram alocados em uma escola ao final do primeiro momento, seja por não terem confirmado a matrícula na instituição em que foram alocados, seja por outros motivos. Nesses casos, passaram a ser considerados, para os efeitos das análises aqui apresentadas, como um único demandante por vaga. Isso explica porque há mais inscrições (somando os momentos 1 e 2 do procedimento) do que o número total de candidatos por série/ano para matrícula nos anos de 2011 a 2013.

Quadro 2 – Quadro Geral de demanda por série/ano para Pré-Escola e Ensino Fundamental regular, apresentada na matrícula informatizada, de 2010 a 2013.

Série/ano	2010	2011				2012				2013			
		mom 1	mom 2	mom 1 e 2	total	mom 1	mom 2	mom 1 e 2	Total	mom 1	mom 2	mom 1 e 2	total
Pré-Escola	26023	25283	8891	3319	30855	23685	8373	2793	29265	22460	7354	3004	26810
1.º ano	13490	11262	4716	1763	14215	9451	3473	809	12115	9417	3602	1198	11821
2.º ano	4857	5607	1956	758	6805	4995	1805	527	6273	4970	1776	584	6162
3.º ano	4052	5099	1837	777	6159	5304	1925	638	6591	5480	1831	702	6609
4.º ano	3724	3965	1700	492	5173	4510	1738	432	5816	5038	1976	599	6415
5.º ano	3584	2993	1572	360	4205	3228	1597	345	4480	3835	1766	443	5158
6.º ano	8422	5938	2592	612	7918	7335	3358	831	9862	7296	3596	846	10046
7.º ano	4121	3589	1969	463	5095	4147	2206	532	5821	5371	2875	739	7507
8.º ano	2470	2633	1551	378	3806	2830	1601	339	4092	3562	2009	569	5002
9.º ano	1918	1672	1097	224	2545	1792	1246	188	2850	2131	1449	292	3288
Total*	75551	71748	32105	9716	94137	71778	31426	7798	95406	72753	32067	9321	95499

Nota: * As solicitações de matrícula para EJA, Classe Especial e projetos de correção de fluxo foram incluídas no total.

Nota 2: mom 1 = primeiro momento de inscrição; mom 2 = segundo momento de inscrição; mom 1 e 2 = quantidade de candidatos inscritos nos dois momentos

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

Optou-se por não apresentar a descrição detalhada de demanda por vaga para turmas de Educação de Jovens e Adultos, projetos de correção de fluxo e Classe Especial, pois a inclusão de todas essas informações no Quadro 2 o tornou excessivamente complexo sem contribuir para o aprofundamento da análise. Embora tais informações tenham sido omitidas, o valor total de solicitações de matrícula, por ano, as inclui.

No período analisado, de 2010 (quando a inscrição informatizada foi adotada na rede) a 2013, houve crescimento no número de inscrições efetuadas pela internet. O crescimento do total de solicitações foi de 20,9% ao longo dos quatro anos. A Tabela 4 apresenta a quantidade de solicitações por série/ano de 2010 a 2013 e o percentual de crescimento das inscrições no período. Apenas para o 1.º ano do Ensino Fundamental verifica-se que há decréscimo no número de candidatos inscritos. Para todas as outras séries/anos há crescimento.

Tabela 4 – Percentual de crescimento das solicitações de matrícula por série/ano para Pré-Escola e Ensino Fundamental regular, de 2010 a 2013.

Série/ano	2010	2011	2012	2013	% cresc.
Pré-Escola	26023	30855	29265	26810	2.9
1.º ano	13490	14215	12115	11821	-14.1
2.º ano	4857	6805	6273	6162	21.2
3.º ano	4052	6159	6591	6609	38.7
4.º ano	3724	5173	5816	6415	41.9
5.º ano	3584	4205	4480	5158	30.5
6.º ano	8422	7918	9862	10046	16.2
7.º ano	4121	5095	5821	7507	45.1
8.º ano	2470	3806	4092	5002	50.6
9.º ano	1918	2545	2850	3288	41.7
Total	75551	94137	95406	95499	20.9

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

Os dados da Tabela 4 descrevem o crescimento do número de solicitações de matrícula via internet, tornando visíveis duas tendências opostas: de crescimento do total das inscrições e de todas as séries, com exceção das solicitações para o 1.º ano do Ensino Fundamental. A redução da demanda, que pode ser percebida apenas no caso das turmas de 1.º ano, pode ser provavelmente explicada pela questão demográfica, uma vez que há uma tendência de redução das taxas de natalidade, pois apesar da redução em números absolutos, há crescimento do percentual de inscritos em relação ao número total de matrículas na série, considerando os anos de 2010 e 2012.

É possível, também, que a redução na demanda manifesta por meio da matrícula informatizada esteja relacionada ao crescimento da cobertura de Educação Infantil, tanto na Creche quanto na Pré-Escola, como demonstrado no Gráfico 1, do Capítulo 2 desta tese. Com o aumento do número de matrículas em instituições da rede municipal de ensino, é provável que mais famílias busquem transferência para novas escolas por meio do remanejamento, e não precisem fazer a inscrição das crianças por meio da internet.

Um aspecto que contribuiu para o aumento geral de solicitações foi a criação do segundo momento de inscrição³⁵. É possível supor que a manutenção da realização do procedimento contribuiu para a sua divulgação e consolidação junto aos usuários do sistema público de ensino. Outro aspecto importante é a aprendizagem das famílias em relação à participação no procedimento informatizado e ao uso do próprio sistema de solicitação de matrícula.

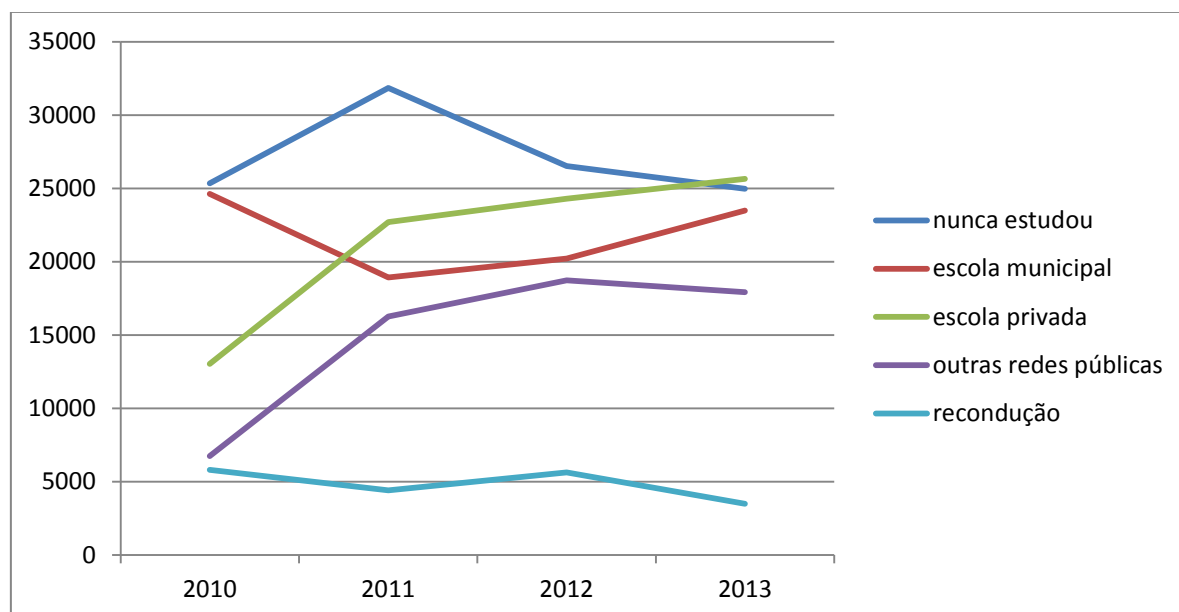
³⁵2010 foi o único ano em que houve apenas um momento de inscrição.

A análise sobre o crescimento da demanda em relação à origem dos candidatos indica que o elemento que mais contribuiu para a ampliação do número de solicitações de matrícula por meio do procedimento informatizado foi o aumento das transferências de estudantes de instituições privadas de ensino e de outras redes públicas para instituições da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

É possível perceber que houve flutuação da quantidade de candidatos inscritos para matrícula inicial e de estudantes da própria rede municipal. O Gráfico 4 demonstra que houve crescimento do número de candidatos que procuraram a primeira matrícula na rede municipal de ensino de 2010 para 2011 e, em seguida, há uma tendência de queda. Já entre os candidatos que possuem matrícula na rede, verifica-se que houve redução no número de inscrições de 2010 para 2011, com posterior tendência de crescimento.

Considera-se que os candidatos que já possuem matrícula na rede municipal de ensino e realizam a inscrição no procedimento informatizado o fazem voluntariamente, pois já são estudantes e têm sua vaga garantida em algum estabelecimento de ensino. Os demais, durante o período em que a matrícula *online* está ativa, precisam, obrigatoriamente, fazer a inscrição, uma vez que as escolas e CREs ficam impedidas de receber novas matrículas.

Gráfico 4 – Crescimento de inscrições de acordo com a origem dos candidatos, 2010 a 2013.



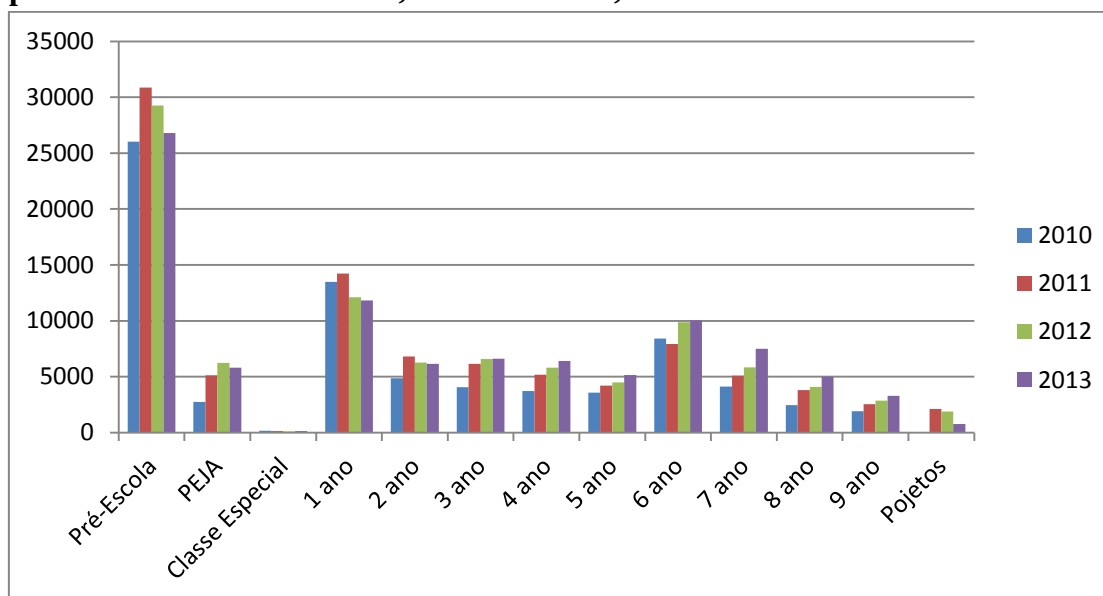
Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

Outro grupo de candidatos, representado no Gráfico 4 sob o nome de “recondução”, é composto por pessoas que foram estudantes da rede municipal mas que não estavam estudando no momento da inscrição e solicitam uma matrícula de retorno à escola. Esse grupo representa menos de 0,5% dos inscritos e concentra a solicitação em turmas de Educação de Jovens e Adultos. É provável que sejam estudantes que passaram por situações de abandono e evasão.

O Gráfico 5 apresenta a evolução da demanda manifesta por meio da matrícula informatizada por série/ano, de 2010 a 2013. É possível observar que a demanda por vaga em turmas que oferecem educação infantil é bastante superior à demanda por qualquer uma das séries de Ensino Fundamental e corresponde a 28% do total das solicitações feitas pela internet. Essa situação pode ser considerada previsível na medida em que há muitas famílias que buscam matricular as crianças apenas a partir de 4 ou 5 anos de idade, preferindo não escolarizá-las nos anos iniciais de vida. Além disso, é preciso considerar que, em relação à quantidade de vagas, o atendimento na etapa de creche (0 a 3 anos de idade) é significativamente inferior ao atendimento na etapa de pré-escola, o que possivelmente gera uma demanda maior por matrícula inicial nessa etapa.

Mesmo considerando que a demanda manifesta por Educação Infantil inclui dois anos de Pré-Escola, pois abrange as turmas que atendem as crianças com 4 e com 5 anos de idade, continua sendo a que apresenta maior número de inscrições. As solicitações para matrícula no 1.º ano do Ensino Fundamental, segunda maior, representam 44% do total de inscrições para a Pré-Escola.

Gráfico 5 – Evolução da demanda manifesta por matrícula por meio do procedimento informatizado, Rio de Janeiro, 2010 a 2013

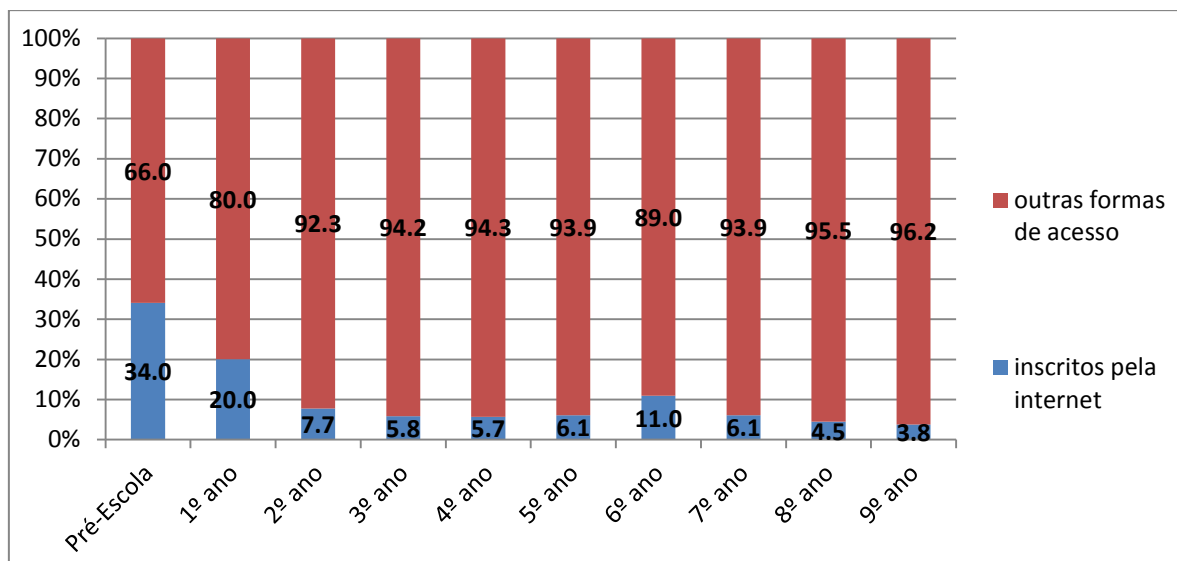


Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

Depois da Educação Infantil, as maiores concentrações de demanda estão no 1.º ano e no 6.º anos do Ensino Fundamental. Em relação ao número total de estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino da rede municipal, os inscritos por meio da matrícula *online* representaram, em 2010, 9,8%. Das crianças matriculadas na Educação Infantil naquele ano, na etapa de Pré-Escola, 34% fizeram inscrição via internet. Dos estudantes matriculados no 1.º ano do Ensino Fundamental, 22% foram inscritos; e dos matriculados no 6.º ano, 16% foram inscritos pelo sistema informatizado. Nas turmas de Classe Especial, Educação de Jovens e Adultos e outras séries/anos do Ensino Fundamental comum, o percentual variou de 2,4% a 7,9% dos matriculados.

O Gráfico 6 apresenta o percentual de estudantes que participaram do procedimento *online* para solicitar o acesso às escolas da rede municipal e o percentual de estudantes que efetivaram a matrícula por meio de outros procedimentos, tais como a renovação, remanejamento ou outras formas de transferência diretamente nas instituições de ensino ou CREs. É possível observar a variação percentual dos inscritos pela matrícula informatizada nas turmas de Pré-Escola e Ensino Fundamental regular para o ano de 2010.

Gráfico 6 – Distribuição percentual dos estudantes matriculados na rede municipal de ensino, na Pré-Escola e Ensino Fundamental, de acordo com a forma de acesso, em 2010.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e cadastro de estudantes, SME-RJ (2010).

Observa-se que as séries/anos que aglutinam maior número de inscrições coincidem com os períodos obrigatórios de transferência de escola para os estudantes que se encontram em instituições que não oferecem a próxima etapa para continuidade dos estudos. Todos os estudantes das escolas que não oferecem os anos posteriores precisam ser transferidos quando terminam o segmento que a instituição oferta, seja por meio do remanejamento, da solicitação pela internet ou outra forma de busca de vaga diretamente nas escolas e CREs. Os estudantes que já estão matriculados em estabelecimentos municipais não precisam necessariamente participar do procedimento de busca por vagas, pois a renovação de matrícula ou o remanejamento garantem a sua alocação em uma instituição.

Em 2012, participaram do procedimento de solicitação de matrícula *online* aproximadamente 14% do total de estudantes matriculados nas escolas da rede pública municipal de ensino, de acordo com os dados fornecidos pela SME. Das crianças matriculadas na Pré-Escola, 40% fizeram a inscrição pela internet; dos estudantes matriculados no 1.º ano, foram 25% os que fizeram uso da inscrição informatizada; e 15% do 6º ano.

Comparando os percentuais de inscritos pelo procedimento *online* em 2010 e 2012, verifica-se que há crescimento da parcela de estudantes que se candidata a vagas em relação ao total de matrículas na rede, por série/ano, o que fortalece a hipótese de

que há um aprendizado de uso do sistema, bem como é possível supor que a política de incentivo à escolha promova maior participação das famílias.

A continuidade deste capítulo está organizada em três subitens que apresentam as seguintes reflexões: 1. Análise da demanda por estabelecimentos de ensino na rede municipal; 2. Comparação entre os perfis dos estudantes que apresentam diferentes tipos de escolha; 3. Comparação entre os perfis dos estudantes alocados por meio do procedimento informatizado, que confirmaram ou não a matrícula.

3.1 Análise da demanda por estabelecimentos de ensino na rede municipal

A partir dos dados sobre as inscrições dos candidatos a vagas em escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, foram criadas variáveis de demanda por estabelecimento de ensino. Este texto apresenta uma reflexão sobre a demanda manifesta por meio das solicitações de matrícula *online* e as características da oferta educacional de Pré-Escola e Ensino Fundamental.

De acordo com os dados da SME/RJ para 2013, dos 1436 estabelecimentos de ensino da rede municipal incluídos na análise, 685 oferecem Pré-Escola, 789 oferecem os anos iniciais e 502 os anos finais do Ensino Fundamental. 239 escolas possuem turmas de Classe Especial e 148 de EJA. Há turmas do Programa de Realização em 357 escolas e turmas de Aceleração em 228. Não foram incluídas nas análises as instituições que atendem o segmento de Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade), pois as vagas não são distribuídas pelo procedimento informatizado.

Das instituições que oferecem Educação Infantil, 118 não possuem oferta de Ensino Fundamental; das que mantêm as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, 475 não possuem as séries/anos finais. Isso implica que os estudantes concluintes do último ano oferecido por estes 593 estabelecimentos de ensino precisam, obrigatoriamente, ser transferidos. Embora esses estudantes sejam potenciais candidatos, muitos optam pela transferência por meio do remanejamento e não precisam fazer a inscrição *online*.

Para construir análises comparativas entre os estabelecimentos de ensino, primeiramente foram organizadas hierarquias tomando como base a demanda apresentada para cada escola, por série/ano, para cada um dos anos letivos estudados. Para tanto foram considerados apenas os primeiros momentos de inscrição. As solicitações apresentadas nos segundos momentos de inscrição, de 2011 a 2013, não foram computadas para calcular a demanda manifesta, pois os candidatos só podem

optar por escolas que possuem vagas no momento da inscrição, o que poderia enviesar a informação.

Para a matrícula nos anos letivos de 2010 e 2013 todas as instituições da rede municipal estavam disponíveis para serem escolhidas no procedimento informatizado. Para os anos de 2011 e 2012 estavam disponíveis apenas as escolas que dispunham de vagas ociosas a serem preenchidas. Considera-se, portanto, que a manifestação das opções indicadas dos anos de 2010 e 2013 possivelmente se aproxima mais dos interesses dos candidatos e suas famílias do que nos demais anos.

Calculou-se a demanda ponderada por série/ano para cada escola a cada ano, considerando-se pesos diferenciados para as escolhas feitas pelos estudantes e famílias. À primeira opção foi atribuído peso 1; à segunda opção foi atribuído peso $\frac{1}{2}$; à terceira opção, peso $\frac{1}{3}$; à quarta foi atribuído peso $\frac{1}{4}$; e à quinta opção, peso $\frac{1}{5}$, conforme indicado no exemplo: $\text{demanda_ponderada_2010_1ano} = (\text{quantidade de solicitações que a escola recebeu como primeira opção para o 1.º ano em 2010}) + (\text{quantidade de solicitações que a escola recebeu como segunda opção para o 1.º ano em 2010})/2 + (\text{quantidade de solicitações que a escola recebeu como terceira opção para o 1.º ano em 2010})/3 + (\text{quantidade de solicitações que a escola recebeu como quarta opção para o 1.º ano em 2010})/4 + (\text{quantidade de solicitações que a escola recebeu como quinta opção para o 1.º ano em 2010})/5$.

O procedimento foi repetido para todas as séries/anos, com os dados de todos os bancos de inscrição. Optou-se pela utilização da demanda ponderada para a realização de algumas análises, sempre que se pretendia considerar todas as opções dos candidatos. Contudo, o cálculo da demanda ponderada pode inflar o indicador, superestimando a demanda real, pois os candidatos que indicaram mais de uma opção terão peso maior do que 1. Portanto, para as análises que exigiam o uso da quantidade real de inscritos, como, por exemplo, para comparar com a quantidade de vagas disponíveis, optou-se pela utilização da primeira opção de escola.

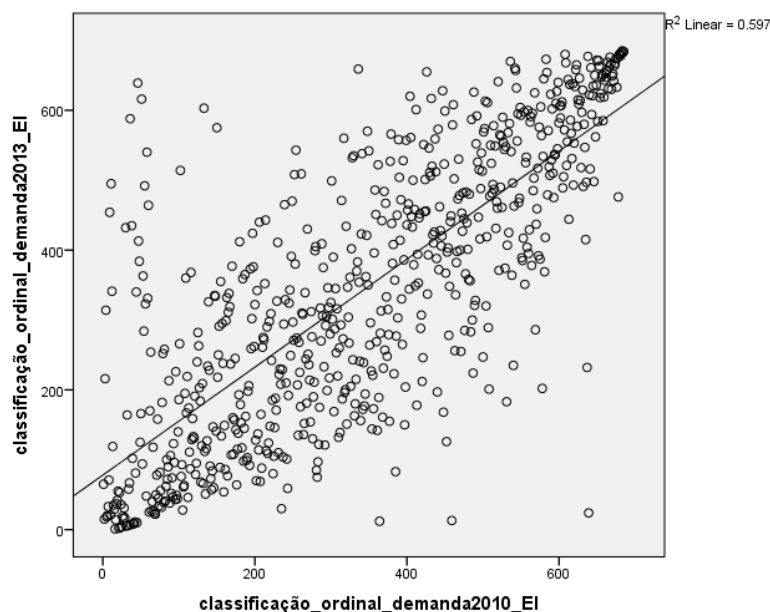
A partir do dado consolidado sobre a demanda ponderada, foi possível construir uma hierarquização das escolas considerando as escolhas dos candidatos e suas famílias. A partir dos resultados do cálculo de demanda ponderada, as escolas foram hierarquizadas e ordenadas, considerando que as escolas com menor demanda para determinada série/ano ficaram no início da classificação ordinal e as escolas com a maior demanda ponderada para a mesma série/ano ficaram com as maiores classificações.

A comparação da classificação ordinal dos estabelecimentos de ensino nos diferentes anos permitiu perceber que há uma forte tendência à manutenção das posições das escolas. Pelos motivos anteriormente indicados, estabeleceu-se a comparação das escalas ordinais entre os anos de 2010 e 2013, para a Educação Infantil (Pré-Escola), 1.º e 6.º anos do Ensino Fundamental. Foram elaborados diagramas de dispersão, acompanhados do cálculo de correlação utilizando o coeficiente de postos de Spearman, que é mais adequado para analisar variáveis ordinais do que o coeficiente de Pearson.

Para a Educação Infantil, o Gráfico 7 indica que há uma correlação linear positiva entre as variáveis, ou seja, há manutenção na distribuição ordinal das instituições em 2010 e 2013, com poucas exceções. Essa manutenção sinaliza que os estabelecimentos que receberam grande quantidade de solicitações para matrícula em 2010 continuam recebendo em 2013. Ao longo desse período foram inauguradas 30 novas escolas, que se encontram no início da classificação em 2010, pois não existiam naquele ano, e ficaram no final da classificação em 2013, pois receberam grande quantidade de solicitações.

A dispersão dos dados no Gráfico 7 demonstra a associação entre as duas variáveis e a tendência de manutenção da posição da escola nas escalas ordinais estabelecidas. O Coeficiente de Determinação também se mostra importante, pois indica que 59% da variação da escala construída para o ano de 2013 pode ser descrita pela variação da escala de 2010.

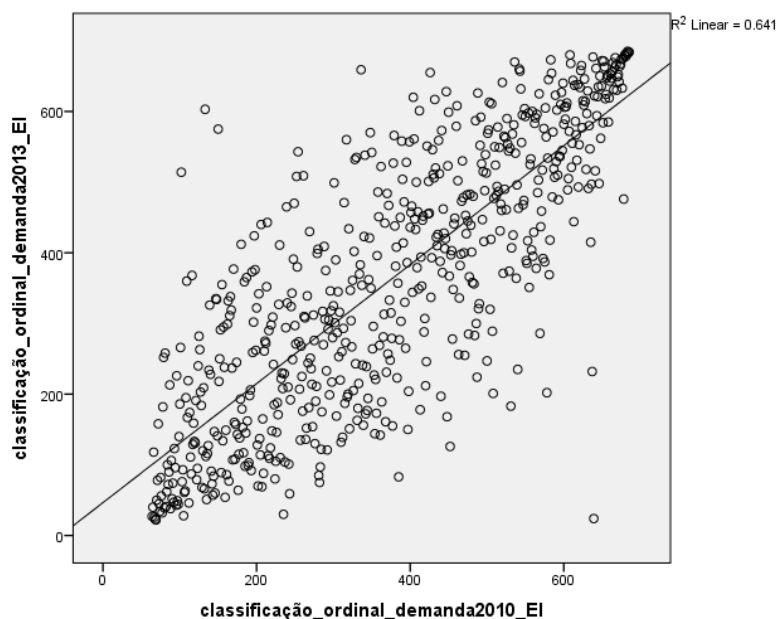
Gráfico 7 – Dispersão das instituições de Educação Infantil de acordo com a classificação ordinal de demanda em 2010 e 2013.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 e 2013).

É possível observar que o formato da dispersão dos pontos que representam as escolas de Educação Infantil, nesse gráfico, concentra escolas abaixo da linha de regressão (perto do zero) e acima da linha de regressão (na parte superior). Essa alteração das extremidades indica que as instituições que aparecem localizadas de forma paralela aos eixos x e y não receberam solicitações de matrícula em um dos dois anos analisados. A dispersão foi novamente calculada, excluindo esses estabelecimentos que não possuíam vagas em 2010 ou em 2012. O resultado, apresentado no Gráfico 8, indica uma melhora significativa no Coeficiente de Determinação, que passou a indicar que 64% da variação da escala construída para o ano de 2013 pode ser descrita pela variação da escala de 2010.

Gráfico 8 – Dispersão das instituições de Educação Infantil de acordo com a classificação ordinal de demanda em 2010 e 2013, considerando apenas os casos válidos.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 e 2013).

A análise dos Gráficos 7 e 8 deve ser acompanhada pelas informações apresentadas na Tabela 5, que indica os coeficientes de correlação de Spearman entre a classificação ordinal construída por demanda para cada um dos anos, de 2010 a 2013. Verifica-se que as correlações são fortes entre todos os anos, especialmente entre 2010 e 2011. O coeficiente de correlação mais baixo foi encontrado entre os anos de 2012 e 2013, mas ainda assim permanece forte. E todas as correlações são significativas, como demonstra a Tabela 5.

Para o cálculo das correlações, foram consideradas todas as escolas da rede municipal de ensino, independentemente de terem aparecido em todos os anos analisados, o que seguramente enfraquece os coeficientes de correlação, pois há instituições que foram criadas depois de 2010, iniciaram a oferta ou deixaram de oferecer a etapa de ensino analisada durante o período estudado. Considerando apenas as instituições que apresentaram vagas em 2010 e 2013, o coeficiente de correlação de Spearman se eleva de 0,773 para 0,801.

Tabela 5 – Correlação entre a classificação ordinal por demanda das instituições de Educação Infantil, de 2010 a 2013.

			2010	2011	2012	2013
Spearman's rho	2010	Correlation Coefficient	1.000	.921**	.736**	.773**
		Sig. (2-tailed)		.000	.000	.000
		N	685	685	685	685
	2011	Correlation Coefficient	.921**	1.000	.771**	.796**
		Sig. (2-tailed)	.000		.000	.000
		N	685	685	685	685
	2012	Correlation Coefficient	.736**	.771**	1.000	.675**
		Sig. (2-tailed)	.000	.000		.000
		N	685	685	685	685
	2013	Correlation Coefficient	.773**	.796**	.675**	1.000
		Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	
		N	685	685	685	685

****.** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

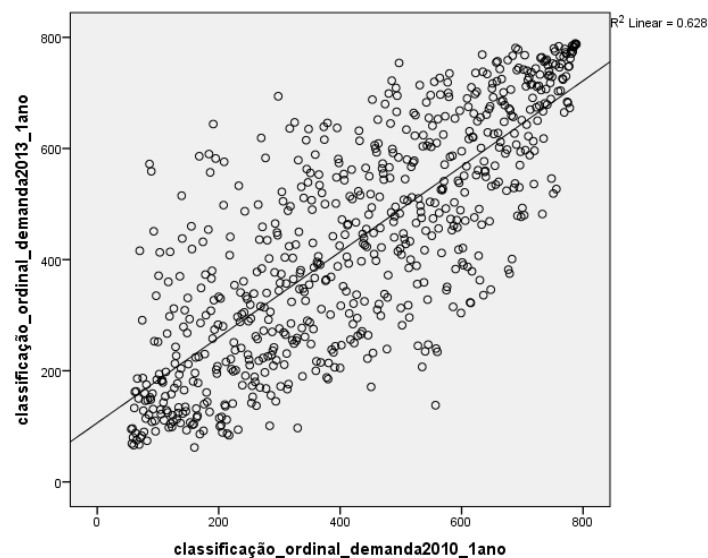
Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 a 2013).

A força das correlações entre a classificação ordinal das instituições de Educação Infantil (Pré-Escola) por demanda ponderada e o fato de permanecerem significativas para todos os anos indica que há uma tendência intensa de conservação da ordenação das escolas nos diferentes anos. O mesmo padrão se verifica na distribuição das escolas de Ensino Fundamental nas escalas ordinais construídas a partir da demanda manifesta ponderada para o 1.º ano e o 6.º ano.

O Gráfico 9 apresenta a dispersão das instituições que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental de acordo com a classificação ordinal de demanda por vaga no 1.º ano, em 2010 e 2013 e permite perceber que a associação entre as variáveis é linear e positiva. O Coeficiente de Determinação demonstra que 63% da variação da classificação ordinal dos estabelecimentos em 2013 pode ser descrita pela classificação de 2010.

Tanto no caso da Pré-Escola como no caso do 1.º ano do Ensino Fundamental, verifica-se que há maior regularidade nas pontas dos gráficos, entre as instituições que recebem maior e menor concentração de demanda, ao mesmo tempo em que há nuvem de dispersão um pouco maior e, portanto, menor regularidade, entre as instituições que situam no centro da escala ordinal.

Gráfico 9 – Dispersão das instituições que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental de acordo com a classificação ordinal de demanda por vaga no 1.º ano, em 2010 e 2013.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 e 2013).

A Tabela 6 deve ser observada em conjunto com o Gráfico 9, pois apresenta os Coeficientes de Correlação de Spearman entre as variáveis criadas para todos os anos analisados, de 2010 a 2013. Observa-se que há forte correlação entre a classificação dos estabelecimentos de ensino, sendo mais forte entre os anos de 2010 e 2011 e mais fraca entre 2012 e 2013, e que todas as associações são significativas. Assim, segue a mesma tendência encontrada para a Educação Infantil.

Ao considerar apenas as instituições que apresentam demanda em 2010 e em 2013, tal como na análise feita para a Pré-Escola, o coeficiente de correlação de Spearman torna-se ainda mais forte, elevando-se de 0,708 para 0,793.

Tabela 6 – Correlação entre a classificação ordinal das escolas por demanda para o 1.º ano de Ensino Fundamental, de 2010 a 2013.

		2010	2011	2012	2013
Spearman's rho	2010	Correlation Coefficient	1.000	.856**	.709**
		Sig. (2-tailed)		.000	.000
		N	789	789	789
	2011	Correlation Coefficient	.856**	1.000	.751**
		Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000
		N	789	789	789
	2012	Correlation Coefficient	.709**	.751**	1.000
		Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000
		N	789	789	789
	2013	Correlation Coefficient	.708**	.740**	.677**
		Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000
		N	789	789	789

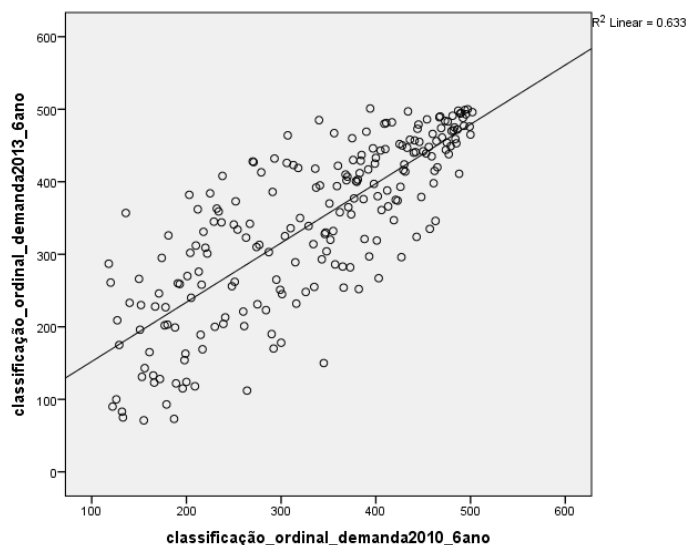
** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 a 2013).

Em relação aos dados relacionados à demanda ponderada para o 6.º ano do Ensino Fundamental, observou-se uma pequena diferença, pois embora exista correlação entre as variáveis e ela continue sendo positiva, tanto o coeficiente de determinação quanto os coeficientes de correlação de Spearman mostraram-se mais fracos quando se consideram todos os estabelecimentos de ensino para a construção da análise.

O Gráfico 10 apresenta a associação entre a classificação das escolas em 2010 e 2013, apenas para os estabelecimentos que possuem dados nos dois anos. Nesse caso, o r^2 ficou em 0,63. É possível perceber que há mais regularidade entre as escolas que recebem grande número de solicitação para matrícula, localizadas no alto do gráfico, do que nas instituições que recebem pouca demanda, dada a dispersão encontrada no canto inferior do gráfico. É possível que isso seja uma consequência da quantidade menor de estabelecimentos que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental, em comparação com as demais etapas da Educação Básica.

Gráfico 10 – Dispersão das instituições que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental de acordo com a classificação ordinal de demanda por vaga no 6.º ano, em 2010 e 2013.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 e 2013).

Os dados da Tabela 7 indicam que as correlações entre as variáveis são significativas para todos os anos, mas apresentam coeficientes menores do que os encontrados na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, quando calculados a partir das informações sobre todas as escolas, mesmo as que não apresentaram oferta de vagas ou demanda por matrícula em algum ano.

Quando a análise considera todas as escolas da rede municipal os coeficientes de correlação de Spearman entre as variáveis de classificação ordinal das instituições a partir da demanda ponderada para o 6.º ano apresentam-se um pouco mais fracos do que os demais (Pré-Escola e 1.º ano do Ensino Fundamental). Contudo, quando o cálculo incluindo apenas os estabelecimentos que ofereceram vaga e receberam demanda em 2010 e 2013, o coeficiente passa de 0,586 para 0,796. Verifica-se, portanto, a mesma tendência de manutenção da posição dos estabelecimentos de ensino na escala ordinal criada para hierarquizar e analisar a procura das escolas pelas famílias. E, no caso do 6.º ano, o Gráfico 10 indica uma curva de regressão não-linear ainda mais côncava do que nas demais séries/anos analisados, o que pode ser mais um indício de que há um aprendizado das famílias em relação ao sistema informatizado de solicitação de matrícula.

Tabela 7 – Correlação entre a classificação ordinal das escolas por demanda para o 6.º ano de Ensino Fundamental, de 2010 a 2013.

			2010	2011	2012	2013
Spearman's rho	2010	Correlation Coefficient	1.000	.871**	.573**	.586**
		Sig. (2-tailed)		.000	.000	.000
		N	502	502	502	502
	2011	Correlation Coefficient	.871**	1.000	.657**	.665**
		Sig. (2-tailed)	.000		.000	.000
		N	502	502	502	502
	2012	Correlation Coefficient	.573**	.657**	1.000	.546**
		Sig. (2-tailed)	.000	.000		.000
		N	502	502	502	502
	2013	Correlation Coefficient	.586**	.665**	.546**	1.000
		Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	
		N	502	502	502	502

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010 a 2013).

Essa tendência de manutenção da posição da escola na escala ordinal pode levar à conclusão de que as instituições analisadas não recebem maior ou menor demanda por acaso. Ou seja, considera-se que há evidências empíricas suficientes para afirmar que a distribuição das solicitações por matrícula entre os estabelecimentos de ensino da rede municipal do Rio de Janeiro não é aleatória.

Da mesma forma como a demanda não é aleatória, a existência de vagas nos estabelecimentos de ensino também não obedece a uma distribuição aleatória, pois a existência de vagas a serem preenchidas pela matrícula *online* depende de um conjunto de fatores, como o porte da instituição, a quantidade de estudantes que renova a matrícula para o ano seguinte, o número de solicitações de transferência recebidas por remanejamento, a quantidade de alunos transferidos para outras escolas.

A variável que indica a quantidade de vagas a serem preenchidas pela matrícula informatizada, por série/ano e por estabelecimento de ensino, só está disponível para o ano letivo de 2013, portanto, as análises construídas com a utilização dessa informação referem-se exclusivamente a esse ano.

O cálculo de correlação entre a quantidade de vagas disponíveis por instituição de Educação Infantil (Pré-Escola), a demanda ponderada apresentada em 2013 e a quantidade de solicitações apresentadas apenas como primeira opção indicou a existência de associações positivas, significativas e coeficientes moderados entre

demanda e oferta. Os dados da Tabela 8 indicam que o Coeficiente de Correlação de Pearson é ligeiramente mais forte quando associa a quantidade de vagas à demanda ponderada do que à demanda apresentada apenas como primeira opção das famílias.

Tabela 8 – Correlação entre a quantidade de vagas e a demanda manifesta para matrícula em turmas de Pré-Escola, em 2013.

		Vagas	Demanda ponderada	Demanda 1. ^a opção
Vagas	Pearson Correlation	1	.308**	.289**
	Sig. (2-tailed)		.000	.000
	N	685	685	685
Demanda ponderada	Pearson Correlation	.308**	1	.947**
	Sig. (2-tailed)	.000		0.000
	N	685	685	685
Demanda 1. ^a opção	Pearson Correlation	.289**	.947**	1
	Sig. (2-tailed)	.000	0.000	
	N	685	685	685

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

Para esta análise, optou-se pela utilização da variável “demanda ponderada” e também da quantidade de solicitações apresentadas para cada série/ano e escola na primeira opção, a fim de estabelecer uma comparação entre as duas situações. No caso da demanda ponderada, é preciso registrar que o número de solicitações está superestimado, pois ao atribuir valores para todas as opções de escola, um único candidato pode ser contabilizado até como 2,3, se preencheu todas as cinco opções de escola. Para corrigir essa inflação da variável, optou-se pela comparação com a quantidade de solicitações apresentadas apenas como primeira opção. Nessa variável, subestima-se a quantidade de pedidos por escola, mas considera-se a quantidade real de candidatos a vagas na rede municipal.

Os coeficientes moderados de correlação entre as vagas disponíveis e a manifestação da demanda podem indicar que há uma parcela da população que solicita a matrícula para seus filhos em escolas para as quais não há disponibilidade. É possível que a distribuição, inclusive geográfica, da demanda não acompanhe a distribuição da oferta. No ano de 2013, foram registradas 21.751 solicitações de matrícula pelo procedimento *online* para turmas de Pré-Escola no primeiro momento de inscrição e foram disponibilizadas 20.417 vagas para serem preenchidas. É possível que o déficit de vagas, ainda que não seja muito alto, também contribua para que a correlação não seja mais forte.

Ao mesmo tempo, é possível considerar que os coeficientes baixos de correlação entre a quantidade de vagas oferecidas pelos estabelecimentos de ensino e a demanda apresentada por meio do procedimento *online* seja um indício de disputa existente por vagas em determinadas escolas. As famílias não escolhem as escolas porque elas possuem vagas, mas por outros variados motivos, e é possível que estas razões gerem concentração de demanda em certas instituições.

A análise da correlação entre a distribuição de vagas e da demanda por matrícula em turmas de 1.º ano e 6.º ano do Ensino Fundamental indica coeficientes ainda menores do que na Educação Infantil, conforme as informações das Tabelas 9 e 10. Os coeficientes de correlação moderados e fracos podem indicar que a distribuição da oferta não acompanha a distribuição da demanda ou, ainda, que há maior disputa por vagas entre as famílias que concentram as escolhas em algumas escolas.

Tabela 9 – Correlação entre a quantidade de vagas e a demanda manifesta para matrícula em turmas de 1.º ano do Ensino Fundamental, em 2013.

		Vagas	Demanda ponderada	Demanda 1. ^a opção
Vagas	Pearson Correlation	1	.167**	.209**
	Sig. (2-tailed)		.000	.000
	N	789	789	789
Demanda ponderada	Pearson Correlation	.167**	1	.947**
	Sig. (2-tailed)	.000		0.000
	N	789	789	789
Demanda 1. ^a opção	Pearson Correlation	.209**	.947**	1
	Sig. (2-tailed)	.000	0.000	
	N	789	789	789

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

Tabela 10 – Correlação entre a quantidade de vagas e a demanda manifesta para matrícula em turmas de 6.º ano do Ensino Fundamental, em 2013.

		Vagas	Demanda ponderada	Demanda 1. ^a opção
Vagas	Pearson Correlation	1	.165**	.161**
	Sig. (2-tailed)		.000	.000
	N	502	502	502
Demanda ponderada	Pearson Correlation	.165**	1	.954**
	Sig. (2-tailed)	.000		.000
	N	502	502	502
Demanda 1. ^a opção	Pearson Correlation	.161**	.954**	1
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	
	N	502	502	502

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

A partir da comparação entre demanda por matrícula e oferta de vagas para o ano de 2013, foi possível construir um indicador de número de candidatos por vaga para a Pré-Escola, 1.º e 6.º anos do Ensino Fundamental, para cada estabelecimento de ensino da rede municipal. Das 685 instituições de Educação Infantil que ofereceram vagas para o procedimento informatizado de matrícula para o ano de 2013, 20 não receberam solicitações de matrícula e 327 receberam uma quantidade menor de demanda do que a quantidade de vagas oferecidas, o que representa pouco mais de 50% das escolas, como indica a Tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição das instituições de Educação Infantil (Pré-Escola) de acordo com a relação de candidatos por vaga oferecida em 2013.

Faixas	Candidatos por vaga	Número de instituições	%
1	0 a 0,45	180	26.3
2	0,45 a 0,9	167	24.4
3	1 a 3,4	167	24.4
4	3,4 a 495	171	25.0
Total		685	100.0

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

A distribuição das instituições a partir do cálculo da razão entre o número de candidatos inscritos que solicitaram vaga como primeira opção para uma turma de Pré-Escola e a quantidade de vagas disponíveis permitiu a organização dos estabelecimentos de ensino por faixas que indicam se a escola foi muito ou pouco procurada em relação ao número de vagas que dispunha, e se conseguiu atender a demanda. O mesmo procedimento foi repetido para o 1.º e 6.º anos do Ensino Fundamental.

Em relação à demanda para o 1.º ano, foram consideradas 702 escolas, pois 87 instituições que oferecem as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental não ofereceram vagas para o 1.º ano em 2013 e, portanto, não houve demanda manifesta para essas instituições. Dos 702 estabelecimentos que participaram do procedimento informatizado de escolha, 24 não receberam solicitação de matrícula e 359 receberam demanda menor do que o número de vagas disponíveis, o que representa 54,6% das escolas.

A Tabela 12 apresenta a distribuição dessas escolas de acordo com a razão entre o número de candidatos cadastrados no primeiro momento de inscrição e a quantidade de vagas disponíveis. As faixas 1 e 2 concentram as escolas que tiveram menos de um candidato por vaga, ou seja, que possuíam mais vagas para 2013 do que o número de candidatos que se apresentaram. As faixas 3 e 4 concentram as escolas que

tiveram 1 ou mais candidatos por vaga, chegando a 121 candidatos para um vaga. Essa divisão em faixas pretende indicar a existência de diferentes graus de demanda entre estabelecimentos da mesma rede de ensino.

Tabela 12 – Distribuição das instituições de Ensino Fundamental de acordo com a relação de candidatos para o 1.º ano por vaga oferecida em 2013.

Faixas	Candidatos por vaga	Número de instituições	%
1	0 a 0,27	189	26.9
2	0,27 a 0,9	194	27.6
3	1 a 4,2	158	22.5
4	4,2 a 121	161	22.9
Total		702	100.0

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

Para o 6.º ano do Ensino Fundamental, verificou-se uma diferença significativa na distribuição das escolas de acordo com o número de candidatos por vaga oferecida em 2013, se comparada com as etapas anteriores, pois apenas 21,9% das instituições receberam número menor de solicitações de matrícula do que a quantidade de vagas que disponibilizaram, enquanto esse percentual se manteve perto de 50% nas demais situações analisadas.

Para esse cálculo foram consideradas 279 escolas, pois 37 não abriram vaga para o 6.º ano. E todas as 279 instituições receberam pelo menos uma solicitação de matrícula como primeira opção. Talvez isso aconteça porque há um número menor de escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental do que os anos iniciais, o que pode levar a uma concentração da demanda e também da oferta.

As informações da SME/RJ indicam que em 2013 foram oferecidas 12.078 vagas para o 1.º ano do Ensino Fundamental no primeiro momento de inscrição pela internet e 9.164 candidatos foram inscritos. Havia, portanto, 2.914 vagas a mais do que candidatos, o que pode explicar a grande quantidade de instituições com pouca demanda. Para o 6.º ano, foram disponibilizadas 2.590 vagas e foram inscritos 5.723 candidatos, gerando um déficit aparente de 3.133 vagas. Aparente, pois muitos dos candidatos inscritos já são estudantes em escolas da rede municipal de ensino e não precisam abrir mão da vaga em que estão alocados para concorrer a outra vaga.

Tabela 13 – Distribuição das instituições de Ensino Fundamental de acordo com a relação de candidatos para o 6.º ano por vaga oferecida em 2013.

Faixas	Candidatos por vaga	Número de instituições	%
1	0,5 a 0,9	61	21.9
2	1 a 3,9	76	27.2
3	4 a 10,9	70	25.1
4	11 a 126	72	25.8
Total		279	100.0

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013).

A quantidade de candidatos muito acima do número de vagas disponíveis pode explicar o motivo de um percentual relativamente pequeno de escolas com demanda menor do que a oferta, como indica a Tabela 13. Por outro lado, é possível verificar que, mesmo com uma média geral de 2,2 candidatos por vaga em toda a rede, há instituições que não ocuparam todas as vagas disponibilizadas.

As reflexões acima indicam que é possível considerar que, na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, há escolas que condensam e que evaporam estudantes, para fazer referência aos conceitos utilizados por Poupeau e François (2008) em seus estudos nos arredores de Paris. Estabelecimentos que condensam estudantes são aqueles que recebem uma quantidade de demanda maior do que a que conseguem absorver. E as instituições que evaporam alunos são aquelas que possuem vagas ociosas e não recebem demanda para preenchê-las.

Outros estudos, apresentados no Capítulo 1 desta tese, já demonstraram que a demanda por escolas está relacionada a vários fatores e depende também dos recursos mobilizados pelas famílias para efetuarem suas escolhas. Enquanto para muitas famílias o principal critério é a proximidade da residência, outras fazem suas opções considerando as condições de funcionamento e conservação ou de segurança dos estabelecimentos de ensino, e há ainda aquelas que procuram informações sobre os resultados escolares ou o perfil dos estudantes que frequentam as instituições.

As informações disponíveis não permitem associar diretamente a demanda manifesta com critérios ou padrões de escolha das famílias, pois tais informações de caráter mais subjetivo não estão disponíveis. O grupo de pesquisa ao qual este trabalho se vincula está realizando entrevistas com pais de estudantes da rede municipal de ensino e várias das informações coletadas por meio do *survey* em andamento tratam dos critérios e estratégias de escolha. Assim que a coleta de dados for concluída será possível associar tais variáveis de forma mais direta.

Costa e Koslinski (2012) apresentam uma análise dos dados já obtidos sobre os critérios de escolha utilizados pelas famílias entrevistadas. O critério mais frequente nas respostas dos pais é a proximidade entre a escola e a residência; outros critérios presentes estão relacionados à estrutura da escola, segurança, organização da instituição, disciplina. Os autores demonstram como as redes sociais são importantes fontes de informação para a tomada de decisão das famílias.

Para a análise aqui apresentada, optou-se pela realização de uma associação indireta entre a demanda manifesta e possíveis critérios para a seleção dos estabelecimentos de Ensino Fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro, com a utilização de informações disponíveis nos bancos de dados do INEP, elaborados a partir do Censo Escolar, do desempenho das instituições e dos questionários vinculados à Prova Brasil de 2011. A utilização dos dados da Prova Brasil implicou concentrar essa análise nas instituições que ofertam o Ensino Fundamental, pois apenas as turmas de 5.º e 9.º ano participam da avaliação. Assim, os dados referentes ao 5.º ano foram utilizados para analisar as escolas que trabalham com as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental e os dados referentes ao 9.º ano foram usados para as análises das instituições que oferecem as séries/anos finais.

Ao estabelecer cruzamentos entre essas informações, pretendeu-se elaborar uma reflexão sobre as características das escolas que recebem maior demanda em comparação com as demais, construindo uma reflexão sobre o perfil desses estabelecimentos. Das 702 escolas municipais que atendem as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, há informações disponíveis sobre os questionários contextuais da Prova Brasil, realizada em 2011, para 609; sobre o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa para 601 instituições e, em Matemática, para 602.

As análises tomaram como referência as faixas criadas para distinguir a razão entre candidatos e vagas, agrupando os estabelecimentos que receberam maior ou menor demanda em relação ao número de vagas disponíveis em 2013, conforme explicado anteriormente nas Tabelas 12 e 13. As instituições para as quais os dados não estão disponíveis não entraram na análise. Os valores ausentes estão distribuídos de maneira relativamente equilibrada entre os grupos de escolas que compõem as faixas criadas de acordo com o número de candidatos por vaga, mas há mais dados ausentes entre as instituições que compõem a Faixa 1, que apresentou a menor quantidade de candidatos por vaga. E a faixa que apresentou o menor número de casos ausentes foi a segunda, como indica a Tabela 14, que apresenta as informações relativas à Prova Brasil de

Matemática realizada em 2011, como um exemplo da distribuição dos casos para os quais não há valores válidos.

Tabela 14 – Distribuição de casos válidos e ausentes entre as escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com a faixa de candidatos por vaga, 2013.

Faixas	Casos					
	Válidos		Ausentes		Total	
	N	%	N	%	N	%
1	154	81.5	35	18.5	189	100
2	175	90.2	19	9.8	194	100
3	133	84.2	25	15.8	158	100
4	139	86.3	22	13.7	161	100

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

A comparação entre as médias do conjunto de escolas que compõem cada uma das faixas indica que as escolas que apresentaram maior demanda de candidatos por número de vagas oferecidas em 2013 obtiveram médias mais elevadas tanto na avaliação de Língua Portuguesa quanto na avaliação de Matemática na Prova Brasil de 2011. Essas escolas são as que possuem menor percentual de estudantes que concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental sem atingir a proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP.

Os dados da Tabela 15 indicam que quanto menor a relação entre candidatos e vagas, menor a média das instituições nas avaliações externas e maior a quantidade de estudantes que não atingiram a proficiência considerada adequada para o 5.º ano do Ensino Fundamental. À medida que aumenta a demanda de candidatos por vaga oferecida, percebe-se a ampliação das médias nas avaliações externas, bem como a redução de percentual de estudantes com baixa proficiência. Ainda que os resultados apresentem diferenças modestas entre as variáveis medidas de acordo com as faixas de razão entre demanda e vagas, verifica-se que as explicações teóricas sobre as disputas pelas melhores escolas podem contribuir para a compreensão da situação observada.

Essa associação não comprova a existência de uma relação direta de causa e efeito entre demanda e desempenho, mas pode indicar a presença de um circuito virtuoso que envolve principalmente as instituições que compõem a faixa 4, no sentido de que a maior concorrência pode ser um indício de que o estabelecimento de ensino oferece boas condições para aprendizagem, o que é reconhecido pela população que

busca vagas nessas instituições. Por outro lado, é possível que as escolas que integram a faixa 1 entrem em uma dinâmica oposta, como em um círculo vicioso.

Tabela 15 – Médias das escolas na Prova Brasil para o 5.º ano do Ensino Fundamental e percentual de estudantes abaixo do nível adequado de proficiência, de acordo com as faixas de candidatos por vaga.

Faixas		Nota Português	Nota Matemática	% estudantes Português*	% estudantes Matemática*
1	Média	199.19	224.26	52%	51%
	N	154	154	154	154
	Desvio Padrão	14.71	16.86	14	16
2	Média	203.35	229.21	48%	47%
	N	175	175	175	175
	Desvio Padrão	14.57	14.57	14	14
3	Média	204.89	231	47%	45%
	N	133	133	134	134
	Desvio Padrão	15.76	16.87	15	16
4	Média	207.47	233.13	45%	44%
	N	139	139	139	139
	Desvio Padrão	15.51	17.79	13	15
Total	Média	203.58	229.24	48%	47%
	N	601	601	602	602
	Desvio Padrão	15.35	16.73	14	15

Nota: *Percentual de estudantes que não atingiu a nota correspondente à proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

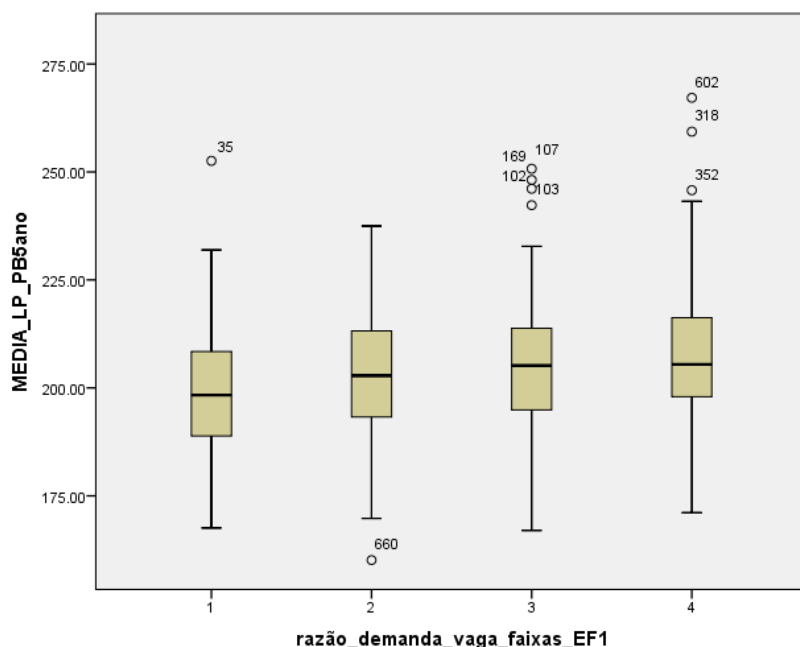
Um olhar mais detalhado sobre a distribuição das notas dos estabelecimentos de ensino na Prova Brasil de 2011 a partir do diagrama de caixas exposto no Gráfico 11 permite observar que o conjunto de escolas que integra a faixa 1 apresenta a média mais baixa entre os quatro agrupamentos e menor dispersão em torno da média, o que significa que as notas dessas escolas em Língua Portuguesa não se distanciam muito da média do grupo.

Verifica-se a existência de uma instituição que se comporta como *outlier* em relação ao restante do grupo, pois apresenta uma nota bastante alta, expressivamente acima da média da rede municipal, e uma demanda pequena em relação ao número de vagas oferecidas. É um estabelecimento que se situa no bairro do Flamengo, na Zona Sul da cidade, e provavelmente mereceria um estudo de caso a fim de conhecer os

detalhes sobre essa situação atípica. Ainda que não seja este o objetivo deste trabalho, fica o registro desse caso que não segue a tendência encontrada no conjunto das escolas da rede, bem como de outros indicados nos gráficos.

Na outra ponta do gráfico é possível observar a distribuição das instituições que compõem a faixa 4, com o maior número de candidatos por vaga. O conjunto das escolas apresenta média na Prova Brasil de Língua Portuguesa superior aos demais grupos, com maior dispersão e as menores notas acima das menores notas das escolas que compõem as demais faixas.

Gráfico 11 – Média e dispersão da nota das escolas de 5.º ano em Língua Portuguesa na Prova Brasil de 2011, de acordo com as faixas de demanda.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

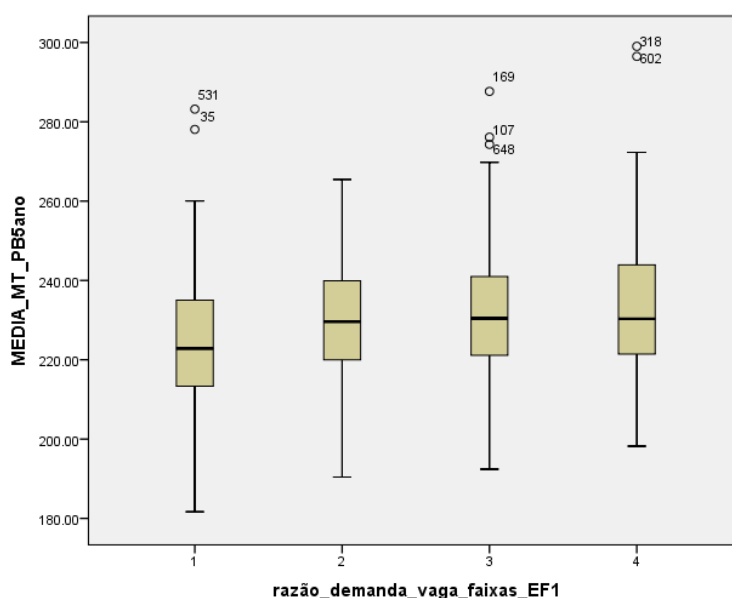
As notas dos estabelecimentos de ensino na área de Matemática não podem ser diretamente comparadas às notas em Língua Portuguesa, pois as escalas criadas pelo MEC/INEP são diferentes para cada área. Em Língua Portuguesa, a nota mínima considerada como proficiência adequada para o 5.º ano do Ensino Fundamental é 200 pontos e em Matemática é de 225 pontos. Portanto, notas mais elevadas em Matemática do que em Português não significam que os estudantes tenham se apropriado melhor dos conhecimentos considerados adequados, mas resultam de escalas diferentes.

Considerando as notas mínimas para que a proficiência medida seja considerada adequada, é possível perceber que nas duas áreas as escolas classificadas na faixa 1

possuem média abaixo desse valor e os demais grupos de escola possuem médias acima. A média geral das instituições da rede municipal de ensino ficou um pouco acima desse valor, coincidindo com as médias das escolas que ocupam a faixa 2 da tabela.

A mesma tendência de ampliação das médias das escolas na Prova Brasil de Língua Portuguesa à medida que cresce a quantidade de candidatos por vagas no procedimento de escolha informatizada pode ser observada para a área de Matemática. O Gráfico 12 apresenta a média e dispersão das notas de Matemática para o 5.º ano, de acordo com as faixas de demanda.

Gráfico 12 – Média e dispersão da nota das escolas de 5.º ano em Matemática na Prova Brasil de 2011, de acordo com as faixas de demanda.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

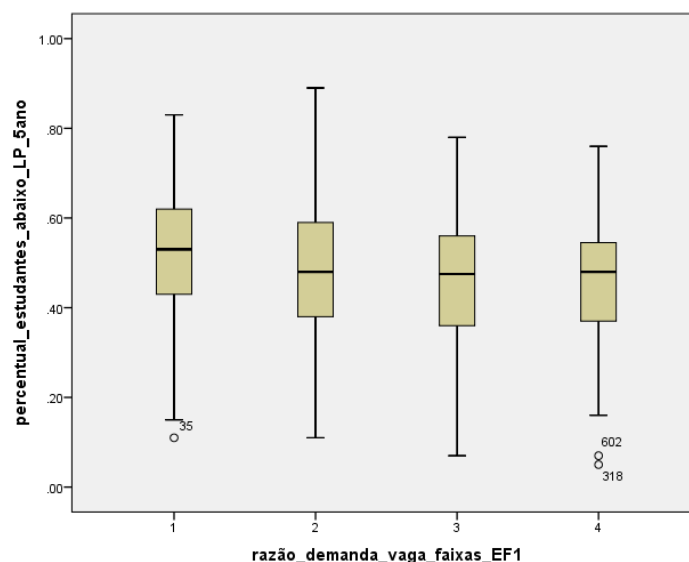
Além das notas e médias dos estabelecimentos de ensino nas duas áreas do conhecimento avaliadas pela Prova Brasil, a Tabela 15 apresenta também, nas duas últimas colunas, a média do valor percentual de estudantes que obtiveram desempenho abaixo do considerado adequado para a série/ano por escola. Considerou-se interessante a apresentação dessa informação, pois além da nota da escola, calculada a partir da nota média dos estudantes, esse percentual pode contribuir para compreender em que medida o conjunto de estudantes da instituição se apropriou dos conhecimentos considerados adequados.

É possível perceber que as escolas classificadas na faixa 1 possuem em média mais de 50% dos estudantes com proficiência abaixo do adequado. As duas variáveis

estão correlacionadas, pois a média da escola é calculada a partir das notas dos estudantes, mas o cálculo desse percentual permite analisar, além do desempenho médio dos estudantes, a composição do alunado em relação à proficiência considerada adequada. Escolas que apresentam a mesma média na Prova Brasil podem ter percentuais distintos de estudantes com proficiência abaixo do adequado.

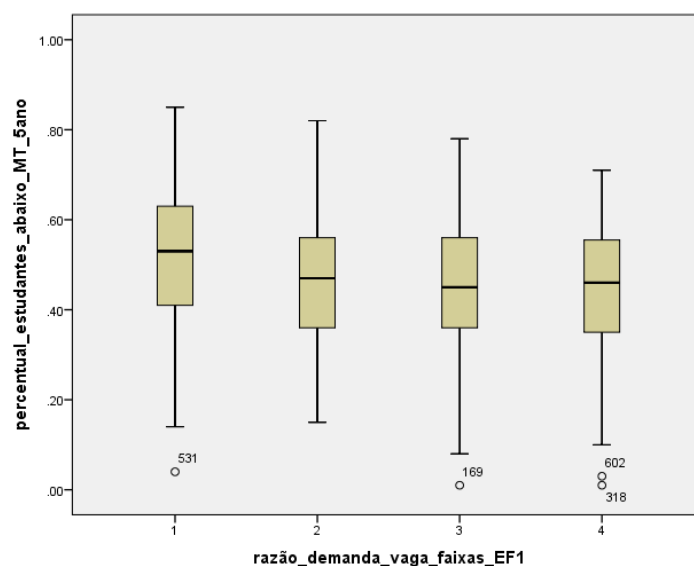
Os Gráficos 13 e 14 ilustram a distribuição do percentual médio de estudantes que apresentaram proficiência abaixo do adequado nas avaliações de 2011. É possível perceber que as instituições que compõem a faixa 1 possuem os maiores percentuais de estudantes abaixo do adequado nas duas áreas de conhecimento.

Gráfico 13 – Percentual médio e dispersão de estudantes de 5.º ano com proficiência abaixo do adequado em Língua Portuguesa na Prova Brasil de 2011, de acordo com as faixas de demanda.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Gráfico 14 – Percentual médio e dispersão de estudantes de 5.º ano com proficiência abaixo do adequado em Matemática na Prova Brasil de 2011, de acordo com as faixas de demanda.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

As duas distribuições indicam a tendência de redução do percentual de estudantes abaixo do adequado na medida em que as faixas de demanda avançam. É possível concluir que os estabelecimentos de ensino mais procurados, que possuem os maiores índices de candidatos por vaga, possuem os menores percentuais de estudantes com proficiência nos níveis básico e abaixo do básico e, conseqüentemente, possuem os maiores percentuais de estudantes nos níveis adequado e avançado.

Os índices de correlação entre a demanda ponderada e as variáveis em análise, nota na Prova Brasil e percentual de estudantes com proficiência baixo do adequado, corroboram as reflexões acima. A Tabela 16 apresenta os Coeficientes de Pearson, indicando que, apesar de serem fracas, as correlações são significativas. Como a associação entre as variáveis pode ser considerada fraca, considera-se que os sentidos das correlações apresentam indícios que contribuem para confirmar as duas tendências anteriormente anunciadas: as escolas com maior desempenho na Prova Brasil e com menor percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado condensam maior demanda por matrícula.

Tabela 16 – Correlação entre demanda ponderada, nota e percentual de estudantes abaixo do adequado, anos iniciais do Ensino Fundamental, 2011/2013.

		Nota Português	Nota Matemática	% estudantes Português*	% estudantes Matemática*
Demanda ponderada 1.º ano	Pearson Correlation	.201**	.179**	-.197**	-.152**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	601	601	602	602
Demanda ponderada 2.º ano	Pearson Correlation	.226**	.193**	-.224**	-.175**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	601	601	602	602
Demanda ponderada 3.º ano	Pearson Correlation	.192**	.173**	-.192**	-.154**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	601	601	602	602
Demanda ponderada 4.º ano	Pearson Correlation	.226**	.184**	-.231**	-.167**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	601	601	602	602
Demanda ponderada 5.º ano	Pearson Correlation	.211**	.169**	-.217**	-.162**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	601	601	602	602

Nota: *Percentual de estudantes que não atingiu a nota correspondente à proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP.

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Como os resultados das avaliações de desempenho dos estabelecimentos de ensino não são de conhecimento da ampla maioria das famílias, como indicam as entrevistas realizadas com pais de estudantes da rede pública municipal, é razoável supor que, embora as famílias não utilizem essas informações para tomar decisões sobre a escolha da escola, possivelmente os critérios utilizados consideram elementos que também impactam sobre as avaliações externas.

Além das informações sobre o desempenho dos estudantes, foi possível relacionar os dados de demanda com outros aspectos de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, obtidos por meio dos questionários que acompanharam a realização da Prova Brasil em 2011 e do Censo Escolar (INEP, 2011).

A partir das respostas dos diretores aos questionários da Prova Brasil (2011) sobre as condições físicas das escolas, construiu-se uma variável que indica o estado de conservação física do prédio escolar, considerando as condições do telhado, parede, piso, entrada, pátio, corredores, salas de aula, portas, janela, banheiros, cozinha, instalações hidráulicas e elétricas. Depois da construção de uma análise fatorial, os estabelecimentos foram distribuídos em quatro grupos, de forma que as condições físicas das escolas que compõem o grupo 1 se mostraram mais precárias e as condições das escolas que integram o grupo 4 se mostraram melhores. O maior número de escolas

se encontra no grupo 4, pois são escolas que indicaram boas condições de conservação para todos os itens observados.

A Tabela 17 apresenta a associação entre as variáveis que indicam o número de candidatos por vaga nas escolas, por faixas, e as condições de conservação dos prédios escolares. É possível perceber que das escolas que foram classificadas como grupo 1 nas condições físicas, ou seja, as que apresentaram as condições mais precárias de conservação, 67% recebeu demanda inferior ao número de vagas disponíveis em 2013. Das escolas classificadas na faixa 2, 57% teve menos de um candidato por vaga. Apenas as escolas classificadas na faixa 4 obtiveram maior demanda do que o número de vagas disponíveis: 53% delas.

Tabela 17 – Condições físicas das instituições de ensino, por faixas, e quantidade de candidatos por vaga na inscrição informatizada de 2013, por faixas, anos iniciais do Ensino Fundamental.

Condições físicas por faixas		Razão demanda /vaga por faixas				Total
		1	2	3	4	
1	Número de escolas	43	41	15	26	125
	%	34.4%	32.8%	12.0%	20.8%	100.0%
2	Número de escolas	28	36	20	28	112
	%	25.0%	32.1%	17.9%	25.0%	100.0%
3	Número de escolas	40	39	30	31	140
	%	28.6%	27.9%	21.4%	22.1%	100.0%
4	Número de escolas	47	61	69	53	230
	%	20.4%	26.5%	30.0%	23.0%	100.0%
Total	Número total de escolas	158	177	134	138	607
	%	26.0%	29.2%	22.1%	22.7%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

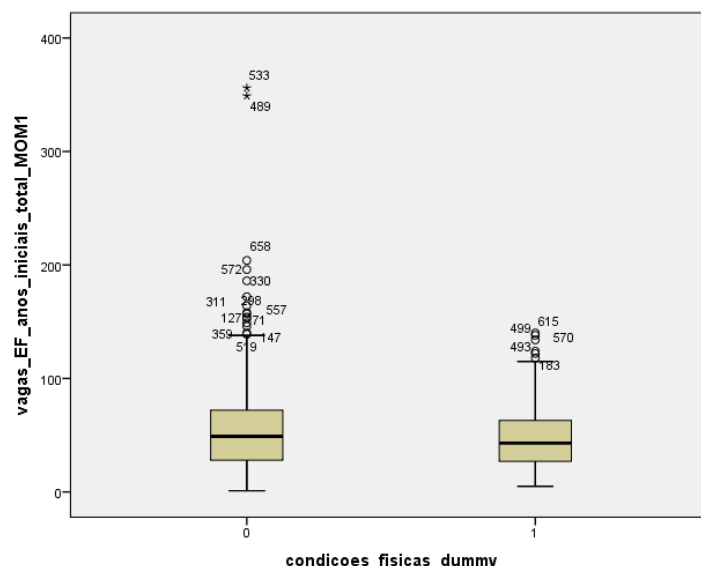
Os dados indicam que há uma tendência de famílias optarem por instituições de ensino que oferecem boas condições físicas. Contudo, é preciso considerar que das 607 instituições para as quais há informações a respeito das condições de conservação do espaço físico, 230 indicam que possuem boas condições em todos os aspectos analisados, ou seja, quase 38%.

Ao mesmo tempo, verifica-se que as escolas que apresentam as melhores condições físicas possuem, em média, menor número de vagas disponíveis para alocação dos estudantes que fazem sua inscrição por meio da matrícula informatizada. Enquanto as demais escolas possuíam, em média, 56 vagas para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 213, as instituições classificadas na faixa 4 (em relação às

condições físicas) tinham 47 vagas para o mesmo segmento, o que representa uma quantidade 16% menor.

O Gráfico 15 apresenta a média e dispersão da quantidade de vagas oferecidas em 2013 para o primeiro momento de inscrição via internet pelas escolas municipais que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando como grupo 1 as instituições que apresentam as melhores condições de conservação dos aspectos físicos do prédio e como grupo 0 todos os demais estabelecimentos. Os dados foram reagrupados nesses dois grupos para ressaltar a diferença entre as escolas com as melhores condições e as demais. Para esse gráfico, foram consideradas todas as vagas disponíveis por escola, do 1.º ao 5.º ano.

Gráfico 15 – Média e dispersão da quantidade de vagas oferecidas pelas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com as condições físicas, 2013.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

O Gráfico 15 demonstra que não há diferença muito expressiva, mas os estabelecimentos de ensino com melhores condições de conservação possuem, em média, menos vagas disponíveis e recebem maior número de solicitações de matrícula durante o procedimento informatizado. Provavelmente, essas instituições recebem maior demanda também por meio dos demais procedimentos de matrícula e transferência, como o remanejamento.

É possível que as instituições que apresentam melhores condições de conservação demonstrem maior zelo e cuidado em relação ao prédio escolar, o que pode ser compreendido pelas famílias como um sinal de qualidade do serviço prestado.

Também é possível que essas escolas sejam instituições de menor porte, ou seja, atendem menor número de estudantes. Como há poucas informações disponíveis para os que realizam suas escolhas, a observação direta do prédio pode ser uma forma de tentar identificar padrões indiretos de qualidade.

A razão entre o número de candidatos e a quantidade de vagas disponíveis também é afetada pelas condições de segurança interna dos estabelecimentos de ensino. Foi criada uma variável sintética para indicar o padrão de segurança da instituição considerando as informações dos questionários da Prova Brasil de 2011 respondidos pelos aplicadores das provas a respeito da existência de: controle da entrada de estudantes e pessoas estranhas, muro, portões e salas trancadas, sinal de depredação, iluminação externa e medidas de segurança tomadas pela própria instituição. Foram consideradas oito respostas do questionário sobre a escola, cujas respostas podiam ser “sim” ou “não”.

Inicialmente, foram incluídas também informações sobre vigilância e policiamento, nos períodos diurnos, noturnos e nos finais de semana, mas verificou-se que essas características podem estar relacionadas mais à violência externa do que às condições de segurança do estabelecimento de ensino. Portanto, tais informações foram retiradas do modelo final adotado para a análise fatorial que deu origem à variável, que possui valor mínimo -5.59 e valor máximo 0.61. Quanto maior o valor atribuído ao indicador, melhor é a percepção do aplicador da Prova Brasil sobre as condições de segurança interna da escola.

Ainda que a construção da variável segurança interna tenha limitações, tanto no aspecto da coleta dos dados, tendo em vista que se trata da percepção do aplicador da Prova em relação à instituição de ensino, quanto no próprio método de tratamento do dado, pois as questões apresentam respostas com apenas duas posições (sim ou não), considerou-se relevante a permanência da variável neste estudo em vista dos resultados encontrados.

A Tabela 18 apresenta média, número de casos e desvio padrão da variável segurança interna para cada faixa de quantidade de candidatos por vaga. É possível perceber que o crescimento da variável que indica as condições de segurança interna não é constante, pois o conjunto de escolas com maior número de candidatos por vaga apresenta uma média inferior à faixa 3, mas há uma tendência de aumento das condições de segurança associada ao aumento da razão de solicitações de matrícula por vaga disponível.

Essa associação é mais relevante para as escolas que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental do que para as instituições que oferecem os anos finais, o que pode ser compreensível na medida em que quanto menor a idade da criança é mais provável que as famílias se preocupem com as condições de segurança e tomem decisões baseadas nos cuidados que os estabelecimentos de ensino disponibilizam.

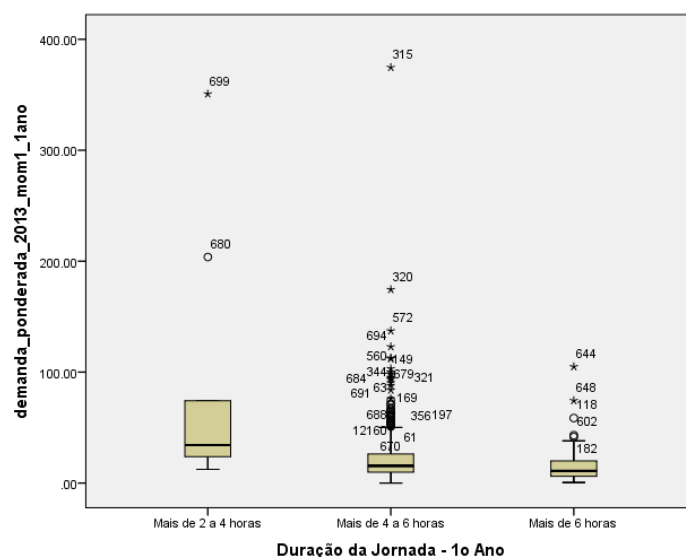
Tabela 18 – Médias da variável segurança interna das escolas, de acordo com as faixas de candidatos por vaga, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 2013.

Faixas		Segurança interna
1	Média	-.0533462
	N	158
	Desvio Padrão	1.11648307
2	Média	-.0275136
	N	178
	Desvio Padrão	1.09592858
3	Média	.1932739
	N	134
	Desvio Padrão	.56635707
4	Média	.0586569
	N	139
	Desvio Padrão	.93977049
Total	Média	.0340327
	N	609
	Desvio Padrão	.97518102

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Outro aspecto que se mostrou relevante foi o tempo de duração da jornada diária de trabalho escolar. A demanda por vagas se concentra nas escolas que oferecem turnos de até quatro horas diárias, como demonstra o Gráfico 16. Os estabelecimentos de ensino que oferecem uma jornada com mais de seis horas diárias tiveram a menor demanda média para matrícula de 1.º ano em 2013, considerando o primeiro momento de inscrição pela internet.

Gráfico 16 – Média e dispersão da demanda ponderada por matrícula para o 1.º ano do Ensino Fundamental em 2013, de acordo com a duração da jornada diária de trabalho escolar.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Censo Escolar, INEP (2011).

O tempo de exercício do(a) diretor(a) no mesmo estabelecimento de ensino também se mostrou associado à concentração de demanda por vagas. Os dados da Tabela 19 apresentam a média de candidatos por vaga oferecida para matrícula do ano letivo de 2013, considerando apenas a 1.ª opção indicada na inscrição e considerando a média ponderada de todas as opções dos candidatos, de acordo com o tempo de exercício do diretor de cada estabelecimento.

Tabela 19 – Média de candidatos por vaga para o 1.º ano do Ensino Fundamental em 2013, considerando o tempo de exercício do diretor na instituição.

Tempo de exercício	Média de candidatos por vaga (1.ª opção)	Média ponderada de candidatos por vaga	Número de escolas
Sem informação	2.6	4.2	30
Menos de 1 ano	2.0	4.3	48
De 1 a 2 anos	3.2	5.7	42
De 2 a menos de 5 anos	3.6	6.2	127
De 5 a menos de 7 anos	2.6	4.7	86
De 7 a menos de 10 anos	4.6	8.1	63
De 10 a menos de 15 anos	4.9	9.1	86
De 15 a menos de 20 anos	4.4	7.8	63
20 anos ou mais	8.0	14.6	64
Total	4.1	7.4	609

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

É possível perceber uma tendência de aumento da disputa por vagas à medida que se amplia o tempo de exercício do diretor; as instituições que possuem os mesmos diretores há 20 anos ou mais são as que concentram maior demanda em relação à quantidade de vagas oferecidas para o procedimento de matrícula *online*. Essas escolas receberam, em 2013, quase quatro vezes mais solicitações de matrícula do que as instituições cujos diretores exercem a função há menos de um ano.

É possível que os diretores que permanecem por mais tempo na função de gestão dos estabelecimentos escolares construam relações de proximidade com a comunidade, o que leva as famílias a desejarem matricular seus filhos nessas instituições. Muitos pais optam por matricular as crianças nas instituições onde estudaram, ou onde conhecem os professores e gestores. E os diretores que permanecem mais tempo exercendo essa função tendem a ser mais conhecidos pelas famílias. Há que se considerar ainda que as instituições de maior prestígio sofrem menos com rotatividade e falta de pessoal para compor o corpo de funcionários, o quadro de servidores tende a ser mais estável, incluindo os diretores. Assim, é possível que a permanência do diretor na função de gestor da escola seja um indicador de prestígio, ou ainda que esteja associada a outros aspectos que não estão sendo medidos.

Para a análise sobre os estabelecimentos de ensino que oferecem as séries/anos finais do Ensino Fundamental, foram utilizados os dados de desempenho dos estudantes de 9.º ano na Prova Brasil, realizada em 2011. Das 279 escolas municipais que atendem esta etapa de ensino, há informações disponíveis sobre os questionários contextuais da Prova Brasil, para 272; e sobre o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática para 198 instituições. Para as informações sobre a demanda e a oferta de oferta foram utilizados os dados disponibilizados pela SME/RJ referentes a 2013, único ano para o qual há informações sobre as vagas oferecidas por escola para o procedimento de matrícula *online*.

Como já indicado anteriormente (Tabela 13), os estabelecimentos de ensino que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental foram categorizados de acordo com a relação entre o número de candidatos e a quantidade de vagas oferecidas, criando-se quatro grupos de escolas. O primeiro grupo possuía mais vagas disponíveis do que candidatos para preenchê-las em 2013, os demais grupos tiveram mais candidatos do que vagas, sendo que o grupo de escolas que compõem a faixa 4 foi o que recebeu o maior número de candidatos por vaga.

A Tabela 20 apresenta as médias obtidas pelas instituições de ensino nas avaliações externas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (Prova Brasil, 2011), bem como o percentual de estudantes com desempenho correspondente aos níveis básico e abaixo do básico nas avaliações, considerando as faixas de demanda. A comparação entre as médias demonstra que as escolas para as quais há maior número de candidatos por vaga obtiveram notas maiores nas avaliações externas e possuem menor percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado.

Tabela 20 – Médias das escolas na Prova Brasil (9.º ano do Ensino Fundamental) e percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado, de acordo com as faixas de candidatos por vaga

	Faixas	Nota Português	Nota Matemática	% estudantes Português*	% estudantes Matemática*
1	Média	249.69	254.25	67%	83%
	N	48	48	48	48
	Desvio Padrão	17.090	17.621	13	10
2	Média	251.94	257.54	65%	81%
	N	49	49	49	49
	Desvio Padrão	14.077	15.438	11	9
3	Média	254.11	258.64	64%	80%
	N	41	41	41	41
	Desvio Padrão	16.330	19.000	14	12
4	Média	253.86	260.35	65%	79%
	N	60	60	60	60
	Desvio Padrão	15.376	18.774	12	12
Total	Média	252.42	257.82	66%	81%
	N	198	198	198	198
	Desvio Padrão	15.685	17.783	12	11

Nota: *Percentual de estudantes que não atingiu a nota correspondente à proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

As escolas que atendem ao segundo segmento do Ensino Fundamental apresentam percentuais maiores de estudantes com proficiência abaixo do adequado do que as escolas dos anos iniciais, seguindo a tendência nacional. A comparação entre a concentração de demanda nas escolas e os resultados de desempenho dos estudantes na Prova Brasil revela também que os coeficientes de correlação entre as variáveis

analisadas são maiores no caso das escolas que atendem os anos finais do que nas escolas que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental (Tabela 16).

Observa-se que a diferença entre as notas médias na Prova Brasil e o percentual de estudantes com proficiência abaixo do considerado adequado é bastante sutil, mas segue o esperado. Verificou-se também a força dos coeficientes de correlação entre essas variáveis e a variável contínua que indica a razão entre a demanda apresentada e a quantidade de vagas disponíveis por escola para o ano de 2013. Os coeficientes de correlação, apresentados na Tabela 21, demonstraram-se significativos apenas para o 7.º e o 8.º ano do Ensino Fundamental. Ainda que permaneçam entre moderados e fracos, os coeficientes e os sinais das correlações indicam a existência de associação entre a quantidade de candidatos por vaga oferecida pelas escolas e os resultados das avaliações externas.

Tabela 21 – Correlações entre nota na Prova Brasil de 9.º ano, percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado e razão entre demanda e quantidade de vagas.

		Nota Português	Nota Matemática	% estudantes Português**	% estudantes Matemática**
				*	*
Razão demanda ponderada/vagas 7º ano	Pearson Correlation	.187**	.176*	-.217**	-.184*
	Sig. (2-tailed)	0.009	0.014	0.002	0.01
	N	194	194	194	194
Razão demanda ponderada/vagas 8º ano	Pearson Correlation	.295**	.345**	-.341**	-.393**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	192	192	192	192

*Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Nota: ***Percentual de estudantes que não atingiu a proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP para o 9.º ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Já os coeficientes de correlação entre a demanda ponderada apresentada para cada uma das séries/anos do segundo segmento do Ensino Fundamental e as variáveis de nota média da instituição na Prova Brasil mostraram-se todos moderados e significativos, indicando associações mais fortes do que no caso anterior, o que contribui para fortalecer a hipótese de que as escolas que apresentam melhores resultados nas avaliações concentram a demanda das famílias.

Os dados da Tabela 22 permitem observar que os coeficientes de correlação entre demanda ponderada e o percentual de estudantes do 9.º ano de Ensino Fundamental que não atingiu a proficiência considerada adequada na Prova Brasil em 2011 são mais fracas e muitas não foram significativas. Como o cálculo foi realizado considerando todas as escolas que oferecem as séries/anos finais do Ensino Fundamental e não com uma amostra, considerou-se relevante apresentar os coeficientes apesar da baixa significância. É possível que a associação seja mais fraca porque nos anos finais as escolas concentram maior percentual de estudantes com proficiência equivalente aos níveis básico e abaixo do básico, o que gera pequena diferenciação entre os estabelecimentos de ensino nesse aspecto.

Tabela 22 – Correlações entre nota na Prova Brasil de 9.º ano, percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado e demanda ponderada em 2013.

		Nota Português	Nota Matemática	% estudantes Português***	% estudantes Matemática***
Demanda ponderada 6.º ano	Pearson Correlation	.333**	.368**	-.251**	-.186*
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.001	.012
	N	198	198	182	182
Demanda ponderada 7.º ano	Pearson Correlation	.354**	.387**	-.171*	-.094
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.021	.206
	N	198	198	182	182
Demanda ponderada 8.º ano	Pearson Correlation	.402**	.427**	-.178*	-.102
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.016	.171
	N	198	198	182	182
Demanda ponderada 9.º ano	Pearson Correlation	.380**	.386**	-.167*	-.078
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.024	.297
	N	198	198	182	182

*Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Nota: ***Percentual de estudantes que não atingiu a nota correspondente à proficiência considerada adequada pelo MEC/INEP.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Essas análises evidenciaram que os coeficientes de correlação entre o desempenho de estudantes e escolas nas avaliações externas e a demanda manifesta por meio da matrícula informatizada são mais fortes nas séries/anos finais do Ensino Fundamental do que nos anos iniciais. É possível que a associação entre essas variáveis seja maior nos anos finais do que nos anos iniciais pela crescente preocupação das

famílias com a qualidade do ensino ofertado à medida que os filhos avançam em suas trajetórias escolares. Estudos desenvolvidos por Van Zanten (2009), explorados no Capítulo 1 desta tese, indicam que as famílias tendem a realizar escolhas mais instrumentais, buscando escolas com melhores condições de qualidade, nas séries que correspondem ao segundo segmento do Ensino Fundamental do que nas séries iniciais. Além do que, nessa faixa-etária, os estudantes podem se deslocar com maior facilidade, ampliando os raios geográficos das escolhas possíveis, principalmente considerando que o município do Rio de Janeiro garante o transporte gratuito para estudantes uniformizados nos horários de entrada e saída das aulas.

É possível, também, que os coeficientes sejam mais fortes porque há uma quantidade menor de estabelecimentos de ensino que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental, o que pode concentrar ainda mais a demanda em algumas escolas, tornando-as mais concorridas. Como há uma quantidade menor de estabelecimentos de ensino que atendem os anos finais, o equivalente a um terço dos estabelecimentos que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, as instituições tendem a concentrar maior diversidade de estudantes, tornando-se mais homogêneas (entre si).

Os sinais dos coeficientes de correlação se mantêm os mesmos dos apresentados na Tabela 16 (sobre os anos iniciais), indicando que há associação positiva entre a demanda ponderada e as médias obtidas pelas escolas ao mesmo tempo em que a correlação é negativa entre demanda e os percentuais de estudantes com proficiência abaixo do adequado. Ainda que com sentidos contrários, as duas variáveis medem a mesma situação, pois estão relacionadas ao desempenho dos estudantes e da instituição na Prova Brasil. A variável “nota” indica a média da escola, considerando a nota de todos os estudantes e a variável “% estudantes” indica o percentual de alunos que não atingiu a proficiência considerada adequada para a série/ano, como já explicado anteriormente. As escolas que recebem maior número de solicitações de matrícula, portanto, são aquelas que possuem as maiores notas e os menores percentuais de estudantes com desempenho abaixo do adequado.

A avaliação de que é provável que as famílias utilizem outros critérios para a seleção das escolas que não os resultados das avaliações externas se mantém para os anos finais do Ensino Fundamental, tendo em vista que os dados sobre os desempenhos de estudantes e instituições não são amplamente divulgados com o objetivo de informar as escolhas dos pais. Ainda que essas informações sejam divulgadas pela imprensa e que a nota esteja afixada em cartazes na frente de cada escola municipal, é preciso

considerar que as famílias acessam e se apropriam dessas informações de forma diferente, a depender dos recursos que conseguem mobilizar. Portanto, foram testadas variáveis que poderiam contribuir para a compreensão das características dos estabelecimentos que concentram a demanda por matrícula.

Em relação às variáveis sintéticas, criadas para analisar essas características, é possível indicar que os aspectos relacionados às condições físicas e à segurança interna dos estabelecimentos de ensino dos anos finais do Ensino Fundamental não se mostraram associados à demanda, como no caso dos anos iniciais.

Já a variável criada para indicar carências de condições pedagógicas, profissionais e financeiras, que não se mostrou associada à demanda nos anos iniciais, obteve um coeficiente de correlação de Pearson moderado, da ordem de -0.23, quando associado às faixas de candidatos por vaga para o 6.º ano. A variável foi construída por meio de análise fatorial, considerando as respostas dos diretores ao questionário da Prova Brasil de 2011 relativas às carências de recursos financeiros, recursos pedagógicos, professores e pessoal de apoio, existência de problemas disciplinares, faltas de professores e estudantes.

Para a criação dessa variável foram consideradas as questões 55 a 64 do questionário socioeconômico respondido pelos diretores das escolas, que acompanhou a Prova Brasil de 2011. As questões solicitavam que o gestor indicasse se os problemas enunciados aconteceram na escola ao longo do ano e admitiam três níveis de respostas: “não”, “sim, mas não foi um problema grave” e “sim, e foi um problema grave”.

O valor mínimo da variável é -1.12 e o valor máximo é 4.2. Como o indicador procura medir carências observadas pelos diretores, os valores mais altos indicam maior percepção de que esses problemas foram prejudiciais ao funcionamento e organização do estabelecimento de ensino enquanto os valores mais baixos indicam menor percepção em relação às carências e seus impactos no trabalho escolar. Isso explica o sentido negativo da correlação indicada acima.

A Tabela 23 apresenta as médias, número de casos e desvio padrão da variável denominada carências de condições pedagógicas, profissionais e financeiras, de acordo com as faixas de demanda por vaga para os anos finais do Ensino Fundamental. É possível perceber que a média construída a partir do indicador de carências diminui constantemente quanto mais se avança nas faixas que indicam maior quantidade de candidatos por vaga.

Tabela 23 – Médias da variável “carências de condições pedagógicas, profissionais e financeiras” das escolas, de acordo com as faixas de candidatos por vaga, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Faixas		Carências
1	Média	.5135829
	N	59
	Desvio Padrão	1.10099839
2	Média	.0165348
	N	73
	Desvio Padrão	1.00153421
3	Média	.0530707
	N	69
	Desvio Padrão	.93094540
4	Média	-.2064105
	N	71
	Desvio Padrão	.73406798
Total	Média	.0754234
	N	272
	Desvio Padrão	.97275717

Fonte: Bancos de dados sobre escolha e vagas, SME-RJ (2013); Prova Brasil, INEP (2011).

Ainda que esta variável, assim como outras construídas para este estudo, seja calculada a partir das percepções dos diretores e não das famílias (pois os pais e responsáveis não respondem os questionários vinculados à Prova Brasil), parece razoável imaginar que essas carências podem ser observadas por outros agentes da comunidade escolar, interna ou externa, incluindo os próprios estudantes e suas famílias.

É necessário ponderar que essa variável pode ser considerada bastante precária, assim como outras construídas a partir dos questionários ligados à Prova Brasil e apresentadas ao longo deste trabalho, tanto do ponto de vista da qualidade no detalhamento da informação, pois há apenas três níveis de respostas, quanto da forma como é obtida, pois depende da percepção dos diretores e da forma como interpretam as perguntas e as situações enfrentadas pela instituição. Além disso, muitas vezes a direção delega a outros funcionários da escola a responsabilidade pelo preenchimento dos questionários. Contudo, mesmo com tais limitações, optou-se pela manutenção da análise, pois apresenta indícios de que esses elementos podem estar relacionados com as escolhas dos estudantes e pais.

As variáveis sobre o tempo de exercício do diretor na função e sobre a jornada diária de trabalho escolar não se mostraram relevantes para a análise sobre a demanda

por vagas nas escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental, portanto não foram incluídas neste trecho da análise.

Ainda sobre as características das instituições mais procuradas pelas famílias, é possível observar, por meio das informações sobre o cadastro dos estudantes da rede municipal, uma evidente preferência das famílias por estabelecimentos de ensino que se situam próximos de suas residências. Para esta pesquisa, apesar das informações sobre o endereço de residência das famílias disponibilizadas pela SME/RJ, não foi possível construir uma análise a respeito da distância entre a moradia e o local de estudo dos candidatos às vagas na rede municipal de ensino. As informações aqui utilizadas são coletadas pelas escolas no momento de confirmação ou renovação da matrícula, a partir do relato das famílias, pais ou responsáveis pelos estudantes.

A Tabela 24 apresenta informações a respeito do tempo despendido pelo estudante para percorrer o caminho da residência até a instituição de ensino que frequentava em 2010. Não há informação sobre o tempo de deslocamento para 11,4% dos estudantes da rede e para 35% daqueles que fizeram a inscrição para matrícula pela internet. Portanto, há mais dados ausentes no último caso, o que tornou necessário incluir uma coluna que indicasse o percentual relativo apenas aos casos válidos, a fim de tornar possível a comparação.

Considerando apenas os casos válidos, observa-se que a maioria estuda a 15 minutos de casa, ou menos. Mas o percentual de quem estuda perto de casa é menor no grupo que buscou a matrícula pelo sistema informatizado do que no total de estudantes da rede. A situação se inverte na comparação do percentual de estudantes que demoram mais de 15 minutos, pois em todas as outras faixas o percentual válido é maior entre os estudantes que buscaram a matrícula *online*.

Tabela 24 – Tempo de deslocamento do estudante até a escola, 2010.

	Matriculados na rede	%	% válido	Com inscrição pela internet	%	% válido
Até 15 minutos	499122	62.8	70.9	31500	41.7	64.3
Até 30 minutos	188083	23.7	26.7	15539	20.6	31.7
Até 1 hora	14680	1.8	2.1	1591	2.1	3.2
Mais de 1 hora	2329	0.3	0.3	365	0.5	0.7
Total	704215	88.6	100.0	48995	64.9	100.0
Sem informação	90618	11.4	-	26549	35.1	-
Total	794833	100.0	-	75544	100.0	-

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Tendo em vista os procedimentos de matrícula e transferência adotados pela Secretaria Municipal de Educação, descritos no Capítulo 2 deste trabalho, é possível supor que as famílias que optam por matricular seus filhos em instituições de ensino próximas de suas residências utilizam o remanejamento como estratégia de acesso, pois as escolas próximas fazem parte dos mesmos polos de matrícula. Já os estudantes e famílias que pretendem obter uma vaga em um estabelecimento que se situe fora do polo, precisam buscar outras estratégias diferentes do remanejamento, como a inscrição na matrícula informatizada.

Outra informação que pode contribuir para esta análise é a comparação entre os tipos de transporte utilizados pelos estudantes para o deslocamento de casa até a escola. Em 2010, os dados da Tabela 25 evidenciam que a maioria dos estudantes percorria a distância de casa até a escola a pé, o que coincide com a informação de um tempo curto para a realização do deslocamento. Comparando os percentuais válidos relativos a todos os estudantes da rede e apenas ao grupo que fez a inscrição pela internet, verifica-se que dentre os últimos há percentuais maiores de estudantes que fazem o trajeto utilizando transporte público, de carro ou outros (o que pode incluir transporte escolar privado, como vans particulares).

Tabela 25 – Tipo de transporte utilizado pelo estudante, 2010.

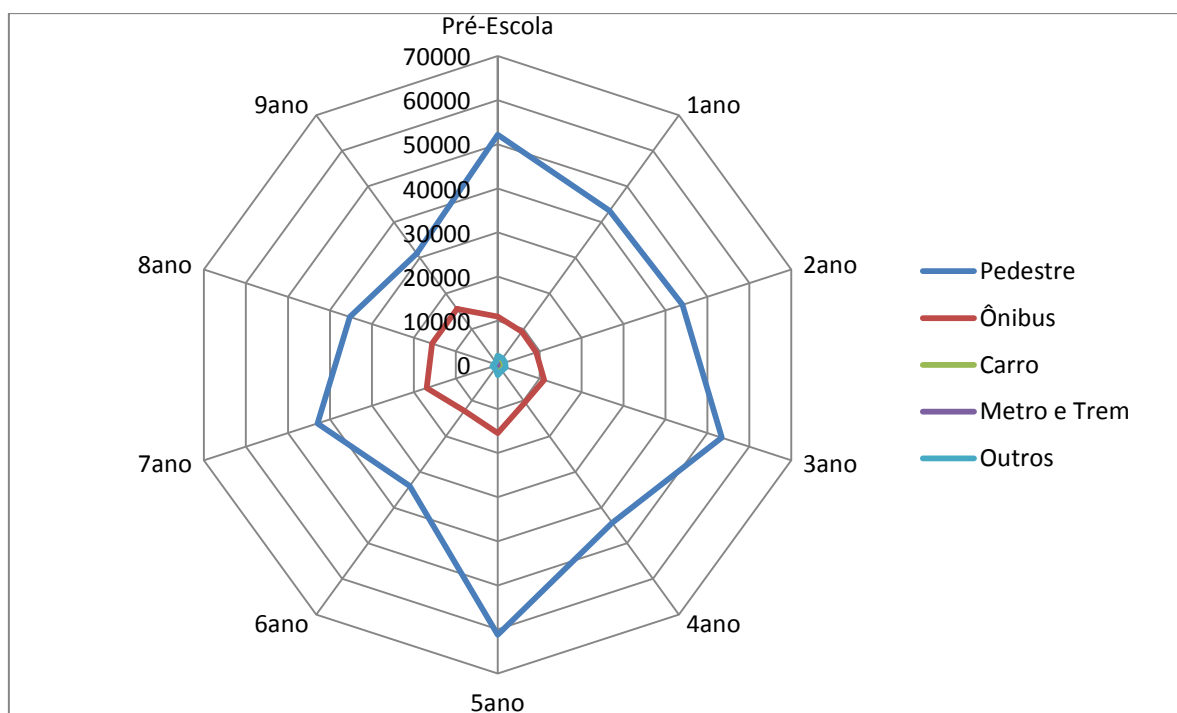
	Matriculados na rede	%	% válido	Com inscrição pela internet	%	% válido
Pedestre	521891	65.7	73.9	33740	44.7	68.5
Carro	12789	1.6	1.8	1427	1.9	2.9
Ônibus	153542	19.3	21.7	12384	16.4	25.2
Metrô	389	.0	0.1	32	.0	0.1
Trem	385	.0	0.1	36	.0	0.1
Outros	17196	2.2	2.4	1609	2.1	3.3
Total	706193	88.8	100.0	49228	65.2	100.0
Sem informação	88639	11.2	-	26316	34.8	-
Total	794832	100.0	-	75544	100.0	-

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Além do fato de não existir limitação geográfica oficial para a matrícula, o município mantém uma política de “passe livre” para estudantes da rede pública uniformizados durante os horários de entrada e saída da escola, o que significa que esses estudantes não precisam pagar a tarifa do transporte público (ônibus urbano) nesses horários. É possível que essa política estimule a busca de instituições que não ficam

próximas das residências de algumas famílias, sobretudo no caso de estudantes com idade suficiente para utilizar o transporte público com autonomia.

Gráfico 17 – Distribuição dos estudantes da rede municipal de ensino de acordo com o tipo de transporte utilizado e série/ano que frequentava em 2010.



Fonte: Bancos de dados sobre cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

A observação da distribuição dos estudantes da rede municipal de ensino nas diferentes séries/anos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, de acordo com o tipo de transporte utilizado para o deslocamento entre a residência e a escola, sugere que essa hipótese pode ser considerada válida, tendo em vista que os dados do Gráfico 17 demonstram que o número de estudantes pedestres diminui nas séries finais do Ensino Fundamental, em comparação com o número de estudantes que vai a pé para as instituições de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao mesmo tempo, a quantidade de estudantes que utiliza o transporte público, principalmente ônibus urbano, aumenta nas séries/anos mais avançados do Ensino Fundamental. Como há isenção de tarifa para os estudantes que se deslocam uniformizados nos horários de entrada e saída de aula, parece relevante ressaltar que o custo com o transporte público não se apresenta como uma barreira à escolha de estabelecimentos de ensino que se localizam distantes das residências dos alunos.

3.2 Perfil dos estudantes que participam das escolhas pela internet

No início deste capítulo foi apresentado um quadro geral com informações sobre a demanda por matrícula captada pela SME/RJ por meio da inscrição informatizada nos anos de 2010 a 2013. No item 3.1 foram exploradas as características dos estabelecimentos de ensino envolvidos na dinâmica de distribuição dos candidatos inscritos, procurando construir um panorama da estrutura de oportunidades educacionais da rede municipal de ensino. Neste trecho, apresentam-se reflexões sobre as características dos candidatos/estudantes que participaram dos procedimentos *online*.

Para a análise sobre os candidatos/estudantes, optou-se por estabelecer comparações entre o universo de estudantes matriculados na rede municipal de ensino e o conjunto de candidatos inscritos por meio do procedimento informatizado, com o intuito de observar semelhanças e diferenças entre os dois grupos.

Há poucas informações sobre os estudantes nos bancos que apresentam os dados de inscrição pela internet, portanto, foi necessário buscar outras fontes para construir o perfil dos candidatos às vagas disponibilizadas pela matrícula informatizada. Foi possível agregar as informações do banco de dados sobre os procedimentos de inscrição *online* aos dados referentes ao cadastro geral dos estudantes para o ano de 2010. A partir da consolidação das informações, tornou-se viável estabelecer as comparações aqui apresentadas.

Ao longo do texto, o leitor poderá perceber que há um percentual expressivo de casos, dentre os candidatos inscritos por meio da matrícula informatizada, para os quais não foi possível recuperar as informações dos bancos de cadastro. Em grande parte, a impossibilidade de recuperação de um percentual maior de informações se deve à quantidade de casos para os quais não há registro do código de matrícula do estudante/candidato junto à rede municipal de ensino. Vários casos puderam ser encontrados a partir das informações sobre o nome do inscrito, dos pais e data de nascimento.

Enquanto o percentual de casos com informações ausentes no universo de estudantes matriculados na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro em 2010 flutua entre 3% e 14%, entre o grupo de candidatos inscritos no procedimento informatizado este percentual varia de 30% a 35%. Esse percentual maior em relação aos inscritos se deve, em certa medida, ao grande percentual de candidatos que não confirma a matrícula e, desta forma, os demais dados não estão disponíveis. Portanto, as análises

procurarão enfatizar as comparações entre os percentuais válidos, considerando os casos para os quais há informações disponíveis. As tabelas indicam também os percentuais gerais, que incluem os casos com informações ausentes para cada variável selecionada.

Para a reflexão sobre o perfil dos estudantes e dos candidatos, em 2010, foram selecionadas variáveis relativas à cor, à situação de moradia do candidato com ou sem o pai e a mãe, o grau de escolaridade dos pais, a indicação do número de inscrição social, a situação de atraso escolar (considerando a relação entre idade e série/ano do Ensino Fundamental). Para os demais anos analisados, de 2011 a 2013, foi possível verificar a compatibilização entre a série/ano para a qual o candidato solicitou a matrícula e a série/ano em que foi alocado. Para 2010 essa comparação não foi construída, pois essa última informação não está disponível.

Outras informações disponíveis, como sexo do candidato/estudante, turno de matrícula, religião³⁶ e indicação de falecimento dos pais foram testadas, mas não se mostraram significativas, não se observando diferença entre o universo dos estudantes e os candidatos inscritos pelo procedimento informatizado. Portanto, definiu-se pela não inclusão das mesmas neste capítulo.

Os dados presentes no banco de cadastro dos estudantes são habitualmente preenchidos por funcionários dos estabelecimentos de ensino, sob a supervisão do diretor da instituição, a partir de informações apresentadas pelos pais ou responsáveis pelos estudantes no momento de confirmação ou atualização da matrícula. Como não há uma periodicidade estabelecida para a atualização dos dados, muitas informações são captadas no momento da primeira matrícula do estudante na rede municipal e podem não ter sido revisadas ou complementadas. Assim, é possível que alguns dos dados estejam desatualizados.

Em relação à identificação de cor do estudante, a orientação da SME/RJ leva os funcionários das escolas a perguntarem para as famílias e efetuarem o registro da cor autoatribuída. Em entrevista realizada em maio de 2011, uma pedagoga que atua em escolas da rede municipal do Rio de Janeiro explicou que faltam orientações específicas sobre os critérios de preenchimento desse campo, o que pode levar ao não

³⁶Embora a normatização municipal (Deliberação do CME/RJ) tenha definido pela exclusão desta informação, o formulário de cadastro a ser preenchido no momento da matrícula mantém o campo para o registro da informação sobre a religião do estudante.

preenchimento adequado, incluindo, possivelmente, a heteroatribuição da cor ao estudante³⁷.

Apesar dos problemas detectados em relação ao registro da variável, optou-se pela apresentação da distribuição dos estudantes na rede municipal e do grupo de candidatos inscritos pela internet de acordo com a cor. Os dados da Tabela 26 demonstram que o percentual válido de candidatos inscritos em 2010 para a matrícula informatizada que se identificaram como brancos é maior do que o percentual de estudantes matriculados na rede municipal que se identificaram como brancos. Ao mesmo tempo, o percentual válido de candidatos que se identificaram como pretos e pardos é menor do que o percentual de estudantes que se identificaram como pretos e pardos.

Tabela 26 – Distribuição dos estudantes da rede municipal e candidatos inscritos pela internet de acordo com a cor indicada no momento de matrícula, 2010.

	Matriculados na rede	%	% válido	Inscritos pela internet	%	% válido
Amarela	1799	0.2	0.2	101	0.1	0.2
Branca	274874	34.6	37.0	20661	27.3	40.3
Indígena	1468	0.2	0.2	99	0.1	0.2
Parda	376727	47.4	50.8	25375	33.6	49.5
Preta	87098	11.0	11.7	5065	6.7	9.9
Total parcial	741966	93.3	100.0	51301	67.9	100.0
Sem informação	52866	6.7		24243	32.1	
Total	794832	100.0		75544	100.0	

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Enquanto no conjunto da rede municipal 62% dos estudantes se autoatribuíram a cor parda ou preta e 37% se autoatribuiu a cor branca; entre os candidatos inscritos por meio da internet, 59% se identificou como pardo ou preto e 40% se identificou como branco. É possível que a diferença percentual seja decorrente da quantidade de casos para os quais não há informação, tendo em vista que o percentual de casos ausentes é maior do que a diferença entre os dois grupos. Mas também é possível que o acesso ao procedimento informatizado seja influenciado por elementos que possam produzir essa diferença. É possível, ainda, que seja apenas uma variação ocasional e seria necessário comparar com os dados dos outros anos de inscrição para averiguar se há permanência da situação observada.

³⁷Entrevista realizada em 19/05/2011.

Observou-se que o percentual válido de estudantes que moram com as mães³⁸ é maior no grupo de candidatos inscritos pela internet do que no conjunto de estudantes da rede municipal (Tabela 27). Já para os estudantes que moram com os pais a diferença é pequena, de apenas 3,8% a mais para o grupo que se candidatou pela internet. É possível que as mães que acompanham a vida escolar de seus filhos sejam mais ativas no sentido de buscar diferentes estratégias de acesso às escolas nas quais pretendem matricular seus filhos e isso poderia explicar o percentual maior de crianças que vivem com as mães entre os candidatos inscritos no procedimento informatizado do que no universo de estudantes da rede. De toda forma, não é possível descartar a possibilidade de ser uma variação ocasional.

Tabela 27 – Distribuição dos estudantes da rede municipal de acordo com a informação sobre morar com a mãe, 2010.

	matriculados na rede	%	% válido	inscritos pela internet	%	% válido
Não	178270	22.4	23.2	9656	12.8	18.4
Sim	591599	74.4	76.8	42895	56.8	81.6
Total parcial	769869	96.9	100.0	52551	69.6	100.0
Sem informação	24963	3.1		22993	30.4	
Total	794832	100.0		75544	100.0	

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Verificou-se também a existência de diferença na distribuição dos estudantes da rede municipal e dos candidatos que inscreveram pelo procedimento *online* no que tange à escolaridade dos pais. Para a construção dessa variável foi considerado o maior grau de escolaridade do pai ou da mãe do estudante. De todas as variáveis apresentadas até o momento, essa é a que apresenta maior percentual de casos com informação ausente e, com a estratégia de considerar a escolaridade do pai e da mãe do estudante, foi possível recuperar informação para maior quantidade de casos.

A Tabela 28 apresenta a distribuição nominal e percentual dos estudantes de acordo com a escolaridade dos pais. É possível observar que a maior parte dos estudantes da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro possui pais com baixa escolaridade. No universo de alunos matriculados em escolas da rede, 66% possui pais

³⁸Neste caso, o dado identifica se o estudante reside com a mãe, mas pode morar também com outras pessoas.

com no máximo o Ensino Fundamental completo e 33,7% tem pais que concluíram o Ensino Médio ou a Educação Superior.

Tabela 28 – Distribuição dos candidatos e estudantes da rede municipal de acordo com a escolaridade dos pais, 2010.

	Matriculados na rede	%	% válido	Inscrição pela internet	%	% válido
Sem instrução	7074	0.9	1.0	294	0.4	0.6
Ensino Fundamental incompleto	172748	21.7	25.3	11091	14.7	22.8
Ensino Fundamental completo	273245	34.4	40.0	16539	21.9	34.0
Ensino Médio	210188	26.4	30.7	18635	24.7	38.3
Educação Superior	20322	2.6	3.0	2062	2.7	4.2
Total parcial	683577	86.0	100.0	48621	64.4	100.0
Sem informação	111255	14.0		26923	35.6	
Total	794832	100.0		75544	100.0	

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

O percentual de pais com escolaridade considerada mais alta (Ensino Médio ou Educação Superior) aumenta para 42,5% se forem considerados apenas os estudantes que se candidataram por meio da inscrição informatizada. É razoável supor que uma diferença de quase 10 pontos percentuais não seja aleatória. Consequentemente, entre os estudantes que se inscreveram pela matrícula *online* há um percentual menor de pais sem escolaridade, com o Ensino Fundamental incompleto ou apenas o Fundamental completo.

Outra variável que apresenta uma distribuição desigual entre os dois grupos comparados é o percentual de estudantes e responsáveis que possuem cadastro de inscrição em Programas Sociais. Os dados da Tabela 29 indicam que o percentual de estudantes que possuem inscrição em programas sociais cai de 31% para 25,5% quando se estabelece a comparação entre o universo de estudantes da rede e os que fizeram sua inscrição pela internet.

Tabela 29 – Distribuição de estudantes e responsáveis que apresentam número de inscrição em Programas Sociais, 2010.

Estudantes				
	Matriculados na rede	%	Inscrição pela internet	%
Sem inscrição social	548498	69.0	56280	74.5
Com inscrição social	246334	31.0	19264	25.5
Total	794832	100.0	75544	100.0
Responsáveis				
	Matriculados na rede	%	Inscrição pela internet	%
Sem inscrição social	561106	70.6	56856	75.3
Com inscrição social	233726	29.4	18688	24.7
Total	794832	100.0	75544	100.0

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

O mesmo movimento de redução percentual é observado em relação à apresentação do número de inscrição em Programas Sociais dos responsáveis pelos estudantes. No universo de estudantes matriculados em escolas da rede municipal em 2010, 29,4% tinha um número de registro, enquanto apenas 24,7% dos responsáveis pelos estudantes que fizeram sua inscrição pela internet apresentaram um cadastro em programas sociais.

O conjunto das informações aqui analisadas permite concluir que o perfil dos estudantes que se inscrevem pelo procedimento de matrícula informatizada difere do perfil médio dos estudantes da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro de 2010. As características dos candidatos a vagas em escolas da rede municipal indicam que esse grupo concentra maior percentual de estudantes: 1. brancos; 2. que moram com suas mães; 3. cujos pais possuem pelo menos o Ensino Médio completo; 4. que não estão inscritos em Programas Sociais.

A partir da comparação entre o perfil dos estudantes que se candidatam ao procedimento *online* e do universo de estudantes da rede municipal torna razoável a suposição de que o acesso à matrícula informatizada se realiza de maneira segmentada, ou seja, alguns grupos possuem mais oportunidades de acesso ao procedimento analisado do que outros.

Além das características de origem dos estudantes, ou seja, características relacionadas ao perfil socioeconômico e de organização familiar dos mesmos, foi possível comparar os dois grupos também a partir de uma variável propriamente escolar, que mede a situação de distorção entre idade e série do estudante. Essa variável

foi construída a partir da indicação de data de nascimento, disponível no banco de dados sobre o cadastro de matrícula e a inscrição *online*. O indicador de atraso escolar foi calculado apenas para o Ensino Fundamental comum, de 1.º ao 9.º ano. Foram considerados em situação de atraso os estudantes nas seguintes condições:

Quadro 3 – Critério para construção do indicador de distorção entre idade e série no Ensino Fundamental, para 2010.

Ano	Ano de nascimento	
	Sem atraso escolar	Com atraso escolar
1.º	2003 ou posterior	2002 ou anterior
2.º	2002 ou posterior	2001 ou anterior
3.º	2001 ou posterior	2000 ou anterior
4.º	2000 ou posterior	1999 ou anterior
5.º	1999 ou posterior	1998 ou anterior
6.º	1998 ou posterior	1997 ou anterior
7.º	1997 ou posterior	1996 ou anterior
8.º	1996 ou posterior	1995 ou anterior
9.º	1995 ou posterior	1994 ou anterior

Fonte: Elaboração própria.

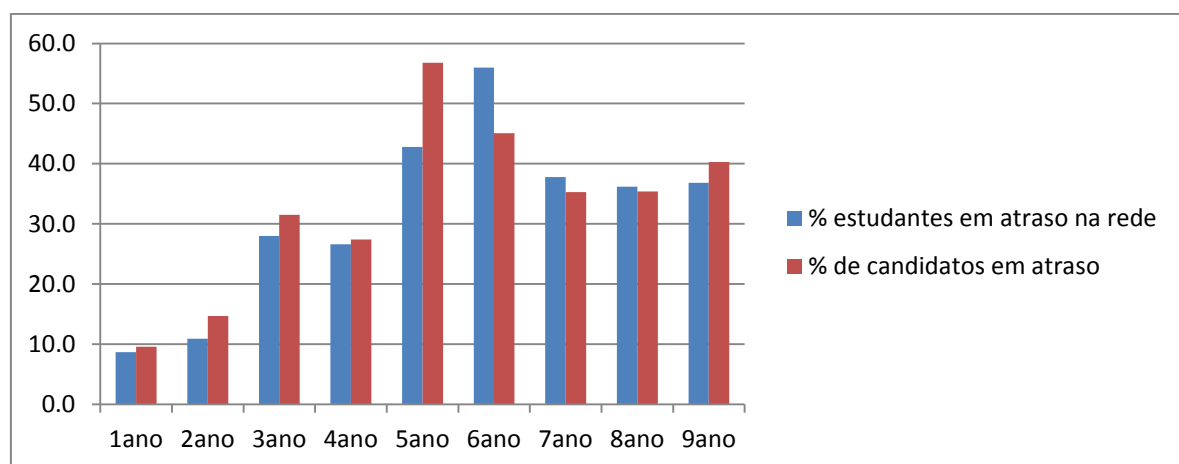
Como é possível observar pelas informações contidas no Quadro 3, optou-se por considerar como adequada a entrada do estudante no 1.º ano do Ensino Fundamental no ano em que completou sete anos de idade. Assim, a entrada no ano em que completou oito anos de idade (ou posterior), bem como um ou mais anos de repetência ou abandono da escola configuram a situação do estudante como em atraso. Como a legislação define a entrada do estudante no Ensino Fundamental no ano em que completa 6 anos de idade (a partir de 2006) e anteriormente definia a entrada na 1.ª série com 7 anos de idade, é possível que o percentual de atraso escolar esteja subestimado, mas considerou-se preferível subestimá-lo a superestimar o indicador.

A distribuição percentual dos estudantes com atraso escolar ao longo do Ensino Fundamental cresce continuamente do 1.º ao 6.º ano, pois a situação de distorção entre idade e série é cumulativa. O percentual diminui nos anos finais do Ensino Fundamental muito provavelmente em virtude de programas de correção de fluxo e aceleração de estudos, conhecidos na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro como os Projetos de Realização e Aceleração.

A comparação entre os percentuais gerais de estudantes com atraso escolar e os estudantes que fizeram sua inscrição pela matrícula informatizada permite observar que há diferença entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental regular. O

percentual de estudantes com defasagem é maior entre o grupo que passou pela matrícula informatizada do que no universo de estudantes da rede municipal nos anos iniciais. Já nos anos finais, a situação se inverte (com exceção do 9.º ano), o que pode ser tomado como um indício de que a flutuação pode ser ocasional.

Gráfico 18 – Percentual de estudantes do Ensino Fundamental* em situação de distorção idade-série na rede municipal e entre os candidatos inscritos pela matrícula online, 2010.



Nota: *Excluídas as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Projetos.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

A partir da caracterização do perfil dos candidatos inscritos no procedimento informatizado de matrícula para concorrer às vagas disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino, tornou-se possível construir análises que buscassem relacionar esses perfis com as características das escolas, tanto em relação ao desempenho nas avaliações externas quanto em relação à razão entre quantidade de candidatos por vaga.

Considerando as escolas indicadas como primeira opção de cada candidato, em 2010, foi possível observar algumas tendências, descritas a seguir. As análises foram construídas de forma a tomar separadamente o conjunto de candidatos que solicitaram vagas para a Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para os anos finais. Para comparar características dos grupos de candidatos que se inscreveram para concorrer a vagas em estabelecimentos de ensino com diferentes graus de concentração de demanda, considerou-se cada grupo de candidatos a vagas em escolas classificadas nas diferentes faixas isoladamente. As tabelas (Tabelas 30 a 33) apresentam a distribuição percentual dos candidatos de cada faixa de acordo com as variáveis selecionadas para análise, pois a faixa que concentra maior demanda por vaga

concentra também maior número de inscrições por grupo e desconsiderar essa concentração poderia enviesar as reflexões construídas.

A Tabela 30 indica que, dos candidatos inscritos para ocupar vagas em escolas com pouca demanda por vaga (classificadas na Faixa 1), 71,2% demora menos de 15 minutos para chegar à instituição e 25,7% precisa de 15 a 30 minutos para percorrer o trajeto. Verifica-se que, à medida que aumenta a razão entre número de candidatos e vagas, diminui o percentual de estudantes que se desloca em menos de 15 minutos e aumenta o percentual de estudantes que demora até 30 minutos ou uma hora para chegar à escola.

Claramente, as famílias concentram a demanda em estabelecimentos que se situam próximos de suas residências, pois em todas as faixas de demanda o maior percentual de candidatos despense menos de 15 minutos para realizar o seu deslocamento. Contudo, observa-se que entre os candidatos que disputam vagas em escolas que concentram a demanda, há um percentual importante, tendencialmente maior do que nas outras faixas, de candidatos/estudantes que utilizam mais tempo.

Tabela 30 – Tempo de deslocamento da residência até a escola por faixa de concentração de candidatos por vaga, anos iniciais do Ensino Fundamental, 2010.

Tempo de deslocamento do estudante		Faixas de candidatos por vaga				Total
		1	2	3	4	
Até 15 minutos	N	1641	2856	2800	3194	10491
	%	71.2%	66.2%	60.9%	60.0%	63.4%
Até 30 minutos	N	592	1329	1605	1831	5357
	%	25.7%	30.8%	34.9%	34.4%	32.4%
Até 1 hora	N	52	107	164	254	577
	%	2.3%	2.5%	3.6%	4.8%	3.5%
Mais de 1 hora	N	19	24	32	43	118
	%	0.8%	0.6%	0.7%	0.8%	0.7%
Total	N	2304	4316	4601	5322	16543
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Do ponto de vista das instituições de ensino, é razoável supor, por consequência, que as escolas que concentram maior quantidade de candidatos por vaga recebem mais solicitações para matrícula de famílias que não residem no seu entorno do que escolas com pouca demanda relativa. Não é possível elencar os motivos que geraram as escolhas de escolas situadas a mais de 15 minutos de suas residências, mas há evidências de que a distância não é o único critério que baliza as decisões das famílias,

bem como de que as famílias que se inscrevem para disputar uma vaga nas escolas mais concorridas são possivelmente menos influenciadas pelo fator de proximidade do que as famílias que solicitam matrícula para seus filhos em escolas com menor concorrência.

Acompanhando a questão do tempo para realizar o trajeto entre a casa e a escola, foi possível relacionar o tipo de transporte utilizado pelos estudantes às faixas de concentração de demanda das instituições que oferecem as séries iniciais do Ensino Fundamental. É possível perceber uma diferença na distribuição percentual dos estudantes que se candidataram a vagas em escolas que compõem as distintas faixas de demanda.

Há um constante decréscimo no percentual de pedestres e aumento no percentual de estudantes que utilizam ônibus urbano para realizar o trajeto entre a residência e a escola, à medida que as faixas de concentração de demanda se elevam. Articulando as duas informações, é possível afirmar que, entre os estudantes que escolhem estabelecimentos de ensino que concentram maior demanda por número de vaga disponível há um percentual maior de candidatos que se propõe a estudar mais longe de casa, que demora mais para percorrer o caminho e utiliza transporte público para isso. Nesse grupo de candidatos também se encontra um percentual maior estudantes que utiliza outros meios de transporte, como carro, trem, metrô e transporte escolar privado, em relação às demais faixas de demanda.

Tabela 31 – Tipo de transporte por faixa de concentração de candidatos por vaga, anos iniciais do Ensino Fundamental, 2010.

Tipo de transporte		Faixas de candidatos por vaga				Total
		1	2	3	4	
Pedestre	N	1746	3122	2978	3416	11262
	%	75.6%	72.0%	64.5%	64.1%	67.9%
Ônibus	N	446	931	1290	1491	4158
	%	19.3%	21.5%	27.9%	28.0%	25.1%
Outros	N	118	281	350	425	1174
	%	5%	6.5%	7.6%	7.9%	7.1%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

Essa situação foi observada também entre os candidatos a vagas em instituições de Educação Infantil. Embora o percentual de crianças que utilizam ônibus para chegar à escola seja menor na Educação Infantil do que no Ensino Fundamental, passa de 20% quando se trata das instituições de ensino com maior concentração de demanda, como indica a Tabela 32. O percentual de crianças que leva mais de 15 minutos para chegar às

instituições de Educação Infantil também aumenta de acordo com a faixa de concentração de demanda das escolas, variando de 28,7% (na faixa 1) a 37,7% (na faixa 4), com a consequente e proporcional redução do percentual de crianças que realiza o trajeto em menos de 15 minutos.

Tabela 32 – Tipo de transporte por faixa de concentração de candidatos por vaga, Educação Infantil, 2010.

Tipo de transporte da criança		Faixas de candidatos por vaga				Total
		1	2	3	4	
Pedestre	N	2079	3375	4152	3559	13165
	%	81.5%	75.5%	73.3%	70.1%	74.1%
Ônibus	N	334	721	1159	1099	3313
	%	13.1%	16.1%	20.5%	21.6%	18.6%
Outros	N	137	375	354	422	1288
	%	5.4%	8.4%	6.2%	8.3%	7.2%
Total	N	2550	4471	5665	5080	17766
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, o percentual de candidatos/estudantes que se deslocam com ônibus urbano varia de 35% a 40%, e o percentual de estudantes que precisa mais de 15 minutos para percorrer o caminho varia de 36,1% a 42,8%, o que reforça a hipótese de que os estudantes com maior idade e maior autonomia fazem mais uso do transporte público. Porém, não foi possível observar um padrão na variação percentual dos estudantes que se candidataram por meio do procedimento informatizado de matrícula e as faixas de concentração de demanda nessa etapa. Isso pode ser resultado de um grande número de casos para os quais não há informação e não foi possível recuperá-la até o momento, ou ainda pode ser um fenômeno explicável pela menor quantidade de estabelecimentos de ensino que oferecem os anos finais. Pois, como há um número menor de escolas, é possível que as instituições se situem a maior distância umas das outras e aglutinem a demanda de estudantes que residem mais longe da escola.

O exame sobre o percentual de candidatos/estudantes que apresentam um número de inscrição em Programas Sociais indicou a existência de padrões de variação semelhantes para todas as etapas da Educação Básica em análise. Cabe lembrar que para os anos finais do Ensino Fundamental a faixa 1 concentra todas as instituições que receberam menos solicitações de matrícula do que a quantidade de vagas disponíveis.

No caso da educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, os estabelecimentos nessa situação estão distribuídos nas faixas 1 e 2.

Os dados da tabela 33 indicam que há crescimento do percentual de candidatos que não possuem inscrição em Programas Sociais e decréscimo correspondente do percentual de crianças e adolescentes com inscrição à medida que se amplia a concorrência por vagas nos estabelecimentos de ensino. A diferença entre os percentuais verificados nas faixas 1 e 4 é maior na Educação Infantil do que no Ensino Fundamental.

Tabela 33 – Inscrição em programas sociais por faixa de concentração de candidatos por vaga, na Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, 2010.

Inscrição Social			Faixas de candidatos por vaga				Total
			1	2	3	4	
Educação Infantil	Sem	%	66.9%	71.1%	72.4%	76.5%	72.6%
		N	2167	4072	5486	5683	17408
	Com	%	33.1%	28.9%	27.6%	23.5%	27.4%
		N	1074	1655	2091	1747	6567
% Total EI			100%	100%	100%	100%	100%
Anos Iniciais	Sem	%	71.9%	71.4%	73.3%	75.8%	73.5%
		N	2574	4671	5363	6660	19268
	Com	%	28.1%	28.6%	26.7%	24.2%	26.5%
		N	1004	1875	1956	2123	6958
% Total EF anos iniciais			100%	100%	100%	100%	100%
Anos Finais	Sem	%	79.2%	76.6%	76.3%	77.4%	77.4%
		N	1885	1987	1751	3124	8747
	Com	%	20.8%	23.4%	23.7%	22.6%	22.6%
		N	496	608	545	910	2559
% Total EF anos finais			100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

É possível que essa diferença percentual entre os estudantes que se candidatam a vagas em escolas nas quais sobram vagas ou nas quais há concentração de demanda seja um indicador de que parte dos inscritos e de suas famílias tomam decisões em relação aos estabelecimentos de ensino que produzem, provavelmente de forma não intencional, resultados que podem agravar as situações de segregação. Parte-se do pressuposto de que a inscrição em programas sociais é uma evidência de que a criança ou o adolescente e sua família encontram-se em condições precárias de vida.

Muitas hipóteses podem ser aventadas para justificar a escolha de instituições que apresentam menores índices de concorrência, como a necessidade de garantir a

vaga. Como esta informação sobre a quantidade de vagas não é divulgada pelo poder público, é mais provável que existam outros fatores que levem a esta coincidência. Uma possibilidade é a de autosseleção. Estudos como os de Berends e Zottola (2009), apresentado no Capítulo 1 desta tese, indicam que muitas famílias orientam suas escolhas por critérios baseados em características étnico-raciais ou econômicas do público atendido pela instituição escolar. As redes sociais às quais a família pertence também podem ser relevantes no momento da escolha, tendo em vista que muitas vezes as redes garantem acesso a determinadas informações, que orientam as decisões a serem tomadas. Tais situações podem contribuir para que a escolha reforce a segregação.

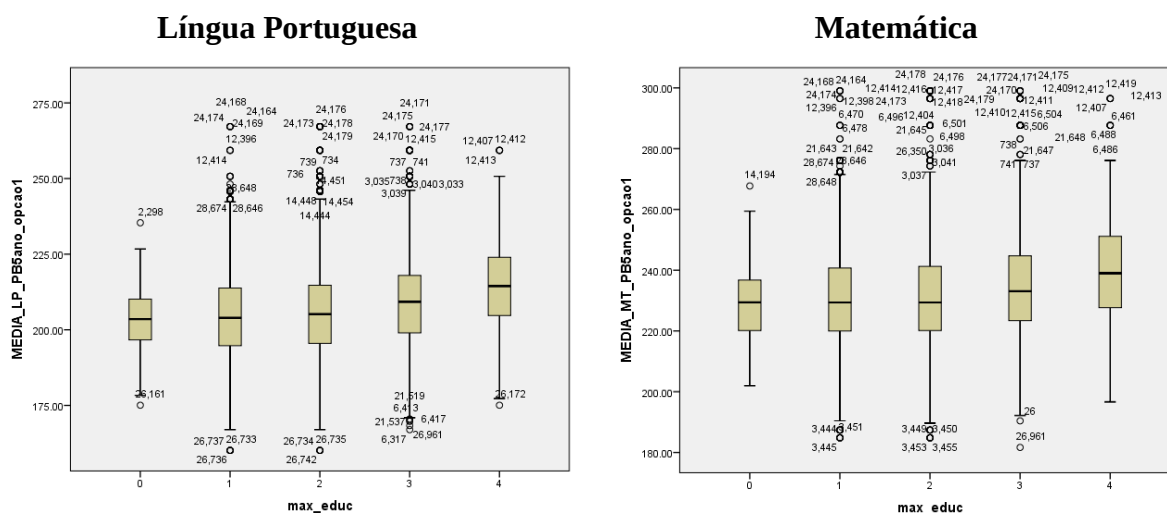
O grau de escolaridade dos pais dos candidatos inscritos em 2010 mostrou relação com o desempenho médio nas avaliações externas das escolas para as quais foi solicitada a matrícula em primeira opção, tanto na área de Língua Portuguesa quanto de Matemática (Prova Brasil, 2011), e com o percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado nas mesmas avaliações. Essa análise pode ser construída para os candidatos a vagas em escolas de Ensino Fundamental e não incluíram os candidatos à Educação Infantil.

A comparação entre os perfis dos candidatos em relação ao grau de escolaridade dos pais e as notas das escolas escolhidas como primeira opção demonstrou que os candidatos/estudantes cujos pais possuem Ensino Médio completo e Educação Superior, faixas 3 e 4 respectivamente, solicitaram matrícula em escolas com desempenho médio superior às escolas indicadas pelos demais. É possível que pais com escolaridade mais alta consigam mobilizar mais recursos para ter acesso às informações a respeito das avaliações externas, ou que utilizem outros critérios que indiretamente indiquem características de qualidade, ou ainda que procurem escolher escolas a partir das informações obtidas por meio de suas redes sociais, ou as selecionem pelo público que atendem.

Quaisquer que sejam as razões que motivaram tais escolhas há uma relação crescente entre o grau de escolaridade dos pais dos candidatos e a nota média da instituição nas avaliações de 5.º ano do Ensino Fundamental nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, como apresentam as imagens do Gráfico 19. Observa-se que as médias são crescentes de acordo com o perfil de escolaridade dos pais dos candidatos, bem como a dispersão das notas nos dois extremos dos gráficos é menor. A dispersão reduzida pode ser efeito de uma aglutinação maior das escolas em torno da média, mas também pode ser explicada pelo menor número de casos nas situações

extremas, pois há poucas famílias sem instrução (grupo 0) e poucas com Educação Superior (grupo 4), em comparação com as demais.

Gráfico 19 – Nota média e dispersão na Prova Brasil (2011), 5.º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos à matrícula em 2010.

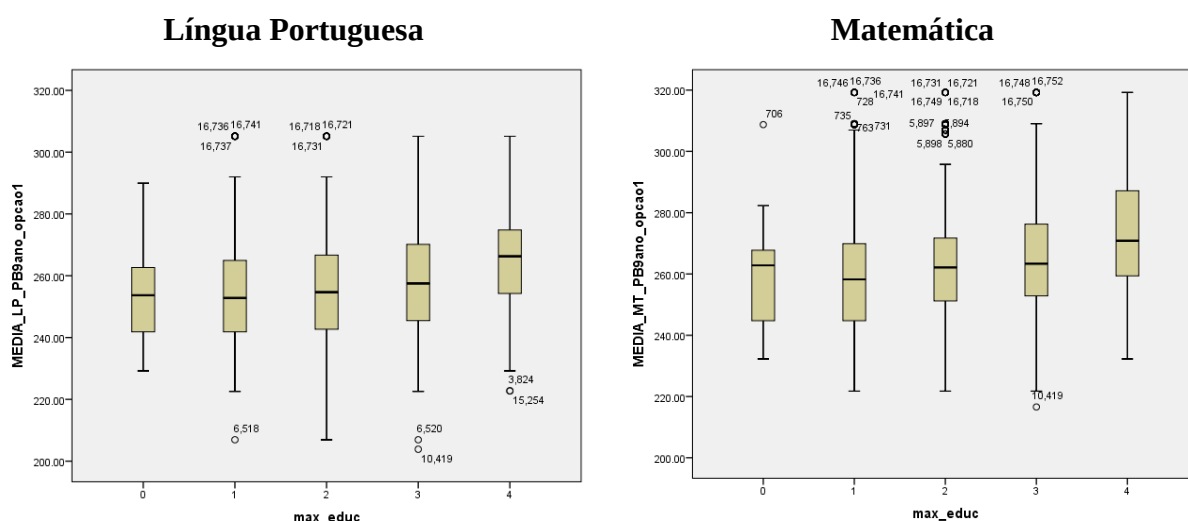


Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011).

Muitos estudos associam nível socioeconômico das famílias e escolaridade dos pais com desempenho em testes padronizados, demonstrando como as avaliações de resultados podem ser influenciadas pelas características de *background* dos estudantes. Mas é importante ressaltar que não se está considerando o grau de escolaridade dos pais dos estudantes anteriormente matriculados nas instituições. O gráfico apresenta informações apenas sobre os pais dos candidatos às vagas disponibilizadas para preenchimento pelo procedimento *online*, que não faziam parte do quadro de estudantes da instituição quando apresentaram a solicitação para a matrícula.

A distribuição dos candidatos a vagas em escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental segue o mesmo padrão, como pode ser observado nas imagens do Gráfico 20. Para essa etapa do Ensino Fundamental é ainda mais evidente a relação entre o crescimento da média e os grupos de candidatos com pais que possuem escolaridade mais elevada. A dispersão em torno da média também é menor entre os grupos que se situam nos dois extremos das imagens.

Gráfico 20 – Nota média e dispersão na Prova Brasil (2011), 9.º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos à matrícula em 2010.

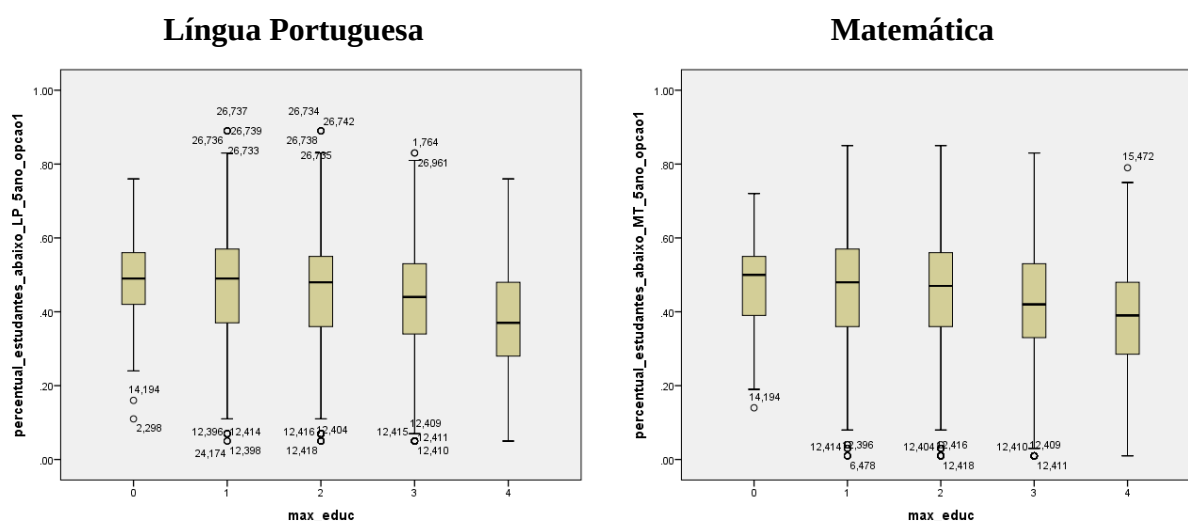


Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011).

Além da nota média nas avaliações externas, foi possível comparar o perfil de escolaridade dos pais com o percentual de estudantes que não atingiram a proficiência considerada adequada para a série nas áreas de Língua Português a Matemática das escolas escolhidas. Seguindo a mesma tendência, os pais com maior escolaridade solicitaram matrícula para seus filhos em estabelecimentos de ensino que possuem percentual menor de estudantes com proficiência equivalente aos níveis básico e abaixo do básico (SOARES, 2009).

Escolas com a mesma nota média nas avaliações externas podem ter uma distribuição muito diferente dos estudantes de acordo com a proficiência individual. Poucos estudantes com desempenho abaixo do considerado adequado pode ser um indício de que a instituição de ensino realiza seu trabalho com qualidade e equidade. Novamente, não é possível saber se os pais conhecem essa informação e a utilizam como critério para a tomada de decisão sobre qual escola pretendem matricular seus filhos, ou se outros elementos indiretamente levam à distribuição apresentada nas imagens do Gráfico 21.

Gráfico 21 – Percentual médio e dispersão de estudantes com proficiência abaixo do adequado, Prova Brasil (2011), 5.º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos à matrícula em 2010.

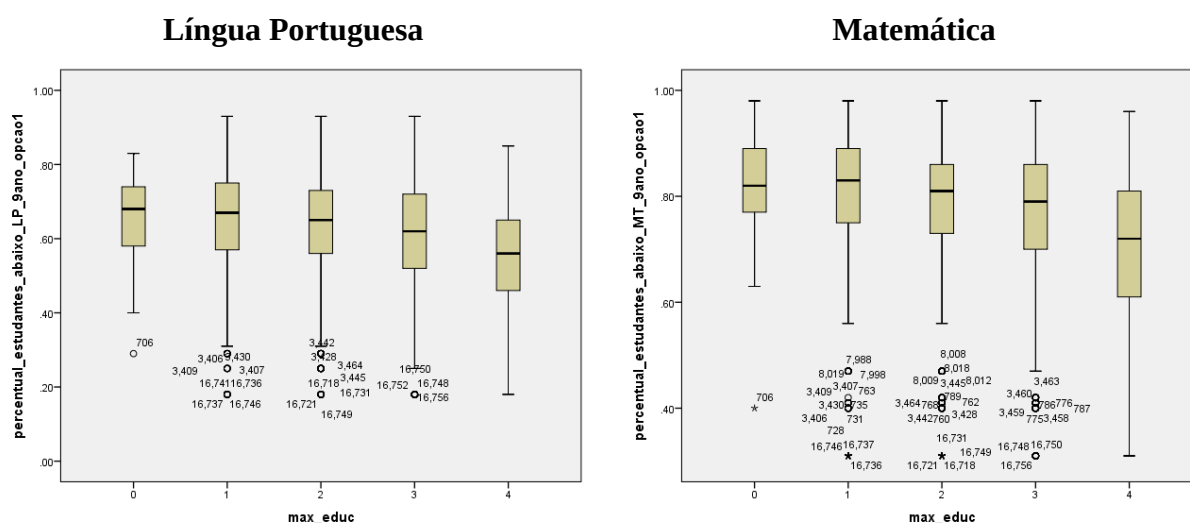


Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011).

Tanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto nos anos finais (ver Gráfico 20), os pais com maior grau de escolaridade solicitaram matrícula em escolas com menor percentual de estudantes com desempenho abaixo do adequado. Considerando que a nota média nas avaliações realizadas pela Prova Brasil (2011) e o percentual de estudantes com proficiência considerada adequada ou avançada possam ser tomadas como indicadores de qualidade do ensino oferecido pelas instituições da rede municipal, é possível afirmar que os pais com graus mais elevados de escolaridade tendem a indicar opções que reflitam melhores condições de qualidade no momento de escolher a escola onde pretendem matricular seus filhos.

Para Glenn (2009), Berends e Zottola (2009) famílias das classes médias, com maior capital social e maior capacidade de mobilizar os recursos disponíveis conseguem realizar escolhas consideradas melhores em relação às escolas de seus filhos e, provavelmente, conseguem obter maiores benefícios dos procedimentos de escolha. Os dados encontrados sobre a realidade do Rio de Janeiro parecem comprovar essa tese de que pais com maior grau de escolaridade, variável que pode ser tomada como uma *proxy* de nível socioeconômico, conseguem tomar decisões balizadas pela preocupação com a qualidade do ensino oferecido. Mesmo que a distribuição das vagas entre os candidatos seja aleatória, verifica-se que a escolha não é.

Gráfico 22 – Percentual médio e dispersão de estudantes com proficiência abaixo do adequado, Prova Brasil (2011), 9.º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos à matrícula em 2010.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011).

Os coeficientes de correlação entre as variáveis que indicam o grau de escolaridade dos pais dos candidatos que se inscreveram para participar do procedimento informatizado de matrícula para o ano de 2010 e o desempenho das escolas indicadas como primeira opção de cada candidato no momento da inscrição revelam que, embora fracas, são todas significativas.

Tabela 34 – Coeficientes de correlação entre o grau de escolaridade dos pais e o desempenho das escolas indicadas pelas famílias no procedimento de matrícula online, 2010.

		Nota Português	Nota Matemática	% estudantes abaixo do adequado LP	% estudantes abaixo do adequado Mat.
Desempenho das escolas de 5.º ano					
Escolaridade dos pais dos candidatos aos anos iniciais	Pearson Correlation	.162**	.144**	-.159**	-.141**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	15079	15079	15092	15092
Desempenho das escolas de 9.º ano					
Escolaridade dos pais dos candidatos aos anos finais	Pearson Correlation	.142**	.158**	-.156**	-.169**
	Sig. (2-tailed)	.000	.000	.000	.000
	N	6501	6501	6501	6501

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011).

Apesar de fracas, as correlações contribuem para indicar a pertinência das análises até aqui desenvolvidas. O sinal positivo dos coeficientes de correlação entre escolaridade dos pais e a nota da escola selecionada como primeira opção das famílias indica que há associação linear entre as duas variáveis no mesmo sentido, ou seja, o maior grau de escolaridade está associado a escolhas de escolas com maiores notas na Prova Brasil de Língua Portuguesa e Matemática, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental, com pequena diferença entre eles.

Já os sinais negativos das correlações entre escolaridade e percentual de estudantes com proficiência abaixo do adequado indica que essas associações se estabelecem no sentido inverso. Quanto maior o grau de escolaridade dos pais, menor o percentual de estudantes com desempenho inadequado nas escolas indicadas como primeira opção em 2010.

Além do desempenho dos estudantes e das instituições de ensino nas avaliações externas, foi possível perceber que há diferença também em relação a outras características dos estabelecimentos indicados como primeira opção dos candidatos, quando controladas pelo grau de escolaridade dos pais. Foram testadas quatro variáveis relacionadas às características físicas e organizacionais das instituições: Índice de Condições Materiais da Escola – ICME (SCHNEIDER, 2010); Carências pedagógicas, profissionais e financeiras; Condições físicas; e Segurança interna. A Tabela 35 apresenta o comportamento das variáveis selecionadas considerando o conjunto dos estabelecimentos que compõem a rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

Tabela 35 – Estatísticas descritivas das variáveis relacionadas a condições físicas e organizacionais das escolas da rede municipal, anos iniciais do Ensino Fundamental, 2011.

Estatísticas descritivas		ICME	Condições físicas	Segurança interna	Carências pedagógicas, profissionais, financeiras
N	Válidos	691	609	609	609
	Ausentes	11	93	93	93
Média		.6882	.0340327	-.1548716	.0304096
Desvio Padrão		.19070	.97518102	.86381128	.96420969
Mínimo		.13	-5.59742	-1.11614	-6.08282
Máximo		1.00	.61592	3.51111	.63280

Fonte: Prova Brasil, INEP (2011); Censo Escolar, INEP (2011).

O Índice de Condições Materiais da Escola – ICME, construído por Schneider (2010), trata-se de uma medida contínua, elaborada a partir de indicadores sobre: 1- saneamento básico e energia; 2- recursos adequados para pessoas com necessidades especiais; 3- estado de conservação das condições físicas; 4- existência de computador e internet; 5- iluminação e ventilação; 6- equipamentos eletrônicos; 7- material e espaços pedagógicos; 8- espaços físicos administrativos e infraestrutura. O ICME utilizado neste trabalho foi calculado pela autora³⁹ a partir dos dados dos questionários do Censo Escolar e Prova Brasil (2011) e gentilmente disponibilizados para serem utilizados neste trabalho.

O ICME apresenta uma quantidade maior de casos válidos do que as demais variáveis pois, como o índice aglutina informações oriundas dos questionários do Censo Escolar (2011) e da Prova Brasil (2011), possibilita melhorar a qualidade da informação quando esta é ausente em algum dos bancos de dados.

As demais variáveis já foram apresentadas no subitem anterior deste mesmo capítulo. Comparando as informações da Tabela 35 com a última linha da Tabela 36 é possível perceber que, em geral, os indicadores apresentam médias melhores e desvio padrão menores para o conjunto das instituições indicadas como primeira opção dos candidatos do que para o universo das escolas da rede. É importante lembrar que a variável que indica “Carências pedagógicas, profissionais, financeiras” precisa ser lida considerando que os maiores índices de carências indicam as piores situações das escolas nesse aspecto. Portanto, quanto mais baixo o valor do indicador, melhores são as características medidas por essa variável.

A Tabela 36 apresenta média, número de casos e desvio padrão em relação às quatro variáveis, agrupadas de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos aos anos iniciais do Ensino Fundamental que indicaram essas instituições como primeira opção de matrícula para 2010.

Em relação ao ICME (Schneider, 2010), verifica-se que as médias relacionadas às condições materiais das instituições de ensino crescem no mesmo sentido do grau de escolaridade dos pais dos candidatos às vagas em escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental. Observa-se que a diferença entre o grupo de pais com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio é bastante reduzida, mas a tendência de crescimento das duas variáveis se mantém.

³⁹ Agradeço a gentileza de Gabriela Schneider.

A variável “Condições físicas” também se apresenta mais forte à medida que o grau de escolaridade se amplia. Optou-se pela permanência e comparação das duas variáveis, pois o ICME mostrou-se mais completo e abrangente do que a variável construída apenas a partir das informações obtidas por meio do questionário da Prova Brasil (2011). Ao mesmo tempo, como as demais variáveis foram elaboradas a partir da mesma fonte, considerou-se relevante apresentá-las de forma articulada.

Em relação à “Segurança interna”, é possível constatar que há crescimento contínuo do indicador, acompanhando a elevação de escolaridade dos pais, sendo que entre os grupos com escolaridade equivalente ao Ensino Médio e Educação Superior, além de a média ser mais alta, a dispersão é menor, o que indica que as instituições se encontram mais próximas da média nesses dois grupos do que nos demais. Seria possível afirmar que há maior homogeneidade entre as instituições desses dois grupos, o que não significa negar as diferenças entre os estabelecimentos de ensino. As diferenças existem, mas são menores do que nos demais grupos.

Tabela 36 – Características das instituições escolhidas como primeira opção em relação ao grau de escolaridade dos pais dos candidatos, anos iniciais do Ensino Fundamental, 2010.

Grau de escolaridade dos pais		ICME*	Condições físicas	Segurança interna	Carências pedagógicas, profissionais, financeiras
Sem instrução	Média	.6922	-.1175561	-.0438748	-.0619762
	N	86	77	77	77
	Desvio Padrão	.19216	1.14682351	1.03390930	.89705060
Ensino Fundamental incompleto	Média	.7055	.0681251	.0440643	-.1311006
	N	3994	3603	3603	3603
	Desvio Padrão	.17690	.83818045	.82757723	.90569458
Ensino Fundamental completo	Média	.7147	.0800237	.0804333	-.1991555
	N	5590	5160	5160	5160
	Desvio Padrão	.16195	.89591411	.81491288	.84664335
Ensino Médio	Média	.7128	.1218833	.1477999	-.2395701
	N	6122	5636	5636	5636
	Desvio Padrão	.16442	.88494774	.70898327	.84072584
Educação Superior	Média	.7212	.1680899	.1928124	-.1849969
	N	707	661	661	661
	Desvio Padrão	.14698	.71666849	.61697089	.94405291
Total	Média	.7120	.0956178	.1011343	-.1966882
	N	16499	15137	15137	15137
	Desvio Padrão	.16620	.87310030	.77501011	.86451129

Nota: *Índice construído por Gabriela Schneider (2010) e gentilmente cedido pela autora.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010); Prova Brasil, INEP (2011); Censo Escolar, INEP (2011).

A última coluna da Tabela 36 apresenta a média, número de casos e desvio padrão da variável “Carências pedagógicas, profissionais, financeiras”. O indicador de carências se reduz continuamente de acordo com o grau de escolaridade dos pais dos candidatos inscritos em 2010, da faixa que compreende as famílias sem instrução até o Ensino Médio. O grupo de escolas escolhidas como primeira opção pelos pais com Educação Superior não segue a tendência, destoando da distribuição das demais variáveis observadas. Essa foi a única exceção verificada, e não compromete a afirmação de que, tendencialmente, as famílias com escolaridade mais elevada selecionam escolas com melhores condições de qualidade.

Os estabelecimentos de ensino escolhidos como primeira opção dos candidatos a vagas para os anos iniciais do Ensino Fundamental cujos pais apresentam escolaridade mais alta possuem: 1. médias mais elevadas nas notas das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil realizada em 2011; 2. percentual menor de estudantes com proficiência abaixo do adequado; 3. melhores índices de condições materiais (ICME); 4. indicadores de condições físicas sugerindo melhores condições de manutenção do prédio escolar; 5. indicadores de segurança interna apresentando melhores condições de segurança; e 6. indicadores de carências que demonstram menor incidência de problemas de caráter pedagógico, falta de profissionais e escassez de recursos financeiros.

Para os candidatos a vagas de anos finais do Ensino Fundamental, as variáveis relacionadas ao desempenho dos estudantes e das instituições nas avaliações externas realizadas pela Prova Brasil de 2011, tanto para a área de Língua Portuguesa quanto para a de Matemática mostraram-se significativas. As demais variáveis não indicaram relacionamentos robustos para os anos finais.

A descrição dos perfis dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do procedimento *online* procurou identificar padrões entre as características dos candidatos/estudantes inscritos em 2010 e das escolas por eles selecionadas a fim de possibilitar uma aproximação em relação ao público que participa do procedimento. O próximo subitem deste capítulo procurará apresentar aspectos relacionados ao processo de alocação dos candidatos nas escolas e às características da distribuição dos estudantes tendo em vista a estrutura de oportunidades mantida pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3 Alocação dos estudantes e confirmação das matrículas

O procedimento informatizado de matrícula implementado pela administração da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro prevê que os candidatos ou seus responsáveis devem fazer a inscrição pela internet apresentando até cinco opções de escola. Durante o período analisado houve alteração na regra que definia quantas opções, no mínimo, os candidatos deveriam apresentar. Para os anos de 2010 e 2011 todos os inscritos apresentaram pelo menos três opções de escola. A partir de 2012 os candidatos poderiam apresentar apenas uma opção, se assim o desejassem.

Para o primeiro momento de inscrição, que se realiza habitualmente no final do ano letivo anterior, os candidatos apresentam seus pleitos por meio do preenchimento de um formulário disponível no site da Secretaria Municipal de Educação. Após o encerramento das inscrições, as vagas disponíveis nas escolas municipais (para as turmas de Ensino Fundamental e EJA) são sorteadas aleatoriamente entre os candidatos que as demandaram por meio de um programa de computador, atendendo as prioridades estabelecidas pela legislação e normatização municipal, apresentadas e analisadas no Capítulo 2 deste trabalho.

O procedimento de distribuição das vagas aos candidatos é chamado de “alocação” e consiste em reservar uma vaga em uma das escolas escolhidas pelo estudante ou sua família para que estes providenciem a efetivação da matrícula. A alocação do candidato, portanto, não se confunde com a matrícula e tampouco dispensa a presença do estudante ou responsável diretamente na escola para realizá-la. Os candidatos alocados em alguma instituição de ensino dentre as solicitadas por meio do procedimento *online* têm um prazo para confirmar a matrícula nessa escola.

Caso o candidato não compareça à instituição para apresentar a documentação ou se houver equívocos na solicitação ou falta de documentos que impeça a confirmação da matrícula, a vaga pode ser oferecida novamente à comunidade (no segundo momento de inscrição ou para matrícula diretamente na escola, se for o caso) e o candidato, se assim o desejar, pode pleitear outra vaga.

No segundo momento de inscrição (realizado anualmente a partir de 2011, habitualmente, no início do ano letivo), não há sorteio aleatório das vagas disponíveis, pois a alocação dos candidatos acompanha o próprio processo de inscrição. As vagas disponíveis definem as escolas que podem ser solicitadas pelos candidatos e são reservadas automaticamente, no momento em que o estudante ou responsável indica a

opção e confirma o preenchimento do formulário. Dessa forma, no segundo momento os candidatos apresentam apenas uma opção e não precisam aguardar a confirmação da alocação, que é instantânea. Por tal motivo, optou-se pela análise apenas do primeiro momento de inscrição, que envolve a ideia de distribuição aleatória.

Para que de fato o ato de matrícula seja efetivado é preciso que o candidato passe pelos três momentos descritos acima: realização da inscrição, alocação e confirmação da matrícula. A Tabela 37 apresenta um panorama geral desses três procedimentos ao longo dos quatro anos analisados, destacando as solicitações apresentadas para as turmas de Educação Infantil, etapa de Pré-Escola, 1.º ano e 6.º ano do Ensino Fundamental, por representarem as séries/anos para as quais há maior demanda.

Tabela 37 – Número de candidatos inscritos no procedimento informatizado, alocação e confirmação de matrícula na Pré-Escola, 1.º e 6.º ano do Ensino Fundamental, de 2010 a 2013.

		Momento 1					Momento 2*		
		Inscritos	Alocados	Não alocados	% de alocação	Matrícula confirmada	% de confirm.	Inscritos	Matrícula confirmada
2010	Total	75544	57202	18344	75.72	29554	39.12	-	-
	EI**	26023	23510	2510	90.34	18256	70.15	-	-
	1.º ano	13490	9393	4095	69.63	4592	34.04	-	-
	6º ano	8422	4439	3983	52.71	1019	12.10	-	-
2011	Total	72560	52855	19705	72.84	33972	46.82	32104	6335
	EI	25553	20497	5056	80.21	16595	64.94	9161	2493
	1.º ano	11412	8545	2867	74.88	5944	52.09	4927	1221
	6º ano	6009	3599	2410	59.89	1669	27.78	2728	342
2012	Total	71778	52364	19414	72.95	34867	48.58	31426	5651
	EI	23685	17781	5904	75.07	14535	61.37	8373	2189
	1.º ano	9451	7913	1538	83.73	6074	64.27	3473	597
	6º ano	7335	4608	2727	62.82	2391	32.60	3358	594
2013	Total	72753	51446	21307	70.71	33603	46.19	32067	6424
	EI	22460	15966	6494	71.09	13339	59.39	7354	2286
	1.º ano	9417	6794	2623	72.15	5131	54.49	3602	857
	6º ano	7296	5137	2159	70.41	2818	38.62	3596	560

Nota: *Em 2010 o procedimento informatizado de matrícula foi realizado apenas com o primeiro momento de inscrição.

**O item EI apresenta exclusivamente os dados de Pré-Escola, não incluindo as crianças de creche.

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

Verifica-se que, com exceção da Pré-Escola, o percentual de candidatos alocados no primeiro momento de inscrição aumenta ao longo dos anos, bem como o percentual de estudantes que confirma a matrícula. É possível que o fato de não exigir que os candidatos indiquem pelo menos três opções de escolas (após 2011) tenha

melhorado os índices de confirmação, pois não é mais necessário solicitar vagas indesejadas.

Parte da não confirmação de matrícula deve-se a equívocos no preenchimento da solicitação de vaga pela internet. Há muitas situações em que a inscrição realizada apresenta demanda para uma série/ano que não corresponde à que o estudante deve frequentar naquele ano letivo, de acordo com o seu histórico escolar. Outras vezes, o candidato se encontra em situação de defasagem entre idade e série e é alocado em uma turma diferente da que solicitou, como em um programa de correção de fluxo ou em uma turma de Educação de Jovens e Adultos. Nesse caso, os candidatos são chamados para comparecer à Coordenadoria Regional de Educação responsável pela escola na qual será matriculado para fins de avaliação.

Para o ano letivo de 2010, por exemplo, 921 estudantes fizeram suas inscrições por meio do procedimento informatizado solicitando matrícula para turmas de Ensino Fundamental (para classes comuns ou especiais) e foram matriculados em turmas de EJA, projetos de Realização e Aceleração. Dos 52.578 casos para os quais foi possível associar as informações sobre a inscrição *online* e o cadastro de matrícula, observou-se que em 40.097 deles (76%) os estudantes foram matriculados nas turmas para as quais fizeram a solicitação de vagas. Os dados da Tabela 38 demonstram que, em média, 23,7% dos inscritos foram matriculados em série/ano diferente da indicada durante o preenchimento do formulário de solicitação de matrícula pela internet.

Tabela 38 – Total e percentual de estudantes matriculados em série/ano diferente da solicitada em 2010.

	Pré-Escola	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	PEJA	CE*	Total
matriculado na série solicitada	20378	6856	1846	1655	1462	1576	2306	1609	1007	694	634	74	40097
matriculado em série diferente da solicitada	257	2326	1566	1125	1055	623	3511	944	449	189	424	12	12481
%	1.2	25.3	45.9	40.5	41.9	28.3	60.4	37	30.8	21.4	40.1	14	23.7
Total	20635	9182	3412	2780	2517	2199	5817	2553	1456	883	1058	86	52578

Notas: *CE: Classe Especial

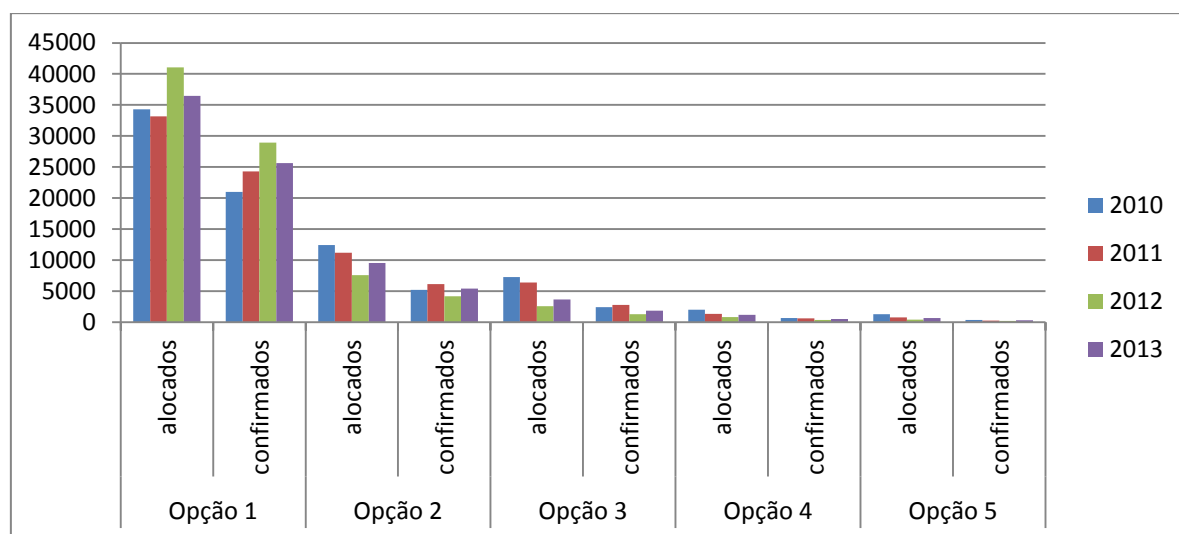
Fonte: Bancos de dados sobre escolha, vagas e cadastro de matrícula, SME-RJ (2010).

É possível que as recentes mudanças na nomenclatura das séries/anos do Ensino Fundamental, bem como a própria ampliação do seu tempo de duração produzam dúvidas e equívocos no momento de indicar a série/ano para a qual os candidatos estão se inscrevendo, pois muitas vezes até mesmo as instituições de ensino utilizam nomenclaturas inadequadas, legalmente revogadas.

Outro motivo para a não confirmação da matrícula na escola para a qual o candidato foi designado pode estar relacionado à não alocação em primeira opção. As informações apresentadas disponibilizadas pela SME/RJ indicam que o procedimento informatizado de distribuição das vagas de acordo com as solicitações *online* consegue alocar entre 35% e 45% dos candidatos nas escolas indicadas como primeira opção, destes, 61% a 73% confirmam a matrícula nas escolas que reservaram as vagas.

Como várias instituições de ensino recebem maior número de solicitações para matrícula do que a quantidade de vagas disponíveis, como demonstrado anteriormente, alguns candidatos são alocados nas escolas indicadas como 2.^a, 3.^a, 4.^a ou 5.^a opção, mas esse percentual diminui gradativamente e, de 2011 a 2013, menos de 1% dos inscritos foi alocado na última opção de escola. Os dados do Gráfico 23 demonstram essa redução da quantidade de candidatos alocados nas opções secundárias e a correspondente redução da quantidade de candidatos que confirmam a matrícula nessas escolas.

Gráfico 23 – Candidatos alocados no primeiro momento de inscrição, e que confirmaram a matrícula, de acordo com a ordem de escolha da escola, de 2010 a 2013.



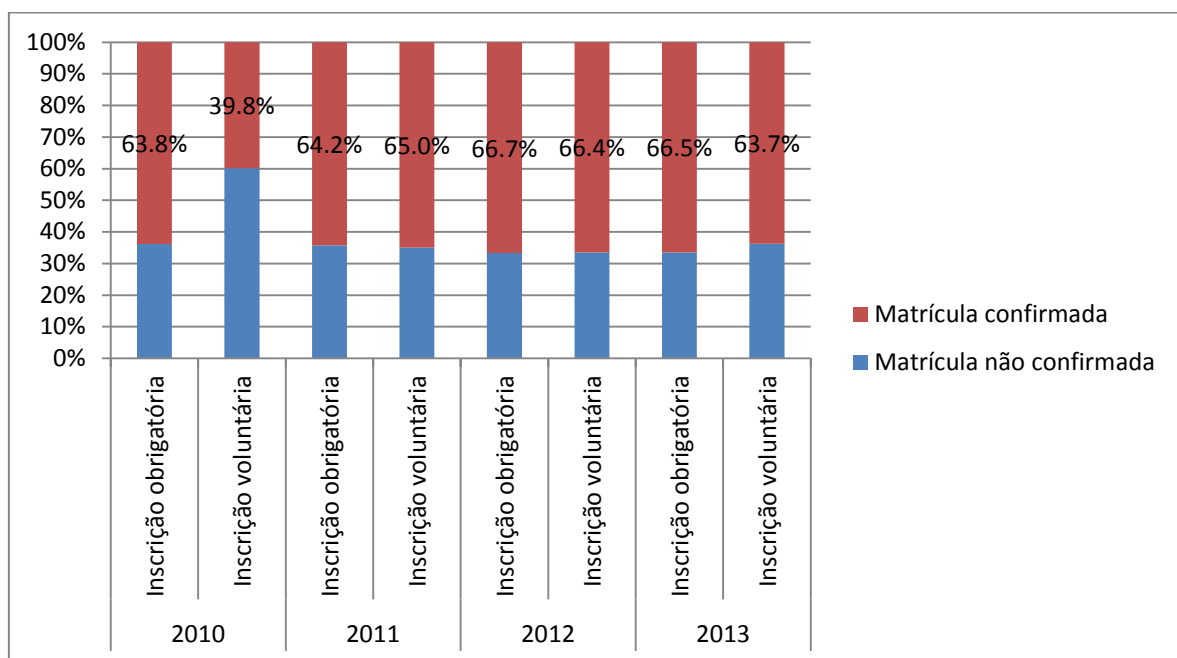
Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

O percentual de candidatos que confirma a matrícula na escola onde foi alocado também se reduz à medida que o estudante é destinado a uma vaga em escolas indicadas como 2.^a, 3.^a, 4.^a ou 5.^a opção. Fenômeno parecido foi identificado por Gorard *et al.* (2003) na Inglaterra. Os autores afirmam que foi possível observar sentimentos de frustração entre as famílias que não conseguiram as vagas nas escolas indicadas como primeira opção. Talvez esse sentimento de frustração leve parte dos candidatos, no Rio de Janeiro, assim como na Inglaterra, a não confirmar a matrícula nessas instituições.

Outra questão relevante para compreender os possíveis motivos de não confirmação dos candidatos alocados é o fato de muitos inscritos já possuírem vaga em alguma das escolas da rede municipal de ensino. Os candidatos que já são estudantes matriculados em escolas do município não precisariam, a rigor, participar do procedimento informatizado para solicitação de matrícula, uma vez que possuem vaga garantida em uma escola da rede municipal, seja por meio da renovação de matrícula ou do processo de remanejamento. Considera-se, portanto, que esses candidatos fazem voluntariamente sua inscrição pela internet, provavelmente porque gostariam de matricular-se ou matricular seus filhos em uma escola diferente da que lhes foi atribuída.

Ao comparar o percentual de confirmação de matrícula nas escolas onde foram alocados pelo procedimento *online*, verifica-se que, em 2010, esse percentual foi significativamente menor entre os candidatos que se inscreveram voluntariamente, como demonstram os dados do Gráfico 24. 39,8% dos candidatos alocados que se inscreveram voluntariamente confirmaram a matrícula nas escolas que reservaram vagas enquanto 63,8% dos candidatos alocados que se inscreveram obrigatoriamente fizeram a confirmação. Nos outros anos analisados o percentual de confirmação da matrícula ficou equilibrado, mantendo-se praticamente igual entre os dois grupos.

Gráfico 24 – Percentual de confirmação de matrícula entre candidatos com inscrição obrigatória e voluntária no procedimento *online*, 2010 a 2013.



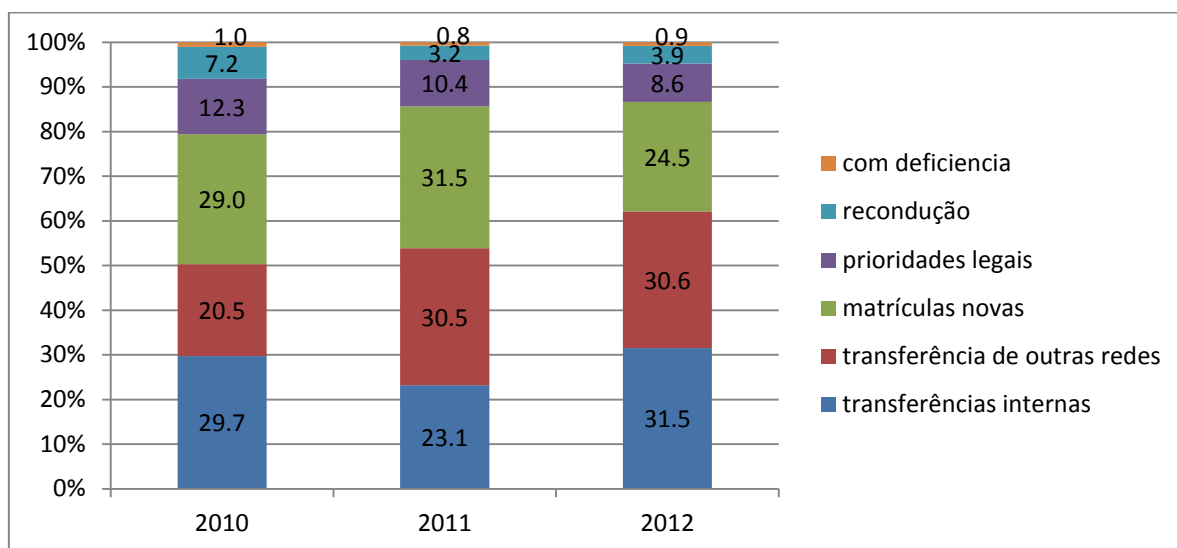
Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011, 2012 e 2013).

O processo de alocação dos candidatos, no primeiro momento de inscrição, é feito por um sistema informatizado, como já explicitado, considerando as prioridades estabelecidas pela legislação e normatização municipal. À medida que o sistema distribui as vagas entre os inscritos, lhes confere automaticamente um código que indica qual foi o critério utilizado e registra a ordem de alocação relacionada a cada inscrição.

A partir desses códigos, foi possível observar a distribuição dos candidatos alocados de acordo com os critérios utilizados para definir a atribuição das vagas, de 2010 a 2012. Foram verificados problemas no processo de atribuição dos códigos no ano de 2013 que tornaram impossível a inclusão dos mesmos nesta análise.

O Gráfico 25 demonstra que, em média, 27% dos candidatos alocados é estudante da rede municipal que se inscreve para solicitar transferência de escola; 27% solicita transferência de escolas de outras redes (públicas ou privadas) para a rede municipal; e para 28% dos candidatos essa é a primeira entrada na vida escolar. Apenas 10% dos candidatos alocados são beneficiados com o atendimento prioritário estabelecido pela legislação.

Gráfico 25 – Distribuição percentual dos candidatos inscritos pelo procedimento informatizado, de acordo com os critérios de alocação utilizados, de 2010 a 2012.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011 e 2012).

A Tabela 39 consegue apresentar os dados de forma mais detalhada e indica que, além dos candidatos registrados como alocados pelo critério de atendimento às prioridades estabelecidas pela legislação, há estudantes que solicitam transferências internas e candidatos com deficiência que devem ser atendidos prioritariamente, elevando esse percentual para 17% em 2010 e 13,5% em 2011. Tais prioridades incluem ainda o atendimento a irmãos na mesma instituição, a matrícula para filhos de funcionários, filhos adotivos e crianças e adolescentes que vivam em orfanatos (PORTARIA E/SUBG/CP N.º 24/2010).

Para os candidatos que concorrem a vagas de Pré-Escola, o critério estabelecido pela normatização municipal é a faixa etária da criança de 4 a 5 anos, considerando a idade da mesma numa escala decrescente. O atendimento prioritário já citado, portanto, refere-se aos candidatos à matrícula no Ensino Fundamental, incluindo a modalidade de EJA, e não abrange os candidatos à Educação Infantil.

Tabela 39 – Distribuição dos candidatos inscritos pelo procedimento informatizado, de acordo com os critérios de alocação utilizados, de 2010 a 2012.

CRITÉRIO DE ALOCAÇÃO	2010		2011		2012	
	N	%	N	%	N	%
Alocados sem indicação do critério	-	-	330	0.6	-	-
Transferências internas	14769	25.8	10664	20.2	16513	31.5
Transf. internas com deficiência	284	0.5	228	0.4	-	-
Transf. internas com prioridades	1913	3.3	1257	2.4	-	-
Com deficiência	581	1.0	395	0.8	446	0.9
Prioridades legais	7053	12.3	5457	10.4	4512	8.6
Recondução	4113	7.2	1682	3.2	2048	3.9
Matrículas novas	16601	29.0	16599	31.5	12813	24.5
Transferência de outras redes	11734	20.5	16052	30.5	16032	30.6
Outros	158	0.3	-	-	-	-
Total	57206	100	52664	100	52364	100

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011 e 2012).

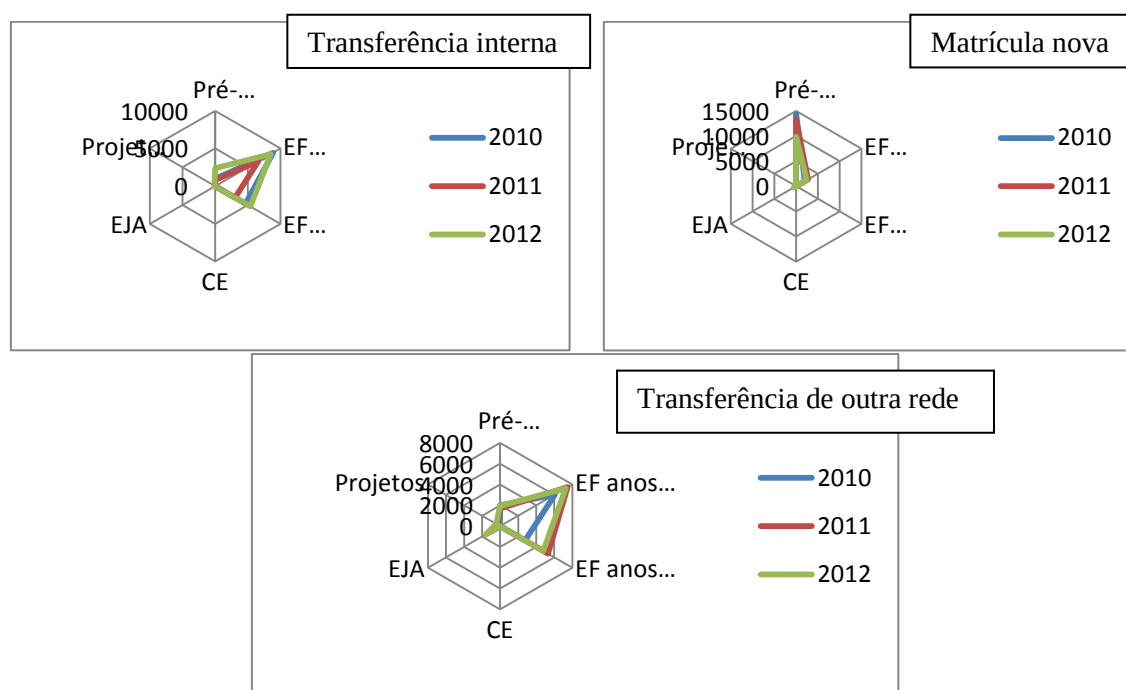
De 2010 para 2011 verifica-se um incremento importante do percentual de candidatos alocados que solicitam transferência de outras redes para estabelecimentos da rede municipal de ensino. Estes estudantes podem ser oriundos de outras redes públicas municipais, estaduais ou de escolas federais, bem como podem ser de instituições privadas de ensino. É possível que este crescimento percentual resulte de um aumento de demanda deste tipo de transferência para a rede municipal do Rio de Janeiro. Mas também pode ser reflexo de melhoria de divulgação de informação sobre o próprio procedimento, que fez com que mais pessoas fizessem a inscrição pela internet a partir de 2011, em vez de buscar uma vaga diretamente nas escolas e CREs, como no período anterior a 2010.

Considerando os critérios de alocação dos candidatos e a série/ano para a qual solicitaram a matrícula, foi possível perceber algumas diferenças entre os grupos que aglutinam os maiores percentuais de alocação. O Gráfico 26 apresenta o detalhamento da distribuição dos candidatos alocados de acordo com a série/ano de matrícula para cada ano letivo, de 2010 a 2012.

Verifica-se que, das famílias que solicitam uma matrícula nova na rede municipal de ensino, o maior percentual se concentra na Educação Infantil, Pré-Escola. Poucos são os estudantes que ingressam diretamente no 1.º ano do Ensino Fundamental, sem ter cursado algum período de Educação Infantil. Ainda que a legislação nacional que definiu a obrigatoriedade de oferta da Educação Infantil pelo poder público a todos

que por ela manifestem demanda a partir de 4 anos de idade seja relativamente recente (Lei n.º 11.700/2008), verifica-se que pouco mais de 2000 crianças iniciam a vida escolar no Ensino Fundamental. É possível supor que o município não deverá enfrentar dificuldades para a implantação da ampliação do ensino obrigatório, no que tange ao número de vagas para atender todas as crianças com quatro anos idade, a partir de 2016.

Gráfico 26 – Distribuição dos candidatos de acordo com o critério de alocação e a série/ano solicitada para a matrícula, primeiro momento de inscrição, 2010 a 2012.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2010, 2011 e 2012).

Em relação às transferências internas, o maior percentual de candidatos alocados se concentra nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados desagregados indicam que, para 2010, as solicitações de transferência se concentraram no 1.º ano do Ensino Fundamental, com percentuais mais baixos a partir do 2.º ano. Já nos anos seguintes, para matrícula em 2011 e 2012, os pedidos de transferência interna ficaram mais equilibrados entre os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. É possível imaginar que no início do processo de implantação do procedimento informatizado, as famílias dos estudantes que precisavam passar pelo remanejamento tiveram maior contato com a matrícula informatizada, mas em seguida outras famílias também passaram a procurar a inscrição *online*, independentemente do remanejamento.

As alocações referentes às solicitações de transferências para os anos finais representam em torno de 30% das transferências internas, nos três anos observados. Os

dados desagregados demonstram que, para os anos finais do Ensino Fundamental, a demanda por transferência de estudantes da rede se concentra na entrada do 6.º ano, o que coincide com o processo de remanejamento. Verifica-se, também que, em 2012, há um crescimento importante (de 7% para 14%) do percentual de famílias que buscam transferências entre instituições de Educação Infantil.

Entre as transferências de estudantes oriundos de outras redes de ensino, públicas ou privadas, no primeiro momento de inscrição pela internet, de 2010 a 2012, percebe-se uma concentração de demanda e alocação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerando os dois segmentos oferecidos pelas escolas da rede municipal de ensino, observou-se maior percentual de candidatos alocados no 1.º ano e no 6.º ano.

Depois que o candidato é alocado em uma das instituições para as quais solicitou a matrícula, várias possibilidades se abrem. O estudante e sua família podem confirmar a matrícula no estabelecimento selecionado ou recusar a vaga, candidatar-se novamente ao segundo momento de inscrição ou ainda buscar uma vaga diretamente nas escolas e CREs depois de encerrado o segundo momento *online*.

O segundo momento de inscrição foi criado em 2011 com o objetivo de oferecer mais uma oportunidade para que estudantes e suas famílias possam solicitar vagas em instituições da rede municipal de ensino. O baixo percentual de alocação e confirmação de matrículas em 2010 contribuiu para a criação desse procedimento. No segundo momento de inscrição os candidatos podem solicitar vagas apenas para os estabelecimentos de ensino que possuem disponibilidade e a vaga é automaticamente reservada para o futuro estudante. Não há sorteio das vagas e a ordem de inscrição é que define o acesso ao conjunto das vagas existentes.

As regras para o funcionamento do segundo momento de inscrição não estão explícitas nas normas definidas pela administração municipal. A compreensão sobre a dinâmica de funcionamento desse processo só foi possível em razão das entrevistas realizadas com funcionários de diferentes setores da SME.

Em 2011, 32.104 candidatos participaram do segundo momento inscrição *online*. Destes, 9.716 participaram também do primeiro momento (em destaque na Tabela 40). Dos candidatos que participaram nos dois momentos, verifica-se que a maioria não foi alocada nas escolas selecionadas, mas 33% recebeu uma alocação e não confirmou a matrícula e 4,2% chegou a confirmar a matrícula.

Tabela 40 - Participação dos candidatos nos momentos 1 e 2 de inscrição em 2011.

		Participou do momento 2		Total
		Não	Sim	
Participou do momento 1	não alocado	13016	6067	19083
	alocado com matrícula não confirmada	15464	3239	18703
	alocado com matrícula confirmada	33553	409	33962
Não participou do momento 1		0	22389	22389
Total		62033	32104	94137

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, SME-RJ (2011).

É possível que uma das situações que gera a necessidade de realizar novas inscrições, mesmo quando o candidato é alocado em uma instituição de ensino da rede municipal, seja a indicação equivocada da série/ano para a qual se solicita a matrícula. Em 2011, observou-se que 2233 candidatos que participaram dos dois momentos indicaram anos/séries diferentes no primeiro e no segundo momento de inscrição. Podem existir vários outros motivos, como a necessidade de mudança de endereço residencial, alteração dos interesses familiares e atividades laborais, entre outros.

Pareceu relevante ressaltar que os problemas com a identificação da série/ano atingiram 23% dos candidatos inscritos nos dois momentos, o que representa 69% dos inscritos no segundo momento que foram alocados no primeiro e não confirmaram a matrícula. Há uma orientação expressa da administração municipal para que as instituições de ensino efetivem as matrículas encaminhadas por meio do procedimento informatizado, sendo vetada a possibilidade de negar a vaga, a não ser que a inscrição tenha sido feita para a série/ano inadequada. Outros equívocos no preenchimento do formulário podem ser resolvidos posteriormente, mas se a instituição de ensino não possui vaga na série/ano correta, isso inviabiliza a concretização da matrícula.

O percentual de alocação no segundo momento de inscrição é de 100%, pois o preenchimento do formulário só se encerra se uma das escolas que possuem vagas disponíveis for indicada pelo usuário, que terá a vaga reservada. Não foi possível verificar se todos os estudantes confirmam a matrícula nas instituições onde foram alocados. Depois de realizada a inscrição no segundo momento de matrícula, as famílias devem comparecer às instituições para efetivar a matrícula, pois a vaga reservada volta ao banco de vagas disponíveis caso o estudante não seja matriculado no prazo definido.

Em entrevista com servidor da SME, realizada em 2013, foi relatado que o candidato ou o responsável recebe a informação de que deve confirmar a matrícula em

no máximo 24 horas, mas a SME garante um prazo de 48 horas ou até 72 horas para que as famílias compareçam à escola. Findo esse prazo, as vagas não confirmadas são disponibilizadas para a matrícula *online* até que sejam novamente solicitadas ou que o período de inscrição seja encerrado.

Com o procedimento informatizado totalmente encerrado, as famílias e os estudantes interessados voltam a realizar as matrículas novas ou de transferência diretamente nos estabelecimentos de ensino e CREs. É possível que os candidatos inscritos por meio do procedimento informatizado e que não tenham ficado satisfeitos com o resultado busquem vagas em instituições de seu interesse por outros meios.

Para conhecer essas possibilidades e acompanhar as trajetórias escolares dos candidatos/estudantes da rede municipal de ensino é necessário dispor de informações longitudinais que possam ser relacionadas, conciliando os dados a respeito das ações de inscrição com os dados de matrícula e movimentação dos estudantes. Várias tentativas foram realizadas e foi possível conectar informações sobre alguns casos para o ano de 2010.

Dos 29.554 candidatos que foram alocados e confirmaram a matrícula para 2010, 26.813 de fato mantiveram a matrícula na mesma instituição no início do ano letivo, os outros 2.741 confirmaram a matrícula, mas trocaram de escola já no início do ano letivo. 2.842 estudantes conseguiram efetivar a matrícula nas escolas para as quais foram indicados mesmo não tendo confirmado no prazo previsto, de acordo com as regras do procedimento *online*. Estes, apesar de não terem feito a confirmação, foram matriculados nos estabelecimentos nos quais foram alocados, como indica a Tabela 41.

Tabela 41 - Confirmação de matrícula na escola onde o candidato foi alocado, 2010.

Matrícula na escola de alocação	Confirmação de matrícula		Total
	Não	Sim	
Não	43148	2741	45889
Sim	2842	26813	29655
Total	45990	29554	75544

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (2010).

Outra situação averiguada foi a do candidato alocado em alguma instituição de ensino e que não confirmou a matrícula. Para o ano letivo de 2010, 27.649 candidatos foram alocados e não confirmaram a matrícula no prazo estabelecido, como demonstra a

Tabela 42. Destes, 14.612 foram matriculados posteriormente em instituições da rede municipal de ensino e 13.037 não foram localizados, o que não significa que não possam ter se matriculado, apenas que não foi possível, neste momento, identificar e relacionar a inscrição no procedimento *online* e o cadastro do ano de 2010.

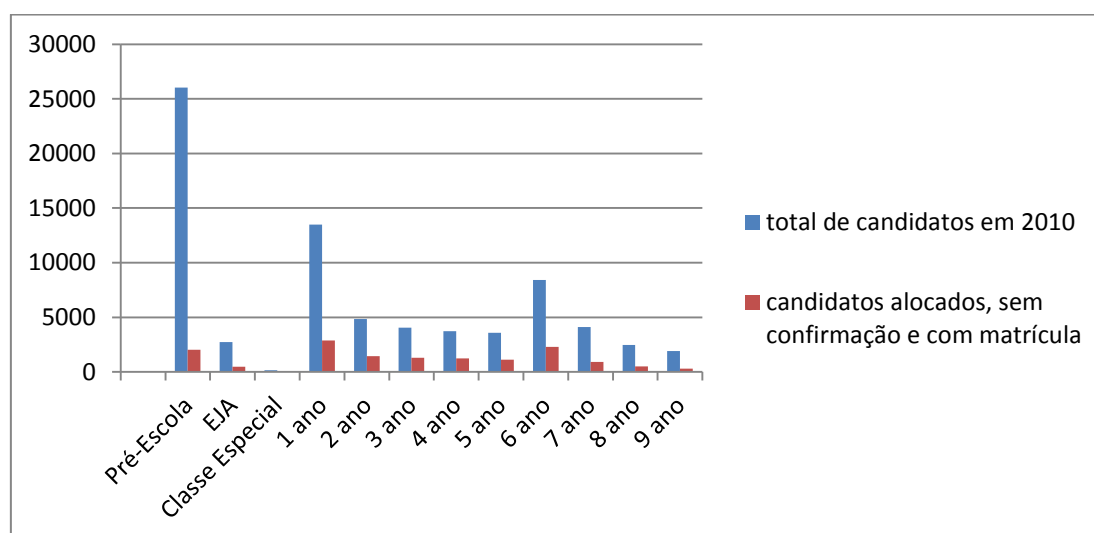
Tabela 42 – Alocação e matrícula dos estudantes, 2010.

Alocação sem matrícula	Matriculado em 2010		Total
	Não	Sim	
Outros	9929	37966	47895
Alocado e matrícula não confirmada	13037	14612	27649
Total	22966	52578	75544

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (2010).

Dos 14612 casos que se enquadram nessa situação, 2020 são crianças matriculadas em turmas de Pré-Escola, 8037 são estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 4047 são dos anos finais, 29 são de Classes Especiais e 480 de Educação de Jovens e Adultos. Dentre eles, 2842 estudantes foram matriculados nas escolas em que foram alocados por meio do procedimento informatizado, sendo que 738 (26%) são de Educação Infantil.

Gráfico 27 – Distribuição dos candidatos inscritos e alocados, sem confirmação e com matrícula na rede municipal, em 2010.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (2010).

Comparando a distribuição dos candidatos inscritos em 2010 pela série/ano para a qual solicitaram a matrícula e a distribuição dos candidatos alocados que não

confirmaram a alocação, mas efetivaram a matrícula na rede municipal, foi possível perceber que, em média 19% dos inscritos passaram por essa situação, enquanto apenas 7% dos candidatos às vagas de Educação Infantil estavam nesse grupo.

Assim como Gorard *et al.* (2003) compreendem a apelação à definição da escola para a matrícula dos filhos, na Inglaterra, como um indicador de competitividade do quase-mercado local, procurando analisar as regiões onde há maior ocorrência bem como a proporção de famílias dispostas e capazes de solicitar uma apelação, seria possível considerar a não confirmação da matrícula no Rio de Janeiro como uma forma de “apelação” em relação ao resultado da distribuição de vagas.

Nos procedimentos relacionados à distribuição das vagas por meio da matrícula informatizada na rede municipal de ensino, não há previsão de uma ação formal de “isenção” ou “apelação”, como em outras experiências analisadas no Capítulo 1 deste trabalho. A forma de indicar a não aceitação do resultado pode ser a não confirmação da matrícula. Por outro lado, não confirmar a matrícula no estabelecimento de ensino definido pelo sorteio não significa, necessariamente, contestação.

3.4 O sistema de atribuição de vagas e mecanismos seletivos não formais

Dentre os 27.649 candidatos que foram alocados e não confirmaram a matrícula em 2010, foi extraída uma amostra aleatória de 1000 casos a fim de procurar conhecer melhor as diferentes estratégias adotadas, a eficácia do sistema de atribuição de vagas e a existência ou não de possíveis mecanismos seletivos não formais. A amostra, sem pretensão de representar estatisticamente o universo de alunos nessas condições, tornou possível recuperar a informação sobre o código do aluno no sistema de matrícula da rede municipal de ensino para 711 casos, permitindo acompanhar a escola onde o estudante foi posteriormente matriculado em 660 casos. É possível que os outros 51 estudantes não tenham efetivado a matrícula em 2010 ou tenham recebido um novo código do aluno, dificultando a associação entre o cadastro de inscrição no procedimento informatizado e o cadastro de matrícula em uma das escolas da rede.

A quantidade de informações sobre esses estudantes se modifica dependendo da variável observada, mas os 660 casos serão tomados como o universo dessa análise. Foi possível identificar e comparar a série/ano para a qual o candidato foi inscrito e a série/ano na qual foi matriculado em 2010. Verificou-se que 51,5% desses estudantes efetivaram a matrícula para uma série/ano diferente da indicada durante a inscrição por

meio do procedimento informatizado. Metade dos casos analisados, portanto, pode não ter confirmado a matrícula por esse motivo, e não por opção da família ou do candidato.

Tabela 43 – Distribuição dos estudantes de acordo com a série solicitada e matriculada, amostra, 2010.

	Número de estudantes	Percentual
Matriculado em série diferente da solicitada	340	51.5%
Matriculado na série solicitada	320	48.5%
Total	660	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Procurou-se observar as características dos estudantes que foram matriculados em uma série/ano diferente da solicitada no momento de inscrição no procedimento informatizado, em comparação com os candidatos matriculados na série/ano para a qual se inscreveram. Verificou-se que há 214 estudantes que possuem número de inscrição em Programas Sociais, que se distribuem igualmente entre os dois grupos. Considerando o grau de escolaridade dos pais, verificou-se que, como há mais estudantes que solicitaram inscrição para a série/ano diferente da série/ano em que efetivaram a matrícula em 2010, esse grupo é maioria em quase todas as faixas de escolaridade dos pais, com exceção de uma, o que pode ser uma variação ocasional. É preciso considerar que, em várias faixas, a diferença entre os grupos é pequena e entre os pais com mais alto e mais baixo grau de escolaridade há uma quantidade menor de casos. Dessa forma, considera-se que a escolaridade dos pais parece não estar relacionada à identificação da série/ano de matrícula do estudante.

Tabela 44 – Distribuição dos estudantes matriculados na série solicitada de acordo com o grau de escolaridade dos pais, amostra, 2010.

Grau de escolaridade dos pais	Matriculado na série solicitada		Total
	Não	Sim	
Sem instrução	1	1	2
%	50%	50%	100%
Ensino Fundamental incompleto	76	84	160
%	47.5%	52.5%	100%
Ensino Fundamental	120	112	232
%	51.7%	48.3%	100%
Ensino Médio	106	92	198
%	53.5%	46.5%	100%
Educação Superior	10	5	15
%	66.7%	33.3%	100%
Total	313	294	607
%	51.6%	48.4%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Essa falta de relação entre o grau de escolaridade dos pais e a indicação da série/ano de matrícula do candidato contraria a expectativa de que famílias com maior escolaridade tenderiam a indicar a série/ano mais adequada para a efetivação da matrícula, pois habitualmente acompanham mais a vida escolar dos filhos do que famílias com escolaridade mais baixa. Contudo, é importante lembrar que essa não é uma amostra representativa da população estudada e que pode ser uma variação ocasional.

Ao mesmo tempo, verificou-se que, dos 340 casos observados, 39 estudantes (11,5%) candidataram-se a séries/anos do Ensino Fundamental regular, mas foram matriculados em turmas de EJA e Projetos de correção de fluxo, pois se encontravam em situação de defasagem entre idade e série. A análise por série/ano revelou também que as matrículas para a Pré-Escola e para o 1.º ano do Ensino Fundamental foram as únicas situações que levaram à concentração elevada de candidatos no grupo que se matriculou na série/ano para a qual se inscreveu no procedimento *online* (87,5% e 82%, respectivamente). Isso pode contribuir para fortalecer a hipótese de que os pais e responsáveis ainda não estão familiarizados com a nomenclatura adotada após a implantação do Ensino Fundamental com nove anos de duração, o que pode dificultar o procedimento de inscrição pela internet, independentemente do grau de escolaridade.

Embora não tenham confirmado a matrícula na instituição em que foram alocados ao final do procedimento informatizado, 130 estudantes foram matriculados, em 2010 nessas escolas. Destes, 71 foram matriculados na série/ano para a qual se inscreveram e 59 foram matriculados em outras séries/anos. Os outros 530 estudantes foram matriculados em estabelecimentos de ensino diferentes dos indicados pelo procedimento de aleatorização para a alocação dos candidatos.

Tabela 45 – Distribuição dos estudantes matriculados na série solicitada e escola em que foi alocado, amostra, 2010.

	Matriculado em série diferente da solicitada	Matriculado na série solicitada	Total
Matriculado em escola diferente da alocação	281	249	530
%	53.0%	47.0%	100.0%
Matriculado na escola em que foi alocado	59	71	130
%	45.4%	54.6%	100.0%
Total	340	320	660
%	51.5%	48.5%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Foram construídas duas variáveis para estabelecer comparações entre os estabelecimentos de ensino nos quais os candidatos foram alocados e nos quais efetivaram a matrícula em 2010. Uma delas compara o desempenho das escolas nas avaliações externas realizadas pela Prova Brasil de 2011, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, com estudantes de 5.º e 9.º ano do Ensino Fundamental. As comparações foram divididas em três⁴⁰ possibilidades: 1. a escola onde o estudante foi matriculado apresenta nota média na Prova Brasil mais baixa do que a escola para a qual se inscreveu e foi alocado pelo procedimento informatizado; 2. o estudante foi matriculado na escola na qual foi alocado; 3. a escola onde o estudante efetivou a matrícula obteve nota média superior na Prova Brasil do que a instituição onde foi alocado.

A outra variável compara as instituições de ensino de acordo com a razão entre a demanda ponderada e o número de vagas disponíveis para matrícula. Como esta última informação só está disponível para o ano letivo de 2013, talvez haja uma pequena diferença em relação à situação de 2010. Contudo, como as análises anteriores já demonstraram, há forte correlação entre a demanda manifesta nos diferentes anos, o que torna a utilização dessa informação menos problemática, ainda que não muito precisa.

Comparando a informação sobre o estudante ter sido matriculado na série/ano para a qual solicitou a matrícula (ou não) com a diferença de desempenho entre as escolas nas quais os estudantes foram alocados pelo procedimento de matrícula e as escolas nas quais foram matriculados, observa-se que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dos estudantes que se matricularam em escolas com nota média mais baixa que a escolhida pela internet, 53,3% se matricularam efetivamente em uma série/ano diferente daquela que haviam informado na inscrição *online*. Já entre os candidatos que realizaram a matrícula na escola na qual foram alocados pelo procedimento informatizado ou que se matricularam em escolas com nota superior à escola onde foram alocados, 58,1% e 54,6% dos candidatos, respectivamente, indicou a série/ano adequada para a matrícula. Como não há diferença significativa na distribuição percentual entre quem foi matriculado na série/ano solicitada no momento

⁴⁰ A criação de três faixas, considerando-se que a central possui apenas um valor (zero, pois se trata da mesma instituição de ensino e, portanto, não há diferença na nota a ela atribuída pelas avaliações externas), trata-se de um recurso analítico que cria alguns problemas ao desconsiderar que grande parte dos estabelecimentos de ensino possui desempenho bastante parecido. Dessa forma, as variações dentro de cada uma das outras faixas não conseguem ser captadas pela variável. Contudo, apesar dos problemas apontados, optou-se pela manutenção da análise.

de inscrição *online* ou não, quando consideradas as notas nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, optou-se por apresentar apenas os dados de uma das áreas.

Tabela 46 – Distribuição dos estudantes matriculados na série solicitada de acordo com a diferença de nota entre a escola de alocação e de matrícula, anos iniciais do Ensino Fundamental, amostra, 2010.

	Matriculado na série solicitada		Total
	Não	Sim	
Nota da escola de matrícula mais baixa do que a de alocação pela internet	81	71	152
%	53.3%	46.7%	100%
Matrícula no estabelecimento de alocação	44	61	105
%	41.9%	58.1%	100%
Nota da escola de matrícula mais alta do que a de alocação pela internet	69	83	152
%	45.4%	54.6%	100%
Total	194	215	409
%	47.4%	52.6%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010); Prova Brasil (2011).

Tabela 47 – Teste de hipótese Qui Quadrado (estudantes matriculados na série solicitada de acordo com a diferença de nota entre a escola de alocação e de matrícula), amostra, 2010.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3.631 ^a	2	.163
Likelihood Ratio	3.635	2	.162
Linear-by-Linear Association	1.895	1	.169
N of Valid Cases	409		
a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 49.80.			

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010); Prova Brasil (2011).

No caso das escolas que atendem as séries finais do Ensino Fundamental, verificou-se uma tendência semelhante, mas a diferença percentual é um pouco menor, com exceção do grupo que manteve a matrícula na escola de alocação, pois, destes, 62% foi matriculado em série/ano diferente da solicitada. Dentre os estudantes que se matricularam em escola com desempenho inferior ao da escola escolhida pelo procedimento informatizado, 53,1% efetivou a matrícula em série/ano diferente da indicada na inscrição. E, dentre os que realizaram a matrícula em estabelecimentos com nota média superior à escola onde foram alocados, 51,1% fez a inscrição para a mesma série/ano em que foi matriculado posteriormente, como indica a Tabela 48.

Tabela 48 – Distribuição dos estudantes matriculados na série solicitada de acordo com a diferença de nota entre a escola de alocação e de matrícula, anos finais do Ensino Fundamental, amostra, 2010.

	Matriculado na série solicitada		Total
	Não	Sim	
Nota da escola de matrícula mais baixa do que a de alocação pela internet	26	23	49
%	53.1%	46.9%	100%
Matrícula no estabelecimento de alocação	31	19	50
%	62.0%	38.0%	100%
Nota da escola de matrícula mais alta do que a de alocação pela internet	23	24	47
%	48.9%	51.1%	100%
Total	80	66	146
%	54.8%	45.2%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010); Prova Brasil (2011).

Tabela 49 – Teste de hipótese Qui Quadrado (estudantes matriculados na série solicitada de acordo com a diferença de nota entre a escola de alocação e de matrícula, anos finais do Ensino Fundamental), amostra, 2010.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1.759 ^a	2	.415
Likelihood Ratio	1.769	2	.413
Linear-by-Linear Association	.151	1	.697
N of Valid Cases	146		
a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 21.25.			

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010); Prova Brasil (2011).

Outro aspecto observado durante a análise refere-se à origem do candidato que se inscreveu no procedimento informatizado, pois dependendo da origem pode-se considerar se a inscrição foi realizada compulsoriamente, por imposição do próprio sistema de matrícula, ou se o candidato fez a inscrição voluntariamente, mesmo sem estar forçado a fazê-la. Como “inscrição voluntária” considerou-se todo candidato que fez a inscrição pela internet e já possuía uma vaga garantida em alguma escola da rede municipal de ensino. As inscrições obrigatórias referem-se aos candidatos que solicitaram transferência de escolas de outras redes públicas ou privadas, estudantes que apresentaram solicitação para primeira matrícula ou estudantes que estavam desligados da rede ensino (por abandono), mesmo sendo oriundos da rede municipal.

Essa distinção é relevante, sobretudo, porque a inscrição voluntária pode ser um indicador de insatisfação da família e do estudante com o estabelecimento de ensino onde o aluno já está matriculado ou para o que foi designado por meio do remanejamento. Como estes estudantes possuem matrícula garantida nessas instituições, a inscrição no procedimento *online* pode ser compreendida como uma situação de esquiva em relação a essas escolas aliada a uma estratégia ativa de busca de outras oportunidades. Nesta perspectiva, a inscrição voluntária pode oferecer elementos para uma análise a respeito das famílias que buscam ativamente possibilidades para realizar as suas escolhas.

Há, também, a possibilidade de que os estudantes e as famílias estejam solicitando a transferência de escola por outros motivos, como, a mudança de endereço residencial. Mas essa informação não está disponível, no momento, para que seja possível diferenciar as razões que levaram os candidatos a se inscreverem voluntariamente no procedimento informatizado de matrícula.

A comparação entre a distribuição da matrícula dos estudantes em escolas com nota média na Prova Brasil superior ou inferior à nota das instituições nas quais foram alocados ou na mesma escola indica que há maior percentual de estudantes com inscrição voluntária que se matriculou em estabelecimentos de ensino com desempenho diferente da escola na qual foi alocado. E há maior percentual de estudantes com inscrição compulsória que se matriculou nos estabelecimentos nos quais foram alocados, tanto em relação às séries/anos iniciais do Ensino Fundamental quanto em relação às séries/anos finais. Como a distribuição se mantém a mesma, optou-se por apresentar os dados agregados, na Tabela 50.

Tabela 50 – Distribuição dos candidatos inscritos voluntariamente ou não, de acordo com a diferença de nota entre a escola de alocação e de matrícula, amostra, 2010.

	Inscrição		Total
	Compulsória	Voluntária	
Nota da escola de matrícula mais baixa do que a de alocação pela internet	47	154	201
%	23.4%	76.6%	100%
Matrícula no estabelecimento de alocação	104	51	155
%	67.1%	32.9%	100%
Nota da escola de matrícula mais alta do que a de alocação pela internet	65	134	199
%	32.7%	67.3%	100%
Total	216	339	555
%	38.9%	61.1%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010); Prova Brasil (2011).

Além da comparação da distribuição dos estudantes inscritos de forma voluntária ou compulsória de acordo com a diferença de nota entre a escola na qual foi alocado pelo procedimento informatizado de matrícula e a escola na qual foi efetivamente matriculado, construiu-se também uma análise considerando a diferença de concentração da demanda por quantidade de vagas disponíveis entre as duas instituições. Contudo, a observação da distribuição dos estudantes de acordo com a diferença entre as escolas, considerando a razão de candidatos por vaga, não indicou a existência de um padrão. Portanto, optou-se pela não apresentação descritiva dos dados quantitativos relacionados à concentração de demanda por vaga.

Comparando a escola em que o estudante foi matriculado em 2010 com as escolas indicadas como 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a opção no momento de inscrição no procedimento informatizado, verificou-se que a maioria (entre 57,8% e 75,4%) dos que não confirmaram a matrícula na escola de alocação efetivou a matrícula em outra instituição de ensino, diferente das indicadas no momento da inscrição pela internet.

Os dados permitiram observar que há famílias e candidatos que conseguiram uma vaga em uma das escolas indicadas como opção à frente da escola em que foram alocados. Ainda que seja um percentual pequeno (7,9% dos 660 casos que compõem a amostra), a análise das situações que garantiram o acesso dessas 52 famílias a escolas que não conseguiram acessar pelo procedimento informatizado pode contribuir para aprofundar a compreensão sobre o funcionamento do quase-mercado oculto, ou seja, da ação da burocracia e das famílias na distribuição de vagas.

Os casos destacados na tabela indicam tais situações, em que os estudantes foram matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência dos candidatos em relação à instituição de ensino em que foram alocados pelo procedimento informatizado. É provável que essas famílias não tenham se sentido satisfeitas com o resultado da alocação aleatória e essa frustração tenha impulsionado a busca de outras estratégias para a obtenção da vaga em escolas de sua preferência.

Tabela 51 – Distribuição dos candidatos de acordo com a opção de escola na qual foi alocado e na qual foi matriculado, amostra, 2010.

		Opção de escola matriculada					Matrícula em outra escola	Total
		1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a		
Opção de escola na qual o estudante foi alocado	1. ^a opção	92	20	11	4	2	177	306
	%	30.1%	6.5%	3.6%	1.3%	0.7%	57.8%	100%
	2. ^a opção	20	23	9	1	0	121	174
	%	11.5%	13.2%	5.2%	0.6%	0.0%	69.5%	100%
	3. ^a opção	12	7	11	1	1	98	130
	%	9.2%	5.4%	8.5%	0.8%	0.8%	75.4%	100%
	4. ^a opção	3	2	2	2	1	16	26
	%	11.5%	7.7%	7.7%	7.7%	3.8%	61.5%	100%
	5. ^a opção	3	1	1	1	2	16	24
	%	12.5%	4.2%	4.2%	4.2%	8.3%	66.7%	100%
	Total	130	53	34	9	6	428	660
	%	19.7%	8.0%	5.2%	1.4%	0.9%	64.8%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Dos 52 estudantes que se encontram nessa situação, verificou-se que 31 estão matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 12 na Educação Infantil, 8 nos anos finais e apenas 1 na Educação de Jovens e Adultos. Os dados da Tabela indicam essa concentração nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental e um olhar por série/ano demonstra que 46% dos casos referem-se a estudantes matriculados nas turmas de Educação Infantil (Pré-Escola) e 1.º ano do Ensino Fundamental. É possível que essa concentração esteja relacionada à preocupação mais intensa com o início do processo de escolarização das crianças pequenas.

Tabela 52 – Distribuição dos estudantes matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência, por série, amostra, 2010.

		Número de estudantes	%	Total de casos por etapa
Educação Infantil		12	23.1	12
EJA		1	1.9	1
Anos iniciais do Ensino Fundamental	1.º ano	12	23.1	31
	2.º ano	7	13.5	
	3.º ano	4	7.7	
	4.º ano	4	7.7	
	5.º ano	4	7.7	
Anos finais do Ensino Fundamental	6.º ano	3	5.8	8
	7.º ano	4	7.7	
	8.º ano	1	1.9	
	Total	52	100.0	52

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

A tabela mostra que 26,9% dos casos analisados já possuíam matrícula em alguma instituição da rede municipal de ensino e fizeram voluntariamente sua inscrição no procedimento informatizado de matrícula, possivelmente por procurar uma vaga em uma escola diferente da que lhe foi designada ou oferecida para renovação de matrícula ou para remanejamento. Mas há sempre a possibilidade de que o pedido se dê em razão de mudança de endereço residencial. Os demais precisavam obrigatoriamente fazer a inscrição pela internet, pois são estudantes transferidos de outras redes de ensino (28,8%), estudantes novos (23,1%) ou ex-alunos de escolas municipais que tinham abandonado os estudos (21,2%).

Tabela 53 – Distribuição dos estudantes matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência, de acordo com a escola de origem, amostra, 2010.

Origem do estudante		Número de estudantes	%	Total de casos por tipo de inscrição
Inscrição obrigatória	Nunca Estudou	12	23.1%	38
	Transferência de escola privada	8	15.4%	
	Transferência de rede estadual ou federal	5	9.6%	
	Transferência de outra rede municipal	2	3.8%	
	Recondução	11	21.2%	
Inscrição voluntária	Estuda em escola da RME	14	26.9%	14
Total		52	100%	52

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Dentre os 660 casos analisados, 419 candidatos fizeram a inscrição voluntariamente e apenas 14 estudantes conseguiram efetivar a matrícula em escolas indicadas na Tabela 53, na lista de sua preferência, das instituições nas quais foram alocados pelo procedimento *online*. Isso representa 3,3% dos inscritos voluntariamente.

Considerando os casos para os quais há informação sobre o grau de escolaridade dos pais dos candidatos, verificou-se que, em média, 3% dos inscritos voluntariamente conseguiram efetivar a matrícula em uma das escolas apresentadas como uma opção preferencial em relação à escola em que foram alocados. Contudo, quando se observa o conjunto das famílias com escolaridade mais alta, correspondente à Educação Superior, verifica-se que esse percentual se eleva para 20% dos casos.

Tabela 54 – Distribuição dos estudantes matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência, de acordo com o grau de escolaridade dos pais, amostra, 2010.

Grau de escolaridade dos pais	Matriculado em escola da lista de preferência		Total
	Não	Sim	
Ensino Fundamental incompleto	102	4	106
%	96.2%	3.8%	100%
Ensino Fundamental	149	3	152
%	98.0%	2.0%	100%
Ensino Médio	130	3	133
%	97.7%	2.3%	100%
Educação Superior	8	2	10
%	80.0%	20.0%	100%
Total	389	12	401
%	97.0%	3.0%	100%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

A análise das características dos estudantes possibilitou ainda verificar que, entre as estudantes do sexo feminino, o percentual de candidatas (4,15%) que conseguiu efetivar a matrícula em alguma escola indicada como preferencial em relação à escola onde foi alocada é maior do que entre os estudantes do sexo masculino (2,7%), como indicam os dados apresentados na Tabela 54.

Tabela 55 – Distribuição dos estudantes matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência, de acordo com o sexo, amostra, 2010.

		Matriculado em escola da lista de preferência		Total
		Não	Sim	
Sexo do estudante	Feminino	187	8	195
	%	95.9%	4.1%	100.0%
	Masculino	218	6	224
	%	97.3%	2.7%	100.0%
	Total	405	14	419
	%	96.7%	3.3%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Outro aspecto que se mostrou relevante foi a indicação da série/ano adequada para a matrícula do candidato. Entre os estudantes que apresentaram a solicitação para a série/ano na qual foram matriculados no ano de 2010, 5,7% conseguiu a vaga em uma escola indicada acima da escola de alocação na sua lista de preferência, enquanto apenas 1,6% dos candidatos que indicaram outra série/ano obtiveram a vaga.

Tabela 56 – Distribuição dos estudantes matriculados em escolas que estavam acima na lista de preferência, de acordo com a matrícula na série solicitada, amostra, 2010.

	Matriculado em escola da lista de preferência		Total
	Não	Sim	
Matriculado em série diferente da solicitada	241	4	245
%	98.4%	1.6%	100.0%
Matriculado na série solicitada	164	10	174
%	94.3%	5.7%	100.0%
Total	405	14	419
%	96.7%	3.3%	100.0%

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

Como as variáveis acima descritas demonstraram possíveis relações com a distribuição dos estudantes que conseguiram a vaga em estabelecimentos apresentados como opção preferencial em relação aos estabelecimentos nos quais foram alocados pelo procedimento informatizado, definiu-se pela necessidade de utilizar o método de regressão logística para analisar as chances de um candidato conseguir a matrícula em escolas de sua preferência.

Cabe lembrar que os resultados da regressão precisam ser analisados com cautela, tendo em vista que a amostra a partir da qual a análise foi construída não é representativa do universo, mas podem orientar futuras reflexões que se debrucem sobre a estimativa de fatores que possivelmente influenciam nas chances de o candidato obter uma vaga em escolas indicadas como de sua preferência na lista de opções apresentada *online*.

Foram testadas as variáveis relacionadas ao grau de escolaridade dos pais (variável ordinal), à inscrição voluntária, ao sexo do candidato, à adequação da série/ano indicada para a matrícula e à existência de número de inscrição em Programas Sociais vinculado ao estudante ou seus pais (variáveis dicotômicas).

De todas as variáveis acima enumeradas, a adequação da série/ano indicada para a matrícula e o sexo do candidato não se mostrou estatisticamente significativa, embora tenha sido testada. Dentre as variáveis que indicam a existência de número de inscrição social do estudante e dos pais, optou-se pela manutenção da informação sobre os pais, pois se mostrou mais significativa do que a informação sobre os próprios estudantes e a inclusão das duas variáveis provocou uma distorção no resultado tendo em vista que as duas estão intimamente relacionadas e uma interfere no poder preditivo da outra quando ambas são incluídas no cálculo de regressão.

Optou-se pelo método de regressão logística, pois a variável dependente, o acesso a escolas que figuram acima na lista de preferência dos candidatos em relação à instituição na qual foi alocado, é dicotômica. A regressão procurou relacionar múltiplas variáveis independentes, tendo em vista a complexidade do fator que se pretende estimar. Contudo, há informações que seriam importantes, mas não foram incluídas porque não estão disponíveis no momento, como a escola de origem dos estudantes, para citar um exemplo.

Em todas as análises, a variável que se mostrou mais robusta foi a inscrição voluntária. Candidatos que se inscrevem voluntariamente no procedimento informatizado possuem maiores chances de conseguir a matrícula em uma instituição indicada à frente na sua lista de preferências, em relação à escola na qual foram alocados. Os candidatos que fazem a inscrição voluntária já possuem uma vaga garantida em algum estabelecimento de ensino da rede municipal, portanto, sua participação no procedimento informatizado pode ser compreendida como uma estratégia ativa de escolha da escola, que se acentua quando também não aceita a alocação aleatória e busca outras estratégias para efetivar a matrícula na instituição de seu interesse.

É preciso considerar que há uma variável relevante, que orientou a seleção da amostra a partir da qual as análises foram construídas, que trata da condição desses estudantes enquanto candidatos que foram alocados em uma das escolas da rede municipal indicadas por eles no momento da inscrição e não confirmaram a matrícula durante o período destinado ao procedimento informatizado.

O Quadro 4 apresenta a sequência dos passos utilizados para produzir a análise de regressão. No primeiro passo procurou-se estimar a chance de efetivar a matrícula em uma escola indicada como da preferência do candidato considerando apenas a inscrição voluntária. Em seguida, foram incluídas as demais variáveis explicativas, o grau de escolaridade dos pais, o registro dos pais em Programas Sociais, o sexo do estudante e a matrícula na série/ano solicitada.

Quadro 4 – Regressão logística estimando a matrícula em escola acima na lista de preferência, amostra, 2010.

Variáveis	Passo 1		Passo 2		Passo 3		Passo 4		Passo 5	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Inscrição voluntária	5.415	.000	5.844	.000	6.268	.000	6.267	.000	5.988	.000
Escolaridade dos pais			1.357	.121	1.404	.090	1.403	.091	1.416	.084
Pais com inscrição em Programa Social					0.635	.205	0.635	.205	0.639	.212
Sexo (masculino)							0.967	.918	0.953	.884
Matrícula na série solicitada									1.249	.512
Constante	0.035	.000	0.016	.000	0.019	.000	0.019	.000	0.022	.000
Número de casos	660		607		607		607		607	

Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

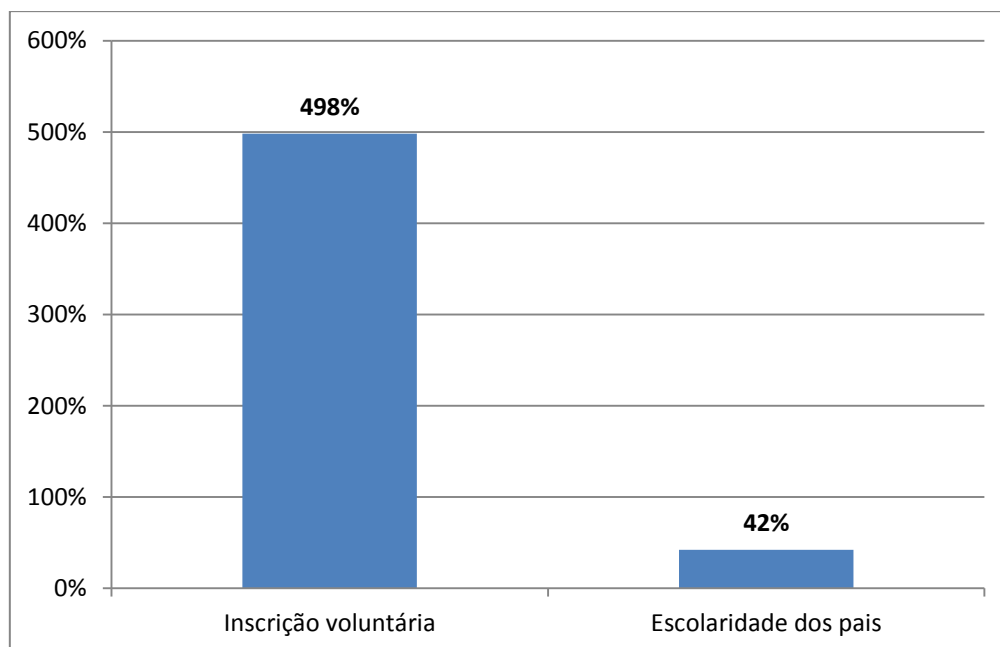
Verifica-se que o poder preditivo da variável que indica a inscrição voluntária dos candidatos aumenta com a inclusão de outras variáveis até o passo 3. Considerando apenas a inscrição voluntária, observa-se que os candidatos nessa situação possuem 441% a mais de chance do que os inscritos obrigatoriamente. Quando a análise inclui a escolaridade dos pais, o percentual de chance relacionado à inscrição voluntária aumenta para 484% e quando a inscrição em Programas Sociais também é considerada o percentual aumenta para 526%. Isso pode indicar que há associação entre essas variáveis, ou seja, quando a análise é controlada pelo grau de escolaridade dos pais e pela participação em Programas Sociais, as chances dos candidatos com inscrição voluntária são ainda mais elevadas. Incluindo as demais variáveis, o percentual de chance relacionado à inscrição voluntária diminui para 498%, o que pode ser considerado elevado.

O valor do coeficiente da variável “grau de escolaridade dos pais” também aumenta quando a análise inclui a inscrição em Programas Sociais. No passo 2, verifica-se que as chances de matrícula em escola à frente da que o candidato foi alocado, em sua escala de preferência, aumenta em 35% a cada elevação do grau de escolaridade dos pais, quando controlada apenas pela inscrição voluntária. No terceiro passo, controlando também pela inscrição em Programas Sociais, as chances aumentam para 40%. Quando incluídas todas as variáveis selecionadas para a análise, o percentual de chance aumenta para 42% a cada elevação do nível de escolaridade dos pais, e melhora a significância.

Resende *et al.* (2011) apresentam resultados de um *survey* realizado junto aos pais e responsáveis de estudantes no município de Belo Horizonte, que corroboram as observações construídas neste estudo. Os autores apontam a existência de “relação entre escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares, evidenciando o caráter social dessa escolha” (*op. cit.*, p. 966). Os pesquisadores encontraram diferenças nas estratégias de escolha e na mobilização dos recursos familiares tanto entre pais de estudantes matriculados em escolas de redes distintas (privada, pública federal, estadual e municipal) como no interior das redes públicas de ensino.

E, por fim, a existência de inscrição dos pais em Programas Sociais, o candidato ser do sexo masculino e ter solicitado a matrícula para a série em que foi matriculado reduzem as chances do candidato conseguir a matrícula em uma escola de sua preferência, embora os resultados não sejam estatisticamente significativos. Por esse motivo essas três variáveis não foram incluídas no Gráfico 28, que apresenta os coeficientes da regressão transformados em percentuais de chance, de acordo com os resultados obtidos no passo 5.

Gráfico 28 - Regressão logística estimando a matrícula em escola acima na lista de preferência (Percentual de chance), amostra, 2010.



Fonte: Bancos de dados sobre escolha, matrícula e cadastro, SME-RJ (amostra, 2010).

A análise de regressão procurou conhecer as chances de um candidato que compõe a amostra conseguir a matrícula em uma escola indicada no momento de

inscrição como preferencial em relação à escola na qual foi alocado. Os resultados da regressão indicam que o procedimento informatizado convive com outras estratégias de busca ativa por vagas diretamente nas escolas (ou CREs) que interessam às famílias, perpetuando a ação discricionária da burocracia local.

As análises construídas ao longo deste capítulo sugerem que há um favorecimento dos candidatos que se inscreveram voluntariamente e cujos pais possuem graus mais elevados de escolaridade, e indicam ainda a necessidade de aprofundamento da investigação no sentido de compreender melhor o efeito da inscrição voluntária no procedimento informatizado de matrícula. Os resultados obtidos contribuem para fortalecer a hipótese de que há um processo de aprendizado em relação à dinâmica de funcionamento da rede pública municipal de ensino que pode privilegiar os candidatos que já estão a ela integrados.

A realização da inscrição, mesmo quando o estudante já possui uma vaga garantida em um estabelecimento de ensino da rede municipal, pode ser um indicador importante de ação estratégica da família na busca ativa pela matrícula em determinada instituição. É possível que esta variável seja capaz de ajudar a identificar famílias com características educógenas (ALVES, 2006) e possa contribuir para os estudos que procuram compreender os fatores que impulsionam trajetórias escolares mais longas e, de certa forma, protegidas.

Em todo caso, ressalta-se a necessidade de cautela na leitura desses resultados, tendo em vista que a amostra que deu origem às análises é aleatória, mas não é estatisticamente representativa do universo de estudantes da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Além disso, há poucos casos incluídos na análise, o que sugere a necessidade de continuidade do estudo em investigações futuras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste trabalho se concentraram em estudar a política de distribuição de oportunidades educacionais na rede municipal do Rio de Janeiro e as mudanças estabelecidas pelo programa de escolha informatizada implantado a partir de 2010 para solicitações de matrículas novas e transferências. Ao longo da pesquisa procurou-se conhecer as regras de atribuição de vagas aos estudantes, o perfil dos candidatos e das famílias que se inscrevem no procedimento *online*, as características dos estabelecimentos escolares que concentram a demanda, bem como compreender em que medida diferentes perfis de candidatos estão associados a escolhas diferenciadas.

Foi possível perceber que a rede municipal de ensino permanece com uma grande variedade de processos de distribuição de oportunidades escolares entre estudantes, pois o procedimento informatizado de solicitação de matrícula convive com as estratégias tradicionais anteriormente estabelecidas e consolidadas pela cultura institucional. A escolha da escola pelas famílias e a aleatorização da distribuição de vagas abrangem as solicitações de matrícula para Pré-Escola e Ensino Fundamental, sem incluir as turmas de Creche (0 a 3 anos de idade), e se realizam em períodos específicos, sem interferir na busca dos estudantes por vagas diretamente nas instituições de ensino e CREs durante o restante do ano letivo.

O procedimento de distribuição das vagas disponíveis entre os candidatos envolve dois momentos de inscrição. No primeiro momento, realizado no final do ano letivo anterior, há quatro etapas: 1. o candidato ou responsável efetua uma pré-matrícula, por meio do preenchimento de um formulário disponível na internet, indicando as opções de escola (no máximo cinco) e outras informações a respeito do estudante; 2. a SME/RJ (com a utilização de um *software* específico) realiza um sorteio das vagas disponíveis entre os candidatos, considerando as prioridades estabelecidas pela normatização municipal; 3. as famílias recebem uma confirmação da vaga reservada, indicando a escola e o prazo para confirmar a matrícula; 4. os estudantes ou seus responsáveis confirmam a matrícula junto à Unidade Escolar.

No segundo momento de inscrição, realizado no início do ano civil e antes do ano letivo, há duas etapas: 1. o candidato efetua a pré-matrícula, por meio do preenchimento de um formulário disponível na internet, indicando uma opção de escola dentre as que possuem vagas ociosas, reservando automaticamente a vaga; 2. Os estudantes ou seus responsáveis confirmam a matrícula junto à Unidade Escolar. Desta

forma, o segundo momento de inscrição não envolve sorteio das vagas entre os candidatos inscritos, pois cada estudante ou família reserva a vaga imediatamente, ao consolidar sua inscrição.

Foi possível observar um crescimento da demanda manifesta por meio do procedimento informatizado durante o período analisado, entre 2010 e 2013. Verificou-se aumento do número absoluto de inscritos bem como da parcela de estudantes que se candidata a vagas em relação ao total de matrículas na rede, por série/ano. A ampliação da quantidade de estudantes que procura a inscrição *online* fortalece a hipótese de que há um aprendizado de uso do sistema, o que leva um número crescente de famílias a participar da escolha.

Ao longo deste estudo foi possível observar que a estratégia de sorteio das vagas não é acompanhada de um sistema organizado para a divulgação de informações sobre os estabelecimentos de ensino que podem ser objeto das escolhas das famílias. Os documentos oficiais existentes, como a cartilha publicada pela SME/RJ, orientam o usuário indicando como ter acesso ao site e como preencher o formulário. Mas, sobre as escolas da rede municipal de ensino, limitam-se a apresentar uma lista das instituições criadas, como o “Ginásio Carioca”. O próprio formulário *online*, no momento em que o candidato o está preenchendo, oferece informações sobre o nível de ensino que as instituições pesquisadas atendem, a sua localização geográfica (com um mapa digital), e identifica outras escolas na mesma região.

Tais informações não contribuem significativamente para que as famílias e os estudantes sejam informados sobre a estrutura de oportunidades oferecida pela rede municipal. Não há subsídios a respeito das características das escolas que compõem a rede, do tipo de trabalho realizado pelas instituições ou das possibilidades disponíveis para as escolhas. Infere-se que, sem informações adicionais que orientem as suas escolhas, as famílias tomam decisões a partir dos conhecimentos que possuem sobre a RME, os estabelecimentos, a própria estrutura de oportunidades.

Como já afirmado anteriormente, verificou-se que diferentes famílias, com distintos recursos e “capitais”, realizam escolhas diferentes. Tal conclusão advém da comparação entre os perfis dos candidatos em relação ao grau de escolaridade dos pais e as características dos estabelecimentos de ensino indicados como primeira opção das famílias.

Em geral, as escolas escolhidas como primeira opção dos candidatos a vagas para os anos iniciais do Ensino Fundamental cujos pais apresentam escolaridade mais

alta (equivalente ao Ensino Médio e Educação Superior) possuem: 1. médias mais elevadas nas avaliações da Prova Brasil (2011); 2. percentual menor de estudantes com proficiência abaixo do adequado; 3. melhores índices de condições materiais – ICME (SCHNEIDER, 2010), condições físicas e de segurança interna; e 4. indicadores de carências que demonstram menor incidência de problemas de caráter pedagógico, falta de profissionais e escassez de recursos financeiros.

Verificou-se a existência de uma oferta escolar hierarquizada e uma demanda estruturada pela desigualdade de capitais possuídos pelas famílias. Considerando o indicador de grau de escolaridade como uma *proxy* de nível socioeconômico dos candidatos e suas famílias, é possível afirmar que a estratificação social está associada à estratificação das escolhas. A literatura demonstra que as famílias que conseguem mobilizar mais recursos para realizar suas escolhas usualmente buscam e conseguem acesso às escolas mais seletivas.

A introdução da aleatorização da alocação dos candidatos não impede a manifestação dessa capacidade de escolha, mas é possível que amplie as chances de quem possui menos recursos concorrer a vagas nas mesmas escolas, uma vez que os estabelecimentos de ensino não podem intervir no processo de alocação com ações que gerem a seleção dos estudantes. É necessária a continuidade dos estudos, buscando a construção de bancos de dados que permitam uma análise longitudinal, a fim de verificar o potencial do mecanismo de aleatorização no sentido da redução das desigualdades educacionais, como observado na Inglaterra por Gorard *et al.* (2003).

Considera-se, portanto, que embora as escolhas realizadas sejam orientadas pelas experiências, pelas trajetórias de vida, percepções de mundo e conhecimentos construídos pelos estudantes e suas famílias, a distribuição aleatória das vagas entre os candidatos por meio do sorteio pode ser um fator de mudança na composição do alunado dos estabelecimentos municipais de ensino. Com as informações disponíveis neste momento não é possível observar se a forma como os procedimentos de escolha estão organizados reduz ou reforça as situações de segregação e desigualdade na composição das escolas.

As análises sobre a regulamentação dos procedimentos de inscrição informatizada e randomização da alocação dos estudantes não permitiu a observação de ações voltadas para a orientação das escolhas realizadas pelas famílias, como se verifica na Inglaterra (GORARD *et al.*, 2003), e tampouco procedimentos de controle sobre os resultados produzidos pelas escolhas, como o programa de escolha controlada

implementado em Boston (GLENN, 2009), fatores que podem produzir impactos sobre a realização das escolhas e a estratificação da rede de ensino.

Compreende-se que a atribuição aleatória da escola entre os candidatos que solicitam vagas para a mesma instituição, no primeiro momento de inscrição, pode gerar uma tendência de maior heterogeneidade dos estabelecimentos mais concorridos uma vez que a distribuição informatizada retira da escola e da burocracia local o poder de decisão sobre a matrícula do estudante. As escolas e CREs passam a ter menor poder de seleção dos estudantes, o que pode levar a uma composição mais heterogênea do conjunto de estudantes que se matriculam nos estabelecimentos que concentram a demanda.

Estudos sobre *school choice* indicam a necessidade de implementação de procedimentos para assegurar igualdade de acesso, manter a confiança e lisura no processo, entre os quais se destaca a divulgação eficaz e aconselhamento individual para que as famílias possam tomar decisões conscientes e informadas sobre as escolas; em outras palavras, medidas para assegurar que a escolha seja real (GORARD *et al.*, 2003; GLENN, 2009; VAN ZANTEN, 2009; FELOUZIS *et al.*, 2013).

Assumir que as escolhas não se realizam abstratamente implica também considerar que refletem, em certa medida, a estrutura de oportunidades. Ou seja, uma parte importante da escolha é definida pela oferta, uma vez que esta conforma a possibilidade de solicitar a matrícula nas escolas que possuem vagas. Há um número fixo e predeterminado de vagas em cada instituição escolar, que limita as oportunidades de acesso a cada uma delas. Daí a importância de conhecer a estrutura de oportunidades e compreender que as escolhas se baseiam na forma como as vagas estão distribuídas entre as escolas e na ecologia do mercado educacional (YAIR, 1996).

A reflexão sobre a estrutura de oportunidades foi construída a partir das informações sobre as características dos estabelecimentos de ensino que oferecem vagas para os candidatos inscritos por meio da matrícula informatizada, considerando a concentração de demanda em relação à quantidade de vagas em cada instituição.

Dos anos observados, apenas em 2010 e 2013 todos os estabelecimentos de ensino da rede municipal estavam disponíveis para serem escolhidos pelas famílias e apenas em 2013 de fato havia vagas ociosas a serem preenchidas em todos eles. A existência de vaga interfere diretamente sobre a possibilidade de escolha e de alocação dos candidatos na medida em que apenas essas instituições estão aptas para serem

indicadas no momento de inscrição *online*, limitando a definindo as escolhas e a possibilidade de acesso à vaga.

Outro aspecto que conforma a estrutura de oportunidades é a grande diferença na quantidade de escolas que oferecem os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental. Os dados analisados indicam que, no período observado, 789 estabelecimentos ofereciam os anos iniciais, enquanto 502 ofereciam os anos finais. Essa diferença produz uma redução das opções de escolha para matrícula nos anos finais e, ao mesmo tempo, gera concentração de uma diversidade maior de alunos nessas escolas, em comparação com as instituições que oferecem os anos iniciais.

Contudo, a estrutura de oportunidades educacionais não depende apenas do número de estabelecimentos de ensino e de vagas disponíveis para matrícula, pois está relacionada também às características das instituições que compõem a rede municipal de ensino. Não foi possível observar, ao longo deste trabalho, a distribuição geográfica das oportunidades escolares. O aprimoramento dos procedimentos de georreferenciamento das escolas permitirá avançar nas reflexões sobre o tema.

A comparação entre as escolas foi possível por meio da construção de um indicador ordinal de demanda que considerou a distribuição hierárquica dos estabelecimentos. Verificou-se que há uma correlação linear positiva entre as variáveis criadas, ou seja, há manutenção na distribuição ordinal das instituições entre 2010 e 2013, com poucas exceções. Essa manutenção sinaliza certa estabilidade na distribuição.

O perfil das escolas que concentram maior demanda por vaga indica que essas instituições apresentam médias mais elevadas nas notas conferidas pelas avaliações externas, bem como menor percentual de estudantes com proficiência abaixo do nível adequado, em relação aos estabelecimentos que recebem menor demanda por número de vagas disponíveis. Essas escolas também demonstram menor índice de carências pedagógicas, falta de profissionais e escassez de recursos financeiros, bem como melhores condições de manutenção e de segurança interna.

As escolas que concentram maior quantidade de candidatos por vaga recebem mais solicitações para matrícula de famílias que não residem no seu entorno do que escolas com pouca demanda relativa. Verificou-se ainda que há crescimento do percentual de candidatos que não possuem inscrição em Programas Sociais e decréscimo correspondente do percentual de crianças e adolescentes com inscrição à medida que se amplia a concorrência por vagas nos estabelecimentos de ensino. Outro

aspecto observado foi a existência de menor quantidade de vagas disponíveis em estabelecimentos com melhores condições físicas e materiais.

Essas associações não comprovam a existência de uma relação direta de causa e efeito entre demanda, desempenho e condições de qualidade, mas pode indicar a presença de um circuito virtuoso que envolve principalmente as instituições que concentram maior demanda por quantidade de vagas. A maior concorrência pode ser um indício de que o estabelecimento de ensino oferece boas condições para aprendizagem, o que é reconhecido pela população que busca vagas nessas instituições, fortalecendo a sua posição de prestígio (COSTA e KOSLINSKI, 2012).

Com a implementação do procedimento de solicitação da matrícula por meio eletrônico, o acesso a esses estabelecimentos de ensino de maior prestígio e que concentram maior concorrência passou a ser, parcialmente, aleatório. O mecanismo de aleatorização da alocação dos candidatos pode produzir impactos sobre o acesso às oportunidades educacionais na medida em que amplia o alcance das escolhas das famílias que apresentam condições menos favorecidas, que passam a ter alguma chance de obter sucesso em suas escolhas, quando ousam optar por escolas seletivas.

Os dados analisados indicam ainda que o acesso da população à matrícula informatizada pode não ser aleatório. As análises construídas a partir das informações sobre o perfil dos candidatos que se inscrevem no procedimento informatizado de matrícula e o conjunto de estudantes da rede municipal de ensino possibilitaram a constatação de que o acesso ao procedimento também pode ser considerado segmentado.

O percentual de pais com escolaridade considerada mais alta (Ensino Médio ou Educação Superior) é 10% maior entre os candidatos inscritos no procedimento informatizado em 2010 do que no universo de estudantes da rede. O percentual de estudantes que possuem inscrição em programas sociais cai de 31% para 25,5% quando se estabelece a comparação entre o universo e os estudantes que fizeram sua inscrição pela internet no mesmo ano. É razoável supor que essas diferenças não sejam aleatórias.

O conjunto das informações analisadas permite concluir que o perfil dos estudantes que se inscrevem pelo procedimento de matrícula informatizada difere do perfil médio dos estudantes da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro em 2010. As características dos candidatos a vagas em escolas da rede municipal indicam que esse grupo concentra maior percentual de estudantes: 1. brancos; 2. que moram com suas

mães; 3. cujos pais possuem pelo menos o Ensino Médio completo; 4. que não estão inscritos em Programas Sociais.

A partir da comparação entre o perfil dos estudantes que se candidataram ao procedimento *online* e do universo de estudantes da rede municipal torna-se razoável a suposição de que o acesso à matrícula informatizada se realiza de maneira segmentada, ou seja, alguns grupos possuem mais oportunidades de acesso ao procedimento analisado do que outros. É possível que algumas das variações encontradas sejam ocasionais, o que sugere a necessidade de comparação da composição do grupo de candidatos que participou do procedimento informatizado em outros anos.

As análises construídas até então indicaram a necessidade de conhecer melhor a eficácia do sistema de atribuição de vagas e a existência ou não de possíveis mecanismos seletivos não formais. Para tanto, foi extraída uma amostra aleatória de 1000 casos entre os estudantes que foram alocados e não confirmaram a matrícula em 2010, sem a pretensão de representar estatisticamente esse universo. Foi possível recuperar informações para 660 casos.

Verificou-se que metade dos candidatos da amostra indicou uma série/ano no momento de inscrição e, posteriormente, foi matriculado em outra série/ano, o que pode ter contribuído para a não confirmação da matrícula no estabelecimento de alocação. Entre outros aspectos, os dados permitiram observar que alguns estudantes conseguiram matricular-se em uma das escolas indicadas, na inscrição *online*, como opção à frente do estabelecimento no qual foram alocados.

Procedeu-se, então, à análise do perfil dos candidatos que conseguiram a matrícula em escolas que figuravam acima da instituição em que foram alocados na lista de preferência e das chances de acesso a essas vagas. Foi possível constatar que os candidatos inscritos voluntariamente no procedimento informatizado (que já possuem vaga garantida em alguma escola da rede municipal de ensino) e cujos pais apresentam graus mais elevados de escolaridade possuem maiores chances de conseguir a matrícula em uma instituição indicada à frente na sua lista de preferências.

Observa-se, portanto, o desenvolvimento de estratégias ativas de escolha do estabelecimento de ensino quando os estudantes realizam a inscrição de forma voluntária no procedimento informatizado, quando também não aceitam a alocação aleatória e buscam outras estratégias para efetivar a matrícula na instituição de seu interesse. Os resultados indicam que o procedimento informatizado convive com outras estratégias de busca ativa por vagas diretamente nas escolas (ou CREs), o que pode

contribuir para a continuidade de situações de seleção dos estudantes pela burocracia local.

Neste sentido, espera-se que esta reflexão possa contribuir para aprofundar a compreensão sobre o funcionamento do quase-mercado oculto, ou seja, da ação da burocracia e das famílias nesse processo de distribuição de oportunidades escolares. Os achados desta análise reforçam a hipótese de que há um fator importante relacionado ao aprendizado do funcionamento dos procedimentos de distribuição das vagas existentes nos estabelecimentos de ensino entre os estudantes que as demandam.

Este estudo procurou analisar as características da estrutura de oportunidades educacionais na rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro e as características de estudantes e famílias que apresentam demanda por acesso aos estabelecimentos de ensino que a compõem, em um contexto onde há vagas em quantidade suficiente para matricular todos os candidatos. Os resultados da pesquisa sugerem que a reflexão sobre a democratização do acesso à Educação Básica não se esgota na existência de vagas e atendimento à demanda manifesta, tendo em vista a diversificação de oportunidades e a segmentação das escolas e das famílias que a elas acessam, mesmo nas redes públicas de ensino.

As conclusões que o desenvolvimento desta pesquisa permitiu construir indicam a necessidade de continuidade e aprofundamento dos estudos aqui iniciados. Será importante averiguar a existência de possíveis impactos da loteria sobre a segregação escolar, por meio de análises comparativas que considerem a composição dos estabelecimentos escolares antes e depois da implementação da matrícula informatizada. Será possível avaliar os índices de segregação a partir das variáveis já construídas, calculando a distribuição percentual de estudantes em relação à situação de atraso escolar, ao grau de escolaridade dos pais, à indicação de participação em programas sociais, ao percentual de estudantes com desempenho abaixo do considerado adequado nas avaliações externas, entre outras.

Ainda que não tenha sido possível verificar o impacto da aleatorização da matrícula sobre a segregação escolar e a produção de desigualdades, considera-se que há evidências de que o procedimento informatizado afeta significativamente o quase-mercado escolar oculto instituído na rede municipal de ensino. Os novos procedimentos informatizados interferem na forma como as burocracias locais realizavam a distribuição das vagas existentes nos estabelecimento de ensino, sobretudo naqueles que concentram a demanda.

Outro elemento que merecerá maior reflexão para uma possível continuidade deste estudo será a análise espacial, tanto em relação à distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino quanto dos próprios candidatos e estudantes matriculados na rede municipal. Em relação às análises que tomaram os dados de desempenho dos estabelecimentos escolares nas avaliações externas, cabe uma ressalva geral no sentido de considerar que a distribuição geográfica das oportunidades educacionais pelo território da cidade pode produzir impactos sobre o acesso aos estabelecimentos de ensino que apresentam melhores condições de qualidade. Outra questão importante para a análise sobre a concentração da demanda em determinadas instituições poderá ser o cálculo da demanda potencial, considerando a quantidade da população em idade escolar por região da cidade, articulado à localização dos estabelecimentos escolares.

Além desses aspectos, o aprofundamento das reflexões pode contribuir para a compreensão dos alcances do programa de escolha e das consequências por ele produzidas sobre a vida escolar dos candidatos. A organização dos bancos de dados, de forma a garantir um conjunto de informações que torne possível o acompanhamento das trajetórias escolares dos estudantes que passaram pelo procedimento informatizado de matrícula, permitindo uma análise longitudinal, poderá trazer novos contornos para os estudos sobre acesso à educação escolar que analisam as interfaces entre distribuição de oportunidades educacionais e escolha das escolas pelas famílias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fátima. Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar: Quais as Relações? In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n.º 2, 2010, pp. 447 a 468.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. *Efeito-escola e fatores associados ao progresso acadêmico dos alunos entre o início da 5.ª série e o fim da 6.ª série do Ensino Fundamental: um estudo longitudinal em escolas públicas no município de Belo Horizonte – MG*. Tese de doutorado em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BARTHOLO, Tiago Lisboa. *Clustering Potentially Disadvantaged Pupils in Rio de Janeiro Public Schools: Causes and Consequences*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014.
- BEN AYED e POUPEAU. École ségrégative, école reproductive, Préface du numéro “École ségrégative, école reproductive”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 180, décembre 2009 .
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOLI e RAMIREZ. Compulsory Schooling in the Western Cultural Context. In: Arnone, Altbach, Kelly e Editors. *Emergent Issues in Education: comparative perspectives*. Albany, NY: State University of New York Press, 1992.
- BOUDON, Raymond. *As Desigualdades de Oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasília, DF: Editora UnB, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 25/05/2011.
- _____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 25/05/2011.
- _____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro 1996. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25/05/2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 30, de 12 de setembro de 2000. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 out. 2000. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0739-0753_c.pdf. Acesso em 25/05/2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Inep, 2003.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2010.

BRUEL, Ana Lorena; BARTHOLO, Tiago Lisboa. Desigualdade de oportunidades educacionais na rede pública municipal do Rio de Janeiro: transição entre os segmentos do Ensino Fundamental. *Rev. Bras. Educ.*, ago. 2012, vol.17, n. 50, p.303-328. ISSN 1413-2478.

BRUEL, CARVALHO e MOREIRA. *Processos de escolha da família e da escola: três estudos na rede municipal do Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no Seminário Cidade, Política e Desigualdades Educacionais. Observatório Educação e Cidade, Rio de Janeiro, 2013.

CHABBOTT e RAMIREZ. Development and Education. In: Hallinan. *Handbook of the sociology of education*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, 2000.

COLLINS, Randall. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. In: *American Sociological Review*, 1971. (Tradução livre por Carolina Portela da Cunha, 2010).

COLLINS, Randall. Comparative and Historical Patterns of Education in Maureen Hallinan: *Handbook of the sociology of education*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, 2000.

COSTA, M. e KOSLINSKI, M. *Escolha, estratégia e competição por escolas públicas – pensando a ecologia do quase-mercado escolar*. Trabalho apresentado no 33.º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2009.

_____. *Escolha, estratégia e competição por escolas públicas*. Pró-Posições (UNICAMP. Impresso), v. 23, n.2, p. 195-213, 2012.

COSTA, KOSLINSKI, RIBEIRO e ALVES. *Quase-mercado escolar em contexto de proximidade espacial e distância social: o caso do Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no II Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação “Habitar a Escola e as Suas Margens: Geografias Plurais em Confronto”, de 8 a 10 de setembro de 2010, Portalegre, Portugal.

DUBET, F. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008.

FELOUZIS, MAROY e VAN ZANTEN. *Les Marchés Scolaires*. Sociologie d’une politique publique d’éducation. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

GLENN, Charles. *School Segregation and Virtuous Markets*. Communication présentée au colloque “Penser les marchés scolaires” Rappe – Université de Genève – Mars 2009.

GORARD, Stephen; TAYLOR, Chris; FITZ, John. *Schools, markets and choice policies*. New York: Routledge Falmer, 2003.

KERLINGER, Fred. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Tradução de Helena Mendes Rotundo. 5. ed. São Paulo: EPU, 1980.

LEMINSKI, Paulo. *Distraídos venceremos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAROY, Christian. *École, régulation et marché*. Une comparaison de six espaces scolaires locaux en Europe. Presses Universitaires de France: Paris, 2006.

MORTIMORE *et al.* A importância da escola: a necessidade de se considerar as características do alunado. In: Brooke e Soares. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.28, pp. 5-23.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.#28, n.100, pp. 877-897.

POUPEAU, F. e FRANÇOIS, J. C. *Le sens du placement. Ségrégation résidentielle et ségrégation scolaire*. Paris: Raisons d'Agir Éditions, 2008.

RIBEIRO, Sérgio Costa. *A pedagogia da repetência*. *Estud. av.* [online]. 1991, v.5, n.12, pp. 07-21. ISSN 0103-4014.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. Deliberação n.º20, de 28 de abril de 2009. Disponível em: http://200.141.78.78/dlstatic/10112/1122564/DLFE-205673.pdf/deliberacao20_2009.pdf. Acesso em 25/05/2011.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. Deliberação n.º8, de 30 de outubro de 2001.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. Deliberação n.º 17, de 26 de fevereiro de 2009.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Portaria E/SUBG/CP n. 24, de 22 de outubro de 2010. Publicada no D.O. RIO de 26/10/2010, p. 013.

RESENDE, Tania de Freitas; NOGUEIRA, Cláudio Marques M. e NOGUEIRA, Maria Alice. **Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares**. *Educ. Soc.* [online]. 2011, vol.32, n.117, pp. 953-970. ISSN 0101-7330.

RUTTER *et al.* Introdução: Estudos anteriores. In: Brooke e Soares. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOARES, J. F. (2009) Índice de desenvolvimento da educação de São Paulo – IDESP: bases metodológicas. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 29-41. Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_03.pdf

SCHNEIDER, Gabriela. *Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um índice de condições materiais da escola*. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2010.

TORRECILLA, F. Um panorama da pesquisa ibero-americana sobre eficácia escolar. In: BROOKE e SOARES. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

TOCQUEVILLE, A. De la Démocratie en Amérique II – Troisième partie: *INFLUENCE DE LA DÉMOCRATIE SUR LES MOEURS PROPREMENT DITES*. (1840). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/De_tocqueville_alexis/democratie_2/democratie_2_tdm.html

VAN ZANTEN, Agnès. *Choisir son école*. Stratégies familiales et médiations locales. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

YAIR, Gad. School Organization and Market Ecology: a realist sociological look at the infrastructure of school choice. In: *British Journal of Sociology of Education*, vol. 17, n. 4, 1996. pp. 453-471.